

caletroscópio



Volume 6 | Nº especial | 2018 | III Diverminas
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2318-4574



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITORA

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

VICE-REITOR

Hermínio Arias Nalini Júnior

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Luciano Campos da Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Helena Miranda Mollo

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Emílio Carlos Roscoe Maciel

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

Soélis Teixeira do Prado Mendes

<i>Revisão textual</i>	Ricardo José Alves
<i>Formatação/Diagramação</i>	Danúsia Natália Monteiro Gomes
<i>Imagem de capa</i>	Sara Prado (Itabirito Ferruginoso - foto tirada na Gruta do Veloso, Ouro Preto, MG)
<i>Formato</i>	A4 210 x 297 mm (online)

Revista Caletrosκόpio / Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto – Volume 6, Edição Especial III Diverminas (2018) – Mariana: UFOP, 2018, 260p.

Semestral
ISSN: 2318-4574

Modo de acesso: <<http://www.caletroscoPIO.ufop.br>>

1. Linguagem 2. Memória cultural 3. Tradução 4. Práticas discursivas 5. Ensino/Aprendizagem.
Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDU: 81:82.09

REVISTA CALETROSCÓPIO

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Rua do Seminário, s/n – Centro – Mariana/MG

CEP: 35420-000

Tel. (31) 3557- 9418

E-mail: revistacaletroscoPIO@gmail.com

©2018 - Todos os direitos reservados, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem permissão por escrito.

caletroscópio



Volume 6 | Nº especial | 2018 | III Diverminas

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, MG

ISSN 2318 - 4574

EDITORES

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen - UFMG

Soéllis Teixeira do Prado Mendes - UFOP

ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Danúsia Natália Monteiro Gomes - UFOP

CONSELHO EDITORIAL

Aléxia Teles Guimarães Duchowny - UFMG

Ana Paula Rocha - UFF

Daniela Mara Lima Guimarães - UFMG

Fábio Montanheiro - UFOP

José Sueli de Magalhães - UFU

Lorenzo Vitral - UFMG

Márcia Rumeu - UFMG

Marco Antônio de Oliveira - PUCMinas

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen - UFMG

Raquel Márcia Fontes Martins - UFLA

Silvio de Almeida Toledo Neto – USP

Soéllis Teixeira do Prado Mendes - UFOP

Tânia Rezende - UFGO

Valter Pereira Romano - UFLA

Vanessa Dornelas - UFGO

SUMÁRIO

11 - Origem, propagação e resolução da variação linguística na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo

Marco Antônio de Oliveira

37 - Morphosyntactic, prosodic, functional and distributional description of the information unit of Parenthesis in spoken Brazilian Portuguese

Saulo Mendes Santos

Giulia Bossaglia

64 - Falar mineiro: trocando meia dúzia por seis

Vanêssa Dornelas

Maria do Carmo Viegas

87 - A variação *tu* e *você* no falar ressaquinense

Suelen Cristina da Silva

Clézio Roberto Gonçalves

101 - O tratamento dado à variação linguística nas aulas de língua materna em escolas de Mariana/MG

Soélis Teixeira do Prado Mendes

Luana Veloso Tolentino Alvim

113 - Minas setecentistas: breve estudo sobre a pontuação em livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu e de Diamantina

Shirlene Ferreira Coelho

Sueli Maria Coelho

133 - O possessivo de 2ª pessoa em PB dialetal

Bruna Karla Pereira

150 - Aspectos fonológicos das vogais orais do português falado em Comunidades Quilombolas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha

Maria do Socorro Vieira Coelho

171 - São João del-Rei e de outros nomes: um estudo toponímico

Celso Reis Macedo

185 - As práticas discursivas de Marília Gabriela em entrevistas com atores considerados galãs da televisão brasileira

Sineide Gonçalves

206 - A benzeção e suas vozes

Celina Gontijo Cunha

224 - A haplologia na mídia falada em Belo Horizonte

Priscila Soares Evangelista

244 - A concordância nominal no português de Belo Horizonte

Ludmila Reis Pinheiro

EDITORIAL

Apresentamos, neste Número Especial da *Caletrosópio*, uma seleção dos trabalhos apresentados ao III^o. Encontro sobre a Diversidade Linguística em Minas Gerais, o III Diverminas, que teve lugar na Faculdade de Letras da UFMG, em Belo Horizonte, de 08 a 10.10.2017. Este Encontro deu prosseguimento às discussões empreendidas nas duas edições anteriores, a primeira, em Ouro Preto, em 2010, no Teatro Casa da Ópera, e a segunda, em 2015, no ICHS, em Mariana.

A idealização desta série de encontros surgiu da constatação, por parte de pesquisadores da FALE/UFMG e do ICHS/UFOP-Mariana-MG, de já existir, à época do I Encontro (2010), um volume considerável de trabalhos científicos sobre a diversidade linguística de Minas Gerais, produzidos por pesquisadores docentes e discentes das Universidades acima nomeadas e também de outras. Tais trabalhos, contudo, careciam de uma reunião e de uma organização que possibilitassem a obtenção de: (a) maior visibilidade do que vinha sendo produzido pelos pesquisadores esparsos pelo estado de Minas Gerais e de pesquisadores de outras procedências sobre o português mineiro e (b) o estabelecimento de novas metas, que permitissem uma continuidade do trabalho já realizado, com refinamento de metodologia e discussão de conceitos fundamentais, além de se firmarem parcerias entre as instituições participantes, no sentido de se constituir uma rede de pesquisas sobre o tema.

Antes do I Encontro, fomos procurados aqui na UFMG pela colega professora Dra. Ana Paula Antunes Rocha, à época professora do Departamento de Letras do Instituto de Ciências Humanas da UFOP, com a proposta de criação de um evento sobre a língua portuguesa em Minas Gerais. A professora era membro integrante da Comissão Científica do Atlas Linguístico do Brasil, o ALiB, e se ocupava dos falares mineiros. Sua iniciativa foi muito bem-vinda, pois vinha se somar à percepção que já tínhamos sobre a necessidade de se reunirem os inúmeros trabalhos que se acumulavam sobre o português mineiro sob diversas perspectivas: descritivistas, sociolinguísticas, dialetológicas, históricas, gramaticais e outras.

Logo aderimos à ideia e nos organizamos criando uma comissão de professores da UFMG e da UFOP para organização e realização do I Encontro sobre a diversidade linguística de Minas Gerais - Cultura e Memória. Iniciou-se assim o Diverminas, como carinhosamente o nomeamos, que, esperamos, continue a atrair e a congregar pesquisadores, estudantes e professores em torno de um tema frutífero e necessário.

Hoje seu nome está ligeiramente diferente pois a diversidade linguística é **em** Minas Gerais e não **de** Minas Gerais. A diversidade linguística em Minas Gerais é entendida seja em seu sentido estrito – a diversidade da língua portuguesa no estado de Minas, contemporânea e pretérita –, seja em seu sentido lato – outras presenças linguísticas que não da língua portuguesa. Incluem-se, nessas últimas, línguas remanescentes de línguas africanas, línguas indígenas e línguas étnicas, como as dos imigrantes e dos ciganos.

O Diverminas tem homenageado docentes /pesquisadores que têm se dedicado aos estudos das línguas do espaço mineiro: no I, o professor Dr. Mário Roberto Lobuglio Zágari (in memoriam), autor do *Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais*, dentre outros trabalhos relevantes para o conhecimento da diversidade linguística mineira, no II, a professora que vos escreve, e no III homenageamos o professor Dr. Marco Antônio de Oliveira, nosso colega por muitos anos na Faculdade de Letras da UFMG, atualmente professor da PUC/Minas, pioneiro nos estudos sociolinguísticos e também nos estudos sobre a língua portuguesa em Minas Gerais. Sob essa perspectiva, à qual vem agregar novos *insights* teóricos, à luz do entendimento da linguagem como um sistema adaptativo complexo, traz à discussão as mais difíceis e menos exploradas questões sobre variação e mudança linguísticas, levantadas pela sociolinguística variacionista: a da origem, da propagação e da resolução da mudança linguística, a partir de dados do português de Belo Horizonte. É o que se oferece ao leitor, no artigo que abre o presente número da *Caletrosκόpio*: “Origem, propagação e resolução da variação linguística na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo”.

Os outros artigos contemplam dados de diferentes regiões do estado de Minas Gerais, além de Belo Horizonte: Conselheiro Lafaiete, Ressaquinha, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Diamantina, São João Del Rei, Território dos Gurutubanos (Norte de Minas) e Marobá dos Teixeiras, (Vale do Jequitinhonha), Serro, além de dados referidos como do Português Brasileiro, ou do Português Dialectal, no geral: o Corpus C-Oral, Brasil e dados extraídos de entrevistas da televisão brasileira. A orientação teórico-metodológica é variada, indo da sociolinguística variacionista à toponímia, a uma aplicação da concepção multissistêmica da linguagem, à visita a sincronias pretéritas, à sociolinguística interacional, ao ensino da variação linguística. Essa diversificação teórica, no entanto, não desfez a variabilidade e a diversidade linguística de Minas Gerais, pelo contrário, deu-lhe maior visibilidade atribuindo-lhe uma formalização que vai além dos simples fatos. Convidamos o leitor a verificar, neste número,

essa rica visão da diversidade linguística em Minas Gerais.

Last but not least, quero endereçar os mais profundos agradecimentos aos colegas da Comissão Organizadora do III Diverminas que diligentemente organizaram o evento, assumindo tarefas que caberiam a mim, mas que por razões de força maior, não pude assumir completamente. Muito grata a vocês todos, em ordem alfabética: Ana Paula Antunes Rocha, Eduardo Tadeu Roque Amaral, Eunice Maria das Dores Nicolau, Maria Auxiliadora da Fonseca Leal, Maria do Carmo Viegas, Maria do Socorro Vieira Coelho, Soélis Teixeira do Prado Mendes, Sueli Maria Coelho. Também gostaria de agradecer à Danúsia Natália Monteiro Gomes e ao Guilherme Bruno Nascimento Ferreira, alunos da UFOP e da UFMG, respectivamente, que também compuseram a Comissão Organizadora e nos deram apoio administrativo, técnico e logístico na realização deste evento.

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen

Presidente da Comissão Organizadora do III Diverminas

(<http://www.lettras.ufmg.br/diverminas3>)

Origem, propagação e resolução da variação linguística na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo

Origin, propagation and resolution of linguistic variation under the perspective of language as a complex adaptive system

Marco Antônio de Oliveira¹
PUC Minas, Belo Horizonte, MG

Resumo: A variação linguística, assim como uma eventual mudança a ela associada, sempre se apresentaram como fenômenos desafiadores para as teorias e análises linguísticas. Desde a afirmação de Bloomfield (1933) de que “as causas da mudança linguística são desconhecidas”, várias propostas surgiram como resposta à seguinte pergunta: Por que as línguas mudam? Essas várias propostas, atrelaram uma possível resposta a essa questão ora a uma espécie de otimização do funcionamento das regras (cf. KIPARSKY, 1971), ora ao contexto social em que o fenômeno ocorria (cf. LABOV, 1972). Enfim, tanto no modelo gerativo quanto na sociolinguística, as possíveis causas para o surgimento da variação e da mudança linguística se situaram ora na contrapartida formal elaborada pelo analista, ora num conjunto de fatores exteriores à língua. Neste texto pretendo retomar a questão da variação linguística, com base em fatos do português de Belo Horizonte, pelo viés da linguagem enquanto um sistema adaptativo complexo, de natureza dissipativa. Levando-se em conta que a variação/mudança possa ser vista como um problema que envolve três estágios, origem, propagação e resolução, meu objetivo será o de oferecer uma resposta a três perguntas: (a) Por que a variação linguística acontece?; (b) Como a variação linguística se propaga?; (c) Como a variação linguística se resolve? Tomando como pretexto a variação que ocorre nas vogais médias pretônicas no português brasileiro, pretendo sugerir que as línguas estão inevitavelmente sujeitas à retroalimentação positiva, o que causa algum desequilíbrio, que se manifesta como variação. Este desequilíbrio tende a se propagar, ainda que com diferenças espaciais e diferenças de *timing* de caso para caso, até que seja resolvido e o sistema linguístico volte a se auto-organizar, retomando sua estabilidade sob o efeito de uma retroalimentação negativa (cf. CAMAZINE et.al., 2001). Pretendo sugerir, também, que a análise da variação linguística deve considerar os aspectos etológicos e ecológicos da questão.

Palavras-chave: Variação linguística. Sistemas adaptativos complexos. Retroalimentação. Auto-organização.

Abstract: Linguistic variation, as well as a possible change associated with it, has always presented itself as a challenging phenomenon for linguistic theories and analyzes. Since Bloomfield's (1933) assertion that "the causes of linguistic change are unknown," several proposals have come up in response to the following question: Why do languages change? These various proposals have linked a possible response to this question either to a kind of optimization of the linguistic rules (KIPARSKY, 1971) or to the social context in which the phenomenon occurred (LABOV, 1972). So, both in the generative or in the sociolinguistic models, the possible causes for the emergence of variation and linguistic change were either in the formal counterpart elaborated by the analyst or in a set of factors outside the language. In this text I intend to return to the question of linguistic variation, based on facts from the Portuguese of

¹ Doutor em Linguística pela University of Pennsylvania. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. maolivebr@gmail.com



Belo Horizonte, assuming that language is a complex adaptive system of dissipative nature. Taking into account that variation and/ change can be seen as a problem involving three stages, origin, propagation and resolution, my objective will be to offer a response to three questions: (a) Why does linguistic variation occur? (b) How does language variation propagate? (c) How is linguistic variation resolved? Focusing on the variation that occurs in the mid pretonic vowels in Brazilian Portuguese, I intend to suggest that languages are inevitably subject to positive feedback, which causes some instability which manifests itself as variation. This instability tends to propagate, albeit with spatial differences and timing differences from case to case, until it is solved and the linguistic system re-organizes itself, regaining its stability under the effect of negative feedback (see CAMAZINE et.al., 2001). I intend to suggest, too, that the analysis of linguistic variation should consider the ethological and ecological aspects of the question.

Key Words: Linguistic variation. Complex adaptive systems. Feedback looping. Self-organization.

1. Introdução

A variedade do português falado em Belo Horizonte possui características *sui generis*, tanto fonológicas quanto morfológicas e sintáticas. E quando os dados são levados a sério numa análise linguística, muitas vezes somos obrigados a rever nossas opções teóricas iniciais e, eventualmente, optar por outra perspectiva analítica. O texto a seguir relata uma experiência dessa natureza.

2. O problema

Minha formação, no doutorado, se deu na teoria da variação, conforme elaborada e refinada por William Labov. Nessa minha primeira fase, trabalhei com as consoantes líquidas do português brasileiro, com base nos dados da variedade falada em Belo Horizonte. E, numa abordagem tipicamente variacionista, produzi uma análise, qualitativa e quantitativa, das variáveis (r) e (lh), explorando seus aspectos estruturais e sociais. Mas já pelo final de meu trabalho havia uma coisa que me incomodava muito. Resumidamente, o problema era o seguinte: numa análise de cunho probabilístico, a regra variável a ser escrita teria, tipicamente, o seguinte formato:

(1)- (x) \rightarrow < y > / _____ Z

Uma regra variável como (1) nos diria, simplesmente, que (x) se realiza variavelmente como y, num contexto Z, e que essa regra teria uma determinada probabilidade de ocorrência a ela associada, probabilidade essa que seria dada por uma regressão logística. Vejamos um

exemplo concreto, que vou formular de modo bastante simples:

(2)- (e) → < i > / _____ \$ (C) V
[- acento] [+ acento]

Uma regra como (2) nos diria que o (e) pretônico poderia ser realizado variavelmente (mas não obrigatoriamente) como [i]. De fato isso é verdade, se considerarmos realizações como:

(3)- f[e]liz ~ f[i]liz ou d[e]dal ~ d[i]dal

Note-se que casos como os de (3) podem ser atestados na maioria (senão em todas) das variedades do PB. Note-se, também, que uma análise deste tipo irá considerar o som como a unidade básica da variação e, eventualmente, da mudança linguística.

Acontece que, quando estamos coletando uma amostra para análise, essa amostra é necessariamente limitada, temporal e espacialmente. Por exemplo, se retiramos uma amostra da fala de Belo Horizonte, num determinado ponto do tempo, essa amostra estará circunscrita a esse espaço e tempo. Durante o exame da variável (r), examinando seu cancelamento variável em final de nominais, um fato começou a me incomodar bastante, e se repetiu no exame do cancelamento do (r) interno em final de sílaba. O que eu observei na ocasião foi que nem todos os casos de (r), seja em final de palavra em nominais, seja em posição interna em final de sílaba, eram passíveis de cancelamento! E se não eram, como é que eles poderiam ser contados junto com aqueles casos em que o cancelamento podia ocorrer? Afinal, casos de 100% ou de 0% de ocorrência não se configuram como casos de variação! Se, contudo, a unidade de variação era o som, como é que esses casos poderiam ser removidos da análise? Que justificativa eu teria, por exemplo, para incluir na análise casos como ‘mocego’ e ‘morcego’, ‘Bernado’ e ‘Bernardo’, de natureza variável, deixando de fora casos como ‘forçado’ e ‘Carlos’, com 0% de cancelamento do (r) interno? A mesma coisa acontece com o (r) final em nominais: se encontramos, por um lado, ‘professo’ e ‘professor’, ‘dô’ e ‘dor’, ‘revólve’ e ‘revólver’, encontramos também casos como ‘vestibular’, ‘mar’ e ‘cateter’, com 0% de cancelamento. E mesmo se, por alguma boa razão, removêssemos esses casos em que o cancelamento não acontece, ainda assim teríamos um problema residual sério: como explicar, para aqueles casos em que o cancelamento pode ocorrer, que alguns deles apresentem um percentual alto de cancelamento, enquanto noutros casos esse percentual é baixo? Se o som é o mesmo, qual seria

a razão dessa discrepância? Por exemplo, o percentual de cancelamento em casos como ‘elevador’, ‘corredor’ e ‘dor’ é muito mais alto do que em ‘diretor’, ‘amor’, ‘melhor’ ou ‘cor’!

Resumindo, se todos esses casos deveriam ser contados simultaneamente, embora apresentassem comportamento diverso com relação ao processo fonológico envolvido, até que ponto nós poderíamos confiar na análise probabilística? Acho que foi nesse momento que eu acabei mudando de lado no que se refere à perspectiva da variação linguística, entrando naquilo que eu poderia chamar de minha segunda fase na sociolinguística.

3. Tentando resolver o problema

No início da década de 80 eu ensaiava uma aproximação com o modelo da Difusão Lexical. Durante meu doutorado eu havia lido boa parte dos trabalhos dos linguistas chineses que vinham advogando por esse modelo. Nesse período eu mesmo não escrevi muita coisa sobre o assunto². Por outro lado, tive a chance de trabalhar nessa perspectiva com alguns de meus orientandos. Foi somente em 1991 (cf. OLIVEIRA, 1991) que publiquei meu primeiro trabalho na perspectiva difusionista. Fato é que neste texto eu acabei afirmando uma coisa que souu como heresia entre meus pares. O que eu afirmei na ocasião foi que todas as mudanças linguísticas são implementadas lexicalmente, embora possamos ter efeitos neogramáticos em longo prazo. Confesso, contudo, que essa minha mudança de posição me deu certo alívio, uma vez que eu poderia ficar livre das inconveniências que eu via nas regras probabilísticas. Assim, a gradiência que me incomodava nos casos de variação, com ocorrência maior em algumas palavras do que em outras, bem como os casos em que um determinado som simplesmente não variava com outro, a depender da palavra, sendo, portanto, casos de natureza categórica, puderam ser acomodados num modelo mais elegante e, para mim, mais realista.

Durante muito tempo permaneci um difusionista convicto, mas sempre assombrado por duas coisas. A primeira delas foi algo que Dell Hymes escreveu em meu projeto de doutorado, ainda na Philadelphia. Sem me dar conta do fato, eu havia escrito em meu projeto o seguinte: nenhuma língua tem que mudar, mas todas mudam. O que eu queria dizer com isso era algo simples. Por exemplo, o pronome possessivo seu/sua poderia permanecer indefinidamente

² A não ser por um trabalho que apresentei numa reunião da ABRALIN, em Curitiba, e que depois foi publicado na revista DELTA, em 1987.



como pronome de 3ª pessoa, sem nenhuma obrigação de vir a ser substituído por dele/dela; ou, nada nos obrigaria a substituir *vós* por *vocês*; ou, nada forçaria a troca de uma vibrante alveolar por uma fricativa glotal. O comentário de Hymes para a minha afirmação foi um verdadeiro banho de água fria. O que ele escreveu foi: “*se é assim, então todas têm que mudar!*” E Hymes tinha razão! O meu primeiro fantasma assumia, portanto, a forma de uma pergunta a ser respondida: Por que as línguas mudam?

Meu segundo fantasma foi criado por mim mesmo e acabou me assombrando por muito tempo. Em Oliveira (1987, p. 32-33) eu havia escrito o seguinte: nenhuma língua tem como impedir o surgimento da variação, mas nenhuma língua tolera a variação. Na época eu não disse mais nada, mas fiquei com duas perguntas na cabeça desde então: Por que a variação acontece? Por que ela é resolvida? E o modelo difusionista não poderia prever nada disso, ou seja, nenhuma explicação poderia decorrer dele, muito embora ele permitisse uma descrição mais adequada. Mas ‘descrever’ não é ‘explicar’.

4. Uma nova fase

Durante um bom tempo pensei muito sobre essas perguntas, sem nunca apresentar uma resposta. Faltava um modelo teórico que me permitisse respondê-las adequadamente.

Meu primeiro estímulo para considerar um modelo teórico diferente, que me permitisse reconsiderar as questões que me incomodavam, veio de Nascimento (2009), que acabou por me levar a estudar os sistemas adaptativos complexos. Comecei pelos textos citados por Nascimento e, depois disso, procurei outros textos, até porque eu precisava entender a noção de sistema. A novidade que eu consegui apresentar foi a de levar o quadro dos sistemas adaptativos complexos para a discussão das perguntas que me incomodavam, ambas derivadas da afirmação que eu havia feito em 1987. Ou seja, não fui eu quem propôs que a linguagem fosse vista como um sistema adaptativo complexo. Isso já estava posto por outros pesquisadores. O que eu fiz foi, pura e simplesmente, tentar levar essa perspectiva para o entendimento da variação e mudança linguística.

Estava inaugurada, portanto, a minha terceira fase na sociolinguística. Basicamente, é por esse viés que estou considerando, hoje, a questão da variação e da mudança linguística. Em Oliveira (2014, 2015 e 2016) procurei, em cada um deles, responder a uma questão diferente, a saber:

- (1) Por que a variação linguística acontece?
- (2) Como variação linguística se propaga?
- (3) Como a variação linguística se resolve?

No meu modo de ver as coisas, a origem, a propagação e a resolução da variação linguística devem decorrer da própria natureza da linguagem, e aí talvez eu pudesse dar uma resposta à observação de Dell Hymes, ainda que com 40 anos de atraso. Mas para isso eu precisaria de um quadro teórico que me permitisse acomodar essa suposta natureza da linguagem. Foi exatamente por isso que acabei adotando a proposta de Nascimento e passei a ver a linguagem, “como um sistema aberto, não linear, auto-organizante, em constante troca de energia com seu exterior, exibindo espaços de fase, entendidos como graus de estabilidade e variabilidade”. (NASCIMENTO, 2009, p. 72)

Mas, em que medida podemos dizer que a linguagem é mesmo um SAC? Na medida em que ela apresente as propriedades de um SAC, ou seja, na medida em que ela se comporte como um SAC! E quais são essas propriedades? Podemos enumerar algumas delas, sem tentar esgotar o assunto. Vejamos:

(a)- Os componentes de um sistema complexo são interdependentes e interagem de modo não linear.

Acho que um bom exemplo disso pode ser dado pelas reorganizações que os sistemas linguísticos apresentam quando um de seus elementos é afetado, como ocorre nas mudanças vocálicas em cadeia, ou, para dar um exemplo mais conhecido, pelo alçamento do núcleo do ditongo (aw) em função do levantamento do núcleo do ditongo (ay), conforme o trabalho de Labov em Martha’s Vineyard (cf. LABOV, 1972, p. 1-42). Aliás, o mesmo pode ser observado em todo o movimento das vogais tensas no inglês de Nova Iorque (cf. LABOV, 1966, 1972). Ou seja, muito embora a diversidade aconteça, um padrão mais geral é preservado.

(b)- Os sistemas complexos são capazes de exibir comportamento emergente e criar conexões mais altas entre seus elementos.

O que a característica (b) destaca é o fato de os sistemas complexos exibirem uma estrutura composta de níveis hierárquicos. Na emergência temos o surgimento de um novo tipo de conexão entre as propriedades do sistema. O comportamento emergente é um fato novo, gerenciado coletivamente, e não se deve ao comportamento de um de seus componentes. Se quisermos dar um exemplo linguístico disso podemos recorrer ao conceito de fonologização (cf. JAKOBSON, 1978/1931), em que uma nova estrutura se forma pela utilização de um novo

conjunto de traços opositivos. Outros exemplos podem ser dados pela Lei de Grimm ou pela evolução das consoantes do latim ao português.

(c)- Os sistemas complexos oscilam entre um comportamento caótico e não caótico.

Os sistemas complexos são capazes de se adaptar dinamicamente, através da auto-organização. Eles são adaptativos por se auto-organizarem para se adaptarem a um ambiente em mudança. Muito do que se escreveu sobre a mudança linguística, principalmente no estruturalismo e no gerativismo, tenta recuperar exatamente esta tendência à auto-organização. Basta que nos lembremos, por exemplo, das premissas da fonêmica prática (PIKE, 1947), dos conceitos de nivelamento analógico e de mudança analógica (BLOOMFIELD, 1933), fonologização, refonologização e desfonologização (JAKOBSON, 1978/1931), das propostas de reordenação de regras em termos de *feeding* e *bleeding* (KIPARSKY, 1968, 1971), entre outros. Em todos esses casos uma dada estabilidade é imposta após um estágio de desequilíbrio.

(d)- Os sistemas complexos exibem retroalimentação.

Na retroalimentação uma parte do *output* realimenta o *input*. Na verdade, a retroalimentação é um mecanismo central na auto-organização. Os sistemas complexos contêm, portanto, retroalimentações que influenciam seu comportamento. Conforme vimos em algumas de suas características, os sistemas complexos podem emergir em diferentes formas e, ainda assim, preservar sua identidade. Isso é assim porque as coordenadas que eventualmente definem um sistema criam um espaço de pontos, e não um único ponto. Esse espaço, também conhecido como espaço fase (ou espaço base), consiste de duas partes, um estado e uma dinâmica. O estado é sempre temporário e pode ser definido como sendo a conformação do sistema num determinado ponto do tempo. É como se fotografássemos esse sistema num ponto x do tempo. Sua dinâmica, por outro lado, pode ser concebida como sendo um conjunto de instruções que controlam as possibilidades de alterações de estado ao longo do tempo. Um estado cria sempre a impressão de ordem, enquanto a dinâmica cria a impressão de desordem. Essa desordem é apenas a multiplicidade de estados que um sistema pode exibir no eixo do tempo. Portanto, os sistemas complexos se apresentam em constante estado de desordem. O termo 'entropia' é utilizado para se referir à medida da desordem. É interessante observar o seguinte: a linguística, de um modo ou de outro, sempre procurou abordar a linguagem e descrever as línguas naturais em termos de estado. A dinâmica sempre foi um problema para a linguística. Noções como 'variação livre', ou a rejeição pelo estudo das línguas naturais enquanto sistemas heterogêneos, mostram exatamente isso.

Podemos avançar um pouco mais com a seguinte questão: o que é que impede que essa desordem se torne caótica? Conforme mencionamos, um espaço fase é limitado por coordenadas e essas coordenadas limitam as trajetórias de estado dentro deste mesmo espaço fase. Em outras palavras, a desordem é controlada, previsível. Podemos dizer, então, que a dinâmica do espaço fase converge para um determinado conjunto de possibilidades, um padrão. Esse conjunto de possibilidades recebe o nome de atrator. Assim, os estados possíveis não têm que ser os mesmos em todas as emergências de um mesmo sistema.

5. Respondendo as perguntas

Depois desses comentários iniciais, podemos retomar a primeira de nossas perguntas e tentar ver de que maneira um quadro teórico que entenda a linguagem como um sistema adaptativo complexo nos ajuda a respondê-la. A primeira pergunta aqui colocada era: Por que a variação linguística acontece?

Para tentar responder a essa questão vou me valer de alguns dados da variedade de português falada em Belo Horizonte, dados esses retirados da amostra que coletei em BH, no ano de 1978. Esses dados se referem a um fenômeno específico que ocorre em todas as variedades do português brasileiro e que afeta a realização fonética das vogais médias pretônicas. No português brasileiro, podemos observar um contraste máximo entre as vogais orais na posição tônica, num total de sete vogais, como em (4a). Contudo, nas posições átonas, esse contraste máximo se desfaz, e observamos aí uma flutuação fonética com relação aos traços [ATR] e [ALTO], como se vê em (4b) e (4c).

(4)

a- Sílabas tônicas {a, E, ε, ι, ɔ, o, u}

b- Sílabas pretônicas e pós-tônicas não finais {a, [E, ε, ι], ι, [ɔ, o, u], υ}

c- Sílabas pós-tônicas finais {a, [e,ɪ], [o,u]}

Vou me ater aqui à situação mostrada em (4b), restringindo-me ao caso das vogais médias pretônicas. Vários trabalhos interessantes já foram, e continuam sendo, escritos sobre essa questão e certamente merecem ser considerados. Conforme se pode observar em (4b), as vogais médias pretônicas podem variar entre uma média aberta, uma média fechada e uma vogal alta. Considerando-se os fatos da variedade de Belo Horizonte, podemos pensar em dois



processos diferentes para dar conta dessa flutuação fonética: um processo de harmonia vocálica (HV), responsável pela ocorrência de vogais médias pretônicas abertas, sob determinadas condições, e um processo de redução vocálica (RV), responsável pela ocorrência das vogais altas. Os fatos em (5) exemplificam casos desse segundo tipo:

(5)	[ε,ο]	[ι,υ]
<i>bebida</i>	*	OK
<i>bebível</i>	OK	*
<i>coar</i>	*	OK
<i>coala</i>	OK	*
<i>cochilo</i>	*	OK
<i>coxilha</i>	OK	*
<i>domingo</i>	*	OK
<i>domínio</i>	OK	*
<i>notícia</i>	*	OK
<i>notista</i>	OK	*
<i>pedido</i>	*	OK
<i>pedinte</i>	OK	*
<i>peludo</i>	*	OK
<i>pelúcia</i>	OK	*
<i>polícia</i>	*	OK
<i>polido</i>	OK	*
<i>serviço</i>	*	OK
<i>servil</i>	OK	*

Em (5) mostrei apenas os casos que envolvem uma alternância entre uma vogal média fechada e uma vogal alta. Mas a situação pode ser um pouco mais complexa, como se pode ver em (6), com alternância entre as vogais pretônicas em sua forma média aberta, média fechada e alta.

(6)

	[ε,ο]	[ε,ο]	[ι,υ]
deserto (n.)	OK	*	*
deserto (adj.)	OK	*	OK
exéquias	OK	*	*
exótico	*	*	OK



tonel	OK	OK <	*
tolera	OK <<	OK <	OK
moléstia	OK	OK <	*
moleque	*	*	OK
sequestro	OK	OK <	*
semestre	*	OK <	OK
geleia	OK	OK <	*
boleia	*	*	OK
coleta	OK	OK <	*
colher (n.)	*	OK <	OK
colégio	OK	OK <	OK <<
moderno	OK	OK <	OK <<

O asterisco (*) indica apenas que a forma não ocorreu na amostra, e não que ela seja impossível. Na verdade, formas não ocorrentes na variedade de BH ocorrem em outras variedades do PB.

É interessante observar que nos casos de itens léxicos em que a variação ocorre, raramente é um mesmo indivíduo que fornece as formas alternativas. Esse é um fato importante para minha argumentação, como veremos mais adiante. O que temos, na esmagadora maioria dos casos, é um indivíduo optando por uma única forma (cf. OLIVEIRA, 1992). Ou seja, observa-se a variação na comunidade, mas não na fala dos membros dessa mesma comunidade de fala. Resumindo, e sem entrar em muitos detalhes, podemos dizer que esse caso de variação parece ser sensível ao item léxico e ao indivíduo, que vão atuar como atratores não periódicos. Dito de outra forma, o que se observa aqui é que cada indivíduo constrói de maneira única a forma fonética de seu léxico, o que justifica a opção por uma descrição do fenômeno em termos de difusão lexical.

Até aqui comentei os fatos de variação tendo como pano de fundo o próprio sistema linguístico. Acontece que esse sistema linguístico (no caso em questão o português falado em Belo Horizonte) não tem vida própria. Ele é apenas uma emergência possível de nossa faculdade de linguagem, entendida como um órgão do ser humano, sendo ele mesmo, o ser humano, um sistema complexo. E aqui vou recorrer a Hauser, Chomsky e Fitch (2010, 14-42). Os autores discutem o conceito de faculdade de linguagem, fazendo uma distinção clara entre

o seu sentido largo e o seu sentido estreito. Em seu sentido largo, a faculdade de linguagem inclui três sistemas:

- (a) **um sistema computacional interno,**
- (b) **um sistema sensório-motor, e**
- (c) **um sistema conceitual-intensional.**

O primeiro deles, ou faculdade de linguagem no sentido estreito, é um sistema computacional linguístico abstrato que interage com os outros dois sistemas. Segundo os autores, esse sistema computacional

[...] gera representações internas e as mapeia na interface sensório-motora através do componente fonológico, e na interface conceitual-intensional através do sistema semântico (formal) [...] (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2010, p. 18).

Ou seja, é ele, o sistema computacional, que gerencia o emparelhamento entre som e sentido. Num outro ponto do texto, ao comentarem a produção e a percepção da fala, os autores dizem que os seres humanos, assim como outras espécies, mostram uma grande habilidade para fazer discriminações entre sons vocais e, além disso, para fazer generalizações sobre esses sons. As pesquisas realizadas até agora mostram, nas palavras dos autores, “[...] evidências não apenas para a percepção categórica, como também para uma habilidade de discriminar entre exemplares prototípicos de fonemas diferentes.” (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2010, p.26).

Podemos supor, então, que nosso sistema sensório-motor contenha restrições que sejam determinadas pela sua própria natureza. Uma restrição desse tipo, para o caso das vogais átonas, poderia ser, por exemplo,

(7) Em posição átona, discrimine primeiramente [α BAIXO] e [β POSTERIOR].

E é apenas isso o que encontramos, na maioria dos dialetos do português, para a posição átona final. Num texto de Jakobson e Halle (1967, p. 134-135), é exatamente isso o que se prevê quando os autores falam da cisão do triângulo primário em dois triângulos secundários, o consonantal e o vocálico. No triângulo vocálico, a primeira distinção se faz entre /a/, /i/ e /u/. Portanto, parece haver uma hierarquia na aquisição desses contrastes vocálicos. Quando nada, são estes os sons vocálicos que são discriminados em primeiro lugar.

Uma restrição como (7) nos informa, simplesmente, que em posição átona se faça primeiro uma distinção entre vogais [+ baixo] e [- baixo], assim como entre aquelas que são [+ posterior] e as que são [- posterior]. Nada impede que outras distinções além dessas sejam feitas, mas, como numa escala implicacional, qualquer outra distinção deve ser precedida pela

distinção prevista pela restrição (7). Note-se, também, que a distinção, em posição átona, entre vogais altas e vogais médias, todas elas [-BAIXO], está fora de uma discriminação inicial que possa ser feita pelo sistema sensório-motor. Distinguimos, inicialmente, entre os sons [+BAIXO] (isto é, /a/) e os [-BAIXO] (i.e., /i/,/e/,/ε/,/u/,/o/,/ɔ/) e, em seguida, discriminamos, entre esses últimos, os [+POSTERIOR] (i.e., /u/,/o/,/ɔ/) daqueles que são [-POSTERIOR] (isto é, /i/,/e/,/ε/). No caso do português, nenhuma distinção conceitual posterior se faz entre os elementos marcados como [β POSTERIOR] em posição pretônica. Isso significa que qualquer detalhe adicional relativo à restrição (7) deve ser considerado línguo-específico.

Mas o que é que uma restrição como essa nos garante? Garante que sejamos capazes de entender, como sendo a mesma coisa, formas fonéticas diferentes como *m[ɔ]derno*, *m[o]derno* e *m[u]derno*, bloqueando, ao mesmo tempo, a possibilidade de variantes como **m[a]derno* ou **m[i]derno*. Ou seja, uma restrição como (7), para o caso em foco, garante-nos que formas fonéticas diferentes sejam associadas a uma mesma categoria (ou fonema), mesmo que algumas dessas formas possam se associar, também, a outras categorias em outros contextos como, por exemplo, em posição tônica. Os traços em (7) delimitam uma área de dispersão, como um atrator do tipo ciclo limite, onde vários estados podem ocorrer dentro de um mesmo espaço fase.

Dadas essas considerações, como é que podemos explicar casos de variação como os apresentados em (5) e (6)? Essa pergunta não é complicada e, na verdade, sua resposta decorre, pelo menos em parte, da restrição (7). Já que somos capazes de discriminar segmentos [-baixo, β posterior], então reconhecemos, como sendo a mesma coisa, em posição átona, os membros diferentes do conjunto [E~ ε ~ ɪ], assim como os membros diferentes do conjunto [ɔ~ o ~ u], mesmo que alguns membros desses conjuntos sejam compartilhados por outros fonemas. E é isso que fazem os falantes do português. Em resumo, os falantes reconhecem as categorias fonêmicas /ε/e /o/ em posição átona, como sendo classes de sons, ou estados diferentes de um mesmo espaço fase. A restrição (7), por assim dizer, libera a variação linguística no patamar da faculdade da linguagem em seu sentido largo. A partir de (7) podemos observar que a variação linguística é, de fato, ‘esperada’. No caso que estamos examinando, (7) reflete uma



possibilidade do sistema sensório-motor, se levarmos em conta a anatomia da cavidade bucal. Na verdade, (7) apenas explora os limites do espaço oral, determinando três espaços fase, nos quais as várias emergências podem aparecer na posição pretônica.

Em outras palavras, se abrimos mão de enxergar os sistemas como estados fixos, dos quais algo possa se afastar, e passarmos a vê-los em sua dinâmica, com diversos estados possíveis dentro de um mesmo espaço fase, passamos a ver a variação como algo natural. Nesse sentido é que podemos dizer que os sistemas linguísticos são heterogêneos por natureza, entendendo-se essa heterogeneidade em dois níveis distintos: (a) enquanto tessitura de elementos heterogêneos associados em um todo e (b) enquanto emergência de estados diferentes permitidos por um mesmo espaço fase. Resumindo, a linguagem, enquanto sistema adaptativo complexo, mantém a unidade na heterogeneidade. É isso que Morin (2007: 13) chama de ‘paradoxo do uno no múltiplo’.

Acho que neste ponto podemos adiantar uma resposta à nossa primeira questão: Por que a variação linguística acontece? Acontece porque ela sempre esteve lá! E sempre esteve lá enquanto estados possíveis de um mesmo espaço fase. A alternância entre estabilidade e instabilidade faz parte da natureza da linguagem enquanto um sistema complexo, assim como faz parte de sua natureza a alternância entre possibilidades, ou diferentes emergências, licenciadas por um mesmo espaço fase. Isso é verdade, também, para qualquer organismo vivo, que se desorganiza e se autorreorganiza. Isso só não vai acontecer se o organismo estiver morto.

Essas alternâncias nos levam à nossa segunda questão: Como variação linguística se propaga?

Retomemos o caso apresentado, voltando nossa atenção, agora, para algumas questões:

1- Por que uma variedade de português opta, majoritariamente, por uma das variantes, enquanto outra variedade opta por outra?

2- Por que algumas palavras se resolvem em termos de uma das variantes, enquanto outras palavras se resolvem por outra?

3- Por que alguns falantes optam por uma das variantes, enquanto outros falantes optam por outra?

Primeiro, vamos admitir, conforme previsto em (7), que as vogais médias pretônicas possam apresentar três variantes. Embora no dialeto de Belo Horizonte não ocorra uma forma como *p[u]der* (o que temos é *p[o]der*), ela ocorre em algumas variedades do português do

nordeste do Brasil. A mesma observação vale para palavras como *m[ɔ]rango*, *b[ɔ]lacha*, *c[ɔ]zinha*, *p[ɔ]mar*, *s[u]vina*, *m[u]dista*, *t[ɔ]mada* que, entre outras, não ocorrem nesta forma fonética em Belo Horizonte. Parece, então, que as regiões geográficas atuam como atratores não periódicos (*strange*), ou caóticos, i.e., como formadores de padrões diferenciados, sem periodicidade, e que não tendem sempre para um mesmo ponto. Vamos admitir, então, que o espaço atue como um atrator não periódico, responsável por diferenciações dialetais. Observe-se, contudo, que os atratores não periódicos operam apenas na acomodação da linguagem ao ambiente externo a ela. Dito de outra forma, se os atratores do tipo periódico limitam as possibilidades fonéticas no sistema sensorio-motor, a realização dessas mesmas possibilidades fonéticas, num contexto mais amplo, poderá ter uma distribuição de caráter quase aleatório. A restrição (7) nos diz *o que* esperar, mas não nos diz *como* isso se dará no eixo espacial.

Segundo, por que nem todas as possibilidades previstas em (7) apresentam a mesma distribuição lexical para todas as variedades regionais da língua? Esse fato nos obriga a tomar um novo rumo na maneira de lidar com a variação. Basicamente, a proposta é a seguinte: devemos levar em conta os itens lexicais para descrever a variação sonora. Em outras palavras, estou assumindo o modelo da difusão lexical e propondo que variedades diferentes de uma mesma língua propagam os processos sonoros de maneira diferenciada pelo léxico. Estou admitindo, então, que as possibilidades delimitadas no interior de um espaço fase possam ser empurradas para um ou outro padrão em termos dos itens lexicais, que também atuariam como atratores não periódicos que, enquanto formadores de padrão, não garantem nenhuma forma fonética em particular para nenhum item lexical específico e, sendo assim, não têm um papel determinístico.

Terceiro, por que falantes diferentes, de uma mesma variedade, não apresentam a mesma forma fonética para todos os itens lexicais compartilhados? Minha hipótese é a seguinte: a montagem da forma fonética do léxico é individual, muito embora os mecanismos acionados sejam os mesmos, uma vez que são delimitados pelo espaço fase. É evidente que falantes de uma mesma variedade apresentarão mais semelhanças do que diferenças entre si, já que a região na qual esta variedade é falada funciona como um atrator. Afinal todos eles desfrutarão de um mesmo contexto sociocultural no seu desenvolvimento da linguagem. E é evidente, também, que as diferenças irão crescer quando falantes de variedades diferentes são comparados.

Conforme eu disse antes, a proporção de uso de uma ou outra variante para as vogais

médias pretônicas não é a mesma, nem por região e nem por item lexical. A hipótese que estou adiantando aqui é a de que o espaço e o item lexical atuam como atratores não periódicos, associados a processos caóticos. No caso que estamos examinando este tipo de atrator se faz presente.

A interação entre um organismo e seu nicho implica na concomitância entre percepção, atenção e consciência. E é nessa operação sensorial que os traços do ambiente se tornam significativos. Conforme escreve Marchetti (2010, p.2, tradução nossa), “[...] cada vez que nós experimentamos algo, de modo consciente - seja uma cor, um som, uma dor, prazer ou qualquer outra coisa - temos uma experiência direta disso, nós ‘sentimos’ a sensação em pauta”.

Ou seja, é assim que ‘fazemos sentido’. O termo nicho, portanto, refere-se a um conjunto de situações nas quais um organismo pode exercer suas habilidades. Dito de modo diferente, havendo diferenças no nicho, podemos ter emergências diferentes.

Cada falante, portanto, em busca da emergência ótima, irá refletir os traços de seu ambiente, de seu nicho, num padrão fractal. Isso quer dizer, em última instância, que as diferenças dialetais tendem a ser preservadas e perpetuadas. Nas palavras de Sinha (2009, p.307, tradução nossa), “A gramática é uma instituição social que regula normativamente a prática linguística, e é a habilidade prática em aderir àquilo que ela disponibiliza ou restringe que o aprendiz da língua adquire”.

A citação de Sinha é importante exatamente porque perspectiva a gramática numa dimensão de 1ª Pessoa, sem deixar de fora o falante. O falante deixa de ser, então, um mero fornecedor de dados para uma possível análise, passando a ser o elemento central na configuração das várias emergências da língua.

Resumindo o que foi proposto até aqui podemos dizer que:

1- A variação linguística deve ser alocada na Língua-I, como parte da natureza da linguagem enquanto sistema adaptativo complexo. Uma vez que a linguagem não emerge sem o falante que, enquanto organismo, também se configura como um sistema adaptativo complexo, podemos dizer que isso nos leva a uma dimensão etológica da variação.

2- A propagação da variação deve ser alocada na Língua-E, em termos de atratores não periódicos, ou caóticos, e dos ajustes obtidos entre os organismos (os falantes) e seu nicho. Trata-se, aqui, da dimensão ecológica da variação. Nichos diferentes irão favorecer escolhas diferentes, gerando proporcionalidades diferentes por retroalimentação negativa.

Vamos agora à última questão colocada: Como a variação linguística se resolve?

Conforme afirmei antes, embora as línguas não tenham como impedir o surgimento da variação linguística, uma vez surgida ela tende a ser ‘resolvida’. Dito de outra maneira, uma vez que os vários estados de um mesmo espaço fase podem emergir, a tendência será a de regularizar, de alguma forma, a ocorrência dessas emergências possíveis. Tentei mostrar, ao responder à segunda pergunta, sobre a propagação da variação, que a montagem da forma fonética do léxico é individual, muito embora os mecanismos acionados sejam os mesmos, uma vez que são delimitados pelo espaço fase. É evidente que falantes de uma mesma variedade apresentarão mais semelhanças do que diferenças entre si, já que a região na qual esta variedade é falada funciona como um atrator. É o que podemos chamar de dimensões etológica e ecológica da variação. Casos de diferenciação espacial como estes podem ser atribuídos à ação da retroalimentação positiva, na qual um desvio qualquer tende a ser maximizado, o que acaba gerando uma espécie de caos global, uma vez que a direção do desvio não será a mesma para nichos diferentes. Mas o que é que acontece dentro de cada nicho? Haverá aí alguma tendência à regularização? A variação tenderá a ser ‘resolvida’?

Se observarmos os casos de variação (e mudança) relatados na literatura, poderemos observar alguns fatos que sugerem maneiras diferenciadas de se resolver a variação, ou seja, maneiras de autorreorganizar. Consigo antever (cf. OLIVEIRA, 1992) pelo menos cinco maneiras como isso pode acontecer:

- 1- Casos em que uma das variantes simplesmente elimina a outra;
- 2- Casos em que as variantes se contextualizam como alofones condicionados;
- 3- Casos em que as variantes se contextualizam lexicalmente;
- 4- Casos em que as variantes se contextualizam semanticamente, e
- 5- Casos em que as variantes se contextualizam geograficamente.

Vou assumir, como hipótese de trabalho, que a auto-organização se dá por uma retroalimentação negativa que age após um desequilíbrio provocado por uma retroalimentação positiva. Resumindo, é no mecanismo da retroalimentação que os SAC's exibem o jogo constante entre desequilíbrio e equilíbrio, entre a perturbação e a preservação de uma estrutura, ou padrão. É evidente que a hipótese aqui colocada precisa ser entendida de modo dinâmico e não como algo que conduza a um estado fixo, uma vez que, por sua própria natureza, os SAC's estão em movimento constante.

A linguagem, enquanto um sistema adaptativo complexo exhibe também um caráter dissipativo, i.e., ela está aberta à troca de energia e/ou matéria. Em outras palavras, sistemas

dissipativos podem ser influenciados por forças externas a ele como, por exemplo, o meio ambiente. Assim, pode-se dizer que o comportamento dos falantes se molda sob a influência de vários fatores, aí incluído o seu entorno social. Conforme sugeri antes, a variabilidade potencial, delimitada por atratores do tipo *ciclo limite*, é reorganizada em termos de atratores não periódicos, ecológica e etologicamente (cf. OLIVEIRA, 2015). Isso sugere, então, algum tipo de precedência do efeito de atratores não periódicos sobre atratores periódicos. Se, contudo, a heterogeneidade é estimulada pela própria natureza da linguagem, como é que o caos não se instaura? Ele não se instaura exatamente por conta da auto-organização, condicionada pela natureza dissipativa dos sistemas adaptativos complexos. Segundo Camazine et. al.,

Self-organization is a process in which pattern at the global level of a system emerges solely from numerous interaction among the lower-level components of the system. (CAMAZINE et. al. (2001:8))

A auto-organização envolve, portanto, os elementos internos ao sistema, i.e., seus agentes (os falantes) e as interações entre eles, assim como todo o ambiente em que essas interações se dão. Pode-se dizer, então, que a auto-organização promove o melhor ajuste possível entre um sistema e seu ambiente. A auto-organização se identifica, portanto, como uma emergência (i.e., o surgimento de uma estrutura hierarquicamente mais alta), gerenciada pela retroalimentação. Em outras palavras, para que a auto-organização seja possível é necessário levar em conta a natureza do contexto em que a linguagem acontece. O que estou propondo aqui é que os atratores não periódicos exercem pressão na remodelagem dos atratores periódicos (e, eventualmente, na reconfiguração do espaço de fases), ou seja, eles exercem pressão na direção da minimização ou da resolução da variação. Foi isso que procurei mostrar quando falei da propagação diferenciada da variação.

Vejamos alguns casos razoavelmente conhecidos que mostram como a auto-organização reequilibra um sistema que foi temporariamente perturbado. Podemos começar pelos casos mais simples, aqueles em que um ‘desequilíbrio’ temporário é resolvido pela eliminação de uma das possibilidades. A literatura em linguística histórica está repleta de casos como esses. Vou utilizar aqui um caso frequentemente mencionado nos estudos variacionistas, inicialmente relatado por Gauchat em seu estudo de Charmey, em 1905. Esse caso é retomado em Labov (1972:275-278). Gauchat observou em Charmey uma alternância entre [ʎ] e [y] que se distribuía por faixa etária da seguinte maneira:



Faixa etária	Variante
60-90 anos	[ʌ]
30-60 anos	[ʌ] ~ [y]
< 30 anos	[y]

Em 1929, 24 anos após a publicação do trabalho de Gauchat, Hermann (apud LABOV, 1972:276-278) encontrou, contudo, apenas a realização [y]. Esse é um caso claro daquilo que Labov (2010) chama de convergência, ou seja, como se trata de uma mesma comunidade, o que se espera é a convergência, e não a manutenção de algum tipo de divergência. O fator que pode estar por detrás dessa convergência é aquilo que Bloomfield (1933:476) afirma: “Every speaker is constantly adapting his speech-habits to those of his interlocutors”.

Casos como este podem ser encontrados na história de qualquer língua, e exibem o modo mais drástico de se lidar com um desequilíbrio momentâneo. Resumindo, um sistema controlado por um atrator de ponto fixo, que tinha apenas [ʌ] como output, se desequilibra momentaneamente, configurando-se como bimodal, com duas saídas possíveis, [ʌ] ~ [y], mostrando variação em contextos idênticos. A ‘solução’ para esse desequilíbrio, conduzindo a um novo estado de equilíbrio, consiste no retorno a um estado monomodal, com um atrator de ponto fixo em favor da forma inovadora. O que podemos ver neste caso é a atuação de uma retroalimentação positiva, que amplia a ocorrência da forma inovadora [y], na geração intermediária, estabilizada por uma retroalimentação negativa, que diminui paulatinamente a ocorrência de [ʌ].

Vejamos agora alguns outros casos que ainda são simples, mas nem tanto. Como primeiro exemplo vou retomar aqui outro trabalho clássico dos estudos variacionistas, relativo à pesquisa de Labov em Martha’s Vineyard, em 1963 (reimpresso em LABOV, 1972:1-42). O caso tratado é o da centralização (ou alçamento) do núcleo dos ditongos (ay) e (aw) na ilha de Martha’s Vineyard. O objetivo principal desse texto de Labov é o de mostrar a motivação social para uma mudança sonora específica, a centralização do núcleo dos dois ditongos. O texto contempla várias facetas da questão, mas vou me ater aqui àquilo que se observa com relação à centralização do núcleo do ditongo (aw) ao longo do tempo. O que Labov observa em seu estudo, para esse caso em específico, é que os informantes mais velhos, na faixa etária acima de 85 anos, mostram um índice baixo de centralização do núcleo. Ou seja, esses informantes

apresentam em sua fala uma maioria esmagadora de núcleos não alçados ou minimamente alçados, em comparação com a presença de algum tipo mais acentuado de alçamento. Por outro lado, informantes na faixa etária entre os 60 e os 85 anos passam a apresentar uma distribuição bem equilibrada entre formas alçadas e não alçadas. Contudo, os informantes de 60 anos para baixo apresentam uma distribuição diferente para os núcleos alçados e não alçados: as formas extremas de alçamento passam a se alinhar na presença de uma obstruinte surda seguinte enquanto as formas menos alçadas se distribuem na presença de algum outro tipo de segmento!

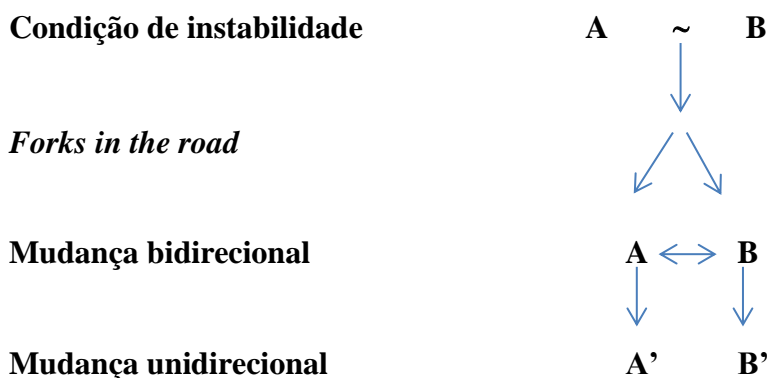
Esse é um caso clássico de bifurcação controlada por parâmetros internos ao sistema. Bifurcações são pontos em que algo se divide em dois ramos, numa mudança qualitativa no tipo de atrator, que resulta da alteração de algum parâmetro (cf. ARNOLD (1989)). Note-se que, nesses casos, o sistema também apresenta uma natureza bimodal, uma vez que ele assume dois pontos de convergência, ou dois estados, com alçamento máximo diante de obstruintes surdas e sem alçamento, ou com alçamento mínimo, nos demais ambientes. Ou seja, aquilo que os informantes entre 60 e 85 anos apresentavam como desequilíbrio foi resolvido pelos informantes mais jovens em termos de atratores do tipo ciclo-limite. Resumidamente podemos dizer o seguinte: uma variação livre que, a princípio, desequilibra o sistema, pode se autorreorganizar como variação condicionada, retomando o equilíbrio do sistema, desde que algum parâmetro novo venha a fazer parte de um novo espaço de fases. Nesse caso as obstruintes surdas, um parâmetro não contemplado inicialmente, passam a funcionar como atratores ponto fixo na auto-organização do sistema, que havia sido temporariamente desequilibrado por uma espécie de variação livre na faixa etária entre 60 e 85 anos.

Com base nos casos comentados até aqui proponho a seguinte hipótese:

Hipótese 1: Um estado de desequilíbrio em um sistema linguístico, provocado pela variação livre, será auto-(re)organizado, seja (a) pela eliminação de uma das variantes, permanecendo monomodal, ou (b) pela distribuição dessas mesmas variantes em ambientes mutuamente excludentes, passando a bimodal. Em ambos os casos o espaço de fases é alterado.

Observe-se que a Hipótese 1 leva em consideração algum tipo de auto-organização controlada apenas por atratores periódicos, do tipo ciclo-limite. Mas, conforme já dissemos, nenhum sistema atua no vácuo, estando, portanto, sujeito às influências do contexto em que ocorre. Essa é a natureza dos sistemas abertos, dissipativos. E, nesses casos, as coisas deixam de ser ‘simples’ e começam a contrariar as propostas ingênuas feitas para a análise da variação. Vejamos alguns desses casos. Esses casos são interessantes e retomam a questão maior de

LABOV (2010), envolvendo convergência e divergência. Segundo Labov, a divergência é esperada quando duas comunidades de fala estão separadas, de forma que a comunicação entre elas se torna reduzida. Assim, falantes de áreas dialetais diferentes podem se ver envolvidos, na interação face a face, em incompreensões mútuas (cf. LABOV, 2010:48-58). O que não se espera, contudo, é a presença da divergência quando duas comunidades de fala estão em comunicação contínua, fato que vai exigir algum tipo de explicação (cf. LABOV, 2010:5). No capítulo 7 de seu livro (2010:155-164) Labov nos fala de *forks in the road*, referindo-se ao desenvolvimento divergente que pode afetar dois dialetos vizinhos. Sua ideia básica é a seguinte: algum evento-gatilho levou à situação em que dois dialetos vizinhos acabaram apresentando um desenvolvimento divergente. Convém observar que toda a discussão de Labov envolve o complicado sistema de vogais do inglês americano, o que não nos interessa diretamente, aqui. Contudo, é muito interessante aquilo que Labov chama de *forks in the road*. Os casos que ele apresenta não são casos em que um mesmo espaço de fases se reorganiza, mas são casos em que temos o surgimento de dois espaços de fases diferentes. Para representar isso Labov se vale de um modelo em dois estágios (v. p. 156), que podemos replicar aqui:



(Adaptado de Labov (2010:156))

Vejam como isso se aplica a casos encontrados no português brasileiro. A palatalização de / t, d /, por exemplo, é um processo em estado incipiente em algumas regiões do Brasil (cf. BATTISTI (2010); BATTISTI, DORNELLES FILHO, LUCAS & BOVO (2007)). Em outras regiões, contudo, a alternância entre oclusivas e africadas já se estabilizou, numa alofonia condicionada. Se considerarmos a distribuição espacial desse processo, veremos que a palatalização se estabilizou nas áreas geográficas centrais dos falares brasileiros, como

no Rio de Janeiro (cf. ABAURRE & PAGOTTO (2013); CALLOU (2015); MOTA & CARDOSO (2015)), e também na Região Metropolitana de Belo Horizonte. E, como numa espécie de onda, o processo atinge áreas dialetais adjacentes, numa proporção que vai diminuindo à medida que a distância dessa área central vai aumentando (cf. ABAURRE & PAGOTTO, 2013:199).

Não há, contudo, nenhuma área em que a palatalização de / t, d / não se faça presente em algum grau. O que Abaurre & Pagotto nos mostram para a ocorrência de [tʃ], nas cidades incluídas no projeto NURC, é o seguinte:

RJ: 100%; Salvador: 85%; São Paulo: 73%; Porto Alegre: 40% e Recife: 7%.

Já Callou (2015:60), com base nos resultados obtidos por Quandt (2004), nos fornece mais alguns percentuais para a palatalização em outras localidades, tais como:

Minas Gerais: 98% para / t / e / d /; Paraná: 94% para / t / e 57% para / d /; Sergipe: 4% para / t / e 2% para / d /; Paraíba: 0% para / t / e / d /.

O processo que gera esse caso de variação, nas áreas onde a alternância ainda não se estabilizou, é, em si, trivial. O que não é trivial é exatamente a sua manifestação quantitativamente diferenciada por áreas diferentes. Se se trata de um processo foneticamente motivado, natural, porque não temos o mesmo comportamento em todas as regiões dialetais, e sim diferenças que vão de 0% a 100%? E de que modo casos como este podem ser tratados numa perspectiva da linguagem enquanto um SAC? O que ocorre neste caso é a atuação de um atrator não periódico (*strange attractor*) que tem a ver com a interação entre o sistema, aí incluídos seus agentes (os falantes) e as interações entre esses agentes, por um lado, e, por outro lado, seu ambiente, aí incluídos outros fatores como as regiões geográficas e os parâmetros e valores sociais relativos a cada uma delas. Em casos como esse o que se observa são variações nos parâmetros de controle, sejam eles geográficos e/ou sociais, o que leva a uma mudança qualitativa na dinâmica do sistema, beirando o caos. De fato, quando observado em sua totalidade, a palatalização variável de /t, d/ no português brasileiro apresenta um comportamento que sugere uma situação caótica. O que se observa são trajetórias sem periodicidade (ou atratores não periódicos). Se nos valermos da terminologia de Labov (2010), podemos dizer que estamos diante de um *fork in the road* que conduz a mudanças bidirecionais (ou bifurcações). Na variedade do Rio de Janeiro (cf. ABAURRE & PAGOTTO, 2013:199), assim como em Belo Horizonte, o sistema já se estabilizou, de maneira bimodal, numa alofonia

condicionada. Para as outras regiões, com base nos números apresentados acima e na convicção de que os sistemas tendem, infalivelmente, a se autorreorganizarem, podemos prever uma solução semelhante para Salvador e São Paulo. Quanto a Recife (e, talvez, Pernambuco), assim como para Sergipe e Paraíba, a expectativa é a de uma estabilização num ponto fixo, como oclusivas, no sentido contrário ao de Salvador e São Paulo (cf. também MOTA & CARDOSO, 2015:76).

Resumindo, considerando-se o espaço como atrator não periódico, podemos entender o quadro divergente nas variedades do português brasileiro no que se refere à palatalização de /t, d/. Esse parâmetro de controle (o espaço) é um *fork in the road*. Em cada caso desses há uma retroalimentação positiva, que amplia uma das ocorrências, atuando em conjunto com uma retroalimentação negativa, que inibe a ocorrência alternativa. Eventualmente se chega a um novo estado de estabilidade no sistema, como já aconteceu nas variedades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, numa distribuição bimodal ou, alternativamente, como parece estar acontecendo em Recife, Sergipe e Paraíba, em favor de um atrator de ponto fixo.

Voltemos agora ao caso das vogais médias pretônicas. Conforme já sugeri num texto anterior (cf. OLIVEIRA, 2015), a propagação dos processos responsáveis por suas realizações fonéticas diferenciadas deve ser tratada ecologicamente, i.e., levando-se em conta a interação entre um organismo e seu nicho sociocultural. Entendendo-se por organismos os agentes de um sistema linguístico, em interação com outros agentes e em constante ajuste com seu nicho sociocultural, a proposta feita era, na verdade, muito simples: Cada falante, portanto, em busca do ajuste ótimo, irá refletir os traços de seu ambiente, de seu nicho, num padrão fractal (p.66).

Se isto é verdade, então podemos esperar distribuições diferentes para as realizações fonéticas possíveis das vogais médias pretônicas por região. E é exatamente isso o que acontece, a julgar pelos percentuais apresentados por Brandão (2015: 13) e Mota & Cardoso (2015: 68-69). Basicamente, o que encontramos aí é o seguinte:

A- Em cidades do nordeste, como Salvador e Recife, os percentuais de ocorrência de vogais médias abertas, em posição pretônica, são de 60% para (e) e 47%, para (o).

B- Em cidades do sul e sudeste, como Porto Alegre e São Paulo, o percentual de ocorrência de vogais médias abertas, nesta mesma posição, é de 0%.

Ora, isso nos mostra duas coisas: primeiro, a atuação de um atrator não periódico (região) agindo de modo claro numa bifurcação e, segundo, em ambos os casos esse mesmo atrator aponta para uma direção possível da resolução da instabilidade que existe, uma vez que

as variantes abertas, [ɛ] e [ɔ] concorrem com variantes fechadas ([e] e [o]) e com variantes alçadas ([i] e [u]). A situação para Recife e Salvador (e, muito provavelmente, para a maioria das cidades nordestinas) pode ser representada por uma tendência monomodal em [ɛ]/[ɔ], com resíduos em [e]/[o] e [i]/[u]. Já para São Paulo e Porto Alegre a tendência seria também monomodal, mas com a moda em [e]/[o] e resíduos em [ɛ]/[ɔ] e [i]/[u]. Segundo Carmo (2013:174) o percentual de vogais médias pretônicas na forma média fechada, no noroeste paulista, é de 83.7%, ocorrendo apenas 16.3% de alçamentos (e 0% de ocorrências na forma média aberta). Um caso interessante de análise deste mesmo fenômeno pode ser visto em Dias (2014) que, examinando os fatos relativos a três localidades de Minas Gerais, Ouro Branco, Piranga e Machacalis, nos mostra, de modo convincente, que em Machacalis a tendência para uma possível reorganização do sistema vai na mesma direção das cidades nordestinas, ou seja, com a moda em [ɛ]/[ɔ], enquanto em Ouro Branco e Piranga a moda vai na direção de [e]/[o]. E se as coisas são assim, então podemos supor que os dialetos regionais tenderão a ficar cada vez mais diferenciados entre si, uma vez que a escolha da moda preferencial é diferenciada (ou, pelo menos, não há a menor garantia de que ela será a mesma).

Além do atrator não periódico região, outros atratores da mesma natureza acabam interferindo e provocando bifurcações menores, quase individuais. É o caso do léxico, seja ele visto globalmente, ou na relação entre itens léxicos específicos e os falantes individuais. Uma coisa que podemos dizer, de início, é que a relação estabelecida entre agentes individuais e o léxico, em termos de sua composição sonora, deve ser encaixada numa estrutura hierarquicamente mais alta, aquela estabelecida pelo atrator região. Isso quer dizer que os ajustes, ainda que individuais, são mais semelhantes entre si dentro de uma mesma área geográfica. Fato é que o léxico tem mostrado um efeito perturbador nas propostas mais frequentes para se acomodar algum efeito estrutural seguro na análise da variação ou da mudança. Para exemplificar esse caso, vou recorrer a outro texto clássico, Bloomfield (1933:321-345). O que acontece com Bloomfield é que ele se vê numa situação incômoda em seu capítulo 19, sobre geografia linguística. Aí podemos ver que as grandes isoglossas são simplesmente desrespeitadas pelo léxico. E são vários os exemplos disso. Um desses casos diz respeito à grande isoglossa que separa os dialetos alemães do norte dos dialetos do sul. Essa isoglossa, chamada de linha *maken-maxen*, supostamente separaria ao norte as palavras faladas



com uma obstruinte oclusiva, daquelas que ao sul são faladas com obstruinte fricativa. Então, era de se esperar que ao norte, onde ocorre *maken*, ocorressem também *ik*, *dat* e *dorp*. E, de fato, ao norte dessa isoglossa encontramos *ik*, mas encontramos também *ix*. Para complicar ainda mais as coisas, ao lado de *das* e *dorf*, abaixo da isoglossa, encontramos também *dat* e *dorp*! E não é esse o único exemplo de mau comportamento por parte do léxico; há ainda outros casos, relatados por Bloomfield, que envolvem dialetos holandeses.

Bloomfield acaba se rendendo aos fatos e escreve o seguinte:

All this shows that the spread of linguistic features depends upon social conditions. The factors in this respect are doubtless the density of communication and the relative prestige of different social groups. Important social boundaries will in time attract isogloss-lines. Yet it is evident that the peculiarities of the several linguistic forms themselves play a part, since each is likely to show an isogloss of its own. (1933: 345)

Como se pode ver, Bloomfield antecipa muito daquilo que se diz atualmente sobre os SAC's.

Em Belo Horizonte encontramos algo semelhante, envolvendo a realização fonética das vogais médias pretônicas. A realização fonética para essas vogais, em Belo Horizonte, sugere uma distribuição bimodal, já que em Belo Horizonte concorrem, em pé de igualdade, [e]/[i], para a série anterior, e [o]/[u], para a série posterior. Contudo, quando observamos a distribuição dessas alternâncias pelo léxico, assim como na relação {léxico-indivíduo}, o caos aparente começa a mostrar um padrão que aponta para a mudança de classe fonológica de inúmeras palavras, afetando diretamente a representação subjacente das mesmas. Se é assim, vou me permitir lançar aqui uma segunda hipótese:

Hipótese 2: Perturbações nos sistemas são sempre promovidas por atratores não periódicos.

Essa afirmação diz, simplesmente, que a variação linguística só ocorre no contexto social e em função dele, exatamente como Meillet (1906, apud WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M, 1968:176) sugere e como Labov (1972: 178-180) afirma e prova (2001:498-511). Eu diria ainda que a atuação dos atratores não periódicos pode apontar também para uma direção específica a ser tomada na auto-organização do sistema. Essa auto-organização, por sua vez, será confirmada no desenho de um novo espaço de fases, controlado por atratores periódicos, conforme sugeri na Hipótese 1.

6. Conclusão

Finalizando, como podemos resumir as propostas aqui colocadas para responder às três perguntas iniciais?

Por que a variação linguística acontece?

Acontece porque ela sempre esteve lá, prevista no espaço fase e controlada por atratores do tipo ciclo limite. A maneira como ela vai emergir dependerá da ação de atratores não periódicos. Em resumo, estou dizendo que a variação faz parte do DNA da linguagem, de sua natureza.

Como variação linguística se propaga?

As emergências possíveis, permitidas pelos atratores periódicos, se propagam de maneira diferenciada, levando em conta o nicho sociocultural de cada situação, de maneira etológica e ecológica. Nichos diferentes favorecerão possibilidades diferentes de emergências, qualitativa e quantitativamente. É uma questão de ajuste.

Como a variação linguística se resolve?

Pela interação entre os agentes de um sistema (os falantes) e pela interação entre esses agentes e seu ambiente. Valem aqui as citações de Bloomfield e Camazine. É assim que se reduz um desvio, por retroalimentação negativa.

Referências

- ABAURRE, M. B. M. & PAGOTTO, E. G.: Consoantes em ataque silábico: palatalização de /t, d/. In, ABAURRE, 2013, p. 195-236.
- ARNOLD, V. I.: *Teoria da catástrofe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- BATTISTI, E.: Variação. In, BISOL, L. & SCHWINDT, L. C. (orgs.). *Teoria da Otimidade: Fonologia*. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 271-290.
- BATTISTI, E.; DORNELLES FILHO, A. A.; LUCAS, J. I. P. & BOVO, N. M. P.: Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes. In, Revista virtual de estudos da linguagem – REVEL vol. 5, n. 9, agosto, 2007.
- BLOOMFIELD, L.: *Language*. New York: Holt, 1933.
- BRANDÃO, S. F.: Variação e mudança no âmbito do vocalismo. In, MARTINS, M. A. & ABRAÇADO, J. (orgs.), 2015, p. 11-38.
- CALLOU, D.: Variação e mudança no âmbito do consonantismo. In, MARTINS, M. A. & ABRAÇADO, J. (orgs.), 2015, p. 39-64.
- CAMAZINE, S.; DENEUBOURG, J-L.; FANKS, N. R.; SNEYD, J.; THERAULAZ, G. & BONABEAU, E. *Self-organization in biological systems*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- CARMO, M. C.: As vogais médias pretônicas na variedade do interior paulista. Tese (Doutorado em Linguística)-IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto, 2013, 294 páginas.
- DIAS, M. R.: Estudo comparativo da variação das vogais médias pretônicas em falares mineiros. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, 372 páginas.
- HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it



- evolve? In: LARSON, R. K.; DEPRez, V.; YAMAKIDO, H. (Ed.). *The evolution of language: Bilingual perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.14-42.
- JAKOBSON, R.: Principles of historical linguistics. In, Baldi, Philip & R. N. Werth (eds.), *Readings in historical phonology – Chapters in the theory of sound change*, The Pennsylvania State University Press, 1978, p. 103-120.
- JAKOBSON, R. & M. HALLE: A fonologia em relação à fonética. In: Jakobson, Roman. *Fonema e fonologia: ensaios*. Tradução e notas, com um estudo sobre o autor por J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967. p. 101-146. (Filologia e Linguística, 2).
- KIPARSKY, P.: Linguistic universals and linguistic change. In, Bach, Emmon & R. T. Harms (eds.), *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 196-202, 1968.
- KIPARSKY, P.: Historical Linguistics. In, Dingwall, W. O (ed.) *A Survey of Linguistic Science*, University of Maryland Press, pp. 577-642, 1971.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC, Center for Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, W.; *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change, Vol. 3 – Cognitive and Cultural Factors*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- MARCHETTI, G. *Consciousness, Attention and Meaning*, New York: Nova Science Publishers, 2010.
- MARTINS, M. A. & ABRAÇADO, J. (orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOTA, J. A. & CARDOSO, S. M.: Variação fônica nas capitais brasileiras. In, MARTINS, M. A. & ABRAÇADO, J. (orgs.), 2015, p. 65-78.
- NASCIMENTO, Milton.: Linguagem como um sistema complexo: interfases e interfaces. In, Paiva, Vera Lúcia O. & M. Nascimento (orgs.), *Sistemas adaptativos complexos: Lingua(gem) e aprendizagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009, p. 61-72.
- OLIVEIRA, M. A. Variável linguística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. *Revista DELTA*, São Paulo, V. 3, n. 1, fev. 1987.
- OLIVEIRA, M. A.: The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, n.89, p.93-105, 1991.
- OLIVEIRA, M.A. Aspectos da difusão lexical. *Revista de Estudos da Linguagem* 1: 31-41. Belo Horizonte, FALÉ/UFMG, 1992.
- OLIVEIRA, M. A.: A variação fonológica na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo. In, MAGALHÃES, José (org) *Linguística in Focus 10: Fonologia*. Uberlândia, EDUFU, p. 11-35, 2014.
- OLIVEIRA, M. A.: Por uma abordagem etológica e ecológica da variação linguística. In, Parreira; M. C; Cavaleri, S. M. S.; Abreu-Tardelli, L.; Nadin, O. L. & Costa, D. S. (orgs.), *Pesquisas em Linguística no século XXI: perspectivas e desafios teóricos-metodológicos*, São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 45-70, 2015.
- OLIVEIRA, M.A. A auto-organização como mecanismo para a resolução da variação linguística. in: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, (58-3), set./dez., Campinas: UNICAMP, 2016, p. 1-17.
- PIKE, K. L.: *Phonemics – A technique for reducing languages to writing*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1947.
- QUANDT, V.: O comportamento da lateral anterior na fala do norte-noroeste fluminense. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- SINHA, C.: Language as a biocultural niche and social institution. In, Evans, V. & S. Pourcel (eds.), *New directions in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, p. 289-310, 2009.
- WEINREICH, U., W. LABOV & M. HERZOG. Empirical foundations for a theory of language change. In, LEHMANN, W. P. & Y. MALKIEL (eds), *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

Morphosyntactic, prosodic, functional and distributional description of the information unit of Parenthesis in spoken Brazilian Portuguese

Descrição morfossintática, prosódica, funcional e distribucional da Unidade Informacional de Parentético no português brasileiro falado

Saulo Mendes Santos¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Giulia Bossaglia²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Este tem por objetivo apresentar uma descrição preliminar da unidade informacional de Parentético (PAR), baseada no corpus C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012), representativo da fala informal da variedade mineira do português brasileiro, e embasada na Language into Act Theory (L-AcT; CRESTI, 2000). Foram pesquisadas as principais características prosódicas (duração, frequência fundamental, intensidade) e morfossintáticas (núcleos sintáticos, preenchedores mais frequentes), bem como características funcionais (metanarrativos, metalinguísticos e modais) e distribucionais (posição dentro do enunciado) desta específica unidade informacional. Nossos resultados sugerem que exista uma distinção funcional entre PAR curto vs. longo. Além disso, a unidade informacional de PAR parece, por vezes, carregar força ilocucionária.

Palavras-chave: Fala espontânea. Parentético. Português brasileiro. C-ORAL-BRASIL.

Abstract: This paper aims at presenting a preliminary description of the informational unit of Parenthesis (PAR), based on the corpus C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012), representative of the informal speech of the Minas Gerais's variety of Brazilian Portuguese, and underpinned on the Language into Act Theory (L-AcT; CRESTI, 2000). The main prosodic (length, fundamental frequency and intensity) and morphosyntactic (head types and most frequent fillers) characteristics, as well as functional (metanarrative, metalinguistic, and modal) and distributional (position within the utterance) characteristics were surveyed for this specific information unit. Our results suggest that a distinction between short and long PAR exist. Also, the information unit of PAR seems at times to carry illocutionary force.

Keywords: Spontaneous speech. Parenthesis. Brazilian Portuguese. C-ORAL-BRASIL.

1. Introduction

¹ Mestrando, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, saulo.mendes@gmail.com

² Professora Adjunta, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, giulia.bossaglia@gmail.com

As known from the handful of research undertaken over the past decades, spontaneous speech cannot be accounted for in the very same way that written language, due mainly to its peculiarities as a process and to phenomena entangled by the channel through which it is transmitted, say, the air. As an ongoing process carried out online by speakers in interaction, spontaneous speech is characterised by pauses, hesitations, repetitions, repairs, just to name a few. As a message put into code by the human phonatory system and transmitted throughout the surroundings of its source, spoken language has a fundamental frequency (f_0), which enables the perception of the voice pitch, and an intensity, which causes the perception of volume, for each time unit pacing the speech stream. Since speakers dispose of different ways of conveying meaning, the structure of speech displays an organisation of the information different from written language. A good framework for a survey on the structure of speech is the one provided by the Language into Act Theory (L-Act), which is adopted for the purposes of this work. According to L-Act, the Information Unit called Parenthesis corresponds, essentially, to a metalinguistic insertion that carries a speaker's evaluation about any part of the ongoing utterance. A chunk of the speech continuum is identified as a parenthetical insertion by means of the combination of three criteria: i) its prosodic characteristics; ii) its distribution inside the utterance; iii) its communicative function.

The information unit of Parenthesis (PAR) – or the corresponding units in other frameworks – has already been surveyed inside and outside the framework here adopted. The behaviour of this unit in spoken Brazilian Portuguese remains, however, to be better understood with respect to its functions, distribution, and prosodic properties. The purpose of this work is, thence, to take a few first steps into this subject by researching some of the main characteristics of PAR, as described on previous works, over a sample taken from a spoken Brazilian Portuguese corpus, representative mainly of the Minas Gerais State variety. The focus of this work lays on the description of PAR in the morphosyntactic, prosodic, functional and distributional levels. It must be acknowledged that the prosodic description reported on the following sections is of a very preliminary nature and that the most complex prosodic properties and patterns of PAR are set aside to a subsequent work. We tried, on the other hand, to grant some special attention to the morphosyntactic level by surveying the types of morphosyntactic content of PAR, as well as by crossing verb-headed PARs to some of their prosodic characteristics, say, mean f_0 and f_0 variation.

This paper is divided into four sections besides this introduction and the conclusion. The

second section reviews some basic assumptions and premises of the Language into Act Theory. The third section looks back at some previous works on functional and prosodic properties of PAR. The fourth section outlines the methodology of this survey and describes the sampled spoken corpus. The fifth section deals with the analysis of the data and its findings. Some final remarks are made in the conclusion, to sum the most important findings up and to point out what remains to be done.

2. Language into act theory (L-Act)

The L-Act (CRESTI, 2000; CRESTI & MONEGLIA, 2005; MONEGLIA & RASO, 2014) is inspired by the Theory of Speech Acts (AUSTIN, 1962), and it has been developed through extensive empirical research based on the LABLITA (*Laboratorio di Linguistica dell'Università di Firenze*, Italy) spoken corpora. L-AcT defines the theoretical and methodological foundations of the C-ORAL-ROM (CRESTI & MONEGLIA, 2005) and C-ORAL-BRASIL (RASO & MELLO, 2012) projects.

As an extension of the work left by Austin (1962), L-AcT assumes a pragmatic reference unit, say, the utterance, which is, on the contrary to other syntactic reference units, a more adequate unit for spontaneous speech. Furthermore, L-AcT introduces to the study of speech acts many prosodic notions which could only be captured in the light of technological tools developed during the past decades. Besides developing an innovative approach to speech acts, the research undertaken within this framework led to generalisations concerning the organisation of speech, which are of utmost importance for this work. Before discussing these generalisations, let us begin with some basic premises.

2.1 Utterance as a basic reference unit

The basic notions adopted in the framework of L-AcT emerge from the empirical research on spontaneous speech corpora, aiming at granting adequate categories to compile spoken corpora, which display particular characteristics compared to other types of corpora (MONEGLIA & RASO, 2014, p. 469). The transcription criteria within the C-ORAL family took into consideration the annotation of two types of prosodic breaks: terminal, annotated through double slashes “//”, which delimit the utterance’s boundaries, and non-terminal, annotated through a simple slash “/”, delimiting tone units internal to the utterance

(MONEGLIA & RASO, 2014). According to Moneglia & Raso (2014, p. 469), the detection of prosodic breaks within the C-ORAL family corpora was assured by competent speakers, whose perception exhibits a high degree of convergence at cross-linguistic testing (MONEGLIA *et al.*, 2005; MONEGLIA *et al.*, 2010; RASO & MITTMANN, 2009; MELLO *et al.*, 2012).

Prosody plays a central role within L-Act. Besides proposing that prosodically terminated sequences delimit an utterance within the speech stream, L-AcT assumes that this speech chunk encloses the prosodic cues which, together with other pragmatic-cognitive parameters, convey a specific illocutionary force to the utterance. L-AcT defines the utterance as a prosodically terminated sequence within the speech flow endowed with a specific illocutionary force conveyed by specific prosodic features together with other contextual parameters. In other words, an utterance is a pragmatically interpretable speech chunk (CRESTI, 1994; CRESTI, 2000; MONEGLIA & CRESTI, 2006; MONEGLIA, 2005, 2006, 2011) bounded by terminal prosodic breaks.

2.2 Information Patterning Theory

Within L-AcT framework, an utterance may be simple, i.e. formed by a single tone unit, or complex, i.e. internally segmented by functional (not created by hesitations and repairs) non-terminal prosodic breaks, thus formed by more than one tone unit and, then, displaying a prosodic structure, i.e., a prosodic pattern. According to Moneglia & Raso (2014), the prosodic pattern set up by these breaks is, in broad lines, isomorphic to the information patterning, that has traditionally been described by different frameworks in terms of Topic-Comment, Topic-Focus, Theme-Rheme, or Given-New (CHAFE, 1970; CHOMSKY, 1971; HALLIDAY, 1976; LAMBRECHT, 1994; HOCKETT, 1958; JACKENDOFF, 1972; KRIFKA & MUSAN, 2012). Consistent with the needs emerging from the research undertaken on the C-ORAL corpora, L-AcT went beyond this opposition and adopted a rich set of new information units known as the Information Pattern Theory (CRESTI, 1994; MONEGLIA; CRESTI, 2006; CRESTI; MONEGLIA, 2010; MELLO; PANUNZI; RASO, 2011).

According to Moneglia & Raso (2014, p. 479), the prosodic model of the Information Patterning Theory is underpinned on the IPO model ('T HART *et al.*, 1990). The IPO model puts forth that functional prosodic cues, such as relevant, voluntary f_0 movements, can convey a specific informational value. The model was later expanded at LABLITA (FIRENZUOLI,

2003) in order to encompass other prosodic profiles defining other information units.

According to the Information Patterning Theory, the information units can be of two main types, say, textual units and dialogic units. The former makes up together with COM, the sole information unit that is indeed necessary to build an utterance the semantic and syntactic content of the utterance, while the latter serves basically to regulate the ongoing interaction. Below, we summarise the information units set up by the Information Patterning Model:

Table 1 – Information units according to the Information Patterning Theory

	Information unit	Tag	Function
Textual units	Comment	COM	Conveys the illocutionary force of the utterance
	Topic	TOP	Determines the scope of application of the illocutionary force conveyed by COM
	Appendix of Comment	APC	Combines with the text of COM and concludes an utterance
	Appendix of Topic	APT	Delivers delayed information to the text of TOP
	Parenthesis	PAR	Inserts metalinguistic and metanarrative information into the utterance with backward or forward scope, help the addressee to understand what is being said
	Locutive Introducer	INT	Signals that the subsequent units have a different status regarding what was being said, marking a shift in the interpretation
	Multiple Comment	CMM	Build up a chain of COM which sets an illocutionary pattern
	Bound Comment	COB	Build up a sequence of COM which does not set an illocutionary pattern rather being the expression of the flow of thought
Dialogic units	Incipit	INP	Opens the communicative channel
	Conative	CNT	Requests an interactant to join or to refrain any deed
	Phatic	PHA	Keeps the communicative channel open
	Allocutive	ALL	Pinpoints the interactant to whom the utterance is addressed
	Expressive	EXP	Provides emotional support for the interaction indicating affinity and empathy
	Discourse Connector	DCT	Governs the discourse flow connecting information units and showing that a sequence is not yet finished

(adapted from MONEGLIA & RASO, 2014, p. 490-491)

An information unit is thus said to have three defining components: i) a prosodic profile; ii) a distribution, namely its position with respect to the illocutionary unit; and iii) a specific pragmatic function, such as the ones displayed in Table 1.

Insofar as utterances are internally structured through the combination of information units, two types of syntactic configuration are envisaged within L-Act: *linearised* and *patterned* (CRESTI, 2014). On the one hand, the syntactic relations observed within a single information unit (linearised syntax) are understood as proper subordination and coordination

structures. On the other hand, syntactic constructions performed across more than one information unit are part of a patterned construction and, thus, in principle, not subject to proper syntactic relations. Therefore, L-AcT assumes that, although syntactic relations may be observed between information units, what prevails are the informational/pragmatic relations between them, conveyed by prosodic cues. All the same, this statement is disputed.

3. Information unit parenthesis (PAR)

The information unit of Parenthesis is functionally described, within the L-AcT, as an insertion of semantic information – that is to say, compositional regarding the utterance – inside the utterance. Basically, PAR somehow restricts or clarifies the use of any term or expression as well as other facts narrated by the speaker, having either backward or forward scope (TUCCI, 2010; MONEGLIA & RASO, 2014).

There have also been relevant contributions to this subject outside the L-AcT framework. Noteworthy is the handful of research carried out by Schneider (2014), who has been studying in depth the functions that parentheses have cross-linguistically, based on spoken corpora. This author defines parenthesis as a particular linguistic behaviour or communicative strategy brought about by the speaker's need for inserting additional information outside the level of the ongoing utterance, thus breaking its linearity. In this sense, the parenthesis is marked by a syntactic, semantic or prosodic disruption, or else a combination of disruptions on one or more of such levels (SCHNEIDER, 2014). According to Schneider (2014, p. 287), many other functions have been hypothesised for parenthesis. To sum them up, parenthesis may fulfil functions such as: side notes aiming to correct interferences or hindering reactions of the interactant (BERRENDONNER, 2010); specifications, exemplifications, explications, descriptions or definitions of referential units (MAZELAND, 2007); information structure units (TAGLICHT 1984; BRANDT, 1996; ZIV, 2002; KALTENBÖCK 2010); epistemic extenuation of speaker commitment (SCHNEIDER, 2007); epistemic increase of speaker commitment (KALTENBÖCK, 2010); reported speech (SCHNEIDER, 2007); evidential information (IFANTIDOU, 2001; SCHNEIDER, 2007); indication of illocutionary force (SCHNEIDER, 2007; SCHNEIDER, 2010); self-initiated repair (SCHNEIDER, 2007; BERRENDONNER, 2010; SCHNEIDER, 2011); resumption of something precedingly said (SCHNEIDER 2011); focusing (SCHNEIDER, 2007); hesitation (SCHNEIDER, 2007); and

conative or phatic function (SCHNEIDER, 2007). The overlapping between many of the functions set forth for parenthesis and the functions of some information units within L-AcT framework – such as conative, phatic, focusing – is striking. L-AcT deals with many of them not as parentheses, but as particular information units characterised by specific prosodic profiles and labelled with different names (Conative, Phatic, among others: MONEGLIA & RASO, 2014).

An information unit is defined in terms of functional, prosodic and distributional criteria. As for the data of the Italian section of C-ORAL-ROM, Tucci (2010) reports the main functions and possible distribution for PAR as well as general prosodic characteristics. Firstly, PAR is described in terms of three main functions, namely a metanarrative, a modal, and a metalinguistic one. Metanarrative PAR inserts information to instruct the addressee about the speaker's either positive or negative attitude towards the narrative. Modal PAR, on the other hand, inserts the speaker's judgment – a hedging or any other modality (epistemic, deontic and so forth) – about the utterance content. Lastly, metalinguistic PAR signals to the addressee that a particular and subjective lexical selection was done, frequently explaining such selection by reformulating it.

Tucci (2010) also describes the prosodic profile for PAR based on data from Italian. According to the author (TUCCI, 2010, p. 8), PAR is prosodically characterised in comparison to the neighbouring units by i) a sensible descent of mean f_0 values on the onset; ii) an overall flat, deep f_0 movement along the prosodic unit; iii) change in speech rate; iv) possibility of emphatic peaks. Its prosodic profile has thence the following features: i) absence of preparation; ii) flat or descending nucleus; iii) possibility of ascending coda within the utterance; iv) mean duration of nuclear syllable: 0.142 ms; nuclear f_0 excursion³ between 104 Hz-90 Hz (male) or 134 Hz-115 Hz (female); onset values: 104 Hz (male), 134 Hz (female), maximum: 173 Hz (male), 157 Hz (female), minimum: 96 Hz (male), 127 Hz (female). Finally, Tucci (2010) reports that PAR has a free distribution within the utterance, except for the initial position.

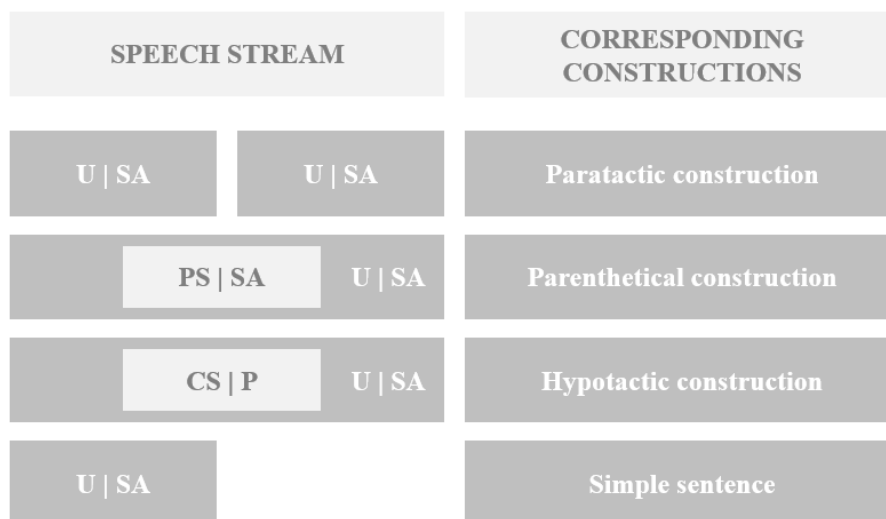
Tucci (2010) considers PAR a borderline structure with respect to syntax. On the one hand, PAR is part of the linear syntax of the host utterance, since it combines with other syntactic structures within the utterance. On the other hand, PAR is not commanded by the syntactic relations of its host utterance, since its order is not given by the same principles that

³ Excursion rate corresponds to f_0 final – f_0 initial.

control, for instance, government. Therefore, PAR has no syntactic relation, neither hypotactic nor paratactic, with the host utterance, being thus a linearly adjacent structure but not a constituent (TUCCI, 2010). Likewise, Tucci (2010, p. 3) points out that the independence of PAR regarding its host structure correlates with its prosodic independence.

Schneider (2014) distinguishes *parenthesis* from *parenthetical sequence*. According to the author, the latter is a particular kind of linguistic behaviour or communicative strategy, whereas the former is a concrete item producing a constructional pattern. Schneider (2014) puts forth that at least one type of parenthetical sequence is a speech act combined with another utterance, also bearing a speech act. The author also distinguishes three constructions: a paratactic construction, a parenthetical construction, and a hypotactic construction. We adapted below the scheme proposed by Schneider (2014, p. 283):

Figure 3 – Parenthetical constructions; adapted from Schneider (2014, p. 283)



In Figure 3, each construction may be an Utterance (U), a Parenthetical Sequence (PS) or a Clausal Sequence (CS). Each construction bears either a Speech Act (SA), or a Proposition (P) without an illocutionary force. Paratactic constructions are merely adjacent utterances, both carrying illocutionary force. A parenthetical construction, on the other hand, is one in which both host utterance and the insertion have illocutionary force. In the hypotactic construction, the insertion does not have any illocutionary force. The parenthetical sequence bearing illocutionary force is provisionally called by the author a *side note*.

4. Data and methodology

In this section we outline our methodology to describe Parenthesis.

4.1 Data

The survey on PAR was based on a sample of the C-ORAL-BRASIL corpus (RASO & MELLO, 2012), a spontaneous speech corpus representative of the Minas Gerais State diatopy of Brazilian Portuguese, characterised by a wide diaphasic variation.

The corpora of the C-ORAL family have characteristics specially designed to enable an adequate study of spontaneous speech, such as: a) the size of the corpora, whose total number of words varies between 300,000 and 450,000; b) high degree of diaphasic variation, which is paramount in order to document different types of illocutions; c) attention to the diastratic variation; d) coverage of varied types of interaction, namely monologues, dialogues (two active participants), and conversations (more than two active participants); e) orthographically based transcription, enabling computerised processing without limiting the documentation of ongoing processes of grammaticalisation and lexicalisation; f) prosodic breaks' segmentation, and annotation of interruptions and repairs; g) text-to-speech alignment (through the software WinPitch, MARTIN, 2005); h) morphosyntactic parsing; i) high-quality audio files, recorded through non-invasive devices, in order to preserve the spontaneity of the natural-context interactions (see MELLO 2014 for more details).

The sample we used is the Brazilian Portuguese minicorpus extracted from the C-ORAL-BRASIL, available online for corpus queries at the DB-IPIC (DataBase for Information Patterning Interlinguistic Comparison) website (<http://www.lablita.it/app/dbipic/>) developed by the LABLITA. According to Panunzi & Mittman (2014, p. 130), the minicorpus contains a total of 20 files taken from C-ORAL-BRASIL. At the same time as it is made up by the best audio quality recordings, the minicorpus preserves the essential architecture of the C-ORAL-BRASIL corpus. The minicorpus is provided with a manual informational tagging, that allows a quick identification of the information units, according to the Information Patterning Model of L-AcT.

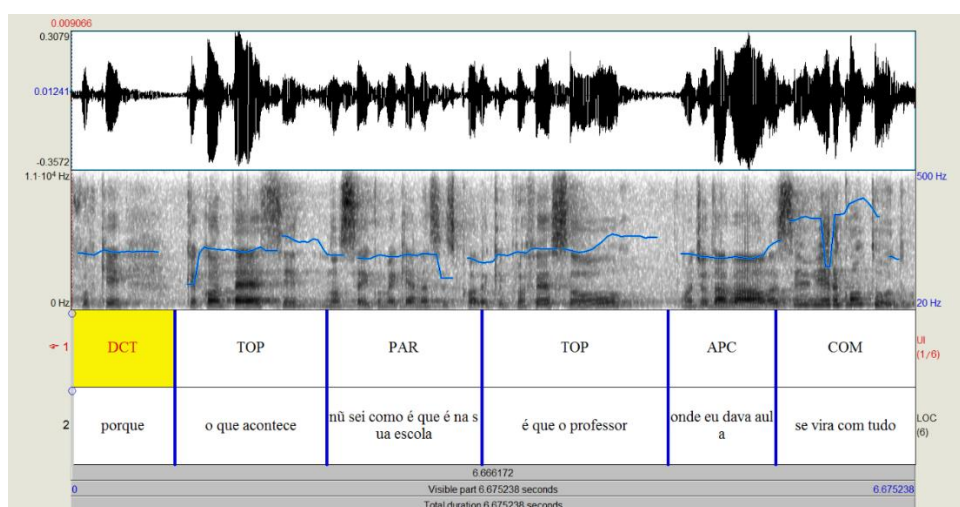
4.2 Methodology

All occurrences of PAR found in the minicorpus were sampled for this work. We surveyed the sample for: i) morphosyntactic properties (dependency relations, syntactic head

type); ii) functional typology; iii) duration; iv) distribution; and v) presence of illocutionary force.

Furthermore, we annotated all information units of 10 utterances randomly chosen from the sample which contained at least one PAR, and extracted basic prosodic measures (mean f0, intensity), using Praat (BOERSMA & WEENINK, 2017), in order to sketch a prosodic description. Additionally, we annotated all verb-headed PARs and extracted their basic prosodic measures (f0, intensity, f0 excursion). An example of the annotation made is displayed below:

Figure 4 – Example of annotation



The data was thence classified through the audit of the audios, using the software Winpitch (MARTIN, 2005). In the next section, we set out the tabulated data and our analyses.

5. Results and analysis

Insofar as there are more and less prototypical occurrences, we illustrate each category with some of their most representative examples in order to bring forward the guidelines that led the categorisation process.

In our sample, we found a total of 152 tokens of PAR. A total of 68 PAR tokens displayed a verbal head and were, therefore, annotated for prosodic measurement. Most of PAR occurrences – 107 tokens – were retrieved from monologues, which typically display more complex utterances.

5.1 PAR length

In order to describe PAR length, we classified as *short* all tokens corresponding to a single phonological word, say, containing a unique primary stress, and as *long* all other tokens:

(2) a) short

<oito /=CMM= né /=CMM= na verdade> //PAR= (audio bfamdl01_296)

<eight /=CMM= huh /=CMM= actually> //PAR=

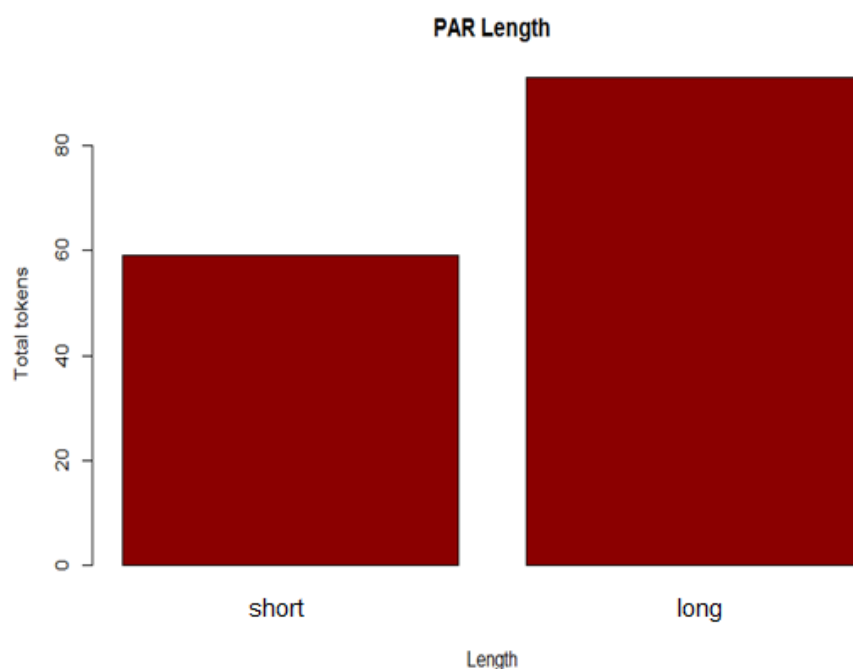
b) long

fulana de tal /=TOP_r= *à* /=SCA= *Casa Dragão* /=SCA_r= *deve* /=COM_r= *Casa Dragão é minha casa* //PAR= (áudio bfammn03_123)

Janie Doe /=TOP_r= *to* /=SCA= *Casa Dragão* /=SCA_r= *owes* /=COM_r= *Casa Dragão is my store* //PAR=

Out of 152, 93 tokens were classified as long. Chart 1 below displays the distribution of PAR with respect to length:

Chart 1 – PAR length distribution



The distinction between short and long is of utmost importance for two main reasons. Firstly, fillers of short PAR are most of the times limited to very few possibilities, as shown in subsection 5.5. Secondly, their functions also seem to be more restricted, as shown in subsection 5.6. This leads to the conclusion that some PAR, such as *na verdade* (actually) in (2), may be in process of grammaticalisation or discursivisation. In accordance to what has been put forth by other authors (see SCHNEIDER, 2007; MAZELAND, 2007), we consider that our data provide additional evidence for granting short PAR tokens a peculiar status.

5.2 Position within the utterance

To classify our data, we took into account three possibilities, namely *medial*, *final*, and *embedded* within another informational unit. Examples in (3) illustrate these possibilities:

(3) a) medial

<eu queria ver a comunidade dele> lá /=COB= ver que que es falam /=SCA= entre si
/=COB= assim /=PAR= só pra eles mesmos //COM= (audio bfamcv01_27)

<I would like to know his community> there /=COB= to hear what they talk /=SCA= to
each other /=COB= like /=PAR= just for themselves //COM=

b) final

<com> hífen /=COM= por exemplo //PAR= (audio bfamcv04_284)

<with> hyphen /=COM= for instance //PAR=

c) embedded

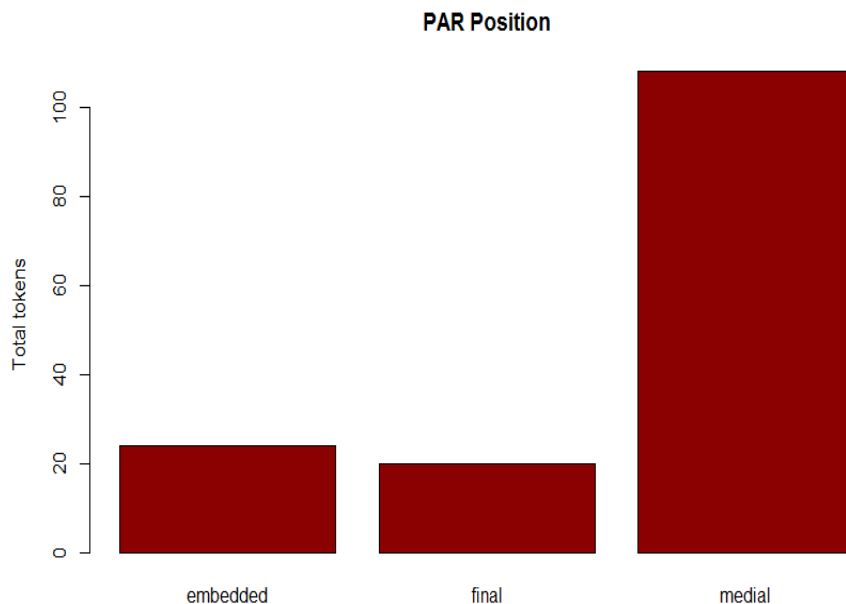
ái cê /=i-COM=⁴ tipo /=PAR= dá a &irre [2]=SCA= a real de quantas palavras que
são //COM= (audio bfamcv04_277)

then you /=i-COM= sort of /=PAR= say the &tru [2]=SCA= how many words there
are truly //COM=

⁴ Interrupted information units are tagged with “i-”. PAR can occur within another information unit, as in this example.

The position distribution of PAR is set out in Chart 2 below:

Chart 2 – PAR position distribution



It is noteworthy that most PAR tokens are embedded and medial. The fact that final position PAR may distributional and functionally overlap information units of Appendix of Comment helps to explain why this position is disfavoured. Conversely, the embedded position seems to be very characteristic of PAR to the extent that textual information units are not expected to be intertwined with other information units.

5.3 Syntactic head types

The syntactic classification took into consideration the main phrase types plus a subclassification of verb phrases into *sentential*, *finite*, and *non-finite*. For the sake of economy, we exemplify only the verbal phrases:

(4) a) Sentential

nesse mercado eu fiquei um bom tempo /=COB= *eu já tinha tido uma experiência*
 /=PAR= e é um mercado muito carente de informação //COM= (audio
 bfammn06_54)



I worked for a long time in this sector /=COB= *I had already had an experience*
/=PAR= and this is a sector where information lacks a lot //COM=

b) Finite

que a Dodora /=i-COB= *que era a mamãe* /=PAR= *ia ficar < muito > feliz* /=SCA=
de morar /=SCA= *perto da dona Terezinha* /=COB= *que era minha* &b [/2]=SCA=
minha avó //PAR= (audio bfammn02_143)

that Dodora /=i-COB= who was my mother /=PAR= would be < very > happy
/=SCA= to live /=SCA= near Dona Terezinha /=COB= who was my &b [/2]=SCA=
my grandmother //PAR=

c) Non-finite

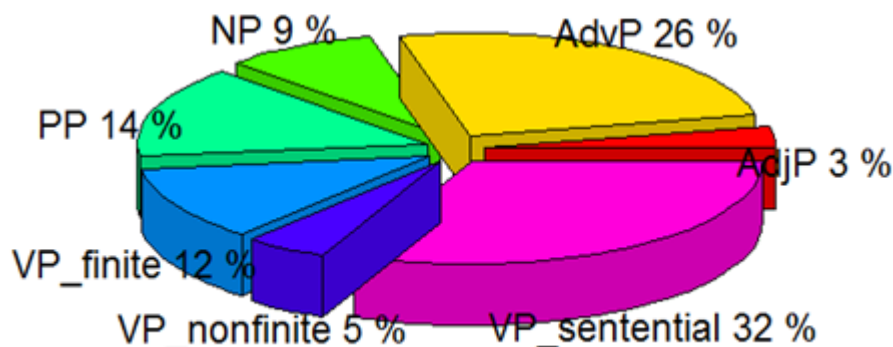
se a gente vai de [/1]=SCA= *de táxi* /=TOP= *voltar de táxi* /=PAR= *po' comprar um*
//COM= (audio bfamdl01_201)

if we go [/1]=SCA= by cab /=TOP= *come back by cab* /=PAR= you could buy one
//COM=

Chart 3 below shows PAR head type distribution:

Chart 3 – PAR head type distribution

Pie Chart of PAR Syntactic Head Types



As it can be seen from the chart, verbal PAR – 49% – is by far the most frequent type. Among other types, adverbial PAR is the most frequent – 26%. It is noteworthy that occurrences of PP, NP, AdvP, and AdjP are mostly short PAR tokens. On the other hand, verbal PAR tokens are mostly long, as expected.

5.4 Formal syntactic relation

Even though L-AcT framework considers that there are no linear (or proper) syntactic relations across information units, we surveyed for syntactic dependency relations established between PARs and neighbouring units. We classified tokens as *dependent* or *independent*, as illustrated in (5):

(5) a) Dependent

< dá licença um > pouquinho /=COB= enquanto cê nũ tá jogando /=PAR= que cê
[1]=SCA= ninguém güenta esse cu seu não //COM= (audio bfamcv03_243)

< excuse me for a > moment /=COB= while you're not playing /=PAR= that you
[1]=SCA= nobody puts up with this ass of yours //COM=

b) Independent

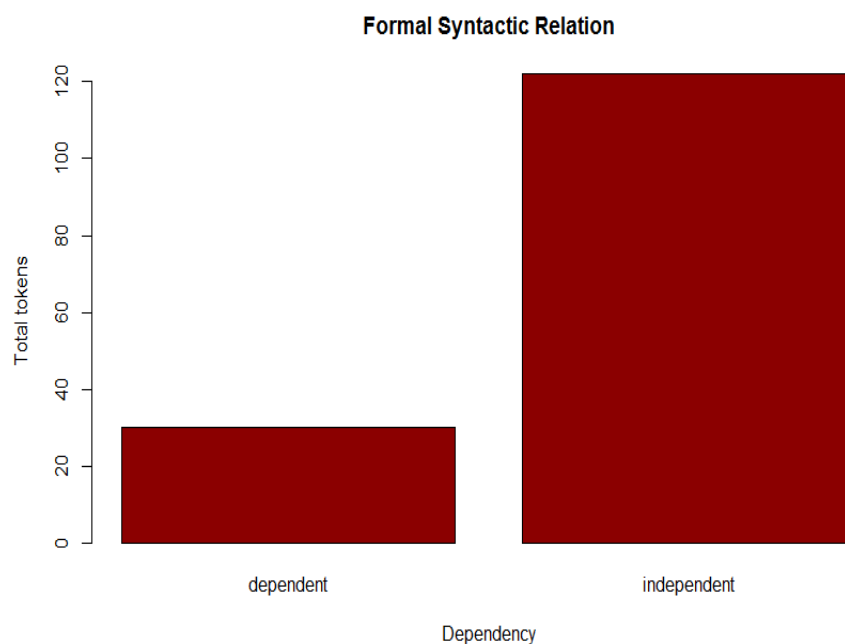
que /=DCT= quando nós fomos levar o papel da advogada lá pra assinar /=TOP= que

a advogada é que mexeu pra mim /=PAR= *ela nã queria assinar* //COM= (audio bfammn05_87)

that /=DCT= when we took the attorney's document for her to sign /=TOP= *that there is an attorney championing my cause* /=PAR= she didn't want to sign it //COM=

Although “b” exhibits what appears to be a complementiser, it cannot be deemed dependent on the structure of the host utterance, since it does not establish a hypotactic relation to it. It is neither a relative nor a subordinate clause. Rather, it inserts an explanation in order to avoid a reaction by the addressee, who was not aware that there was an attorney championing the cause. The result is summarised in Chart 4 below:

Chart 4 – PAR head type distribution



The chart above displays that most PAR tokens exhibit no true syntactic relation of dependency to its host utterance anyway. This figure is of paramount importance because it brings forward the fact that PAR undergoes not only a prosodic disruption but also frequently a syntactic disruption with respect to its host utterance.

5.5 Lexical fillers

Aiming to provide additional evidence for a possible ongoing grammaticalisation or discursivisation process among some PAR types, we surveyed the most frequent fillers and collocations. Therefore, we searched for the most frequent trigrams, bigrams, and single words recurring within the text of PAR. Table 2 below displays the most frequent words and expressions (functional lexemes included) collapsed for short and long PAR:

Table 2 – Most frequent fillers within PAR

short PAR		long PAR	
Filler	Occurrences	Filler	Occurrences
assim	23	que	33
por exemplo	8	de	15
tipo	8	é	12
eu acho	4	da	11
por aí	2	eu	11
aqui	1	o	11

As observed in the corpus, long PAR tokens carry various types of fillers and exhibit no preference for any pattern with respect to words or collocations, therefore, showing no evidence for processes of grammaticalisation. As expected, among more frequent occurrences they display only functional words. Conversely, 45 out of 59 short PAR tokens display recurrent full lexical items or collocations, such as *por exemplo* (for instance) and *eu acho* (I think), exhibiting a strong pattern towards modal and discursive functions. We regard this fact as a *prima facie* evidence that short PAR must not have the same status as long PAR, and that some of them may be undertaking a grammaticalisation or a discursivisation process, undergoing desemanticisation, decategorialisation, and even phonetic loss. We also consider that some tokens classified in the corpus as short PAR might functionally overlap other information units (if they could not be better classified under such labels).

5.6 Functions of PAR

We classified PAR into the three main functions reported by Tucci (2010): metanarrative, metalinguistic and modal. During the analysis, we also observed some tokens

whose function was to pinpoint any object in the context or a gesture probably occurring simultaneously to the utterance. Although there were very few tokens of this sort, we deemed them noteworthy, since we suppose they may establish direct relations between information units and their contexts⁵. Examples of the functions are shown in (6):

(6) a) metanarrative

*e /=DCT= e o seu Pedro /=TOP= o marido dela também /=PAR= muito bravo também
 /=PAR= &s [/I]=EMP= sistemático /=PAR= um dia ele /=TOP= já depois do quase
 setenta ano /=TOP= resolveu /=SCA= &a [/I]=EMP= arranjar outra //COM=
 (audio bfammn03_4)*

*and /=DCT= and Mr. Pedro /=TOP= also her husband /=PAR= also a very sulky man
 /=PAR= &s [/I]=EMP= methodical /=PAR= one day he /=TOP= already over 70 years
 old /=TOP= decided /=SCA= &a [/I]=EMP= to find another woman //COM=*

b) metalinguistic

*bom /=INP= aí a bolsa chega /=CMB= aí /=DCT= a gente /=SCA= homogeniza
 /=COB= desgruda as plaquetinhas da parede < dela assim > /=PAR= faz tipo uma
 /=SCA= cinturinha +=COB= (audio bpubcv01_116)*

*well /=INP= so the blood bag arrives /=CMB= and then /=DCT= we /=SCA=
 homogenise it /=COB= we take off the platelets from the inner sides of the bag < like
 that > /=PAR= we do sort of a /=SCA= waist +=COB=*

c) modal

*só que é de microondas /=COM= eu acho //PAR= (audio bfamd101_40)
 but that's for microwaves /=COM= I think //PAR=*

d) deictic

⁵ As a matter of fact, C-ORAL-BRASIL corpus consists of text-to-audio aligned files, thus only allowing a conjecture of such a connection. A survey in a multimodal corpus would be necessary to validate this conjecture.

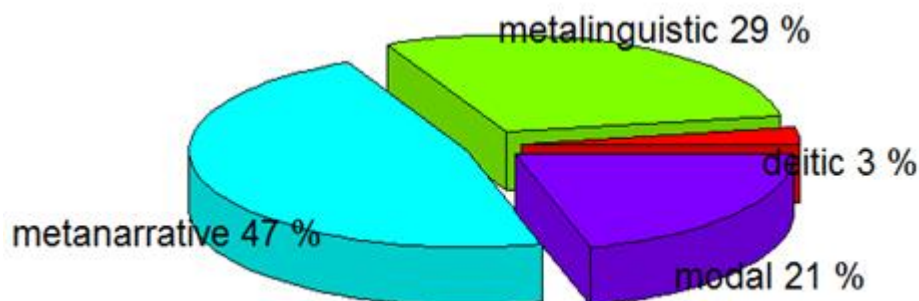
< e uma > dessa /=COM= aqui /=PAR= também < o' > //APC= (audio bpubdl02_41)

< and one > of these /=COM= here /=PAR= < look > //APC=

Chart 5 below presents the overall distribution of PAR into the four subfunctions:

Chart 5 – PAR functional typology

Pie Chart of PAR Functional Typology



As seen in the chart, most PAR tokens, 47%, are metanarrative, followed by metalinguistic and modal PAR. However, this overall figure does not seem to say anything if we do not collapse it by length. Charts 6 and 7 do this work:

Chart 6 – Functions of short PAR

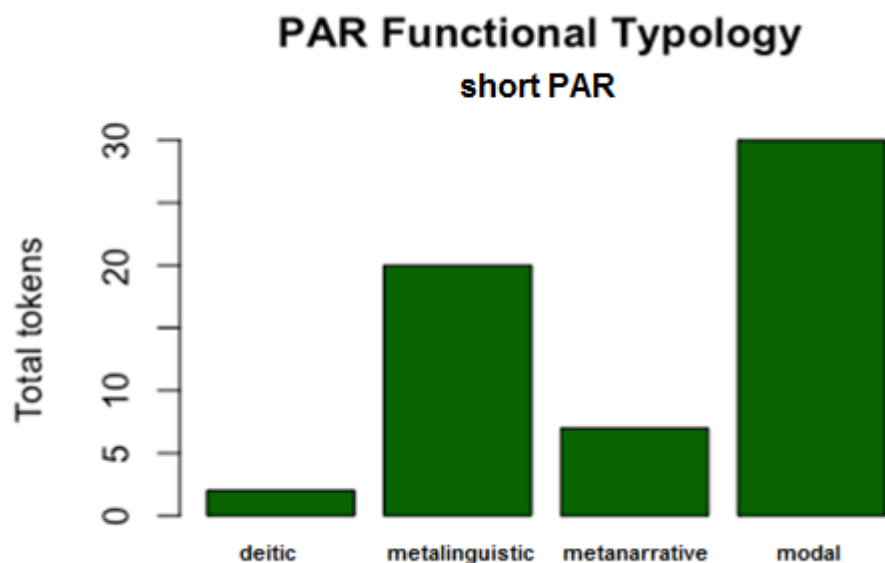
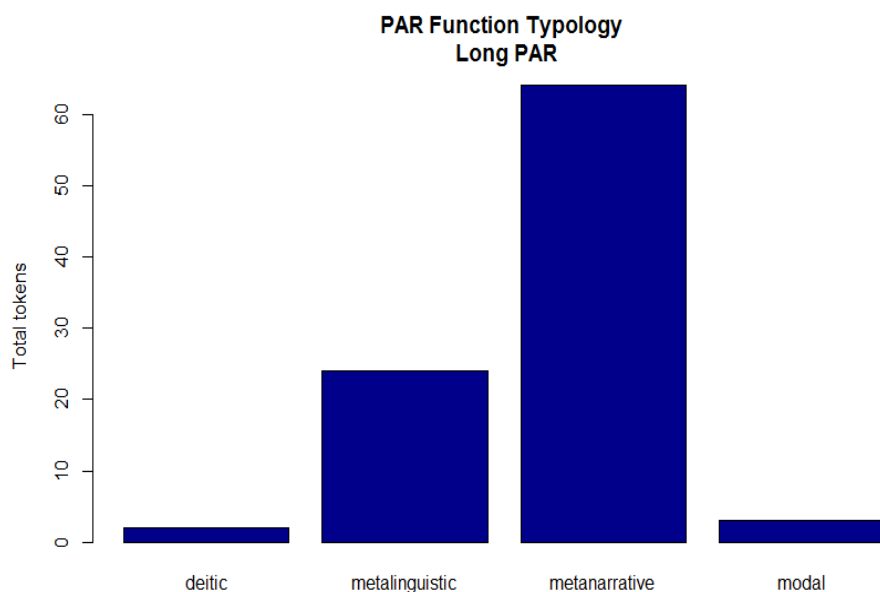


Chart 7 – Functions of long PAR

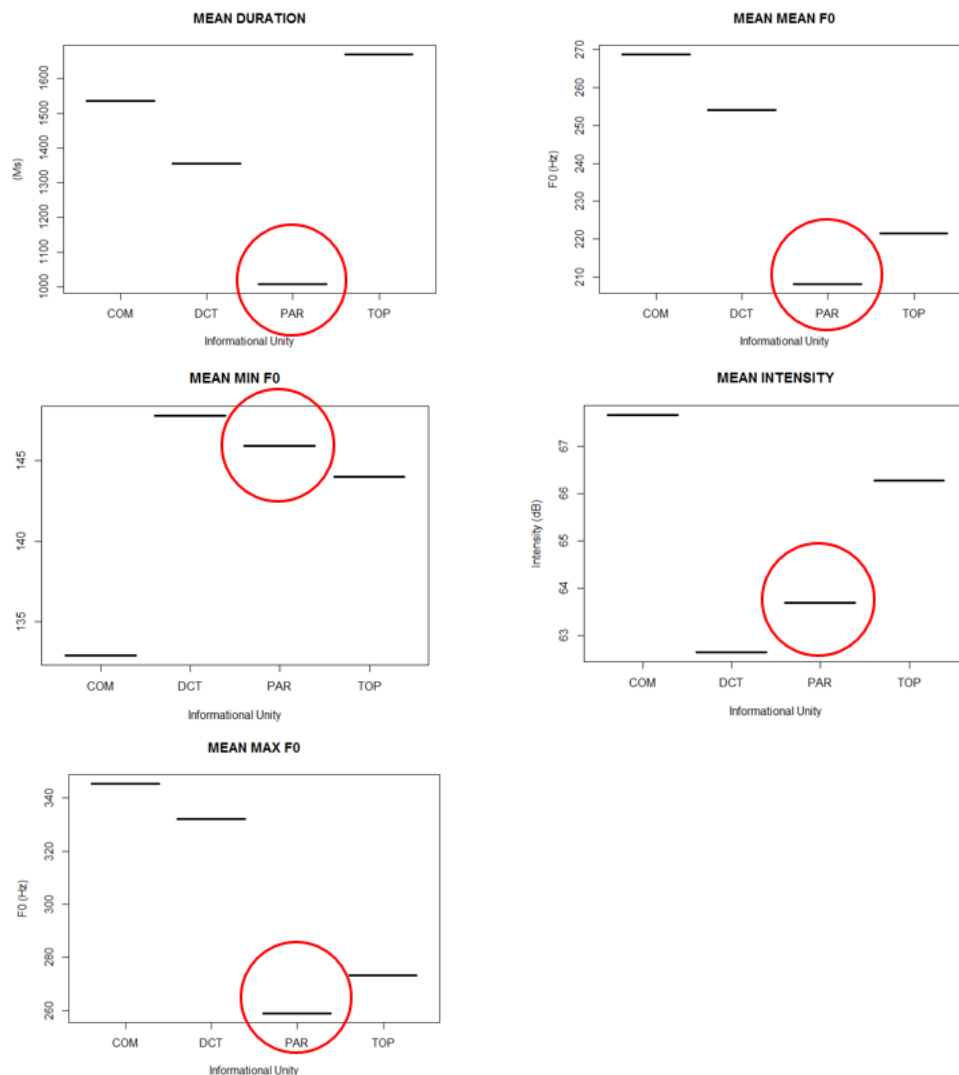


We can now observe a clearer picture in comparing charts 6 and 7. Whereas short PAR tokens display a slope towards modal and metalinguistic functions, long PAR tokens tend to be mostly metanarrative and metalinguistic. However, this distinction could become even clearer provided that many short PAR tokens classified as metalinguistic can be considered a kind of grammaticalised/discursivised PAR, or even reclassified into another information unit.

5.7 Initial prosodic description

In order to have an overview of prosodic characteristics of PAR regarding its neighbouring units, we annotated all information units found within 10 randomly taken utterances containing PAR in our sample. We measured mean duration, mean mean f0, mean maximum f0, mean minimum f0, and mean intensity, using the Praat script Prosody Pro (XI, 2013). The means for each label were calculated and are shown below in Chart 8:

Chart 8 – Prosodic means of PAR and neighbouring units DCT, TOP, COM



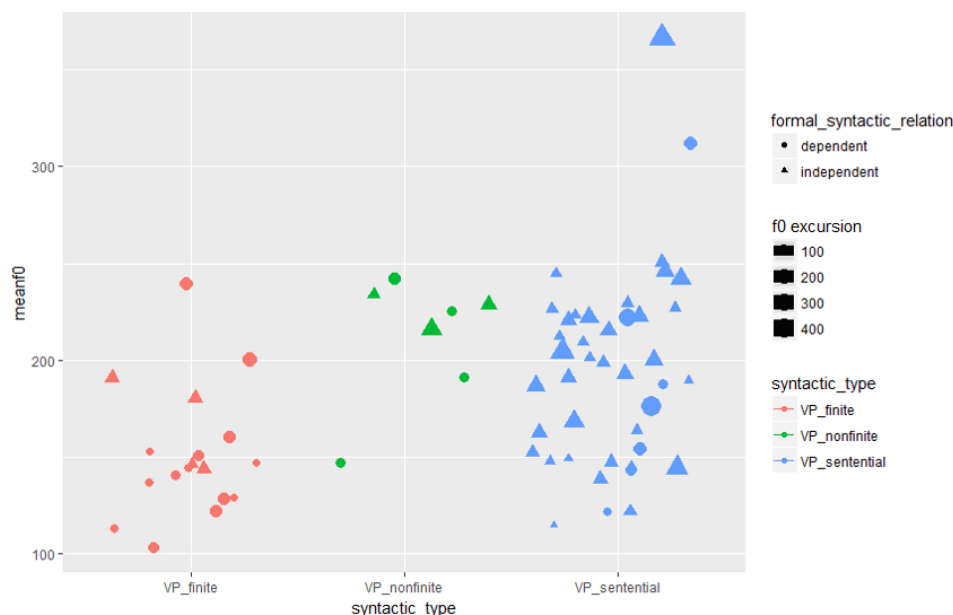
In Chart 8, COM stands for Comment, DCT for Discourse Connector, PAR for Parenthesis, and TOP for Topic (see Table 1). PAR means are circled in red. As regards mean duration, PAR is the shortest unit among the units surveyed, probably due to an influence of short PAR tokens,

since the difference between short and long PAR was not considered here. As reported for Italian, the mean mean f0 of PAR is also the lowest among the textual units surveyed, thus providing *prima facie* evidence that in Brazilian Portuguese f0 movement of PAR also displays a negative change compared to the neighbouring units (remember that PAR was described as having a flat, deep f0 contour in Italian). In accordance with this picture, the mean minimum f0 of PAR is among the highest values and mean maximum f0 is among the lowest, showing that PAR probably does not display in general a very ample f0 range. For instance, whereas COM displays a mean range of approx. 212Hz, PAR exhibits a mean range of approx. 115Hz, that is, a difference of more than 100Hz, which is indeed prosodically relevant. Finally, the mean intensity of PAR also displays a tiny difference regarding other textual units, though we cannot deem it relevant for reasons going beyond the scope of this work.

5.7 f0 measures for verb-headed PAR

In this subsection, we present some f0 measures taken from verb-headed PAR, collapsed into finite, non-finite, and sentential PAR. Chart 9 below sets out the results:

Chart 9 – f0 measures vs. verb-headed PAR



If little can be said about non-finite verbal PAR (green), some differences between finite verbal (red) and sentential PAR (blue) can be drawn out. Firstly, finite PAR tokens are scattered in lower f0 area of the plot, thus displaying a tendency toward a lower mean f0. On the other hand,

sentential PAR tokens are scattered mainly between 200 and 250 Hz, that is comparable to COM (250 Hz, Chart 5). Secondly, most finite PAR tokens are syntactically dependent (circle), which was indeed expected, whereas most sentential PAR are independent (triangle). Lastly, sentential PAR tokens display a broader excursion – max f0 - min f0 – (dot size), whereas finite PAR tokens have, aside from a few tokens, a narrower f0 range. If any PAR is to exhibit illocutionary force, we should expect this to happen mainly amid sentential PARs, since they present not only wider f0 excursion and higher f0 mean, but also a syntactic – probably semantic and discursive – disruption to its host utterance.

5.8 Illocutionary PAR

Even though it is a tenet within the L-AcT framework that only three information units, say, COM, CMM and COB, are entitled to bear illocutionary force, we have surveyed our sample in order to find possibly illocutionary PAR tokens insofar as Schneider (2014) reports parenthetical sequences bearing illocutionary force. However, the lack of criteria to classify illocutionary and non-illocutionary information units hampered an overall picture. All the same, there seems indeed to exist PAR with some illocutionary force. Below follows an example:

(7) a) Illocutionary PAR

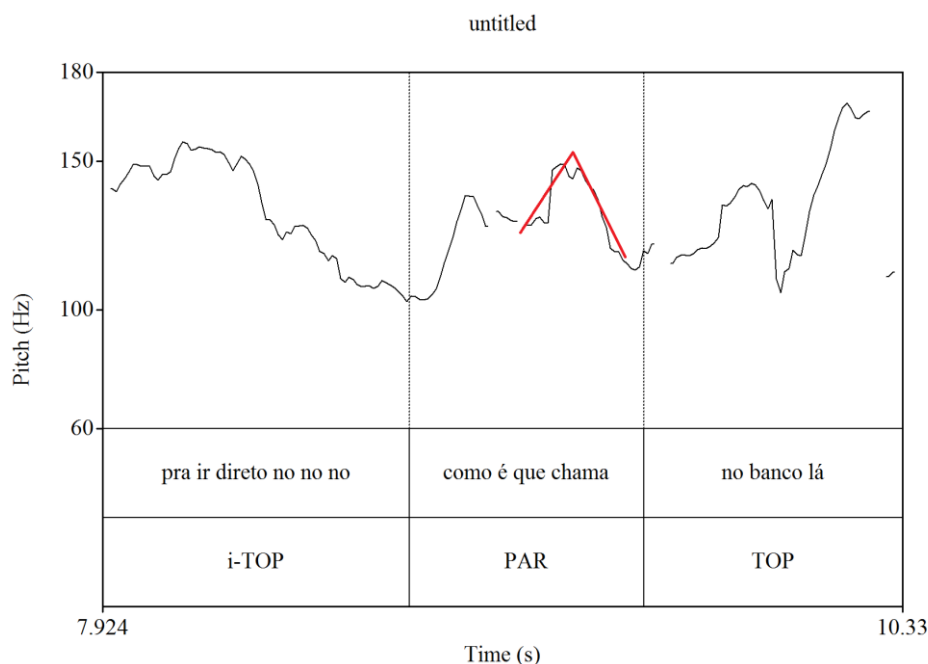
hhh agora /=PHA= &t [/1]=EMP= essa conta da caixa /=TOP= Geraldo falou comigo que o [/1]=SCA= o [/1]=EMP= o camarada tava aqui antes /=TOP= < tava > numa [/2]=EMP= não /=PHA= &he /=TMT= pra ir direto no [/1]=i-TOP= no [/1]=EMP= no [/1]=EMP= como é que chama /=PAR= no [/1]=EMP= no banco lá /=TOP= é direto lá //COM= (audio bpubcv02_97)

hhh now /=PHA= &e [/1]=EMP= this bill of caixa /=TOP= Geraldo told me that [/1]=SCA= a [/1]=EMP= a man was here /=TOP= < he was > in a [/2]=EMP= no /=PHA= &he /=TMT= to go straightforward to [/1]=i-TOP= to [/1]=EMP= to [/1]=EMP= what's the name /=PAR= to [/1]=EMP= to that bank /=TOP= straightforward there //COM=

This token displays many characteristics that lead us to think of an illocutionary PAR token. In this case, PAR is embedded within a TOP token, which, as we have shown, is a typical position

for PAR to occur. Therefore, the fact that this token is indeed a PAR seems indisputable. Furthermore, the token shows a long metanarrative PAR preceded by hesitations and repetitions, aiming to hint the addressee that the speaker does not remember the name of the bank. Figure 5 shows its f0 contour:

Figure 5 – f0 contour of example (7)



On the left side, we can observe part of the preparation of TOP plus some not transcribed hesitations. On the right side, we can observe a final ascending f0 contour, typical to one of the three types of TOP (CAVALCANTE, 2015). PAR, in the centre, is embedded within a TOP unit. Notwithstanding the not very prominent f0 peak, which may be explained by the speaker's need for conveying a PAR function by lowering and flattening f0 contour, the prosodic profile of PAR seems to display the characteristic profile of a total question, marked by the red lines. This kind of PAR resembles, to some extent, the type of parenthetical sequence carrying a speech act, say, a side note, as proposed by Schneider (2014).

6. Conclusion

In this paper, we have surveyed some initial properties of the information unit of Parenthesis, as it is defined within L-AcT, based on a representative sample of the C-ORAL-BRASIL corpus. As a result, we found that the basic prosodic measurements carried out on a

part of our sample seem to indicate that Parenthesis in Brazilian Portuguese behaves in broad lines in the same way as in Italian, say, with a deeper f0 contour with respect to its neighbouring units. Additionally, when a Parenthesis is inserted within an utterance, not only a prosodic break but also a syntactic disruption is frequently observed. As aforesaid, this is by no means a definitive work, since many issues remain to be deepened. All the same, this survey led us to some preliminary conclusions. Firstly, short parentheses deserve to be granted a special status, since their fillers display an ongoing grammaticalisation/discursivisation process, and since they display a slope towards the modal function. Furthermore, some tokens, especially short metalinguistic PAR, need to be better studied, to ascertain whether they can better fit within the group of *dialogic* information units. We also observed that long sentential PAR tokens show a wider f0 excursion, indicating that, if there is to be an illocutionary PAR, it might be amid this type. Finally, though we still have not been able to deal with the existence of illocutionary PAR, we provided an example of a token apparently bearing an illocution. Yet, much remains to be done. A more accurate, in-depth and extensive prosodic description of PAR could shed some light not only on the issue of illocutionary force, but also on the parenthesis profile and its plethora of functions. To do so, many fine-grained details should be dealt with, such as gender of speakers, position within the utterance, functions, possible prosodic nuclei, speech rate, f0 contours and movements, just to name a few.

Referências

- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. London, Oxford University Press, 1962.
- BERRENDONNER, Alain. Pour une praxéologie des parenthèses. In: CORMINBOEUF, Gilles; HEYNA, Franziska; AVANZI, Mathieu (Eds.). *Les parenthèses en français*. Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 2010, p. 5–23.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer* [Computer program]. Version 6.0.33, 2017, Disponível em <http://www.praat.org/>.
- BRANDT, Margareta. Subordination und Parenthese als Mittel der Informationsstrukturierung in Texten. In: MOTSCH, Wolfgang (ed.). *Ebenen der Textstruktur: Sprachliche und kommunikative Prinzipien*. Tübingen, Niemeyer, 1996, p. 211–240.
- CAVALCANTE, Frederico. *The topic unit in spontaneous american english: a corpus-based study*, 2015, 184 fls., (Dissertação de mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CHAFE, Wallace L. *Meaning and the Structure of Language*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
- CHOMSKY, Noam. Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In: *Semantics: An Interdisciplinary Reader*. STEINBERG, Danny D.; JACOBOWITS, Leon A. (eds). Cambridge, Cambridge University Press, 1971, p. 183-216.
- CRESTI, Emanuela. Speech act units and informational units. *Speech Acts and Linguistic Research, Proceedings of the Workshop*, Fava, E. (ed.), July 15-17, 1994, Center for Cognitive Science, State University of New York at Buffalo, Nemo, Padova 1995, p. 89-107.



- CRESTI, Emanuela. *Corpus di Italiano parlato*. Florence, Accademia della Crusca, 2000.
- CRESTI, Emanuela. Syntactic properties of spontaneous speech in the Language into Act Theory: Data on Italian complements and relative clauses. In: RASO, T; MELLO, H. (Eds.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2014, p. 365-410.
- CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo (eds). C-ORAL-ROM. Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages [Studies in Corpus Linguistics 15]. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2005.
- CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo. Informational Patterning Theory and the corpus-based description of spoken language. The compositionality issue in the topic-comment pattern. In: MONEGLIA, Massimo; PANUNZI, Alessandro (Eds.). *Bootstrapping Information from Corpora in a Cross-Linguistic Perspective*. Florence, Firenze University Press, 2010, p. 13-46.
- FIRENZUOLI, Valentina. *Le forme intonative di valore illocutivo dell'Italiano parlato: Analisi sperimentale di un corpus di parlato spontaneo (LABLITA)*, (PhD dissertation) University of Florence, Florence, 2003.
- HALLIDAY, Michael A. K. *System and Function in Language: Selected Papers*. London, Oxford University Press, 1976.
- HART, Johan; COLLIER, Rene; COHEN, Antonie. *A Perceptual Study on Intonation*. An Experimental Approach to Speech Melody. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- HOCKETT, Charles F. A. *Course in Modern Linguistics*. New York, The Macmillan Company, 1958.
- IFANTIDOU, Elly. *Evidentials and relevance*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2001.
- FROSALI, Fabrizio. 2006. Il lessico degli ausili dialogici. In: Prospettive nello studio del lessico italiano. *Atti del IX Congresso SILFI*, Emanuela Cresti (ed.), p. 417-424, Florence, Firenze University Press, 2006.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, The MIT Press, 1972.
- KALTENBÖCK, Gunther. Pragmatic functions of parenthetical I think. In: KALTENBÖCK, Gunther; MIHATSCH, Wiltrud; SCHNEIDER, Stefan (eds.). *New approaches to hedging*. Bingley, Emerald, 2010, p. 237-266.
- KRIFKA, Manfred; MUSAN, Renate (eds). *The Expression of Information Structure*. Berlin, De Gruyter, 2012.
- LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- MARTIN, P. WinPitch Corpus: a text to speech analysis and alignment tool. In: CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo (Eds.). *C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for spoken Romance languages*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2005, p. 40-51.
- MAZELAND, Harrie. Parenthetical sequences. *Journal of Pragmatics*, v. 39, 2007, p. 1816-1869.
- MELLO, Heliana; PANUNZI, Alessandro; RASO, Tommaso (Eds.). *Pragmatics and Prosody*. Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation. Florence, Firenze University Press, 2011.
- MELLO, Heliana; RASO, Tommaso; MITTMANN, Maryualê M.; VALE, Heloisa P.; CÔRTEZ, Priscila O. Transcrição e segmentação prosódica do corpus C-ORAL-BRASIL: Critérios de implementação e validação. In: *C-ORAL – Brasil I: Corpus de referência do português brasileiro falado informal*. TOMMASO, Raso; MELLO, Heliana (eds), Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, p. 125-176.
- MONEGLIA, Massimo. The C-ORAL-ROM resource. In: CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo (eds). *C-ORAL-ROM*. Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages [Studies in Corpus Linguistics 15]. Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins, 2005, p. 1-70.
- MONEGLIA, Massimo; CRESTI, Emanuela. C-ORAL-ROM: Prosodic boundaries for spontaneous speech analysis. In: KAWAGUCHI, Y.; ZAIMA, S.; TAKAGAKI, T. (Ed.). *Spoken Language Corpus and Linguistics Informatics*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2006, p. 89-114.
- MONEGLIA, Massimo. Spoken corpora and pragmatics. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 2011, volume 11, no. 2, p. 479-519.
- MONEGLIA, Massimo; RASO, Tommaso. Notes on Language into Act Theory (L-Act). In: RASO, T; MELLO, H. (Eds.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2014, p. 468-494.
- MONEGLIA, Massimo; FABBRI, Marco; QUAZZA, Silvia; PANIZZA, Andrea; DANIELI, Morena; GARRIDO, Juan Maria; SWERTS, Marc. Evaluation of consensus on the annotation of terminal and non-terminal prosodic breaks in the C-ORAL-ROM corpus. In: CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo (eds). *C-ORAL-ROM*. Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages [Studies in Corpus Linguistics 15]. Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins, 2005, p. 257-276.
- MONEGLIA, Massimo; RASO, Tommaso; MITTMANN, Maryualê M.; MELLO, Heliana. Challenging the perceptual relevance of prosodic breaks in multilingual spontaneous speech corpora: C-ORAL-BRASIL / C-



- ORAL-ROM in Speech Prosody 2010. In: *Speech Prosody 2010*. Satellite workshop on Prosodic Prominence: Perceptual, Automatic Identification, Chicago, 2010. Disponível em <http://aune.lpl.univ-aix.fr/~sprosig/sp2010/papers/102010.pdf>.
- PANUNZI, Alessandro; MITTMANN, Maryualê M. M. The IPIC resource and a cross-linguistic analysis of information structure in Italian and Brazilian Portuguese. In: RASO, T.; MELLO, H. (Ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2014, p. 129-150.
- RASO, Tommaso; MELLO, Heliana. *C-ORAL-BRASIL*: corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte, UFMG, 2012.
- RASO, Tommaso; MITTMANN, Maryualê M. Validação estatística dos critérios de segmentação da fala espontânea no corpus C-ORAL-BRASIL. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, volume 17, no. 2, 2009, Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2532/0>
- SCHNEIDER, Stefan. *Reduced parenthetical clauses as mitigators*. A corpus study of spoken French, Italian and Spanish. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2007.
- SCHNEIDER, Stefan. Parenthetical hedged performatives. In: KALTENBÖCK, Gunther; MIHATSCH, Wiltrud; SCHNEIDER, Stefan (eds.). *New approaches to hedging*. Bingley, Emerald, 2010, p. 267–287.
- SCHNEIDER, Stefan. Les atténuateurs parenthétiques dans les textes de la Nouvelle-France du 17^e et du 18^e siècle. In: HELD, Gudrun; HELFRICH, Uta (eds.). *Cortesia – Politesse – Cortesía*. La cortesia verbale nella prospettiva romanistica. La politesse verbale dans une perspective romaniste. La cortesía verbal desde la perspectiva romanística. Aspetti teorici e applicazioni/Aspects théoriques et applications/Aspectos teóricos y aplicaciones. Frankfurt am Main, Lang, 2011, p. 229–252.
- SCHNEIDER, Stefan. Parenthesis: fundamental features, meanings, discourse functions and ellipsis. In: MARLIES K.; OTT, D.; DE VRIES, M. (eds.). *Parenthesis and ellipsis*: cross-linguistic and theoretical perspectives. Berlin, De Gruyter Mouton, 2014, p. 277-300.
- TAGLICH, Josef. *Message and emphasis*: on focus and scope in English. London, Longman, 1984.
- TUCCI, Ida. Obiter dictum: La funzione informativa delle unità parentetiche. *La Comunicazione parlata 3*, Atti del GSCP, Massimo Pettorino, Antolella Giannini & Francesca M. Dovetto (eds), vol. 3, p. 635–654, Napoli, Università l’Orientale Press, 2010.
- XU, Yi. ProsodyPro — A Tool for Large-scale Systematic Prosody Analysis. In: *Proceedings of Tools and Resources for the Analysis of Speech Prosody* (TRASP 2013), Aix-en-Provence, France, 2013, p. 7-10.
- ZIV, Yael. This, I believe, is a processing instruction: discourse linking via parentheticals. In: FALK, Yehuda N. (ed.). *Proceedings of the Israel Association for Theoretical Linguistics 18*, Bar Ilan University, Jerusalem, The Israel Association for Theoretical Linguistics, 2002. Disponível em <http://linguistics.huji.ac.il/IATL/18/Ziv.pdf>.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

Falar mineiro: trocando meia dúzia por seis

Speaking *mineiro*: six of one, half a dozen of the other

Vanêssa Dornelas¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Maria do Carmo Viegas²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo o estudo das variantes *seis* ~ *meia* empregadas por informantes da cidade de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, área considerada de falar mineiro, segundo Zágari (1998). Observamos que existem contextos em que *seis* não varia com *meia*; assim, há condições de variância e de invariância. Para a realização deste estudo, baseamo-nos na Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, [1972] 2008). Além dela, adotamos também, para a análise, a Teoria Multissistêmica, conforme Castilho (2010). Consideramos a influência da faixa etária, tendo em vista que esse grupo de fator evidenciará se alguma variante se encontra em progressão. Foram feitas gravações da leitura de sequências numéricas relacionadas a vários temas: números de: telefone, Código de Endereçamento Postal, residência, capítulo de livro, senha de banco, placa de carro, ônibus, revista, indicação de preço, data de nascimento, indicação de horas, nota de prova, idade e código de barras. Observamos indícios de mudança em progresso em relação ao uso da variante *seis* em alguns temas e encontramos indícios de deslexicalização do item *meia*.

Palavras-chave: Seis ~ Meia. Teoria da variação e mudança linguística. Teoria multissistêmica. Falar mineiro.

Abstract: The present study aims to study the six half-variants employed by informants from the city of Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, an area considered to be a mining word, according to Zagari (1998). We observe that there are contexts in which six do not vary with half; thus, there are conditions of variance and invariance. For the accomplishment of this study, we are based on Theory of Variation and Linguistic Change (LABOV, [1972] 2008). Besides it, we also adopted, for the analysis, the Multisystemic Theory, according to Castilho (2010). We consider the influence of the age group, considering that this group of factors will show if any variant is in progression. Recordings were made of the reading of numerical sequences related to various themes: phone numbers, Postal Code, residence, book chapter, bank password, car plate, bus, magazine, price indication, date of birth, indication hours, proof note, age and barcode. We observed signs of change in progress regarding the use of variant six in some subjects and we found evidence of the dyslexicalization of the sock item.

Keywords: Six of one, half a dozen; Theory of variation and linguistic change. Multisystem theory. Speaking *mineiro*.

1. Introdução

¹ Discente, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, MG, Brasil, dornelasvanessa@yahoo.com.br.

² Docente, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, MG, Brasil, mariadocarmo.viegas@gmail.com.



Nesta pesquisa, investigamos a variável *seis* como numeral cardinal empregada por informantes da cidade mineira de Conselheiro Lafaiete, descrevendo e analisando suas variantes: *seis* ~ *meia* ~ *meia dúzia*, no falar mineiro (ZÁGARI, 1998). Como são pouquíssimos os estudos sobre a classe de palavras numerais nos estudos linguísticos, essa variação lexical nos desperta bastante interesse.

O primeiro aspecto a ser abordado é que há os números e os numerais como classe de palavras. Conforme Lima, Carvalho, Wagner e Morgado (2001), os seres humanos começaram a desenvolver a noção de número há cerca de 30 mil anos, por meio da observação de fenômenos astronômicos, daí os números surgiram com a necessidade do ser humano de realizar contagens. O homem, anteriormente, não realizava contagens, uma vez que não necessitava delas; ele apenas buscava, na natureza, o que era necessário para sua sobrevivência. As contagens começaram a existir a partir do momento em que o homem tornou fixa sua moradia e precisou organizar suas atividades: plantar, domesticar animais, construir moradias. Pedras, gravetos, nó em cordas, marcas em pedras e paredes eram utilizados pelo homem para a realização das contagens iniciais.

De acordo com Mol (2013, p. 13),

Pedregulhos, conchas ou grãos, bem como marcas no chão, na areia, em ossos ou madeira, poderiam ser empregados para quantificar o número de pessoas em uma população, de animais em um rebanho [...], no entanto, esse primeiro passo ainda não é suficiente para construir um sistema de contagem. Para tal, seria ainda necessário incorporar a noção de ordem. No processo simples de associar objetos aos dedos das mãos, essa noção aparece ao ordenarmos os dedos, do polegar para o mínimo ou vice-versa. [...] Considerando as evidências de que a contagem iniciou com os dedos, infere-se que a maneira de usá-los foi determinante na escolha das bases para os sistemas numéricos. A base 10, que hoje usamos e que era empregada pelos egípcios antigos, teria origem nos 10 dedos das mãos. [...] *A contagem em dúzias, ou seja, na base 12, pode também ser vista como de natureza antropomórfica: em uma mão, o dedo polegar é usado para contar as 12 falanges dos outros quatro dedos.* (Grifos nossos).

No decorrer do tempo, as quantidades foram aumentando e passaram a ser representadas por expressões, gestos, palavras e símbolos que cada povo desenvolveu de acordo com suas peculiaridades. Dessa representação, surgiram os numerais como palavras de função quantificadora. De acordo com Yuhao (2017, p. 7),

[...] se considerarmos um grupo de vinte e cinco pessoas podemos contar quantas pessoas são; se considerarmos o primeiro lugar de um campeonato logo pensaremos no campeão, isto é, no primeiro; o número seis é o duplo do número três. Nestes casos, a quantificação é definida.

Segundo o autor, nem sempre a quantificação dos numerais é definida. Isso quer dizer que existe uma quantificação indefinida que se opõe a essa. A quantificação indefinida ocorre quando dizemos, por exemplo, ‘Aspectos mil foram analisados’ (muitos aspectos).

A relação do numeral com a indefinição ou indeterminação já deu frutos. No Português, Bechara (2009, p. 153), com relação ao artigo indefinido, afirma que “*um, uma, uns, umas* representam emprego especial de generalização do numeral *um*”.

Conforme Rocha Lima (2013, p. 380-382),

[...] os numerais [...] Podem ser usados individualmente, tendo assim valor de substantivo, ou acompanhados de um substantivo, assumindo dessa forma o valor de adjetivo. [...]

Os numerais cardinais precedem sempre o substantivo: *catorze dias* [...]. Os ordinais colocam-se antes ou depois do substantivo; preferencialmente antes, quando se quer designar as partes antes do todo: No *quinto* mês do ano. (Grifos do autor).

Para Cunha e Cintra (2008, p. 390), “no Brasil, a expressão *meia dúzia* (não raro reduzida a *meia*) substitui o cardinal *seis*, principalmente quando se enunciam números de telefone.”. Interessante notar que os autores colocam *meia dúzia* e *meia* como variantes em uma série numérica e mencionam essas variantes como brasileirismos. Não é nosso propósito aqui verificar a veracidade dessa informação, mas, em consulta ao Corpus do Português (www.corpusdoportugues.org), não encontramos, em textos portugueses, a variante *meia* com o significado de seis. Encontramos sim a variante *meia dúzia* nos textos portugueses.

Para a realização deste estudo, baseamo-nos na Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, [1972] 2008). Objetivamos descrever os contextos de variação em que tais formas coocorrem e, ainda, os contextos em que elas não são variantes de uma mesma variável. Buscamos ainda verificar se há indícios de progressão de algumas das variantes.

Adotamos, no encaixamento dos processos lexicais envolvidos, a Teoria Multissistêmica (CASTILHO, 2010). Nossas principais perguntas são:

- 1) As formas *seis ~ meia ~ meia dúzia* variam em todo e qualquer contexto?
- 2) O item *meia* é mais usado por pessoas idosas do que por jovens, indicando progressão da variante *seis*?
- 3) Quais temas de uma série numérica (número de telefone, CPF etc.) favorecem mais a variante *seis*?
- 4) Podemos falar em indícios de processos de relexicalização e de deslexicalização envolvidos nessa questão?

2. Os modelos teórico-metodológicos

Como dissemos, para a realização deste estudo, baseamo-nos na Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2008 [1972]). Neste artigo, observamos especialmente a influência das faixas etárias no processo, querendo saber se há indícios de progressão de algumas das variantes. Além disso, objetivamos descrever os contextos de variação em que tais variantes coocorrem e, ainda, os contextos em que essas formas não são variantes de uma mesma variável.

Consideramos os aspectos enfatizados em Vitral, Viegas e Oliveira (2010, p. 201-202):

Nesta visão, duas premissas são centrais: (1) a heterogeneidade que se observa nas línguas é ordenada, ou seja, é possível estabelecer princípios que as descrevam e as expliquem; (2) a produção das formas de uma língua pelos falantes pode ser variável, o que é tratado, inicialmente, por meio da noção de regra variável e tem, como consequência, a coocorrência de formas intercambiáveis sem que o sentido que se intenta veicular seja prejudicado. De acordo com a fórmula tornada célebre, das formas coocorrentes e concorrentes deve ser aferido o mesmo valor de verdade no mesmo contexto, o que é condição imprescindível para que ocorra a mudança linguística.

Procuramos indícios de progressão de alguma das variantes, ou seja, focamos na análise de diversas faixas etárias:

Os dados mais simples para se estabelecer a existência de uma mudança linguística são o conjunto de observações de duas gerações sucessivas de falantes – gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala. (LABOV, [1972] 2008, p. 194).

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 125-126), existem alguns princípios gerais para o estudo da mudança linguística, um deles é o que se segue:

Fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico.

A Teoria Multissistêmica, conforme Castilho (2010), é adotada ao se propor o encaixamento para os processos em questão. Analisamos a possibilidade de se considerarem os processos como relexicalização e/ou deslexicalização das formas em questão.

Castilho (2010) propõe, na abordagem multissistêmica, uma análise que considera os quatro subsistemas da língua, a saber: o léxico, o discurso, a semântica, e a gramática. Os

subsistemas linguísticos, segundo o autor, são regidos por um dispositivo de caráter sociocognitivo, que age sobre a língua, podendo ativar, reativar e desativar as propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais que são independentes entre si.

Segundo Valente (2012, p. 70-71):

A Teoria Multissistêmica considera que a variação, a mudança e o contexto podem interferir na estrutura linguística e a mesma pode ser, então, alterada. Não se tem mais a ideia de que ela é uma estrutura já pronta, pré-moldada e inalterável, pois a interação passa a fazer parte dos estudos linguísticos.

Para Castilho (2010, p. 69),

A teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista é definível pelos seguintes postulados: (1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua e um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos (6).

A propósito da variação lexical aqui estudada, tomamos os conceitos de lexicalização, deslexicalização e relexicalização de Castilho (2010, p. 110-117):

As comunidades podem deixar de ativar um dado conjunto de propriedades numa dada palavra, selecionando outros conjuntos para esse fim. Isso corresponde à morte das palavras (deslexicalização, que leva à troca de palavra) e ao surgimento de novas palavras (lexicalização por etimologia, por neologismo ou por empréstimo), num processo interminável. Isso significa que as palavras e suas propriedades não são apriorísticas, não representam uma espécie de “pacote” que recebemos pronto, assumindo-se aqui, ao contrário, que esse tipo de conhecimento linguístico é continuamente refeito nas situações concretas da fala. Nossa atitude em relação à língua é sempre dinâmica, criativa. [...]

A reativação lexical (relexicalização) é o movimento mental por meio de que rearranjamos as categorias cognitivas e seus traços semânticos, realocando-as nas palavras, renovando assim o vocabulário.

Consideramos que *meia* em *meia dúzia* é numeral fracionário adjetival (metade), que, posteriormente, tornou-se também numeral cardinal substantivo *meia* (seis). Houve, desse modo, a relexicalização do *meia*, acrescentando ao seu significado fracionário, por metonímia, o significado cardinal substantivo da parte por toda expressão ‘*meia dúzia*’.

Nesta pesquisa, pretendemos verificar especificamente se o item *meia*, cardinal substantivo, vem sendo substituído gradualmente pelo *seis*, o que caracterizaria um processo incipiente de deslexicalização do *meia* como numeral cardinal substantivo, por hipótese.

3. A comunidade de fala, os informantes e a coleta dos dados

3.1 A comunidade de fala pesquisada

Nesta pesquisa, estudamos a comunidade de Conselheiro Lafaiete-MG. Conforme Labov ([1972]2008, p. 150):

Uma comunidade de fala não é apenas um grupo de falantes que usa as mesmas formas da língua, mas um grupo de falantes que, além disso, compartilha as mesmas normas a respeito do uso dessa língua – o que pode ser observado tanto em “comportamentos avaliativos explícitos” como pela uniformidade de padrões abstratos de variação.

De acordo com o site *Biblioteca*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no catálogo *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, os registros iniciais da história da cidade de Conselheiro Lafaiete datam por volta de 1683. Garcia Rodrigues descreveu o arraial, Campo Alegre dos Carijós, como uma localidade formada por garimpeiros e índios Carijós, pertencentes ao grupo linguístico tupi-guarani, oriundos do litoral fluminense. Em 1790, deu-se início à intensa exploração de riquezas nas minas auríferas da região e como consequência um grande aumento na população da região. Campo Alegre dos Carijós era entrada obrigatória para os bandeirantes que seguiam à Itaverava em busca de ouro. Daí a razão do seu crescimento e desenvolvimento.

Ainda por volta de 1790, o Governador Visconde de Barbacena, a pedido dos moradores de Campo Alegre, submeteu ao Conselho Ultramarino o pedido de criação de uma vila. Assim, a rainha Dona Maria I, que se encontrava enferma no Palácio de Queluz, atendeu ao pedido, e o Arraial dos Carijós tornou-se a “Real Vila de Queluz” (IBGE, 2018).

A Real Vila de Queluz foi elevada à categoria de cidade em 1872. Em 27 de março de 1934, a Comarca de Queluz passou a denominar-se Conselheiro Lafaiete, em homenagem a Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, grande jurista, político e homem de Estado, nascido no município (IBGE, 2018).

Hoje, com uma área total de 370,246 Km², Conselheiro Lafaiete é um município localizado na macrorregião Central de Minas Gerais, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e na microrregião de Conselheiro Lafaiete. Dista 96 km de Belo Horizonte. Por estar localizado em uma faixa central do estado, próximo à capital, o município de Conselheiro Lafaiete (MG) insere-se na área de falar mineiro na divisão dos falares mineiros de Zágari (1998).

Conselheiro Lafaiete tem como municípios limítrofes Congonhas, São Brás do Suauí, Queluzito, Cristiano Ottoni, Santana dos Montes, Itaverava, Ouro Branco. Segundo os dados do

censo demográfico do IBGE de 2016, Conselheiro Lafaiete possui uma população urbana de 111.266 habitantes e uma população rural de 15.154 habitantes, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessa cidade é de 0,761 (IBGE, 2017).

A cidade vem se destacando em virtude das faculdades de Ensino Superior, como CES, FASAR e UNIPAC. Destacam-se ainda, nessa cidade, as empresas MRS Logística (Empresa de Transporte Ferroviário), VSB, CSN, Vale do Rio Doce e Gerdau.

3.2 Os informantes

O *corpus* desta pesquisa é constituído por dados de fala de informantes que foram selecionados considerando-se os fatores sociais: grupo social, escolaridade, gênero e faixa etária.

A escolaridade e o grupo social foram controlados. Todos os informantes possuem Ensino Médio completo e pertencem ao mesmo grupo social.

Foram estratificadas três faixas etárias, compostas ao total por 12 homens e 12 mulheres, equitativamente distribuídos nas três faixas etárias, a saber: idosos, faixa etária acima de 70 anos; adultos, de 40 a 60 anos; e jovens, de 18 a 25 anos. Ao final contamos, então, com 24 informantes.

Além dos critérios adotados para a escolha dos informantes acima descritos, consideramos ainda que estes devessem ser pessoas nascidas e moradoras da cidade de Conselheiro Lafaiete, com boa dicção e que autorizassem a gravação dos testes.

Nesta pesquisa avaliaremos especialmente o fator faixa etária.

3.3 Os dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados por meio de gravações da leitura de números de vários temas. Obviamente a situação de teste de leitura não é a situação de fala cotidiana, mas, considerando que a situação de coleta de dados foi a mesma para todos os informantes, é significativo o fato de haver variação. O teste traz a vantagem de termos maior controle dos dados em questão.

Foram selecionados três números de telefone; três Códigos de Endereçamento Postal (CEPs); um único endereço com cinco números distintos; seis capítulos de livros; quatro senhas de banco; cinco placas de carro, contendo inicialmente letras e números na sequência; cinco

números de linhas de ônibus; três números de revista, cujo nome foi introduzido antes dos seus respectivos números; três valores monetários em Real; três datas de nascimento, contendo dia, mês e ano; três horas; quatro notas de provas; cinco idades distintas; um código de barras; e um ISBN. O número seis foi colocado em posições diversas dentro das sequências numéricas. Vejam-se os quadros abaixo:

Quadro 1 – Números de telefones

Números de telefones	Possibilidades de realizações das variantes
(031) 3762-1265	2
(021) 3576-1679	2
(011) 6583-6196	3
Total de possibilidades de realizações das variantes	7 possibilidades

Quadro 2 – CEPs

CEPs	Possibilidades de realizações das variantes
36.400-000	1
65.390-060	2
16.162-006	3
Total de possibilidades de realizações das variantes	6 possibilidades

Quadro 3 – Endereços

Endereços	Possibilidades de realizações das variantes
Rua Almirante Tamandaré, nº: 3.601	1
Nº: 56	1
Nº: 546	1
Nº: 963.516	2
Nº: 4.063	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	6 possibilidades



Quadro 4 – Capítulos de livros

Capítulos de livros	Possibilidades de realizações das variantes
Capítulo: 6	1
Capítulo: 65	1
Capítulo: 961	1
Capítulo: 0461	1
Capítulo: 16	1
Capítulo: 26	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	6 possibilidades

Quadro 5 – Senhas de banco

Senhas de banco	Possibilidades de realizações das variantes
980619	1
678103	1
975006	1
508671	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	4 possibilidades

Quadro 6 – Placas de carro

Placas de carro	Possibilidades de realizações das variantes
hbw7573	0
kxw5690	1
gky6795	1
hby6018	1
hbo8796	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	4 possibilidades



Quadro 7 – Números de ônibus

Números de ônibus	Possibilidades de realizações das variantes
Ônibus n°: 5461	1
Ônibus n°: 6943	1
Ônibus n°: 3694	1
Ônibus n°: 2186	1
Ônibus n°: 5476	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	5 possibilidades

Quadro 8 – Números de revistas

Números de revistas	Possibilidades de realizações das variantes
Isto é n°: 208.306	1
Veja n°: 563.096	2
Capricho n°: 06.126	2
Total de possibilidades de realizações das variantes	5 possibilidades

Quadro 9 – Preços diversos

Preços diversos	Possibilidades de realizações das variantes
Caixa de bombons: R\$16,06	2
Apartamento: R\$606.600,00	3
Carro: R\$36.200,00	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	6 possibilidades

Quadro 10 – Datas de nascimento

Datas de nascimento	Possibilidades de realizações das variantes
12/04/1965	1



06/12/2006	2
23/06/1986	2
Total de possibilidades de realizações das variantes	5 possibilidades

Quadro 11 – Horas

Horas	Possibilidades de realizações das variantes
16:30	0
22:00	0
18:30	0
6:30	0
Total de possibilidades de realizações das variantes	–

Quadro 12 – Notas de provas

Notas de provas	Possibilidades de realizações das variantes
6,00	1
16,00	1
60,00	1
66,00	2
Total de possibilidades de realizações das variantes	5 possibilidades

Quadro 13 – Idades

Idades	Possibilidades de realizações das variantes
56 anos	1
06 anos	1
96 anos	1
16 anos	1
36 anos	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	5 possibilidades

Quadro 14 – Código de barras

Código de barras	Possibilidades de realizações das variantes
7891234567895	1
Total de possibilidades de realizações das variantes	1 possibilidade

Quadro 15 – ISBN

ISBN	Possibilidades de realizações das variantes
ISBN: 97895635307669789563530766	6
Total de possibilidades de realizações das variantes	6 possibilidades

Vamos, então, à análise da variável em questão na cidade de Conselheiro Lafaiete, MG.

4. A análise dos dados

A primeira constatação nos nossos dados foi que a variante *meia dúzia* não ocorreu. Ao iniciarmos nosso trabalho, nossa expectativa era de encontrar todas as três variantes, mas não foi o que aconteceu. Analisamos várias séries numéricas relacionadas a vários temas, como telefones, senhas etc., e nenhum informante, em nenhum dos temas, realizou a variante *meia dúzia*, diferentemente do que foi mencionado por Cunha e Cintra (2008), citado anteriormente. Assim, no **contexto de série numérica**, a variável *seis* em questão tem apenas duas variantes: *meia e seis* nos nossos dados.

Em outros contextos, a variável *seis* tem *seis e meia dúzia de* como variantes – “Comprei *meia dúzia de ~ seis* bananas.” –, mas não temos aí *meia* como variante. Ou ainda temos como resposta à pergunta “Quantas bananas comprou? *Seis ~ meia dúzia.*”, mas não *meia* (significando *seis*).

É importante ressaltar que, depois da transcrição de todos os dados, separamos os itens que não eram variáveis; por exemplo, no número de telefone: (031) 6583-6196, quando o informante lê ‘noventa e seis’, é notório que não há variação com ‘noventa e meia’. Então esse

dado desse informante foi separado.

Salientamos que o número de dados não é o mesmo para todos os informantes, visto que as pessoas não leram os números da mesma maneira. Exemplo: *ônibus 66* pode ser lido como *ônibus meia meia* ou *ônibus sessenta e seis*, entre outras possibilidades (*ônibus meia seis*; *ônibus seis meia*; *ônibus seis seis*). No caso da leitura *sessenta e seis*, o *seis* não varia com o item *meia*.

Como dissemos, consideramos que *meia* em *meia dúzia* é numeral fracionário adjetival (metade) e, posteriormente, tornou-se também numeral cardinal substantivo *meia* (6). Houve, desse modo, a relexicalização do *meia*, acrescentando ao seu significado fracionário, por metonímia, o significado cardinal substantivo da parte por toda expressão *meia dúzia*.

Nesta pesquisa, como vimos, pretendemos verificar especificamente se o item *meia*, cardinal substantivo, vem sendo substituído gradualmente pelo *seis*, o que caracterizaria um processo incipiente de deslexicalização do *meia* como numeral cardinal substantivo. Poderíamos propor, considerando os preceitos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, as seguintes etapas para o contexto de séries de números:

1) *Seis ~ Meia dúzia* > 2) *Seis ~ Meia dúzia ~ Meia* > 3) *Seis ~ Meia* > 4) *Seis*

A etapa 1, como relatamos, seria a etapa encontrada nos textos portugueses do Corpus do Português, nos quais a variante *meia* não foi encontrada. Quando Cunha e Cintra (2008) disseram ser usual, no Brasil, a variação *meia dúzia ~ meia ~ seis*, especialmente em números de telefones, talvez estivessem descrevendo a etapa 2. Nossa hipótese hoje é a de que estamos passando da etapa 3 para a 4.

Vejam-se os dados:

Tabela 1 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Números de telefone’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	2 (6,06%)	31 (93,9%)	33
Adultos	1 (2,32%)	42 (97,67)	43
Idosos	0	30 (100%)	30
Total	3	103	106
Percentual total	2,83%	97,17%	100

Para o tema Números de telefone, a variante *meia* é a forma mais utilizada em todas as faixas etárias em análise. Há um uso maior do *seis* nos mais jovens. Ligeiro indício de progressão do *seis*.

Tabela 2 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘CEPs’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	2 (20%)	8 (80%)	10
Adultos	0	18 (100%)	18
Idosos	4 (25%)	12 (75%)	16
Total	6	38	44
Percentual total	13,64%	86,36%	100

No tema CEPs também a variante *meia* foi a mais utilizada. Não há indício de progressão de nenhuma variante.

Tabela 3 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Números de endereços’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	1 (25%)	3 (75%)	4
Adultos	0	2 (100%)	2
Idosos	3 (23,07%)	10 (76,92%)	13
Total	4	15	19
Percentual total	21%	79%	100

Meia foi a variante mais usada. Não podemos falar em progressão de variantes.

Tabela 4 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Capítulos de livros’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	9 (56,25%)	7 (43,75%)	16
Adultos	8 (44,4%)	10 (55,5%)	18
Idosos	9 (39%)	14 (61%)	23

Total	26	31	57
Percentual geral	45,61	54,39	100

Meia foi a variante mais usada. Os jovens apresentaram o percentual mais alto de *seis*. Assim, temos indício de progressão do *seis*.

Tabela 5 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Senhas de banco’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	15 (55,5%)	12 (44,4%)	27
Adultos	4 (13,8%)	25 (86,2%)	29
Idosos	10 (38,4%)	16 (61,5%)	26
Total	29	53	82
Percentual geral	35,4	64,6%	100

Meia foi a variante mais usada. Não há indício de progressão de nenhuma das variantes.

Tabela 6 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Placas de carro’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	4 (26%)	11 (74%)	15
Adultos	3 (13,6%)	19 (86,3%)	22
Idosos	3 (23%)	10 (77%)	13
Total	10	40	50
Percentual geral	20	80	100

Meia foi a variante mais usada. Não há indício de progressão de nenhuma das variantes.

Tabela 7 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Linhas de Ônibus’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	6 (31,6%)	13 (68,4%)	19
Adultos	4 (22,2%)	14 (77,8%)	18
Idosos	0	17 (100%)	17

Total	10	44	54
Percentual geral	18,5	81,5	100

Meia foi a variante mais usada. Há indício de progressão do *seis*.

Tabela 8 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Números de revistas’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	5 (83,3%)	1 (16,7%)	6
Adultos	1 (16,7%)	5 (83,3%)	6
Idosos	9 (64,3%)	5 (35,7%)	14
Total	15	11	26
Percentual geral	57,7	42,3	100

Esse é o primeiro tema em que o percentual de *seis* é maior que o percentual de *meia*. Não há indício de progressão.

Tabela 9 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Preços Diversos’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	0	0	0
Adultos	0	0	0
Idosos	4 (100%)	0	4
Total	4	0	4
Percentual geral	100	0	100

Não houve variação. Apenas o *seis* foi usado.

Tabela 10 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Datas de Nascimento’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	0	0	0
Adultos	0	1 (100%)	1
Idosos	3 (100%)	0	3

Total	3	1	4
Percentual geral	75	25	100

A variante *seis* foi a mais usada. São poucos dados.

Tabela 11 – Total geral e percentual geral das variantes em ‘Horas’

	Seis	Meia
Total geral	0	0
Percentual geral	0%	0%

No tema Horas, a variável não ocorreu.

Tabela 12 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Notas de Prova’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	0	0	0
Adultos	0	0	0
Idosos	5 (38,5%)	8 (61,5%)	13
Total	5	8	13
Percentual geral	38,5	61,5	100

Apenas os idosos realizaram a variável, com maior percentual para o *meia*.

Tabela 13 – Total geral e percentual geral das variantes em ‘Idades’

	Seis	Meia
Total geral	0	0
Percentual geral	0%	0%

Não ocorreu a realização da variável em relação ao tema idades.

Tabela 14 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em ‘Código de barras’

Faixa etária	Seis	Meia	Total
---------------------	-------------	-------------	--------------

Jovens	3 (42,8%)	4 (57,2%)	7
Adultos	0	7 (100%)	7
Idosos	2 (29%)	5 (71%)	7
Total	5	16	21
Percentual geral	23,8	76,2	100

Meia foi a variante mais usada. Não há indício de progressão de nenhuma das variantes.

Tabela 15 – Ocorrências das variantes de acordo com a faixa etária em 'ISBN'

Faixa etária	Seis	Meia	Total
Jovens	25 (65,8%)	13 (34,2%)	38
Adultos	12 (30%)	28 (60%)	40
Idosos	14 (36,8%)	24 (63,2%)	38
Total	51	65	116

Meia foi a variante mais usada. Não há indícios de progressão.

Concluindo, podemos afirmar que *meia*, de modo geral, é a variante mais usada. Encontramos indícios de progressão de *seis* em relação a Números de telefones, Capítulos de livros e Linhas de ônibus, e, no caso dos temas Número de revistas e Datas de nascimento, essa variante (*seis*) foi a mais utilizada. Já no tema Preços diversos, não há variação, há apenas o uso de *seis*.

Não há tema em que se use apenas *meia*. Não há indício de progressão de *meia* em nenhum tema. Em Horas e Idades a variável não ocorreu. Por outro lado, a variação se apresenta estável em: ISBN, Notas de provas, Senhas de banco, Código de barras, Endereços, Placas de carro e CEPs.

Vejam-se os percentuais do uso de *seis* em ordem decrescente.

Tabela 16 – Uso de *Seis*

Temas	Percentuais
Preços Diversos – Não há variação – apenas <i>seis</i>	100%
Datas de Nascimento – uso maior de <i>seis</i>	75%



Número de Revistas – uso maior de <i>seis</i>	57,7%
Capítulos de Livros – uso maior de <i>meia</i> ; <i>seis</i> em progressão	45,61%
ISBN – uso maior de <i>meia</i>	44%
Notas de Prova – uso maior de <i>meia</i>	38,5%
Senhas de banco – uso maior de <i>meia</i>	35,4%
Código de Barras – uso maior de <i>meia</i>	23,8%
Números de Endereços – uso maior de <i>meia</i>	21%
Placas de Carro – uso maior de <i>meia</i>	20%
Número de Linhas de Ônibus – uso maior de <i>meia</i> <i>seis</i> em progressão	18,5%
CEPs – uso maior de <i>meia</i>	13,64%
Números de Telefone – – uso maior de <i>meia</i> ; <i>seis</i> em progressão	2,83%
Horas – nem <i>seis</i> , nem <i>meia</i>	0
Idades – nem <i>seis</i> , nem <i>meia</i>	0

A variação *seis* ~ *meia* ocorre em percentuais semelhantes em grandes séries numéricas, de modo geral, como podemos ver na leitura do ISBN e das Senhas de banco. Temos exceção em Notas de provas, em que o percentual das variantes pode ser considerado equilibrado.

A ocorrência das variantes depende também de como as pessoas dividem as séries. Em Horas e Idades não houve a leitura separada dos números, tirando a oportunidade das variantes ocorrerem.

Em Preços, Datas de nascimento, Número de revistas e Capítulo de livro houve um uso exclusivo ou um alto percentual do *seis*. Em Capítulo de livro o *seis* está em progressão.

Em Número de telefone, CEPs, Linhas de ônibus, Placas de carro, Endereços e Código de barras há uso preponderante do *meia*. O *seis* está em progressão em número de telefone e Linhas de ônibus.

Assim, podemos dizer que o *meia* se apresenta mais firmemente variando com o *seis* em: ISBN, Senhas de banco, Notas de provas, CEPs, Placas de carro, Endereços e Códigos de barra. Ou seja, quando temos a leitura de séries maiores (ISBN, Senhas de banco, CEPs, Placas de carro (combinação de letras e números) e Códigos de barras), quando os números se realizam como cardinais substantivos típicos, o *meia* tem realização mais alta. Só em Notas de provas e



Endereços, que não são séries longas, o percentual de *meia* é alto. Em relação aos Números de telefone, série que pode ser considerada longa, apesar de percentual alto do *meia*, há indícios de progressão do *seis*.

Nos outros casos, Horas, Idades, Preços, Datas de nascimento, Números de revistas, Capítulos de livro, Linhas de ônibus, séries normalmente menores, as variantes ou não ocorreram, ou tem alto percentual de *seis*, ou o *seis* está em progressão.

Observamos indícios de um processo incipiente de deslexicalização do item *meia*. O *meia* numeral possui os significados de *metade* e *seis*. Neste texto confrontamos as variantes *meia* e *seis*. A variante *meia* foi observada em menor percentual nos mais jovens, comparativamente aos adultos e idosos, em alguns temas. Não houve nenhum indício de progressão do item *meia*. Consideramos que na deslexicalização as comunidades deixam de ativar um dado conjunto de propriedades numa dada palavra, selecionando outros conjuntos para esse fim - o que leva à troca de palavra. Podemos dizer que, na comunidade pesquisada, as pessoas estão trocando *meia* por *seis*.

5. Considerações finais

Analisamos, nesta pesquisa, o uso da variável *seis* na Cidade de Conselheiro Lafaiete, MG.

Em alguns contextos, a variável *seis* tem *seis* e *meia dúzia de* como variantes – “Comprei *meia dúzia de* ~ *seis* bananas.” –, mas não temos aí *meia* como variante. Ou ainda temos como resposta à pergunta “Quantas bananas comprou? *Seis* ~ *meia dúzia*.”, mas não *meia* (significando *seis*).

Quando temos o *seis* na composição de outros números (noventa e *seis*, por exemplo), não há variação com *meia*, nem com *meia dúzia*.

No contexto de série numérica, a variável *seis* em questão tem, nos nossos dados, apenas duas variantes: *meia* e *seis*.

Observamos inicialmente que a variante *meia* ocorre mais quando as pessoas falam isoladamente os números organizados numa longa sequência.

Assim, podemos afirmar que as formas *seis* ~ *meia* não variam em todo e qualquer contexto. Nas séries numéricas, a extensão da série e a maneira como as pessoas segmentam a série são fatores importantes. Assim, determinados temas, devido a sua extensão, não propiciam

a variação (Horas, Idades e Preços Diversos etc.) e o *seis* é mais realizado nesses contextos.

Encontramos uso preponderante do *meia*, de modo geral, nas séries numéricas longas.

Evidenciamos a progressão do *seis* em Números de telefones, Capítulos de livros e Linhas de ônibus. Mas não encontramos progressão do *meia*.

Consideramos que *meia* em *meia dúzia* é numeral fracionário adjetival (metade) e, posteriormente, se tornou também numeral cardinal substantivo *meia* (seis), havendo, desse modo, a relexicalização (CASTILHO, 2010) do *meia*, acrescentando ao seu significado fracionário, por metonímia (parte pelo todo), o significado cardinal substantivo da parte por toda expressão '*meia dúzia*'. Nesse momento (etapa 2), passamos a ter para o item *meia* não só o significado de metade, mas também de *seis*. A relexicalização é o movimento mental por meio de que rearranjamos as categorias cognitivas e seus traços semânticos, realocando-os nas palavras, renovando assim o vocabulário.

Nesta pesquisa, verificamos especificamente que o item *meia*, cardinal substantivo, vem sendo substituído gradualmente pelo *seis*, o que caracterizaria um processo incipiente de deslexicalização (CASTILHO, 2010) do *meia* como numeral cardinal substantivo.

Poderíamos propor, considerando os preceitos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, as seguintes etapas para o contexto de séries de números:

1) *Seis ~ Meia dúzia* > 2) *Seis ~ Meia dúzia ~ Meia* > 3) *Seis ~ Meia* > 4) *Seis*

Encontramos indícios da hipótese de que estamos passando da etapa 3 a 4.

A etapa 1, como relatamos, seria a etapa encontrada nos textos portugueses do Corpus do Português, nos quais a variante *meia* não foi encontrada. Quando Cunha e Cintra (2008) disseram ser usual, no Brasil, a variação *meia dúzia ~ meia ~ seis*, especialmente em números de telefones, talvez estivessem descrevendo a etapa 2.

Voltando às perguntas iniciais, vejamos:

- 1) As formas *seis ~ meia ~ meia dúzia* variam em todo e qualquer contexto?
Não. As formas em questão não são variantes da mesma variável em todo e qualquer contexto. Como vimos, também, as variantes encontradas em séries numéricas são *meia* e *seis* apenas.
- 2) O item *meia* é mais usado por pessoas idosas do que por jovens, indicando progressão da variante *seis*?
Sim, em alguns temas.

3) Quais temas de uma série numérica poderíamos dizer que favorecem mais a variante *seis*?

Preços diversos; datas de nascimento; número de revistas; capítulos de livros; linhas de ônibus; telefone.

4) Podemos falar em indícios de processos de relexicalização e de deslexicalização envolvidos nesta questão?

Sim, como vimos, houve a relexicalização do *meia* de metade para metade e seis. Hoje encontramos indícios de deslexicalização do *meia* como seis.

Referências

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS – ALMG. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas>. Acesso em: 20/06/2017.
- BECHARA, Evanildo Cavalcante. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUIN, Edilaine. Abordagem Multissistêmica da Língua e episódios de construção da concordância na aquisição da escrita. *Arredia: Revista da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras / UFGD*. Grande Dourados. v. 4, n. 7, p. 24-34, Jul./ Dez. 2015.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. São Paulo: Iozon Editor, 1968.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COELHO, Sueli Maria (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- COELHO, Izete Lehmkuhl; et al. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015. (Coleção para conhecer linguística)
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.com>>. Acesso em: 22/06/2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Biblioteca*. Catálogo: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV, ano 1958. Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais – MG, Histórico. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/conselheirolafaiete.pdf>>. Acesso em: 30/05/2018.
- LABOV, William (1972). *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de M. Bagno, M. M. P. Scherre, C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LIMA, Elon Lages; CARVALHO, Paulo César Pinto; WAGNER, Eduardo; MORGADO, Augusto César. *A Matemática do Ensino Médio*. Volume 1. Sociedade Brasileira de Matemática, 2001. (Coleção do Professor de Matemática)
- MOL, Rogério Santos. *Introdução à história da matemática*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 138 p.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para Compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PREFEITURA DE CONSELHEIRO LAFAIETE. Minas Gerais. *História de Conselheiro Lafaiete*. Disponível em <<http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/portal/historia/>>. Acesso em: 25/06/2017.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- VALENTE, Ana Carolina Mrad de Moura. *Loucura, Loucura, Loucura!:* Uma análise pela abordagem multissistêmica do sufixo nominalizador-URA no português, 2012, 193 f., (Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- VITRAL, Lorenzo Texeira; VIEGAS, Maria do Carmo; OLIVEIRA, Alan Jardel de. Inovação versus Mudança: a interseção Gramaticalização/Teoria da Variação e Mudança. In: VITRAL, Lorenzo Texeira; COELHO, Sueli Maria. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.
- WWW.corpusdoportugues.org

YUHAO, Han. *Quantificação e numeração em Português e Mandarim: análise linguística e cultural*, 2017, 74 f., (Dissertação de Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas), Universidade de Aveiro, Aveiro.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1998.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

A variação *tu* e *você* no falar ressaquinense

The pronominal variation *tu* and *você* in the town of Ressaquinha (MG)

Suelen Cristina da Silva¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

Clézio Roberto Gonçalves²

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana (MG), Brasil

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar, à luz da Sociolinguística Variacionista, a variação dos pronomes de segunda pessoa do singular, *tu* e *você*, no falar ressaquinense, identificando os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam o uso de uma ou outra forma pronominal. O *corpus* constituiu-se de 24 entrevistas e foi estratificado em função da área geográfica, faixa etária e sexo. Os dados gerais indicaram a predominância de *você* sobre o *tu* em Ressaquinha (MG). Em seguida, o programa *GoldVarb X* selecionou 4 grupos de fatores que favorecem o uso de *tu* na seguinte ordem de relevância: tipo de referência (específica), contexto sintático (sujeito), tipo de discurso (direto), faixa etária (19 a 35 anos). Outras variáveis, tais como: contexto frasal, sexo e área geográfica não foram selecionadas por tal programa computacional, mas demonstraram que o pronome *tu* é mais recorrente nas frases interrogativas, nas falas masculinas e na zona urbana, respectivamente.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista, Pronome de Segunda Pessoa. Variedade Linguística Mineira.

Abstract: The paper aims to describe and analyze, in the light of Variationist Sociolinguistics, the variation of second person singular pronouns (Tu and Você) in the town of Ressaquinha (MG), identifying the linguistic and extralinguistic factors that influence the use of one or another pronominal form. The corpus consisted of 24 interviews and was stratified according to geographical area, age and gender. The data provided indicates a predominance of Você about Tu in Ressaquinha (MG). The GoldVarb X program selected four factors that favor the use of Tu, in the following order of relevance: reference type (specific); syntactic context (subject); type of speech (direct); age group (19 to 35 years). Other variables, such as: such a program did not select phrasal context, gender and geographical area, but they showed that the pronoun Tu is recurrent in the interrogative phrases, in the masculine speeches and in the urban zone.

Keywords: Variationist Sociolinguistics, Second Person Pronouns. Variety Linguistics Mineira.

1. Introdução

O objetivo principal deste estudo é analisar a variação dos pronomes de segunda pessoa

¹É doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). silvacsuelen@gmail.com

²É doutor em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Professor associado da UFOP. cleziorob@gmail.com

do singular, *tu* e *você*, no município de Ressaquinha (MG). Trata-se de um trabalho de grande significância quando se refere, principalmente, à presença da forma *tu* em Minas Gerais. Isso se deve ao fato de, conforme indicam algumas pesquisas realizadas em tal estado, como as de Coelho (1999), Gonçalves (2008), Herênio (2006), Mota (2008), Peres (2006) e Ramos (1997), haver um uso majoritário do pronome *você* e de suas variantes *ocê* e *cê*, exceto na cidade de São João da Ponte (MG), em que Mota (2008) constatou a forma expressa *tu* com incidência de 10%.

Tendo em vista o exposto, este trabalho justifica-se não só por acrescentar mais dados sobre a realidade pronominal de Minas Gerais, como também por demonstrar que o pronome *tu* pode estar mais presente no falar mineiro do que se supõe. Com base no contato com a comunidade do município de Ressaquinha, foi possível constatar não somente o emprego de *tu* na fala da população, como também sua alternância com as formas *você*, *ocê* e *cê*, conforme indica o trecho a seguir:

[1] [...] Muita gente se esconde atrás do álcool do cigarro... né? ... das drogas...eu vou te falar... difícil... é difícil... porque... são mesma coisa **cê**... ah **você** arruma um namorado... a tua mãe e teu pai fala assim... não esse cara eu não quero... esse cara eu não fui cara dele e babá babá... fala mil vezes pra **você** mas **você** fica com ele... não adianta né... por fora não adianta nada... É... entendeu? agora... eu já deparei com muita gente... muita gente muita gente que parou de beber... eu frequentava encontro de casais de São Paulo... entendeu? e a partir da hora que **cê** ouve um lado e ouve o outro entendeu? **cê** tem uma noção... UHUM... então eu chegava e pegava os dois juntos... falava... coisas da vida entendeu? que se **ocê** olhava assim... eles falava amor não vamos separar não... que agora que nós estamos aprendendo a viver depois dessa conversa... É... entendeu? mas são umas conversa que eu tenho que diante da pessoa pra mim explicar o... porque não adianta nada... cara... a melhor coisa que tem da vida é **tu** ter uma família junto de ti... a separação é o pior inferno que tem[...] (HR2)³

Em vista do exemplo supracitado, fica evidente o fenômeno de variação dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala ressaquinhense. Partindo-se dessa evidência, o objetivo central deste trabalho é investigar, à luz da Teoria Variacionista, os fatores linguístico e extralinguístico que condicionam a variação pronominal, *tu* e *você*, em Ressaquinha.

Com base em pesquisas anteriores, algumas hipóteses serão examinadas por meio do *corpus* em análise. Conjectura-se que há mais uso do pronome *você* do que a forma *tu* em Ressaquinha, em conformidade com alguns resultados encontrados pelos estudos realizados na região Sudeste, tais como: Lopes *et al.* (2009), Modesto (2006), Mota (2008) e Santos (2012).

³ Esse trecho foi retirado do conteúdo do *corpus* em análise. O ponto de partida desse relato do falante HR2 surgiu de um pedido de aconselhamento para pessoas que estão perdidas no mundo do vício.

Acredita-se também que o uso de *tu* é favorecido em contextos de discursos relatados, considerando que tal dado já foi encontrado na região mineira por Mota (2008). Por último, seguindo a tendência da região Sudeste, conforme foi constatado nos trabalhos de Lopes *et al.* (2009) e Santos (2012), no Rio de Janeiro (RJ), pressupõe-se que o emprego de *tu*, no falar ressaquinense, tenha índices maiores no sexo masculino.

Este trabalho encontra-se dividido da seguinte maneira: após esta introdução, serão apresentados os principais pressupostos teóricos que nortearam o presente estudo; posteriormente, descreve-se a metodologia da pesquisa; e, por fim, apresentam-se os resultados gerais e as considerações finais.

2. Fundamentação teórica

Na tradição estruturalista saussuriana, a língua é postulada como homogênea, um sistema que conhece apenas sua ordem própria, capaz, por si só, ou, pela sua estrutura interna, explicar os fenômenos linguísticos. Essa visão intrassistêmica estruturalista parece limitar o entendimento da língua em sua totalidade, por tão somente desvincular os fatores externos atuantes no sistema linguístico.

Contrapondo os ideais saussurianos, Herzog, Labov e Weinreich ([1968] 2006, p. 123) elencam, aos estudos da língua, os fatores externos (extralinguísticos ou sociais). Para os autores, “a estrutura linguística mutante está ela mesma encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura”. Nessa perspectiva, fica claro que a língua não deve ser estudada fora de seu contexto social, devido às pressões externas que atuam sobre ela. Os autores ainda descrevem sobre a heterogeneidade ordenada das línguas, postulando que as variações e mudanças linguísticas ocorrem de forma estruturada e não aleatória.

Tais pressupostos afirmaram o surgimento da Sociolinguística Variacionista, embasamento teórico assumido neste trabalho. Ela viabiliza estudos voltados para variação e mudança linguística, levando em consideração não somente os fatores internos, mas também os externos (extralinguísticos ou sociais) que influenciam ou não os fenômenos variáveis na língua.

Por meio dos postulados teóricos-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, diversas pesquisas já foram realizadas no Brasil. Os estudos de Andrade (2010 e 2015), Alves

(2010), Babilônia e Martins (2011), Dias (2007), Guimarães (2014), Lucca (2005), Lopes *et al.* (2009), Loregian-Penkall (2004), Martins (2010), Modesto (2006), Mota (2008), Rocha (2012) e Santos (2012), entre outros, destacaram a variação *tu* e *você* em diversas localidades do país.

A inserção de *você* no quadro pronominal do português brasileiro, doravante PB, e sua coexistência com o *tu* ocasionaram uma divisão de diversos subsistemas pronominais no território nacional (cf. OLIVEIRA; SOUZA, 2013). É possível perceber, com base nos estudos já mencionados, que a forma *você* já está integrada no quadro de pronomes do PB e, em alguns locais, substituiu o *tu*, ou convive com tal forma nos mesmos aspectos funcionais.

Em consonância com a divisão dos subsistemas realizada por Scherre *et al.* (2015), nota-se que o *tu* está presente em todas as regiões brasileiras. Em algumas localidades, essa forma é expressa com a flexão verbal pressuposta pela tradição gramatical. Para os autores, trata-se de uma concordância em graus variados motivada pelo contexto de mais formalidade ou pelo aumento de escolarização. Tal ocorre em locais onde o pronome *tu* é natural no falar da comunidade, como Belém (PA), Chapecó (SC), Florianópolis (SC), Manaus (AM), São Luís (MA), Rio Grande do Sul (RS), Tefé (AM).

No entanto, a forma *tu* usada sem a presença da marca verbal que o corresponde também se apresenta em todas regiões do país. Para Scherre *et al.* (2015, p. 136), “é um ‘tu brasileiro’ que, em muitas comunidades, se instaura sem concordância expressa (*tu fala*) de forma diferente do que registra a tradição gramatical”. No Rio de Janeiro, especificamente, a forma *você* suplanta o *tu* por volta dos anos 20-30 do século XX, entretanto o *tu* retorna na fala carioca no final desse mesmo século, mas sem a marca verbal da segunda pessoa correspondente (cf. LOPES, 2008). Os estudos mais atuais, Lopes *et al.* (2009) e Santos (2012), evidenciam que tal fenômeno ainda persiste nessa Capital e também faz parte da fala de outras localidades da região Sudeste, como no estado de Minas Gerais, em Ressaquinha e São João da Ponte, e no estado de São Paulo, em Santos.

Além dos subsistemas que se dividem pelo uso concomitante dos pronomes de segunda pessoa do singular, Scherre *et al.* (2015) fazem menção também ao subsistema *só você*, isto é, com uso apenas das formas *você*, *ocê* e *cê* sem nenhuma possibilidade de ocorrência do *tu*, que é predominante em Minas Gerais e Espírito Santo e em Salvador na Bahia.

Tendo em vista os principais pressupostos apresentados, descreve-se, a seguir, a metodologia de análise da presente pesquisa.

3. Metodologia

O *corpus* deste presente trabalho foi constituído por meio de entrevistas sociolinguísticas guiadas por um roteiro de perguntas, que tem como temática gêneros diferenciados, tais como receitas, instruções, aconselhamento e exemplificações. Além disso, foi solicitado também que os sujeitos narrassem fatos recontados ou experiências pessoais.

No total, 24 pessoas foram entrevistadas, e todas com perfis semelhantes: falantes do português do Brasil, nascidos no estado de Minas Gerais, nativos e/ou residentes de Ressaquinha por 10 anos ou mais. A amostra foi estratificada da seguinte forma: 12 falantes do sexo feminino (6 da zona urbana e 6 da zona rural), e 12 falantes do sexo masculino (6 da zona urbana e 6 da zona rural). Foram consideradas as faixas etárias 20 a 35 anos, 36 a 50 anos e 51 anos ou mais.

Encontraram-se 579 ocorrências dos pronomes de segunda pessoa do singular no *corpus* em análise. É importante deixar claro que as formas *você*, *ocê* e *cê* foram acopladas e consideradas uma única variável linguística: *você*. Para análise do fenômeno variável, foram controlados os seguintes grupos de fatores:

- Extralinguísticos: faixa etária (20 a 35 anos, 36 a 50 anos e 51 anos ou mais); sexo (feminino e masculino); e área geográfica (zona urbana e zona rural).
- Linguísticos: tipo de referência (específica e genérica); tipo de discurso (direto e relatado); contexto sintático (sujeito, complemento com preposição e complemento sem preposição); e contexto frasal (afirmativa, interrogativa e negativa).

A escolha dos grupos de fatores baseou-se nos estudos de Andrade (2010), Guimarães (2014), Martins (2010) e Mota (2008). Todos os dados foram submetidos ao programa *GoldVarb X*, que é o suporte quantitativo do presente estudo.

Durante o processo de análise, os fatores contexto frasal, área geográfica e sexo não foram selecionados por tal programa quantitativo. No entanto, as frequências brutas desses grupos de fatores são descritas na próxima seção, bem como os resultados gerais e os da análise multivariacional dos dados.

4. Descrição e análise dos dados

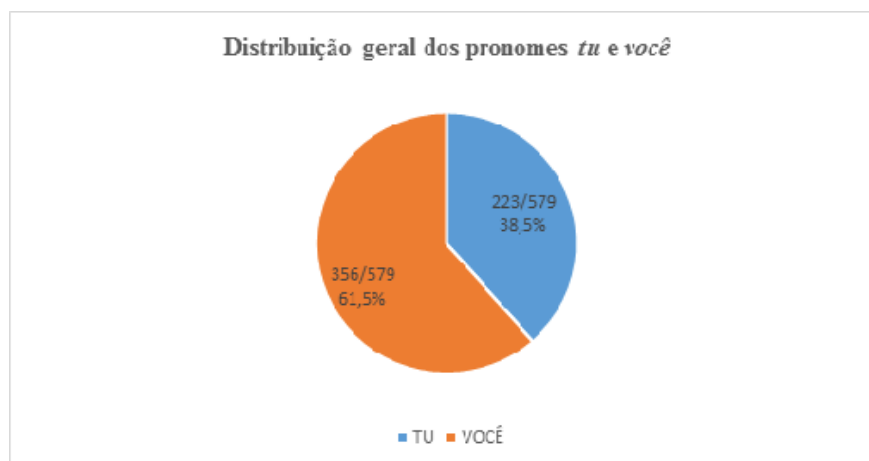
Em primeiro momento, é apresentado um panorama geral da amostra, trazendo os

resultados das frequências brutas das formas pronominais observadas neste estudo. Posteriormente, faz-se a descrição da análise dos fatores que não foram selecionados pelo programa quantitativo *GoldVarb X*, contexto frasal, área geográfica e sexo. Por fim, apresenta-se a análise multivariacional dos dados dos fatores selecionados pelo programa em ordem de relevância.

4.1 Panorama geral da amostra

O *corpus* que compõe o presente trabalho é constituído de 579 ocorrências das formas pronominais de segunda pessoa, *tu* e *você*. O gráfico 1 especifica a distribuição das ocorrências em relação aos pronomes estudados.

Gráfico 1 – Percentual da distribuição geral da amostra



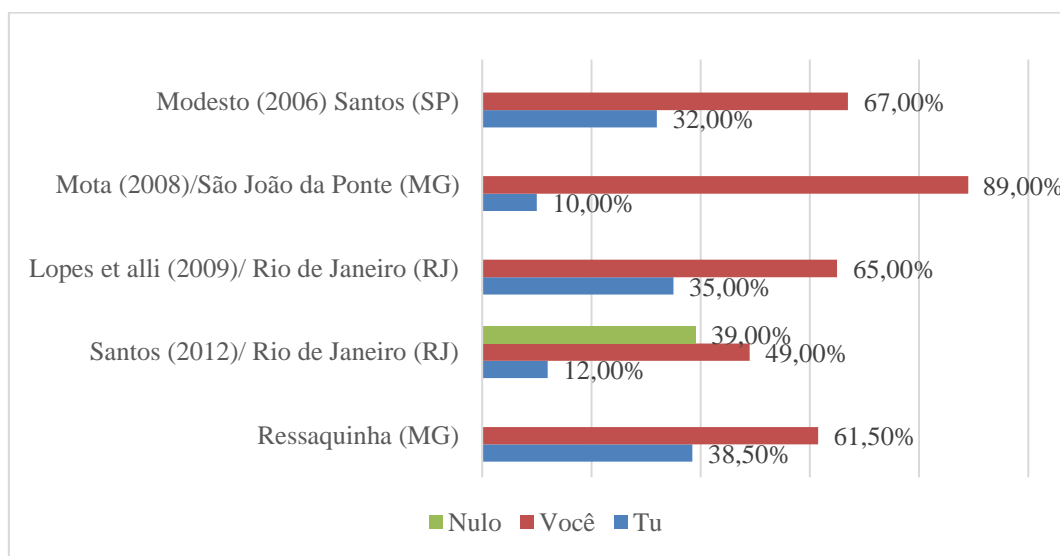
O gráfico 1 demonstra que o pronome *você* é o mais usado pelos falantes ressaquinenses, com 61,5% do total dos dados. No entanto, é importante destacar a produtividade do pronome *tu* em Ressaquinha, com incidência de 38,5%. Tal fenômeno é um fato revelador em Minas Gerais, principalmente por ser um estado em que o pronome *você* é predominante, conforme indicam alguns estudos realizados, como ao de Coelho (1999), Gonçalves (2008), Herênio (2006), Peres (2006) e Ramos (1997).

Um trabalho que certificou, até então, a presença do pronome *tu* na fala mineira foi desenvolvido por Mota (2008) no município de São João da Ponte. Nos dados dessa pesquisa, a autora identificou a incidência de 10% da forma *tu* e 89% do pronome *você*. É possível que o *tu* possa fazer parte da fala de outras localidades do estado mineiro. A exemplo disso, na cidade

de Alfredo Vasconcelos⁶, vizinha de Ressaquinha, notou-se a presença do pronome *tu* no falar dessa comunidade. Tais evidências demonstram que Minas Gerais necessita de mais estudos que envolvem os pronomes de segunda pessoa para se ter mais clareza a respeito do uso das formas de segunda pessoa no estado.

O resultado apresentado na distribuição geral dos pronomes corrobora a hipótese inicial de que o uso de *você* é maior do que o de *tu* em Ressaquinha, seguindo a tendência de alguns estudos realizados na região Sudeste, conforme indica o gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual de *tu* e *você* na região Sudeste



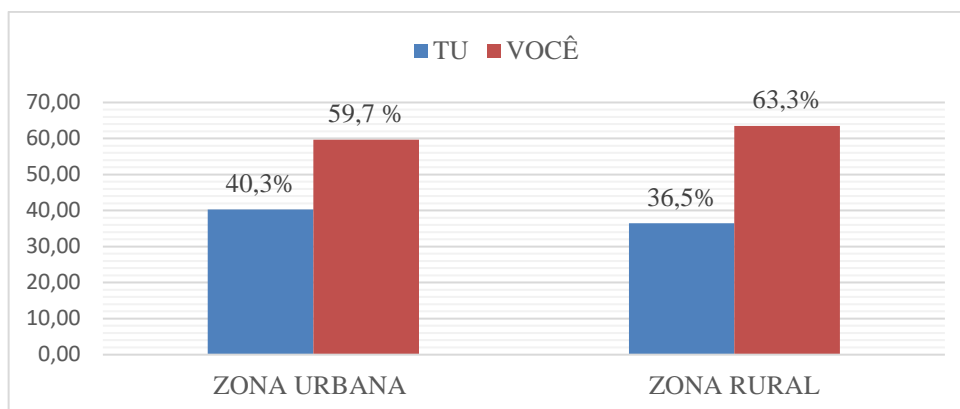
Com base no gráfico 2, fica clara a predominância do pronome *você* sobre o *tu* na região Sudeste. No entanto, as pesquisas demonstram que o pronome *tu* também é frequente nesse território. Nota-se que os estudos de Modesto (2008), Lopes *et al.* (2009) e os dados de Ressaquinha apresentam o uso de *tu* acima de 30%. No estudo de Santos (2012), a autora considera também o pronome *nulo*, que, nesse trabalho, tem incidência maior do que o *tu*.

4.2 Fatores não selecionados pelo Programa *GoldVarb X*

A) Área Geográfica

Gráfico 3 – Distribuição da amostra: área geográfica

⁶ Esse município mineiro é estudado pelo Prof. Doutor Clézio Roberto Gonçalves e seus orientandos da Universidade Federal de Ouro Preto. No *corpus* do trabalho, em andamento, foi possível identificar o uso frequente do pronome *tu* entre os falantes de Alfredo Vasconcelos (MG).



Verifica-se, com base nos resultados do gráfico 3, que a frequência do pronome *ocê* é maior nas duas áreas geográficas, sendo 59,7% para a Zona Urbana e 63,5% para Zona Rural. O percentual do pronome *tu* é maior na Zona Urbana, com 40,3%, já na Zona Rural tem-se 36,5%.

B) Contexto Frasal

Tabela 1- Frequência do contexto frasal na amostra

Contexto Frasal	Tu	%	Você	%
Afirmativa	171/453	37,7	282/453	62,3
Negativa	20/66	30,3	46/66	69,7
Interrogativa	32/58	53,3	28/58	46,7

A tabela 1 demonstra que as frases interrogativas são as mais favoráveis ao uso do pronome *tu* em Ressaquinha, com 53,3%. Nas afirmativas e negativas, há percentuais de 37,7% e 30,3%, respectivamente. Quanto à forma *você*, verificou-se um índice mais alto nas frases negativas, com 69,7%, e, em segundo momento, nas afirmativas, que apresentaram uma frequência 62,3%; já nos contextos interrogativos esse pronome é menos empregado, sendo 46,7%.

É interessante observar que, nos trabalhos de Andrade (2010) e Guimarães (2014), a frase interrogativa também favorece o uso do pronome *tu*, com 46,7% e 76%, respectivamente. Nota-se, no trabalho de Guimarães, o quanto é expressivo o percentual de ocorrências em contextos interrogativos. Segundo a autora, esse fenômeno acontece por serem discursos de “menor monitoramento e de maior grau de intimidade entre os interlocutores”. (GUIMARÃES, 2014, p. 136).

C) Sexo

Tabela 2- Frequência da variável sexo na amostra

Sexo	Tu	%	Você	%
Feminino	80/210	38,1	130/210	61,2
Masculino	143/369	38,8	226/369	61,9

Tendo em vista os dados da tabela 2, percebe-se bastante semelhança no uso dos pronomes *tu* e *você* nessa variável. Nota-se que as porcentagens entre ambos os sexos são equilibradas e que seus dados se aproximam. Há uma incidência maior do pronome *tu* no sexo masculino, com 38,8%. No entanto, o percentual das mulheres quase se iguala ao dos homens, sendo 38,1%. O mesmo acontece quanto ao uso de *você*, as frequências os dois sexos também estão bem próximas, sendo 61,2% para o sexo feminino e 61,9% para as falas masculinas.

Diante do exposto, apesar de os resultados apontarem o uso de *tu* maior entre os homens, com diferencial mínimo de 0,7%, não podemos dizer que Ressaquinha (MG) segue a tendência de alguns estudos da região Sudeste, a saber: Lopes *et al.* (2009) e Santos (2012), realizados no Rio de Janeiro (RJ), onde o uso de *tu* está mais presente nas falas masculinas, conforme previa a hipótese inicial. O que se observa nesses dados é um equilíbrio das duas formas pronominais, *tu* e *você*, em ambos os sexos. Tal resultado também não nos habilita afirmar que o *tu* seja estigmatizado pelos falantes ou que tal pronome seja o de prestígio. O que se observa nessa cidade mineira é que a forma *tu* parece ser de uso geral e bem aceita por toda comunidade, indiciando ser um fenômeno que não depende do sexo.

4.3 Fatores não selecionados pelo Programa *GoldVarb X*

A) Tipo de referência

O tipo de referência foi o primeiro grupo de fator selecionado pelo programa. A tabela 3 ilustra os resultados dessa variável para aplicação do *tu* na amostra.

Tabela 3 – A atuação do tipo de referência sobre o pronome *tu* (*tu* x *você*)

Tipo de Referência	Aplicação /Total	%	Peso Relativo
Genérica	24/141	17,0	0.21
Específica	199/438	45,4	0.60

Com base nos dados da tabela 3, nota-se que o pronome *tu* é favorecido quando usado de forma específica, sendo 0,60 seu peso relativo, e 45,4% de frequência. Por outro lado, o *tu* apresenta-se desfavorecido quando é empregado de forma genérica, com 0,21 de peso relativo, e 17,0% de uso.

Tais resultados se assemelham com outros trabalhos que também revelaram o favorecimento do pronome *tu* pela referência específica, a saber: Oliveira (2007, 2005) e Andrade (2010), na região Centro-Oeste; Martins (2010), na região Norte; Franceschini (2011), na região Sul; e Guimarães (2014), na região Nordeste.

Em relação a essa variável, pode-se dizer também que ambos os tipos de referência favorecem o uso do pronome *você*. Para Menon e Loregian-Penkall (2012), esse contexto é o mais suscetível para entrada do *você* no sistema dos falantes que tem o *tu*. Tal afirmativa se fortalece nos estudos supracitados, bem como no trabalho de Nogueira (2013), que apresenta um uso categórico da forma *você* como referência genérica.

B) Contexto Sintático

Tabela 4- A atuação do contexto sintático sobre o pronome *tu* (*tu* x *você*)

Contexto Sintático	Aplicação /Total	%	Peso Relativo
Sujeito	221/542	40,8	0.54
Complemento de verbo com preposição	1/25	4,0	0.05
Complemento de verbo sem preposição	1/11	8,3	0.12

Tendo em vista os resultados apontados pela tabela 4, verifica-se que o contexto sintático sujeito é o que mais favorece o uso de *tu*, com peso relativo de 0,54 e 40,8 pontos percentuais. Nas demais funções, complemento de verbo com preposição e complemento de verbo sem preposição, há pesos relativos de 0,05 e 0,12 e percentuais de 4% e 8,3%, respectivamente. Esses resultados, possivelmente, estão associados ao baixo uso do pronome *tu* em ambos os contextos sintáticos, sendo 1 ocorrência apenas para cada função, a saber:

[1] [...]que eu te faço **tu** feliz e **tu** me faz eu feliz. MU6

[2] [...]É iSSO que é o sonho que eu sonhei pra **tu**? MR2

O uso do pronome *tu* nesses contextos sintáticos também foi encontrado em Minas Gerais por Mota (2008). Em seu trabalho, a autora destaca que uma das constatações reveladoras de sua amostra é o uso da forma plena *tu* como posição de objeto em São João Ponte (MG).

D) Tipos de discurso

Tabela 5- Atuação dos tipos de discurso sobre o pronome tu (tu x você)

Tipos de Discurso	Aplicação /Total	%	Peso Relativo
Direto	172/429	40,1	0.54
Relatado	51/150	34,0	0.36

A tabela 5 indica que o discurso direto é o que mais favorece o uso de *tu*, com 40,1% e 0,54 de peso relativo, ao passo que o discurso relatado tem 34,0% e 0,36 de peso relativo. Tal resultado contradiz a hipótese inicial de que, em conformidade com Mota (2008), o pronome *tu* seria favorecido no discurso relatado. Para a referida autora, uma das explicações para o favorecimento de *tu* em tal contexto em São João da Ponte (MG), com 23% dos dados e 0.85 de peso relativo, deve-se ao envolvimento do falante com o que ele relata. Ao pronunciar esse tipo de discurso, o interlocutor se distancia do fato narrado, produzindo um enunciado em um estilo mais informal. Em Ressaquinha, observa-se um uso do pronome *tu* mais presente nas falas diretas, para se referir ao interlocutor que está perto. Tal fenômeno também acontece em fatos narrados ou, até mesmo, nas falas que reportam aconselhamento, porém é menos recorrente.

E) Faixa etária

Tabela 6- Atuação da faixa etária sobre o pronome tu (tu x você)

Faixa Etária	Aplicação /Total	%	Peso Relativo
20 a 35 anos	55/111	49,5	0.62
36 a 50 anos	48/116	41,4	0.52
51 anos ou mais	120/352	34,1	0.45

Na tabela 6, observa-se que a faixa etária dos mais jovens (20 a 35 anos) favorece o uso

da forma *tu*, com 49,5% de frequência e 0.62 de peso relativo. Em seguida, apresenta-se a faixa etária dos adultos (36 a 50 anos), com 41,4% e 0.52, e a dos mais velhos (50 anos ou mais), com 34,1% de uso e 0.56 de peso relativo.

Em alguns estudos brasileiros também é possível observar que os mais jovens favorecem o uso do pronome *tu*, como apontam as pesquisas de Martins (2010), Alves (2010), Andrade (2010), Lopes *et al.* (2009), Mota (2008), Paredes Silva (2008), Santana (2008), Dias (2007), Oliveira (2005), Guimarães (2014).

5. Considerações finais

O presente estudo analisou os pronomes de segunda pessoa do singular, *tu* e *você*, em Ressaquinha (MG). É importante ressaltar que nos dados gerais da amostra foram acopladas todas as ocorrências de *você*, *ocê*, e *cê* como constituinte de uma única variante: *você*. Diante disso, verificou-se que esse pronome é o mais utilizado pelos falantes ressaquinenses. Tal dado se aproxima dos estudos de Modesto (2006), Mota (2008), Lopes *et al.* (2009) e Santos (2012), que também foram realizados na região Sudeste brasileira e constataram a predominância do *você* sobre o pronome *tu*.

Durante o processo de análise dos dados, 3 fatores não foram selecionados pelo programa *GoldVarb X*, a saber: área geográfica, contexto frasal e sexo. No entanto, para se ter mais clareza sobre o uso das formas pronominais de segunda pessoa do singular no falar ressaquinense, considerou-se relevante citá-las. Desta forma, a variável área geográfica indicou que o pronome *você* é predominante tanto na Zona Urbana quanto na Zona Rural, e o índice maior da forma *tu* encontra-se presente na Zona Urbana. Quanto ao fator contexto frasal, os dados demonstraram que a frase interrogativa favorece o uso de *tu*, aproximando-se dos resultados já encontrados em Brasília (DF) e em Fortaleza (CE).

Em relação à variável sexo, constatou-se um equilíbrio entre o uso das duas formas pronominais. Tal resultado não nos habilita afirmar que o pronome *tu* seja estigmatizado pelos falantes ressaquinenses, bem como seja a forma de prestígio. O que se pode dizer a respeito do *tu* usado na variedade linguística de Ressaquinha é que tal pronome parece ser de uso geral entre os falantes, sendo bem aceito pela comunidade estudada.

A análise multivariacional dos dados demonstrou que o tipo de referência foi o primeiro fator selecionado pelo programa *GoldVarb X*. Tal variável indicou que, em

Ressaquinha, o pronome *tu* é favorecido pelo tipo de referência específica, já a referência genérica é favorecida pela forma *você*. Quanto à variável contexto sintático, o programa indicou a predominância do pronome *tu* na função sujeito. Tal dado, deve-se, evidentemente, ao alto índice de ocorrências do *tu* como sujeito, porém, essa forma também aparece como complemento verbal sem preposição e complemento verbal com preposição, sendo uma ocorrência em cada uma dessas funções.

Os resultados ainda indicaram que o discurso direto favorece a forma *tu*, dado que não se assemelha com o estudo de Mota (2008) realizado em São João da Ponte (MG) e que não confirma a nossa hipótese inicial. No que se refere à faixa etária, notou-se o uso mais frequente da forma *tu* entre os mais jovens, seguido dos adultos e idosos.

Finalmente, é interessante citar a relevância da presente pesquisa para o falar mineiro, principalmente, por constatar o uso do pronome *tu* pelos falantes ressaquinenses. Tal pesquisa será ampliada para se ter mais clareza a respeito dos usos das formas pronominais de segunda pessoa do singular em Ressaquinha (MG). Um de nossos intentos é analisar as formas *tu*, *você*, *ocê* e *cê* separadamente, sem acoplar as 3 últimas variantes, como foi feito neste trabalho.

Além disso, já está em andamento a realização de uma pesquisa que contempla mais cidades da Mesorregião Campo das Vertentes de Minas Gerais. O objetivo é averiguar se o pronome *tu* é um fenômeno que também está presente nos municípios vizinhos de Ressaquinha (MG) e Alfredo Vasconcelos (MG).

Referências

- ALVES, C. C. B. O uso do tu e do você no português falado no Maranhão. 2010. 143f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- ANDRADE, C. Q. Tu e mais quantos? – A segunda pessoa na fala brasiliense. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.
- BABILÔNIA, L.; MARTINS, S. A. A influência dos fatores sociais na alternância tu/você na fala manauara. Revista Guavira Letras (UFMS/ Campus Três Lagoas), v. 13, p. 49-60, 2011.
- CALMON, E. N. Ponte da Passagem: *Você* e *Cê* transitando na fala de VITÓRIA (ES). 2010. 137f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- COELHO, M. do S. V. Uma abordagem variacionista do uso da forma você no norte de Minas. 1999. 85f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- DIAS, E. P. O uso do tu no português falado brasiliense. 2007. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística)- Universidade de Brasília, Brasília
- FRANCESCHINI, L. T. Variação pronominal Nós/A gente e Tu/Você em Concórdia-SC. 2011. 152f. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- GONÇALVES, C. R. Uma abordagem sociolinguística das formas *você*, *ocê* e *cê* no português. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Semiótica e Linguagem, Universidade de São Paulo, São Paulo

- GUIMARÃES, T. A. A. S. Tu é doido, Macho! A variação das formas de tratamento no falar de Fortaleza. 2014. 237f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- HERÊNIO, K. K. P. “Tu” e “você” em uma perspectiva intra-linguística 2006. 120f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- HERZOG, M. I., LABOV, W. & WEINREICH, U. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. (Tradução de Marcos Bagno). São Paulo: Parábola, 2006.
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 (1972).
- LOPES, Célia Regina dos Santos Lopes; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; SANTOS, Viviane Maia; SILVA, Aline S. Quem está do outro lado do túnel? Tu ou você na cena urbana carioca. *Neue Romania*, Berlin, v. 39, p. 49-67, 2009.
- _____, Célia Regina dos Santos Lopes. Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: Claudia Roncarati; Jussara Abraçado. (Org.). *Português Brasileiro II - contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1 ed. Niterói: EDUFF, v. 2, p. 55-71, 2008.
- LOREGIAN-PENKAL, L. Re(análise) da referência de segunda pessoa na fala da Região sul. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004
- _____; MENON, O. P. S. Você(s), ocê(s) e cê(s) em Curitiba e Londrina, Paraná. In: *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, 2012.
- LUCCA, N. N. G. A variação tu/você na fala brasiliense. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília.
- MARTINS, G. F. A alternância Tu/Você/ Senhor no município de Tefé- Estado do Amazonas. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília.
- MODESTO, A. T. T. Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância Tu/Você na cidade de Santos – SP. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em Letras) –Curso de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTA, M. A. A Variação dos Pronomes ‘Tu’ e ‘Você’ no Português Oral de São João da Ponte (MG). 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NOGUEIRA, F. M. S. B. Como os falantes de Feira de Santana e Salvador tratam o seu interlocutor? 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Língua e Cultura. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- OLIVEIRA, L. A. F. de. Tu e você no português afro-brasileiro. Comunicação ao VI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA, Salvador, 2005.
- _____. Tu e Você no português popular do estado da Bahia. Comunicação ao VIII Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA, Salvador, 2007
- OLIVEIRA, T. L. de; SOUZA, C. D. de. A representação da 2ª pessoa nas posições de complemento: o papel da categoria social. *Working Papers em Linguística*. Florianópolis, v. 14, n. 2, 2013.
- PAREDES SILVA, V. L. O sujeito pronominal de 2ª pessoa na fala carioca: variação e mudança. *Revista Dia Crítica*. 2008, p. 93-106.
- PERES, E. P. O uso de você, ocê e cê em Belo Horizonte: um estatuto em tempo aparente e tempo real. 2006. 234f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- RAMOS, J. O uso das formas *você*, *ocê* e *cê* no dialeto mineiro. In: HORA, D. (Org.). *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 43-60.
- ROCHA, Patrícia Graciela da. O sistema de tratamento do português de Florianópolis: um estudo sincrônico. 2012. 336f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SANTOS, V. M. “Tu vai para onde?... Você vai para onde?: manifestações da segunda pessoa na fala carioca. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Curso de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. In: BALLY, C; SECHEHAYE, A., 1978. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHERRE; MARTINS *et al.* Variação dos pronomes tu e você. In: MARTINS, Marco Antonio, ABRAÇADO. Jussara. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 133-172.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]



O tratamento dado à variação linguística nas aulas de língua materna em escolas de Mariana/MG

Treatment given to linguistic variation in mother language classes in schools in Mariana/MG

Soélis Teixeira do Prado Mendes¹

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana (MG), Brasil

Luana Veloso Tolentino Alvim²

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana (MG), Brasil

Resumo: O presente artigo pretende expor os resultados parciais da pesquisa vinculada ao projeto *Ensino de Língua Portuguesa: estudo das práticas discursivas na educação básica das escolas de Mariana, Ouro Preto e seus distritos*, bem como analisar o tratamento dado à variação linguística em aulas de língua materna no ensino básico. A análise se fundamenta, principalmente, no que dizem os documentos oficiais e em aportes teórico-metodológicos relacionados à pedagogia da variação linguística. Os resultados apresentados referem-se à observação realizada em uma turma da 2ª série do Ensino Médio de uma escola privada, e mostraram que o material estudado não aborda a variação linguística em qualquer nível, seja semântico, lexical, fonológico ou morfossintático, apresentando algumas limitações.

Palavras-chave: Variação Linguística. Ensino de Língua Materna. Material Didático. Documentos Oficiais.

Abstract: This article aims at showing the partial results of a research conducted under the Project *Portuguese language teaching: study of the discursive acts on elementary schools in Mariana, Ouro Preto and neighborhood*, as well as analyzing the treatment given to linguistic variation in mother language classes in elementary classes. The analysis is mainly based on what official documents say and in theoretical-methodological literature pertaining to the pedagogy of linguistic variation. The results presented refer to the observation of a high school second grade class in a private school and show that the material used does not deal with linguistic variation on any level, be it semantic, lexical, phonologic or in morph syntax, thus presenting some limitations.

Keywords: Linguistic Variation. Mother Language Teaching. Didactic Material. Official Documents.

1. Introdução

A discussão que pretendemos fazer neste artigo está relacionada a resultados parciais da pesquisa realizada na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) durante o período março/2017 a fevereiro/2018 (Edital 11/2016 - PIVIC.1S/UFOP/2017-18), cujo projeto intitula-

¹ Professora Adjunta, Departamento de Letras, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil, soelisufop@gmail.com.

² Graduanda em Letras - Licenciatura, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil, luana.veloso.tolentino@gmail.com.

se: *Ensino de língua portuguesa: estudo das práticas discursivas na educação básica das escolas de Mariana, Ouro Preto e de seus distritos*. Como o objetivo geral do projeto é fazer um levantamento das práticas discursivas – seja por meio de atividades propostas pelo livro didático, seja por meio das explicações fornecidas pelos docentes – quanto ao ensino dos padrões da língua, nas classes da educação básica (escolas pública particular da cidade de Mariana) e analisá-las à luz dos teóricos citados e como ainda não nos foi possível fazer um levantamento em todas as escolas selecionadas, vamos nos restringir aos resultados até então obtidos.

A democratização da escola no Brasil aconteceu no início do século XX, quando passou a receber um grupo de alunos numeroso e heterogêneo, levando para a sala de aula falantes das diversas variedades do português brasileiro (PB). Com isso, houve uma alteração no ensino-aprendizagem da língua, pois a escola deixou de ser um espaço reservado apenas para a elite e passou a receber a classe popular da sociedade – que não dominava a variedade, digamos, mais próxima do padrão.

Entretanto, mesmo acolhendo a classe popular da sociedade, a escola ainda privilegiava a elite dominante e a norma padrão era (é?) o ensino corrente, estabelecendo noções de “certo” e “errado” por meio, exclusivamente, da gramática normativa, que, como se sabe, pressupõe uma língua homogênea, ou seja, sem variantes. A situação colaborou para o surgimento do preconceito linguístico, dado que a norma padrão é considerada a única variedade correta e que as demais são desprezíveis.

Não obstante, a presença da heterogeneidade do português brasileiro exige que a realidade ensinada nas escolas seja revista, e que o material didático faça uma abordagem concisa do que trata a variação linguística, lidando de maneira consciente no que afeta o surgimento de preconceitos dentro de sala de aula.

De acordo com Bortoni-Ricardo,

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Os estudos sociolinguísticos buscam estimular uma transformação na prática de ensino no que se refere à variação linguística. O que de fato se torna relevante no ensino da língua é, dentre outras questões, o reconhecimento da heterogeneidade da língua com suas diversas

variantes, segundo o contexto de interação, e não somente o reconhecimento de uma única variante.

Considerando toda a questão em torno criada acerca do ensino de variação, este artigo visa discutir e defender o quão importante é a presença das variações nas de sala de aula e o tratamento dela por parte dos docentes. Para isso, pretende-se analisar o (não) tratamento dado à variação nas aulas de Língua Portuguesa em classes do ensino médio de uma escola privada da cidade de Mariana (MG), além de verificar como é feita a abordagem desse assunto pelo material didático adotado pela escola que fez parte de nossa pesquisa.

2. Elementos teóricos

2.1 O termo *norma* e suas variantes

Segundo Carlos Alberto Faraco, nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea. No plano prático, uma língua é composta por um conjunto de variedades, ou seja, não existe uma língua acima do conjunto de variedades e nem a separação de língua para um lado e variedades para outro. “Trata-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea.” (2008, p.31)

A dicotomia *langue/parole* de Ferdinand de Saussure foi rejeitada por Eugênio Coseriu porque, segundo ele, esta não representaria a realidade da linguagem (1979 [1952]). Coseriu desenvolveu, então, o conceito de “norma”, transformando a perspectiva dicotômica em tricotômica, *sistema/norma/fala*. A “norma” foi definida tecnicamente como um conjunto de elementos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são habituais em dada comunidade de fala. Nesse sentido, podemos apreender que “norma” seria aquilo que é normal, corriqueiro.

Para Coseriu, na língua estão contidos elementos abstratos ou generalizantes que são formulados a partir de dados concretos; ou seja, a partir de dados concretos é possível que sejam feitas abstrações para, em outro momento, voltar-se ao concreto para compreendê-lo. Com essa explicação, Coseriu quer mostrar que a linguagem humana é dinâmica e que a língua é seu produto e modelo, construída com base em atos concretos (que são os atos de fala), mas que, por ser modelo (ou abstração), permite “a realização de atos de fala futuros.” (DUARTE, 2001).

Coseriu distingue, então, norma de sistema, justificando a tripartição dos conceitos: sistema/norma/fala. Para o linguista, a fala/*parole* é a realização individual concreta da norma,

que é a realização coletiva do sistema, e que contém elementos do próprio sistema e elementos funcionalmente não-pertinentes, mas que são usuais no falar de uma comunidade concreta; já a língua/langue, sistema abstrato formal, contém as oposições funcionais possíveis e disponíveis. A norma, uso intermediário, propõe o que é normal, habitual (ou o que é permitido dizer) e o que é anormal, exatamente por não ser costumeiro num dado grupo social. Pode-se dizer, a partir disso, que a norma é coerciva, e a língua não o é. (COSERIU, 1979 [1952]).

Vale ressaltar que, embora a “norma” tenha nascido no aporte teórico estruturalista, não perde sua vitalidade em outras abordagens, senão vejamos:

Cada abordagem teórica construirá, a partir de seus pressupostos gerais, um modelo diferente dessa organização – num, cada norma será entendida como um certo arranjo de grandes relações sistêmicas; noutra, como a materialização de uma determinada gramática (um certo conjunto de princípios e regras); no terceiro, como determinada conjunção de uma certa combinação de regras variáveis. (FARACO, 2008, p.35-36)

Não existe, portanto, uma norma pura. As normas absorvem as características umas das outras e são sempre hibridizadas. Dessa forma, não é possível estabelecer os limites de cada norma e, se não há uma pura, também não há uma estática. Fundamentadas nesta discussão, cabe dizer que “não é possível deixar de considerar que toda realidade linguística é organizada, heterogênea, híbrida e mutante.” (FARACO, 2008, p.43)

Cada grupo social se distingue entre si por diferentes características, dentre elas o uso comum de língua, ou uma *norma linguística*, que reforça, no indivíduo, a sua noção de pertencimento a esse grupo. Por isso, como bem alerta Faraco (2002, p. 39), “a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas com um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais com aquelas formas.”

Essa variação do termo também chega ao espaço escolar, especificamente, nas aulas de língua materna, onde parece vigorar diferentes conceitos como formas sinônimas: norma padrão e norma culta (ficaremos apenas nesses dois nomes).

A norma culta constitui o conjunto de fenômenos linguísticos que acontecem no uso de falantes letrados e ganhou prestígio social por estar relacionada aos usos monitorados da fala e da escrita. Visto que tenha se tornado historicamente objeto privilegiado de registro, os falantes acreditam que ela seja uma variedade superior, o que leva a definirem as demais variedades como degradações da língua. Entretanto, a norma dita culta é apenas uma das variedades com funções socioculturais específicas. O prestígio exposto é decorrente dos processos sócio-históricos que agregam valor à norma, ou seja, resultante de propriedades extrínsecas. Em suma,

retomando Faraco (2008), a expressão *norma culta* pode ser definida como conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Ela “é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações” (p. 75).

Como exposto, as variedades são igualmente organizadas e complexas, o que não significa que têm igualdade social, pois historicamente os grupos sociais atribuem valores diferente às variedades, algumas são avaliadas positivamente e outras chegam a ser estigmatizadas.

Segundo Bagno (2007^a) e Faraco (2008), diferentemente da norma culta, a norma-padrão trata de um constructo sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. No Brasil, o processo de padronização veio do desejo da elite, letrada e conservadora, de fixar o padrão brasileiro como o lusitano, praticado por escritores portugueses.

Nesse sentido, a reação a uma norma-padrão abasileirada (i.e., a reação ao que propunha, por exemplo, José de Alencar) se manifestava no mesmo tom com que se combatiam os fenômenos linguísticos identificados como “português de preto” ou “pretoguês”, essa “língua de negros boçais e de raças inferiores” (cf. discussão em Christiano, 2001), que era entendida pela elite conservadora como sinônimo de corrupção, degeneração, desintegração. (FARACO, 2008, p.79)

O objetivo da padronização era combater as variedades do português popular. No século XVIII buscou-se implantar uma política que calasse as línguas indígenas; no século XIX, a intenção era calar as variedades rurais. Contudo, esse projeto não obteve sucesso no Brasil.

A variação terminológica de *norma* impossibilita uma única definição. A diferença mais encontrada, em relação ao prestígio social, e utilizada pelos professores nas escolas para lidar com as duas concepções, é a que define norma padrão como o padrão idealizado e norma culta como o padrão de uso. Há, dessa maneira, um descompasso com o que estuda a Sociolinguística e o que é praticado pelos docentes. A terminologia norma culta tem sido preferida pelos professores, no entanto, usam para elementos anteriormente definidos como norma padrão. São frequentes falas como “não é possível utilizar essa expressão no texto, pois não está de acordo com a norma culta”. A expressão norma culta é proferida de forma equivocada, uma vez que nessa situação não se refere ao que é praticado por falantes escolarizados. Traduz-se aqui aquilo que o professor, escola e sociedade julgam correto na norma padrão e que foi idealizada por esses atores.

Portanto, cabe ao professor dominar um contínuo de normas que vai do mais monitorado/formal ao menos monitorado/informal (monitoração estilística); do mais rural ao

mais urbano (contínuo de urbanização); do mais oral ao mais escrito (contínuo oralidade-letramento). (BORTONI-RICARDO, 2004, 2005, 2008) Ademais, cabe a ele dar orientações nas atividades de produção textual, partindo das preferências pautadas nas efetivas normas de uso brasileiras faladas e escritas, e promover nas atividades de leitura e escrita de gêneros variados o reconhecimento de usos linguísticos pouco familiares à comunidade de fala a que pertencem os alunos.

2.2 O tratamento de variação linguística nas aulas de língua materna

Lidar com o ensino de variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa talvez seja uma das principais objeções que o professor encontra ao entrar em sala de aula. Compreender e dominar a realidade plural da língua tem sido, há meio século, objeto de estudo para os sociolinguistas. Ainda há muito para ser estudado no que se refere às variações, pois os próprios documentos oficiais alinham dois lados opostos, em que um afirma a necessidade de conhecimento das diferentes variedades linguísticas e utilização de diferentes registros e, o outro, as identifica como objetos privilegiados de ensino.

Como exemplo atual da indispensabilidade da discussão sobre a variação linguística nas aulas de língua portuguesa, no ensino básico, podemos utilizar a última prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicada em 2018.

A prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias selecionou uma questão que trabalha um dialeto utilizado por *gays* e *travestis* – o *pajubá* – e solicitava aos candidatos que escolhessem a alternativa que explicasse o porquê de ganhar *status* de dialeto por se caracterizar como elemento de patrimônio linguístico, conforme abaixo:

**“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto”
utilizado por gays e travestis**

*Com origem no Iorubá, linguagem foi adotada por
travestis e ganhou a comunidade*

“Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acuê, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: “É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de ‘acuê’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia, a dicionária da língua afiada*, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial.

Disponível em: www.midiamax.com.br. Acesso em: 4 abr. 2017 (adaptado).

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por

- A ter mais de mil palavras conhecidas.
- B ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
- C ser consolidado por objetos formais de registro.
- D ser utilizado por advogados em situações formais.
- E ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

Figura 1- Disponível em: <https://enem.inep.gov.br/depois#questions-proof>

Em torno da escolha desta questão, surgiram diversas discussões acerca do assunto, principalmente na mídia. A variação linguística é um tema frequente no ENEM, sendo de extrema importância sua visibilidade durante os anos finais do ensino básico, pois o aluno precisa ser estimulado a compreender que não irá lidar apenas com textos escritos de acordo com a norma (dita) culta. Ademais, uma das competências da prova é a valorização da língua e suas variações, o que é evidente no manual disponibilizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre as competências e habilidades que serão cobradas no exame.

Aprofundando brevemente nas discussões relacionadas à questão utilizada no ENEM, é possível abordar um dos temas ligados à variação que tem sido discutido de maneira mais assídua pela sociedade (mas não necessariamente aceito): o preconceito linguístico. Apesar de relacionado às diversas variantes da língua, nesse caso, o preconceito linguístico surge

vinculado ao preconceito de gênero, visto que o texto da questão aborda um dialeto usado por indivíduos que são colocados à margem da sociedade. Daí, manifesta-se em um viés diferente daqueles já apresentados a necessidade de o docente trabalhar o conteúdo dentro de sala.

Assim como as competências relacionadas ao exame estão disponíveis no *site* do INEP, é possível encontrar no endereço eletrônico do Governo do Estado de Minas Gerais, o arquivo que contém o documento oficial que determina os conteúdos que devem ser desenvolvidos em sala de aula. Por se tratar do estado de Minas Gerais, contamos com a proposta do CBC – Conteúdo Básico Comum. O *Eixo Temático II – Língua e Linguagem*, presente no CBC – Língua Portuguesa, traz as competências que devem ser trabalhadas nas aulas do Ensino Médio. No que tange à variação linguística, o documento apresenta as seguintes diretrizes:

TÓPICOS E SUBTÓPICOS DE CONTEÚDO	HABILIDADES E DETALHAMENTO DAS HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Variação linguística e estilística: • fatores históricos (o passado e o presente), geográficos (o contínuo rural—urbano), sociológicos (gênero, geração, classe social) e técnicos (diferentes domínios da ciência e da tecnologia); • manifestações fonéticas, lexicais, morfológicas e sintáticas; • o contínuo da monitoração estilística: registros menos ou mais monitorados. • Prestígio e preconceito linguístico 	<p>19.4. Identificar fatores relacionados às variedades linguísticas e estilísticas de textos apresentados.</p> <p>19.5. Avaliar o uso de variedades linguísticas e estilísticas em um texto, considerando a situação comunicativa e o gênero textual.</p> <p>19.6. Adequar a variedade linguística e/ou estilística de um texto à situação comunicativa e ao gênero do texto.</p> <p>19.7. Mostrar uma atitude crítica e não preconceituosa em relação ao uso de variedades linguísticas e estilísticas.</p> <p>19.8. Reconhecer a manifestação de preconceitos linguísticos como estratégia de discriminação e dominação.</p>

Quadro 1 - CBC – Variação Linguística

Tendo em vista o que foi exposto, pode-se concluir que a problemática ligada ao tratamento da variação linguística não está nos currículos desenvolvidos e propostos para os anos finais do ensino básico, mas naquilo que o docente julga ser importante para ser trabalhado. Apesar de não encontrarmos exemplares didáticos que discutam as variantes de maneira direcionada – como expõe Faraco (2008) sobre a questão de apenas disponibilizarem textos ligados ao personagem Chico Bento – devem a escola e seus atores ter consciência da existência das variedades existentes e desenvolver um trabalho em sala de aula que, assim como preconiza uma das habilidades do CBC, mostre uma atitude crítica e não preconceituosa em relação ao uso das variedades linguísticas e estilísticas.

3. Procedimentos metodológicos de estudo

O *corpus* para a realização da pesquisa constitui-se, a partir do consentimento da direção de uma escola da rede privada localizada em Mariana/MG, na observação de 15h/aula de Língua Portuguesa de uma turma da 2ª série do Ensino Médio; na produção de um diário de campo com anotações diárias pertinentes acerca do conteúdo ministrado pelo docente responsável pela disciplina; na análise do material didático utilizado pelo docente que, neste caso, o produziu mediante a solicitação da direção da instituição; na análise dos documentos oficiais relacionados ao estado de Minas Gerais e referenciais teóricos relacionados à aplicação de uma pedagogia da variação linguística dentro de sala; e, por fim, na análise de uma entrevista realizada com o docente no que tange ao ensino de Língua Portuguesa, sobre a qual faremos nossas considerações neste artigo.

A análise dos procedimentos descritos acima foi feita com o intuito de verificar quais as bases teóricas em que o docente mais se apoia no que se refere ao ensino do padrão da língua e suas variações; além de verificar se as aulas ministradas propiciam aos alunos a incorporação e sedimentação dos padrões da língua, bem como a reflexão sobre as variações inerentes à língua portuguesa; e se estão de acordo com o que os documentos oficiais propõem acerca do ensino de língua materna.

4. Análise de dados coletados em campo

Silvia Brandão e Silvia Vieira (2007) afirmam, em um trecho da obra *Ensino de Gramática: descrição e uso*, que

A aula de português seria então um exercício contínuo de descrição e análise desse instrumento de comunicação. Para isso, várias estratégias podem ser utilizadas, entre elas, a de levar o aluno a reconhecer a variação inerente à língua que faz com que cada grupo social possua sua própria variedade, mas ao mesmo tempo seja capaz de conviver com todas as outras. (2007, p. 27)

A definição apresentada pelas autoras do que poderia ser uma aula de Língua Portuguesa é simples e discute como os docentes deveriam introduzir a questão das variações linguísticas em sala de aula. Segundo ela, seja por meio da própria gramática ou por atividades relacionadas ao meio social em que os alunos vivem, é possível administrar o conteúdo de maneira clara e concisa, possibilitando a discentes o contato com as diversas variações presentes no PB. A partir

de uma proposta de entrevista presente na obra “*Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino*”, de Zilles e Faraco (2015) perguntas foram feitas ao docente no que se refere ao ensino do padrão da Língua Portuguesa e suas variações, na educação básica. O fragmento da entrevista que se segue, tornou-se pertinente ao estudo desenvolvido, principalmente no que se refere ao CBC³.

Pergunta: Em sua opinião, a forma correta de falar é a que se aproxima da escrita?

Resposta: “*É bem complexo isso, porque “tô” aqui falando de comunicação. A gente quer falar de uma maneira mais correta, mas nem sempre consegue.*”

Pergunta: Você acha necessário trabalhar mais de uma variedade linguística? Justifique.

Resposta: “*Sim. Porque a gente acaba se apegando muito à questão da variedade regional, mas temos variação histórica, social/popular, é importante eles conhecerem tudo.*”

Faraco (2008) propõe que os professores desenvolvam uma pedagogia da variação linguística, a partir do reconhecimento de que não existem erros nos usos que os falantes fazem de sua língua materna, sendo necessário desconstruir modos de pensar equivocados, principalmente no trabalho escolar com a linguagem.

É importante ter em mente que o aluno já utiliza a língua portuguesa cotidianamente. Isso significa que ele já domina pelo menos uma das variedades dessa língua e que podemos e devemos partir de seus conhecimentos intuitivos de falante da língua. [...] É preciso considerar que o domínio das variedades cultas é fundamental ao exercício crítica frente aos discursos da ciência, da política, da religião, etc. (CBC, 2008, p.76)

Em resposta à primeira pergunta, verificamos que o docente acaba expondo, de maneira sutil, seu posicionamento acerca do ensino da Língua Portuguesa. Subentende-se que, para ela, a língua é composta por elementos determinados “certos” e “errados”, o que nos possibilita concluir que a base teórica abordada nas aulas em que ministra é predominantemente tradicional. Em contrapartida, ao responder a respeito das variantes, diz que é necessário que os alunos aprendam e tenham contato com todos os tipos e conceitos de variação. No entanto, quando surgiram oportunidades para que se discutisse em classe esse assunto, conforme foi observado, ele hesitou demonstrando certa insegurança para lidar com o assunto e seguiu adiante com o conteúdo programado.

A fim de exemplificarmos, podemos citar um fato que aconteceu durante uma das aulas observadas quando um dos alunos indagou o docente com a oração “*Depois nós vê!*” e,

³ Conteúdo Básico Comum de Língua Portuguesa do estado de Minas Gerais.



automaticamente, foi repreendido pelo docente, que criticou as concordâncias verbal e nominal explicitadas pelo aluno. Este seria, portanto, em nossa visão, um momento oportuno para discussão das variações linguísticas existentes, especialmente no que se refere à variação social. Contudo, nenhum comentário foi feito pelo docente, que apenas corrigiu o aluno, ensinando-o a forma “certa” de conjugar o verbo.

Outra situação, que também pode ser utilizada como exemplo, se deu quando outro aluno questionou o professor a respeito do uso do verbo *estar* na oração “*eu vou está em casa*”. A explicação dada pelo docente baseou-se na questão do apagamento do /r/ ao final do verbo com relação à oralidade, já com relação à escrita, informou aos alunos sobre o uso do acento agudo, que não caberia nessa oração. Seria, novamente, um momento pertinente para trabalhar as variantes, abordando, até mesmo, o sistema fonológico da língua que, a depender do contexto, se manifesta de forma diferente; entretanto, não houve nenhum tipo de consideração ou comentário direcionado a esse fim.

Ao final do período de observação das aulas e de análise dos dados obtidos, verifica-se que docentes com conceitos arraigadamente normativistas – estes presentes em nossa cultura – ainda permanecem dentro das salas de aula, sem quaisquer perspectivas de mudança e aceitação das variedades existentes. Um ganho para a linguística é a presença da complexa temática nos eixos que devem ser trabalhados durante a educação básica. Todavia, os fenômenos de variação ainda são marginais nos livros didáticos, tratando predominantemente da variação geográfica, sem dúvida a mais fácil de ser abordada. “Fala-se, aqui ou ali, no português rural. Parece que não há livro didático hoje que não tenha uma tira do Chico Bento – que, diga-se de passagem – está muito longe de representar, de fato, uma variedade do português rural.” (FARACO, 2008, p. 177)

5. Considerações finais

Certamente, os dados aqui apresentados representam uma pequena parcela (de um universo maior) de aulas lecionadas para a turma observada, mas, do pouco que assistimos e observamos, verificamos uma omissão no tratamento de variação linguística pertinente à língua; isso porque acreditamos no que afirmam Zilles e Faraco (2015), “considerando a variedade linguística que eles [os alunos] utilizam e sua capacidade de nela se expressarem”, cabe aos professores “conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa.” (p. 35).

Dessa maneira, a partir do que o autor propõe e do que foi observado em sala de aula, ainda há muito para ser feito para que, pelo menos, a discussão sobre a existência da variação linguística no PB atinja todas as salas de ensino básico existentes. Verifica-se que é imprescindível maior esforço por parte dos profissionais ligados ao ensino da língua para promover o desenvolvimento acerca da consciência linguística e da diversidade sociocultural. E, também, no que se refere à promoção de atividades relacionadas à variação que, se não forem trabalhadas da maneira adequada pelo professor, podem reforçar o preconceito linguístico que, no mínimo, anula e cala o outro.

Referências

- BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.
- COSERIU, Eugênio. Sistema, Norma e Fala. In: _____ Teoria da Linguagem e Linguística Geral: cinco estudos. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, p.13-85, 1979 [1953].
- FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira, desatando alguns nós. 1.ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. Norma-padrão brasileira: desembarançando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.). Linguística da Norma. SP: Organizações Loyola, p. 37-62. 2002.
- MINAS GERAIS, Secretaria do Estado de Educação. Conteúdo Básico Comum (CBC) – Português. Educação Básica – Ensino Fundamental (5ª. a 8ª. séries), 2005.
- VIEIRA, Silvia R.; Brandão, Silvia F. Ensino de Gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.
- ZILLES, Ana Maria S.; FARACO, Carlos Alberto. Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/11/05/bolsonaro-critica-questao-enem-2018-dialetos-travestis.htm>

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]



Minas Setecentistas: breve estudo sobre a pontuação em livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu e de Diamantina

Eighteenth-century mines: a brief study on the score in books of commitment of the brotherhoods of Nossa Senhora do Amparo de Paracatu and Diamantina

Shirlene Ferreira Coelho¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

Sueli Maria Coelho²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

Resumo: A caracterização sociolinguística do escrevente é um obstáculo que normalmente se interpõe ao linguista que se dedica à pesquisa diacrônica. Isso faz com que, muitas vezes, registros importantes da língua deixem de ser analisados por não ser possível recuperar informações que permitam traçar o perfil socioeconômico e cultural do escriba. Este trabalho tem a pretensão de minimizar essa dificuldade, a partir da exploração da hipótese de que os sinais de pontuação podem constituir pistas importantes, para auxiliar o pesquisador a determinar o grau de escolarização do escrevente. Os dados analisados proveem de dois manuscritos de irmandades mineiras escritas, na segunda metade do século XVIII, por indivíduos pardos e pertencentes a um estrato social menos abastado. Os resultados obtidos sinalizam para a adequação da hipótese e sugerem que existem sinais de pontuação mais adequados para determinar o grau de escolarização do escriba, em função de envolverem regras mais complexas de uso.

Palavras-chave: Sinais de pontuação. Ponto-final. Dois-pontos. Minas setecentista. Sociolinguística.

Abstract: The sociolinguistic characterization of the scribe is an obstacle that normally interposes itself to the linguist who is dedicated to the diachronic research. This often means that important registers of the language are no longer analyzed because it is not possible to retrieve information that allows tracing the socioeconomic and cultural profile of the scribe. This paper intends to minimize this difficulty by exploring the hypothesis that punctuation marks can be important clues to help the researcher to determine the scribe's level of schooling. The data analyzed provide two manuscripts of brotherhoods of Minas Gerais written in the second half of the eighteenth century by brown individuals belonging to a lesser social stratum. The results obtained indicate the adequacy of the hypothesis and suggest that there are more appropriate punctuation marks to determine the scribe's level of schooling, since they involve more complex rules of use.

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, MG. shirlenecoelho@outlook.com

² Doutora em Linguística Teórica e Descritiva (UFMG). É professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando tanto na graduação, quanto na pós-graduação, em nível de mestrado e de doutorado. sucoelho@ufmg.br

Keywords: Punctuation marks. Full stop. Semicolon. Eighteenth Minas. Sociolinguistics.

1 Considerações Iniciais

São vários os desafios que se impõem aos pesquisadores que tomam como *corpus* os usos linguísticos de uma dada comunidade, os quais envolvem não apenas o complexo trabalho de coleta e de transcrição de dados, como também a sua descrição e interpretação. No caso de uma pesquisa sociolinguística, fatores de ordem extralinguística devem necessariamente ser controlados e combinados com fatores linguísticos e, em se tratando de pesquisa diacrônica, a dificuldade tende a assumir proporções maiores, sobretudo porque nem sempre é possível caracterizar sociolinguisticamente o escrevente/copista. Se, por um lado, os arquivos nos prestam uma grande contribuição, por nos permitirem o acesso às amostras linguísticas de sincronias pretéritas, por outro, nem sempre dispõem de informações detalhadas sobre o autor dos textos, fato que, muitas vezes, restringe consideravelmente a composição de *corpora*, impondo-nos o abandono de importantes registros de nossa língua. No intuito de minimizar um pouco essa dificuldade, evitando, desse modo, a perda de mostras linguísticas para as quais não existem registros sociolinguísticos capazes de caracterizar o escriba, alguns pesquisadores (cf. BARBOSA, 2013; CARNEIRO; OLIVEIRA; LOBO, 2013; COELHO, 2017) têm se dedicado à proposição de recursos auxiliares para a caracterização sociolinguística desses escreventes por via indireta. Assim, a partir da análise de documentos para os quais se conhecem as informações sociolinguísticas do escriba, buscam verificar se fatores como, por exemplo, o traçado da letra ou ainda a tipologia de abreviaturas empregadas podem fornecer pistas acerca do grau de escolarização do dono da pena.

Este trabalho busca contribuir nesse sentido, na medida em que se dedica a testar a hipótese de que os sinais de pontuação são também um recurso que pode auxiliar o pesquisador a inferir o grau de escolarização do escrevente, sobretudo se considerarmos que determinados sinais de pontuação são regidos por um conjunto de regras mais complexas, cujo emprego demandaria, portanto, maior grau de instrução/escolarização. Assim, no intuito de julgar a adequação dessa hipótese, este estudo se dedicou à análise do emprego de dois sinais de pontuação, sendo um deles de uso mais simples, dada a sua regularidade e frequência na língua escrita, e outro de uso mais complexo, mobilizando, inclusive, o domínio de um conjunto maior

de regras. Os sinais de pontuação objeto de nossa análise foram, respectivamente, o ponto-final e os dois-pontos. O *corpus* analisado compõe-se de dois compromissos de irmandades, escritos em regiões distintas do Estado de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Trata-se do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, da cidade de Paracatu, datado de 1765, e do Compromisso da mesma Irmandade, porém da cidade de Diamantina, datado de 1782. Segundo registro desses documentos, os escribas são pardos e, como tais, de perfil socioeconômico mais baixo. A opção por analisar o mesmo tipo de documento, da mesma agremiação religiosa e de duas regiões mineiras geográfico-cultural e socialmente distintas, visou a verificar se o fator geográfico também interferia na escolarização dos escreventes, que pertenciam ao mesmo estrato social.

A base para a análise foi, portanto, o cotejo dos usos desses dois sinais de pontuação com a norma do período. Para tanto, necessário se fez sistematizar tal norma. Essa sistematização resulta de uma cuidadosa pesquisa bibliográfica em relevantes obras do período, a qual está resenhada na primeira seção deste texto. Na segunda seção, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados para o estudo, bem como apresentamos e analisamos nossos dados em face da hipótese aventada na terceira seção, à qual se seguem nossas considerações finais.

2 Aponte Teórico

2.1 Definindo a pontuação

Considerado por muitos estudiosos um dos principais estudos acerca do tema, o trabalho de Catach (1980) disserta sobre a complexidade de se teorizar sobre o uso da pontuação. Segundo a autora (1980), apesar de o sistema de pontuação não representar um sistema alfabético, por não haver correspondência com o sistema fonológico, ele foi inserido na língua como um “segundo sistema de comunicação” (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Conseqüentemente, a pontuação apresenta uma “dualidade de funcionamento linguístico e de interação recíproca”³ (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Ainda segundo Catach (1980), a pontuação consiste num

conjunto de signos visuais de organização e de apresentação, acompanhando o texto escrito, *interior* ao texto e *comum* ao manuscrito e ao impresso; a pontuação

³ “Dualité de fonctionnement linguistique et de leur interaction réciproque” (CATACH, 1980, p. 16).

compreende várias classes de signos gráficos discretos e formando um sistema, complementar ou suplementar à informação alfabética⁴ (CATACH, 1980, p. 21, itálicos da autora, tradução nossa).

Outra importante contribuição para os estudos sobre a pontuação é o trabalho de Rocha (1996; 1997; 1998), que, em seu texto de 1997, avalia que poucos são os estudos que se dedicaram a analisar os sinais de pontuação sob uma perspectiva descritiva, sendo, em sua grande maioria, focados no aspecto normativo. Isso se deve, segundo sua avaliação, ao fato de tais sinais funcionarem tanto no eixo paradigmático, isto é, oferecendo a “possibilidade de o usuário poder selecionar um entre vários signos coexistentes” (ROCHA, 1997, s. p.), quanto no eixo sintagmático, em que “não se apresenta como um sistema de combinações entre os signos de pontuação para formarem unidades de nível superior, mas assume uma *função delimitadora* em níveis gradativos” (ROCHA, 1997, s. p., itálico da autora).

Tendo em vista toda essa complexidade e os objetivos do atual estudo, recorreremos a alguns autores que pudessem nos subsidiar na compreensão e na análise dos dados. Na subseção seguinte, apresentamos uma resenha de alguns dos principais aspectos relacionados aos dois sinais que nos propusemos a analisar no âmbito deste estudo, quais sejam, ponto-final e dois-pontos.

2.2 Ponto-final e dois-pontos: breve histórico

Ao fazer o levantamento histórico dos sinais de pontuação, Acioli (1994) atribui ao gramático Aristófanes a criação dos sinais de pontuação, no século III a.C. Segundo a autora (1994), o sistema de pontuação era composto unicamente por ponto, sendo que a posição desse sinal indicava o tipo de pausa: breve, que funcionava como a atual vírgula; e longa, que funcionava como ponto-final. Via-se, dessa maneira, sua função restrita à oralidade, apresentando um caráter prosódico da pontuação. Para Acioli (1994), somente com o passar do tempo os sinais de pontuação assumiram uma função sintática no discurso.

Em relação ao período renascentista, Rosa (1995) verificou, em seu estudo com textos escritos portugueses, uma maior frequência de ocorrências dos sinais de pontuação cólon, que possui formato semelhante ao atual ponto-final, e coma, com formato semelhante aos dois-

⁴ “Ensemble des signes visuels d’organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, *intérieurs* au texte et *communs* au manuscrit et à l’imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l’information alphabétique.” (CATACH, 1980, p. 21, itálicos da autora)

pontos. Já Machado Filho (2002), em estudo sobre o português medieval, observou a recorrência de uso do ponto simples nos manuscritos analisados. Além disso, o autor observou maior variabilidade de uso desse sinal, o que, para ele, “referenda o ponto como um dos sinais mais presentes e mais funcionais na história da pontuação ocidental, desde que foi primeiramente utilizado com tal finalidade” (MACHADO FILHO, 2002, p. 77). Há ainda, segundo Machado Filho (2002), um uso bastante regular desse sinal logo após a maiúscula, característica própria do texto escrito.

2.3 A norma setecentista/oitocentista

Ao analisar a pontuação encontrada em documentos mineiros setecentistas e tendo em vista o caráter de sua pesquisa, pautada nos preceitos sociolinguísticos, Coelho (2018) percebeu a necessidade de conhecer a norma da época, a fim de definir os usos padrão dos sinais de pontuação e, a partir disso, resumiu algumas das normas encontradas. Para a presente pesquisa, retomamos as normas referentes aos sinais de pontuação *dois-pontos* e *ponto-final*, como pode ser visto nos quadros 1 e 2, respectivamente:

Quadro 1 - Regras de emprego para o sinal *dois-pontos*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usados em orações extensas, quando o sentido é quase perfeito.	Argote (1725) Verney (1746)
Usados no fim de uma oração, que possua sentido perfeito e que independa da oração seguinte.	Feyjo (1734) Constancio (1831)
Usados para separar orações com sentido perfeito, mas que tenham dependência entre si. Teria, assim, função semelhante à do ponto-e-vírgula.	Silva (1890)
Usados para introduzir citações de outros autores.	Feyjo (1734) Ribeiro (1950)
Usados para introduzir uma explicação.	Feyjo (1734) Verney (1746) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usados na separação de duas orações principais, mostrando que há uma oração principal e que há outras subordinadas a esta.	Barbosa (1822)
Usados antes das conjunções <i>assim como</i> , <i>assim também</i> e para enunciar um discurso direto.	Barbosa (1822)
Usados para se referir a um discurso direto; e para enunciar uma enumeração.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 49).

Em relação ao sinal *dois-pontos*, Coelho (2018) verificou a existência de pouca sistematização das regras, havendo muitas normas divergentes entre os autores. Nas palavras da autora (2018),

quanto ao uso dos dois-pontos, são notáveis as divergências de sistematização das regras [...]. Argote (1725), Feyjo (1734) e Verney (1746) afirmam que os dois-pontos devem ser empregados em orações extensas, que possuem sentido quase perfeito; porém Feyjo (1734), assim como Constancio (1831), condiciona o uso à independência entre tais orações. Contrariamente a isso, Silva (1890) vincula o uso dos dois-pontos à dependência entre as orações perfeitas. Em suma, a função comum aos autores compulsados é a dependência entre as partes da oração que estão separadas pelos dois-pontos; o diferencial seria o grau de dependência dessas partes, sendo sistematizado pelo seu sentido perfeito ou quase perfeito. Feyjo (1734) foi o único autor a apontar o uso desse sinal antes de citações [...] Fica claro, pois, o pouco consenso entre esses autores, ao estabelecer as regras de uso para esse sinal de pontuação, diferentemente do que ocorre com o estabelecimento de regras para o uso do ponto-e-vírgula (cf. na subseção 2.4.2), do ponto-final, do ponto de interrogação, do ponto de exclamação e dos parênteses (cf. nas próximas subseções). (COELHO, 2018, p. 49-50).

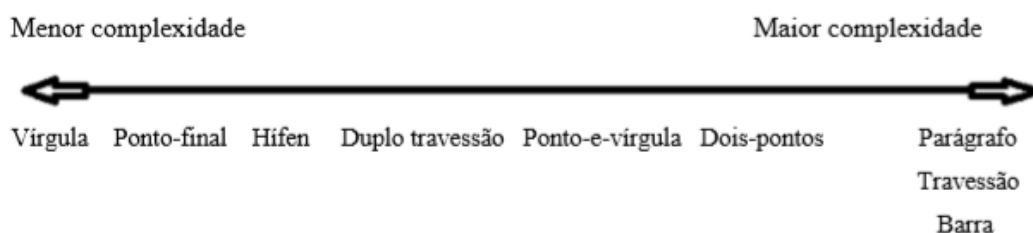
Quadro 2 - Regras de emprego para o *ponto-final*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usado quando a oração tem sentido perfeito e não depende da oração seguinte.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
Exerce função de ponto abreviativo.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 50).

Conforme observou Coelho (2018), diferentemente do que ocorre com o sinal *dois-pontos*, o sinal *ponto-final* possui uma sistematização da norma bastante regular. Segundo a autora (2018), “nota-se, assim, que se trata de um sinal de pontuação com uso bem consolidado, visto que todos os autores atribuíram-lhe a mesma regra de uso” (COELHO, 2018, p. 51).

Além destes sinais, a autora (2018) fez um levantamento de normas para outros sinais de pontuação, listados em manuais e em gramáticas consultadas. A partir da sumarização dessas normas, bem como das ocorrências computadas, estabeleceu o seguinte *continuum*:



Fonte: Coelho (2018, p. 122)

As normas sistematizadas por Coelho (2018), assim como o *continuum* apresentado pela autora, são indispensáveis também para a presente pesquisa, pois é a partir do estabelecimento dessas regras de uso que se tornou possível avaliarmos os usos dos sinais de pontuação objetos de nossa pesquisa, julgando, assim, a (in)adequação de nossa hipótese. Antes, contudo, de passarmos à apresentação dos resultados obtidos, é necessário descrever os procedimentos metodológicos que nos nortearam, tema que será objeto da próxima seção.

3 Descrição da Metodologia

Ainda que o objeto de estudo aqui apresentado refere-se aos resultados parciais de uma pesquisa maior⁵, adotamos, nesta pesquisa de envergadura menor, a mesma metodologia aplicada em tal pesquisa. Sendo assim, recorreremos aos preceitos sociolinguísticos descritos por Labov (2008 [1972]), para o estabelecimento do conjunto de variáveis analisadas. Para este autor (2008 [1972]), a pesquisa sociolinguística envolve não somente os fatores internos da língua, como também os fatores externos. Isso seria reflexo da impossibilidade de se dissociar a língua das questões sociais, isto é, fatores tais como escolaridade, grupo social, região, idade, sexo teriam influência na estrutura da língua e, portanto, devem ser considerados em uma pesquisa sociolinguística. Considerando-se que nosso propósito consiste em verificar a possibilidade de o uso dos sinais de pontuação indiciar o grau de escolarização do escrevente, selecionamos dois compromissos de irmandades, que possuem como membros pessoas do mesmo grupo socioeconômico, porém de regiões distintas, como pode ser visto no quadro 3:

Quadro 3 – Composição do *corpus*

⁵ Para maiores informações sobre a pesquisa completa, conferir Coelho (2018).



Documento	Sigla	Ano	Cidade	Etnia	Nº de palavras
Compromisso da Irmandade de Nossa do Amparo (em fase de edição ⁶)	CINSAP	1765	Paracatu	Pardos	4612
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (DUCHOWNY; COELHO, 2013)	CINSAD	1782	Diamantina	Pardos	5273

Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

Trata-se, pois, de documentos escritos na mesma época – segunda metade do século XVIII –, ambos com números aproximados de palavras, a fim de se evitar o favorecimento dos resultados de uma irmandade em detrimento da outra, e pertencentes ao mesmo grupo étnico e socioeconômico⁷. Além desses fatores extralinguísticos, incluímos também, em nossa análise, a região em que se encontra cada irmandade. Apesar de essas cidades pertencerem ao atual estado de Minas Gerais, no período histórico analisado, elas sobreviviam de atividades econômicas diferentes. Paracatu foi uma importante região aurífera do estado. De acordo com Ulhôa Pimentel [20-?], “o arraial foi elevado a [*sic.*] vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de D. Maria (a louca)” (s/p), o que atesta seu importante papel para a região, no período setecentista. Após isso, a região experimentou o declínio do seu desenvolvimento econômico, algo que perdurou até o século XIX, com o fortalecimento das atividades agropecuárias.

Já Diamantina ficou reconhecida por ser uma região de extração de diamantes. Furtado (1996) cita o forte impacto não só econômico, como também social da região no período colonial:

o fato é que o próprio crescimento constante da população, da produção de diamantes e o dinamismo da economia local demonstravam que a Administração Diamantina não trazia nem a decadência, nem o despovoamento. Ao contrário, a população soube se reorganizar neste novo sistema, encontrando sua sobrevivência e até mesmo o próprio enriquecimento. (FURTADO, 1996, p. 44).

⁶ Este documento, segundo Coelho (2018), foi editado por ela durante o desenvolvimento de sua pesquisa.

⁷ Os pardos, àquele período, compunham as classes sociais menos abastadas.



Numa sociedade estratificada, era inevitável que membros das classes socioeconômicas mais baixas buscassem por melhorias de vida. Segundo Furtado (1996), a sociedade diamantinense, “plural, heterogênea e múltipla, era dificilmente dominada pelas autoridades, apesar de terem em mãos Regimento autoritário e excludente e de afastarem a população da mineração do diamante” (p. 50). Tal característica dessa sociedade, assim como afirma a autora (1996), revelou a constante disputa entre membros de classes dominantes ou entre esses e as classes dominadas.

Outra característica importante do período colonial é a forte presença da Igreja Católica na sociedade. Era comum, portanto, a existência de organizações religiosas, sejam irmandades leigas, sejam ordens terceiras, que visavam à manutenção da fé cristã e dos bons costumes. De acordo com Salles (2007), tais agrupamentos representavam uma forma de inserção social, por meio das irmandades, principalmente para aqueles indivíduos que viviam à margem da sociedade.

Também Boschi (2007) endossa tal ideia e cita outro aspecto importante, que é o favorecimento da constituição das irmandades leigas. Para o autor (2007),

essas igrejinhas logo se tornaram não apenas cenário para ofícios religiosos como também centro de vida social e local para trocas e para a prática do comércio. Ou seja, a sociedade que se foi organizando na área fê-lo em torno da religiosidade; as *urbes* foram nascendo sob o impulso da vida religiosa. Mantenedoras das capelas, cerne dos arraiais e igualmente dos altares que se construíram no interior delas, as irmandades assumiram, pois, função e papel nuclear na promoção das sociabilidades coloniais mineiras. (BOSCHI, 2007, p. 61, *itálico do autor*).

Era necessário, portanto, o estabelecimento de regras para a regulamentação das práticas dentro das irmandades, pois, “por disporem, simultaneamente, de um caráter religioso e outro temporal, jurídico, impunha-se a cada uma delas a redação de um regulamento” (MONTANHEIRO, 2008/2009, p. 130). Os *Livros de Compromisso* eram divididos em capítulos, que, de modo geral, tratam das eleições de novos membros, questões relacionadas a falecimentos dos irmãos, destinação das esmolas para as irmandades etc. Verifica-se, assim, um padrão semelhante de organização desses documentos e dos assuntos tratados em cada um deles; contudo, ao analisarmos o conteúdo dos livros de compromisso selecionados para o presente estudo, é possível perceber diferenças, como pode ser visto nos excertos abaixo:

(1)

10º

AfestadaSenhora



do Amparo he costumada afazer-ce aoito deSetembro, ena Vespera deste dia, sefará nova eleição para o anoSeguinte, prezidindo oReverendoCapellaõ damesmaIrmandade, etendo o Juiz detoda aMeza diante p[ro]posto compauta doSu geito para o Juiz, que serão trez nomeados; eomesmo fara o Escrivaõ, Tezoureiro, e Procurador, que selancaraõ osnomes detodos os propostos comdestinçaõ emhum Só papel, eposto este na mam do Escrivaõ, selevantaram todos os Irmaõs deMeza Menos os Offeciais, [e]retirados daquele lugar, Virá vindo axama [espaco] [espaco] [espaco] [espaco] [espaco] do axamado do Procurador cada um porsuaVes para dar oSeuVoto naquela que emsua consciencia vir h[é] capaz idoneo para o Cupar odito Cargo, cujos votos hirá o Escrivaõ asentando, ecada hum daqueles que selhederem, eosque commais Seaxarem serão osnovos ofeciais comadvertencia queSesuceder haver dois, outros comvotos iguaes, oReverendo Capelaõ dezempatará, elegendo oque [lh]eparecer idoneo; feita aeleiçaõ, easinada pelo Reverendo Capelaõ sepublicará nodia da festa (CINSAD, 1782, fol. 3v-4r).

(2)

CAPITULO XIII.

Quatro dias antes da nossafesta se junctará oJuiz, Officiaes, eIrmãos deMeza, querendo servirem aquelle anno, para fazerem nova elleiçaõ dos Off.^{es}, eIrmãos, q.' há de servir o anno succetivo, a qual elleiçaõ faraõ nomeando o Juiz, q.' servir [tuz] Irmãos dos mais habeis em capacidade: procedimento, eabasteam.¹⁰ debens, nos quaes iraõ os Irmaõs da Meza Lançando seus votos, e o quemais os tiver esse será oJuiz, q.' ha de servir naIrmandade, e o mesmo sepraticará com aeleiçaõ daJuiza, Escrivaõ, Thezour.^o, eProc[u]rador, e para Irmãos deMeza ellegerão doze, e outros tantos Irmãos, e posta a elleiçaõ emlimpo. Eassignadapelo Juizd[a]Irmand.^e, q.' srá oPrezidente em Meza. A publicará oPregador noSe[ilegível] [ilegível] havendo será publicada a [elleiçaõ] da[*inint.*] (CINSAP, 1765, fol. 9v)

Ambos os excertos (1) e (2) tratam da eleição de novos membros para o exercício no ano seguinte, porém é possível perceber diferenças em cada um deles. À primeira vista, nota-se uma diferença na numeração do capítulo: 10^o para o CINSAD e *capitulo XIII* para o CINSAP. Isso revela que, apesar de uma organização similar da estrutura textual dos documentos⁷, os

⁷ Segundo Montanheiro (2008/2009), os *Livros de Compromisso* com iluminuras podem apresentar a seguinte estruturação:

1. Plano posterior da encadernação
2. Folha(s) de guarda
3. Termo de abertura
4. Fólio com iluminura do orago da irmandade
5. Frontispício em que se identifica o orago da irmandade, sua sede paroquial, o lugar onde se localiza e, em alguns Compromissos, o ano ou de sua ereção da irmandade ou da redação de seu Compromisso
6. Fólio preambular com breves considerações sobre a irmandade
7. Os estatutos ordenados em capítulos

compromissos não seguiam um modelo padrão pré-definido, algo que pode ser visto, ainda, no conteúdo de cada excerto. No CINSAD, por exemplo, é definido que a eleição deveria ocorrer no dia anterior ao da festa da padroeira da irmandade, enquanto no CINSAP essa eleição deveria ocorrer quatro dias antes da festa. Também a escolha lexical é um fator a ser considerado, já que diverge em ambos os documentos. Além disso, no excerto (1) acima, referente ao CINSAD, é notável a existência de maiores detalhes sobre a realização das eleições, quando comparado ao excerto (2), CINSAP, o que pode indicar diferenças quanto ao nível de letramento desses escreventes, algo que será mais bem discutido na etapa de análise de dados, na seção seguinte.

Em consonância a isso, outro aspecto que também requer atenção para o presente estudo diz respeito ao acesso, ou não, à escolarização dos indivíduos que compõem nosso *corpus*. Villalta (2007), ao citar a importância da criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, no século XVIII, argumenta que sua finalidade era não só a formação de clérigos, como também a diminuição dos gastos com a educação dos filhos de membros da elite da capitania de Minas. Somado a isso, pode-se dizer que os escravos tiveram algum acesso à escolarização, pois, segundo o autor,

a ordem social colonial e escravista, assim, reproduzia-se, com suas contradições, no interior do Seminário de Mariana: enquanto os homens livres submetiam-se a um processo escolar formal, os escravos, cuja força de trabalho permitia aos primeiros prosseguir nos estudos, resumiam-se, em grande parte, a ter acesso à doutrina. Homens livres e escravos, professores e alunos, porém, podiam apropriar-se inventivamente das instruções distintas que recebiam e/ou davam, tomando como ponto de partida para a negação da ordem, fosse ela política, fosse ela religiosa, fosse ela socioeconômica (VILLALTA, 2007, p.266).

Apesar de o ensino ser restrito à elite da época (cf. VILLALTA, 2007; MORAIS, 2007), é sabido que membros das camadas populares da sociedade tiveram acesso às práticas de leitura e de escrita, mesmo que de maneira precária, assim como argumenta Morais (2007). De acordo com a autora,

em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos são legalmente proibidos de freqüentar

-
8. Solicitação/Atestação de ereção e criação da Irmandade
 9. Solicitação de aprovação eclesiástica
 10. Solicitação de confirmação régia
 11. Comentário sobre reforma de capítulos, emitido por autoridade competente.
 12. Despachos/Provisões das instâncias eclesiástica e/ou temporal, que geralmente incidem restrições ao compromisso apresentado
 13. Outros gêneros documentais, como, por exemplo, disputas por precedência entre irmandades em procissões
 14. Termo de encerramento
 15. Folha de guarda
 16. Plano posterior da encadernação (MONTANHEIRO, 2008/2009, p. 134-135).

as escolas públicas. Essa medida pode ser considerada fruto do temor das elites quanto ao acesso à instrução por parte da população cativa, uma vez que o aprendizado das tecnologias de leitura/escrita por parte dos escravos poderia gerar uma perda de controle das “massas perigosas”. Isso não quer dizer que os escravos não freqüentassem as aulas públicas, uma vez que a fiscalização provincial era significativamente ineficaz. No Oitocentos, os próprios professores produziam seus “mapas de freqüência de alunos” e relatórios exigidos pela Presidência da Província. Além disso, o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho, livre ou forro, ou de um escravo ainda pequeno ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Os professores particulares lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres. (MORAIS, 2007, p.498).

Ainda que não esteja claro se, de fato, as populações menos abastadas tiveram acesso à escolarização, o dado apresentado por Moraes (2007) nos fornece uma pista importante em relação às práticas educacionais no período colonial. Dessa forma, é possível que estes indivíduos tenham sido alfabetizados nas próprias irmandades, o que nos impõe a complexa tarefa de traçar o grau de letramento dos escribas que compõem nosso *corpus*⁸.

Entender tais aspectos sociais torna-se, pois, indispensável para nossa proposta de estudo, já que, conforme observa Labov (2008 [1972]), a forma como a sociedade se organizava pode ter interferência direta nos usos linguísticos de seus membros. No tocante aos fatores internos à língua, procuramos coletar e analisar todas as ocorrências do *ponto-final* e dos *dois-pontos*. Os respectivos empregos foram categorizados em usos *padrão* e em usos *não-padrão*, sendo que o padrão diz respeito ao emprego da norma gramatical do período, conforme sistematização presente nos quadros 1 e 2, e o não-padrão compreende todos os casos em que o emprego se distancia dessa norma. Os dados foram coletados manualmente, dada a impossibilidade de utilização de programas computacionais para isso, e tabulados por meio de regra de três simples. Os resultados obtidos são objeto de apresentação e de análise da próxima seção.

4 Apresentação e análise dos dados

Como mencionado na seção anterior, os documentos que compõem nosso *corpus*

⁸ Marcuschi (2001) define *escolarização* como sendo “uma prática formal e institucional de ensino que visa à formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola” (p.22). Soares (2007 [2003]) define *alfabetização* como sendo um “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (p. 15) e *letramento* ou *alfabetismo* como “o estado ou condição de domínio e usos plenos da escrita, numa sociedade letrada” (p. 54). Apesar de serem termos anacrônicos para o período setecentista, seu entendimento é necessário na caracterização dos escreventes de nosso *corpus*. Isso porque, segundo Marcuschi (2001) argumenta, os níveis de letramento são determinados historicamente.

pertencem a irmandades formadas por pardos, ou seja, membros de classes socioeconômicas mais baixas. O ponto que os distingue, contudo, está na região de garimpo (ouro ou pedras preciosas) que tais irmandades representam. Na tabela 1, abaixo, estão apresentados os dados referentes ao Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Paracatu (CINSAP):

Tabela 1 – Ocorrências de Ponto-final e Dois-pontos (CINSAP)

Sinais de pontuação	Ocorrência Padrão	Ocorrência Não-Padrão	Total de Ocorrências
Ponto-final	40 (48,78%)	16 (19,51%)	56 (68,29%)
Dois-pontos	21 (25,61%)	5 (6,1%)	26 (31,71%)
Total de Ocorrências	61 (74,39%)	21 (25,61%)	82 (100%)

Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

À primeira vista, é possível perceber um percentual maior de ocorrências de ponto-final (68,21%), em detrimento do percentual de ocorrências de dois-pontos (31,71%). Tal resultado pode ter explicação no fato de o ponto-final ser mais antigo na língua (cf. ACIOLI, 1994; ROSA, 1995; MACHADO FILHO, 2002) e, conseqüentemente, mais usual. Outra característica importante revelada em nossos dados é uma quantidade superior de ocorrências padrão tanto para o ponto-final – 40 (40,78%) – quanto para os dois-pontos – 21 (25,61%). Os exemplos (3) e (4) abaixo ilustram, respectivamente, o uso padrão desses sinais em nosso *corpus*:

- (3) Compromisso da Irmandade de Nossa Snr.^a do Amparo, q^o fazem os Pardos livres do Arr.^{al} de São Luiz, e S. Anna minas de **Paracatu**. (CINSAP, 1765, fól. 2r)
- (4) Haverá nesta Irmand.^e os livros **seg**:^{tes} hum livro, que servirá para os assentos dos Irmãos, que entrão, do qual setractou no Cap.^o 3^o, hum[õ.] para o assento dos annuaes dos mesmos Irmãos, hum [d.] para termos, e elleiçoens; hum dicto dareceita, edispeza; hum dicto p.^a as certidoens, que se hão depassar das Missas, q.^o sedisserem pelas Almas dos Irmãos falecidos, e além dos Cinco referidos, haverão todos os Mais, que pelo decurso do tempo, eparaobem regimen daIrm.^{de} se julgárem precisos. (CINSAP, 1765, fól. 14v).

No exemplo (3), o emprego do ponto-final segue a norma do período setecentista (cf. Quadro 2), visto que esse sinal foi empregado ao fim do texto de apresentação da irmandade e não há qualquer dependência com o texto seguinte. Também no exemplo (4), verifica-se uma adequação à norma, conforme descrito no quadro 1, uma vez que o sinal dois-pontos foi empregado para enunciar uma enumeração/explicação, assim como preveem Feyjo (1734), Verney (1746), Moura (1850) e Ribeiro (1950).

Na tabela 2, abaixo, estão os dados referentes ao Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Diamantina (CINSAD):

Tabela 2 – Ocorrências de Ponto-final e Dois-pontos (CINSAD)

Sinais de pontuação	Ocorrência Padrão	Ocorrência Não-Padrão	Total de Ocorrências
Ponto-final	49 (41,88%)	41 (35,04%)	90 (76,92%)
Dois-pontos	10 (8,55%)	17 (14,53%)	27 (23,08%)
Total de Ocorrências	59 (50,43%)	58 (49,57%)	117 (100%)

Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

Na tabela 2, assim como na tabela 1, é perceptível a maior quantidade de ocorrências padrão para o ponto-final; entretanto os resultados sinalizam características divergentes em relação ao CINSAP. A primeira delas se dá no fato de as ocorrências padrão e não-padrão para o ponto-final possuírem valores quase equivalentes de ocorrências (49 padrão contra 41 não-padrão). Já a outra especificidade refere-se ao fato de as ocorrências não-padrão (17 – 14,53%) de dois-pontos terem sido superiores às ocorrências padrão (10 – 8,55%). Esse comportamento dos resultados para o CINSAD nos leva a crer que seu escrevente teria dificuldade em aplicar a norma, principalmente para o sinal dois-pontos, tendo em vista os valores percentuais aproximados de ocorrência *padrão* e *não-padrão*. Em contrapartida, o escrevente do CINSAP pode ter um maior domínio da norma e, conseqüentemente, maior facilidade em aplicá-la ao texto escrito. Os exemplos (5) e (6), retirados do CINSAD, ilustram os usos não-padrão em nosso *corpus* para o ponto-final e para os dois-pontos, respectivamente:

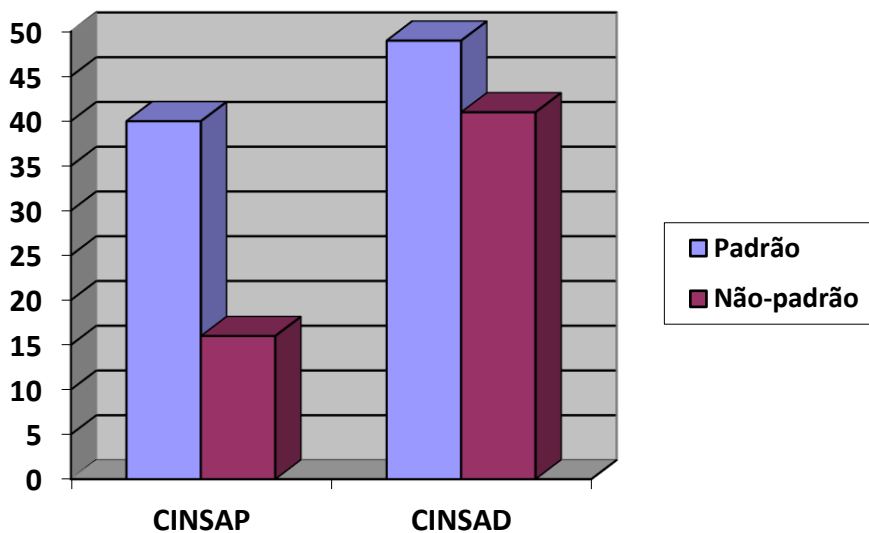
(5) Donna Maria por graça de Deoz Raynha de Portugal, E dos Algarvez dá quem, e dálem Már, em Africa Senhora de **Guiné.** e etc. (CINSAD, 1782, fól. 9r.)

(6) Averánesta **Irmandade** úma Juiza, aqual elegerá a Meza, edoze Mordomas, e Será a Juiza obrigada adar de Esmola Vinte e Sinco oitavas e as Mordomas aquatro Oitavas, que tudo Searrecadará nodia da festa. (CINSAD, 1782, fól. 3r.)

No exemplo (5), o emprego do ponto-final está inadequado, pois, de acordo com a norma do período, o sinal de pontuação aceito seria a vírgula. Além disso, a oração não possui sentido perfeito, assim como se espera para o uso do ponto-final (cf. Quadro 2). Já, no exemplo (6), a ausência do sinal dois-pontos logo após a palavra *Irmandade* exemplifica a não aplicação da norma. Nesse caso, o sinal serviria, conforme Feyjo (1734), Verney (1746), Moura (1850) e Ribeiro (1950), para introduzir uma explicação, motivo pelo qual seu uso seria obrigatório.

Identificadas tendências distintas de uso dos dois sinais de pontuação nos documentos analisados, cumpre cotejá-los de modo a verificar se o fator geográfico pode ser uma variável considerada na análise. Os resultados obtidos são apresentados no gráfico 1:

Gráfico 1 – CINSAP vs CINSAD: Ponto-final



Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

Ao analisarmos as informações contidas no gráfico 1, à primeira vista, identificamos um comportamento similar para ambos os compromissos. Tanto no CINSAD quanto no CINSAD encontramos uma maior quantidade de ocorrências padrão para o emprego do ponto-final. Tal resultado pode ser devido ao fato de, como já mencionado, esse sinal ser o mais antigo

na escrita (ACIOLI, 1994; ROSA, 1995; MACHADO FILHO, 2002) e também por sua norma de uso ser mais sintética, condensando-se em apenas uma regra, o que, de certo modo, torna mais fácil seu emprego. Contudo, alguns detalhes requerem atenção. Ao compararmos as ocorrências padrão e não-padrão em cada um dos documentos, é notável que a diferença entre essas ocorrências seja mais acentuada no documento de Paracatu, isto é, o escrevente dessa irmandade se ateve mais à norma. Já em relação ao documento de Diamantina, apesar de a quantidade de ocorrências ser superior em relação aos resultados obtidos no CINSAP, a maior recorrência da variante não-padrão implica menor conhecimento da norma pelo seu escrevente. O exemplo (7), abaixo, retirado do CINSAD, ilustra um uso não-padrão do ponto-final:

(7)

11°

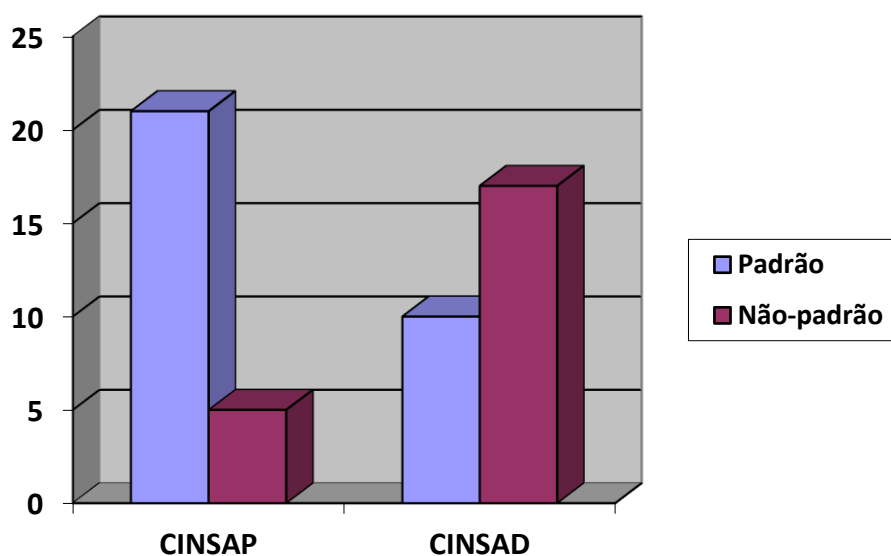
Asesmolas, quede=
vem dar os Ofeciaes deMeza, são as seguintes: Será
obrigado oJuiz adar deSeu juizado Vintecinco oitavas de
Ouro, o Escrivão dezaceis, o Tezoureiro doze, eos Irmãos deMe-
za quatro Oitavas cadahum, atendendose asdespezas que
sefazem com asMissas, eCarestias das festas, *que tudo sein-*
*tregará aoTezoureiro para recolher ao Cofre da **Irmandade*** (CINSAD, 1782, fol. 4r)

No exemplo (7), a ocorrência não-padrão é demarcada pela ausência do ponto-final ao fim do capítulo décimo primeiro, o que pode revelar um desconhecimento, por parte do copista, da importância e da necessidade de uso desse sinal na língua escrita. Em contrapartida, nos capítulos do CINSAP não verificamos ocorrências não-padrão desse tipo (por ausência do sinal); tal tipo de ocorrência foi averiguada somente nos paratextos⁹.

No gráfico 2, a seguir, apresentamos o comparativo do resultado para o emprego de dois-pontos, visando a verificar se, em se tratando de um sinal de pontuação cujas regras de uso são mais complexas, a tendência se mantém:

Gráfico 2 – CINSAP vs CINSAD: Dois-pontos

⁹ É necessário ressaltar que, em ambos os documentos, há a presença de diversos punhos nos paratextos. Nos capítulos, notamos apenas a presença de um punho, provavelmente dos escrivães das respectivas irmandades.



Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

No gráfico 2, verificamos um resultado diverso do que foi apresentado no gráfico 1. Em relação ao CINSAP, mantém-se a maior quantidade de ocorrências padrão para o emprego de dois-pontos, o que, mais uma vez, demonstra maior conhecimento da norma pelo escrevente de Paracatu. É importante ressaltar que, assim como no gráfico anterior, a divergência de dados padrão e não-padrão tem valor elevado, com o dobro de ocorrências padrão em relação à não-padrão. Diferentemente disso, no CINSAD há uma quantidade superior de ocorrências não-padrão de dois-pontos, fato que demonstra menor conhecimento da norma pelo escrevente dessa localidade mineira. Coelho (2018) argumenta, inclusive, que o pouco consenso entre os gramáticos do período teria reflexo nesses resultados, visto que a pouca sistematização indica uma maior complexidade quanto ao uso desse sinal e exigiria do escrevente uma maior habilidade ao empregar os dois-pontos.

Os resultados apontam, portanto, para o fato de que o escrevente da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu possui maior domínio da norma, algo que diverge do escrevente da irmandade homônima de Diamantina. Isso nos leva a crer que, apesar de ambos os escribas pertencerem ao mesmo estrato social – pardos –, os graus de escolarização e de letramento são distintos, o que corrobora nossa hipótese inicial de que o fator geográfico tenha influência no domínio da norma do período, ainda que se trate de documentos de uma mesma irmandade. Ademais, os resultados obtidos mostram ainda que os sinais de pontuação podem sim ser um instrumento para auxiliar o pesquisador a inferir o grau de escolarização do escriba,

quando lhe faltam tais informações sociolinguísticas. Outro dado relevante se refere à complexidade de uso dos sinais de pontuação. Como existem normas distintas de uso, algumas das quais congregam um elenco de regras cujo domínio demanda, por conseguinte, instrução formal, como é o caso dos dois-pontos, há outras cujo domínio não demanda muito conhecimento formal, já que a norma de uso é bastante simples, como é o caso do ponto-final. Assim, na necessidade de se inferir o grau de escolarização do escriba com apoio no uso que ele faz dos sinais de pontuação, há de se considerar que existe um *continuum* de dificuldade no emprego de tais sinais e que, portanto, são aqueles cujo emprego demanda maior conhecimento que irão definir o domínio ou não da norma do período e, conseqüentemente, um maior ou menor grau de escolarização/letramento.

5 Considerações finais

Buscamos, com este estudo, contribuir com as pesquisas sociolinguísticas de abordagem diacrônica, propondo uma metodologia auxiliar para inferir o grau de escolarização do escriba. Seguindo a trilha de estudos anteriores que perseguiram o mesmo propósito, dedicamo-nos a testar a hipótese de que o emprego dos sinais de pontuação poderia constituir um instrumental adequado para determinar indiretamente o grau de escolarização do escrevente, na medida em que, dado o grau de (des)obediência à norma de uso, bem como a complexidade de emprego dessa norma em se tratando de determinados sinais, seria possível inferir o grau de familiaridade do escriba com a língua escrita. Para tanto, selecionamos dois sinais de pontuação cuja complexidade de uso é distinta (ponto-final e dois-pontos, respectivamente) e analisamos seu emprego em dois Compromissos de Irmandades mineiras setecentistas, cujos irmãos são pardos e pertencentes ao estrato socioeconômico mais baixo.

Os resultados obtidos acusaram que, apesar de os documentos serem escritos por grupos socioeconômicos semelhantes, há diferenças quanto ao emprego da norma. Dessa maneira, acreditamos que o escrevente do documento de Paracatu teve maior acesso à escolarização e, conseqüentemente, possuía maior grau de escolarização, diferenciando-se do escrevente de Diamantina. Essa conclusão decorre do fato de o escriba do CINSAD ter incorrido em menos desvios ao empregar o sinal dois-pontos, que, segundo Coelho (2018), teria um maior grau de complexidade. Além disso, os valores similares de ocorrências padrão e não-padrão para um



sinal mais usual e com menor grau de complexidade (cf. COELHO, 2018), como o ponto-final, também foi um fator determinante para que chegássemos a essa conclusão.

Esse panorama confirma, portanto, nossa hipótese inicial de que os sinais de pontuação podem fornecer pistas capazes de determinar o grau de escolarização do escrevente, além do que o fator geográfico também contribui nesse sentido, sobretudo porque nele se imbricam questões culturais e econômicas. Embora tanto Diamantina quanto Paracatu fossem regiões cuja base econômica se ancorava no extrativismo de pedras e metais preciosos, tais cidades estão localizadas em regiões diferentes de Minas Gerais (Paracatu encontra-se na região noroeste do estado, enquanto Diamantina está na porção norte) e possuem, conseqüentemente, desenvolvimento social e econômico distintos. Tal distinção se revela nos resultados obtidos, que acusaram tendências distintas de uso, sendo uma delas mais próxima da norma e a outra mais distante dela.

Embora os resultados obtidos sinalizem para a adequação da hipótese, o que, sem dúvida, traz grande contribuição metodológica para os trabalhos diacrônicos de abordagem sociolinguística, trata-se de um primeiro esforço nesse sentido; portanto, é necessário averiguar se esse comportamento se repete em outros documentos de classes menos e mais abastadas das regiões estudadas, o que nos permitirá traçar um perfil mais fidedigno de seus escribas.

Referências

- ACIOLI, V. L. A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994.
- ARGOTE, J. C. Regras da língua portuguesa, espelho da língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portuguesa. Lisboa: Oficina da Musica, 2ª ed., 1725. Disponível em: <<http://purl.pt/10/1>> Acesso em: 28 ago. 2017.
- BARBOSA, A. G. Perfis sócio-históricos de redatores do século XIX: graus de letramento e ortografia. *Seminário Nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro*; 13-14 out, Maceió; Brasil. 9; 2013.
- BARBOSA, J. S. Grammatica philosophica da língua portuguesa ou principios de grammatica geral applicados á nossa linguagem. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822, p. 86-96. Disponível em: <<http://purl.pt/128>> Acesso em: 25 jul. 2017.
- BOSCHI, C. C. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In.: RESENDE, M. E. F.; VILLALTA, L. C. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 59-76.
- CATACH, N. La ponctuation. *Langue Française*. Paris: Larousse, v. 45, n. 1, 1980, p. 16-27. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5260> Acesso em 29 jul. 2017.
- CARNEIRO, Z., OLIVEIRA, K., LOBO, T. Metodologia para a identificação de perfis socioculturais de redatores em corpora históricos: pesquisa direta em arquivos. *Seminário Nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro*; 13-14 out, Maceió; Brasil. 9; 2013.
- COELHO, S. M. Abreviaturas setecentistas como recurso de caracterização sociolinguística do escrevente In: X Congresso Internacional da ABRALIN, 2017, Niterói. *Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: pesquisa linguística e compromisso político*, 7 a 10 de março de 2017, Niterói, RJ. Niterói: Letras da UFF, 2017. v.1. p.453 – 460.



- COELHO, S. F. A pontuação nas Minas setecentistas, 2018, 134 f., (Dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CONSTANCIO, F. S. Grammatica da analytica da língua portugueza. Rio de Janeiro: Casa de Souza, Laemmert e Cia., 1831, p. 305-308. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Grammatica_analytica_da_li%CC%A5ngua_portugu.html?id=DxQTAAAAAYAAJ&redir_esc=y> Acesso em 05 set. 2017.
- DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M. Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas. Belo Horizonte: Viva Voz. 2013.
- FEYJO, J. M. M. Orthographia, ou a arte de escrever, ou de pronunciar com acerto a lingua portugueza. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <<http://purl.pt/13>> Acesso em: 06 set. 2017.
- FURTADO, J. F. O livro da capa verde: o regimento de diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: ANNABLUME, p. 37-72, 1996.
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LIVRO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Paracatu-MG, 1765. Edição fac-similada, pertencente ao arquivo pessoal do Historiador Antônio de Oliveira Mello.
- MACHADO FILHO, A. V. L. A pontuação em manuscritos medievais portugueses. Salvador: EDUFBA, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In.: SIGNORINI, I. (org.) Investigando a relação oral/escrito. Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 23-50.
- MONTEIRO, F. C. O Livro de Compromisso entre os manuscritos confrariais: potencialidades para o trabalho filológico. Revista Filologia e linguística portuguesa. São Paulo, n. 10-11, 2008/2009, p. 121-148. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p121-148>> Acesso em: 13 nov. 2018.
- MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. Revista brasileira de educação. Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2007, p. 493-504. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S141324782007000300008>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- MOURA, J. V. G. Compendio de grammatica latina e portugueza. Coimbra: Imprensa da Universidade, 6 ed., 1850, p. 176-181. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Compendio_de_grammatica_latina_e_portugu.htm?id=2dWcNv9jpMUC&redir_esc=y> Acesso em: 01 set. 2017.
- RIBEIRO, E. C. Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza. Salvador: Aguiar & Souza LTDA, 4 ed., 1950.
- ROCHA, I. L. V. Pontuação e o sistema gráfico do texto: aquisições paralelas. Delta, v. 12, n. 1, p. 1-34, 1996.
- _____. O Sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. Delta online, v. 13, n. 1, p. 83-118, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100005>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- _____. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. Delta online, v. 14, n. 1, p. 01-12, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100001>> Acesso em: 10 ago. 2017.
- ROSA, M. C. Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica. Revista de Estudos Linguísticos. Belo Horizonte, v. 1, 1995, p. 17-29. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1003/1112>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- SALLES, F. T. Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. rev. e ampl., 2007.
- SILVA, A. M. Dicionario da lingua portugueza. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense. 8 ed., 1890, p. 32-33. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>> Acesso em: 23 set. 2016.
- SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 5 ed., 2007 [2003], p. 1362.
- ULHÔA PIMENTEL, H. Histórico da Cidade. Arquivo público municipal de Paracatu - MG, [200--?]. Disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/nossahistoria/>> Acesso em: 26 jan. 2018.
- VERNEY, L. A. Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em varias cartas. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=iYCEXsZnTugC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 02 out 2016.
- VILLALTA, L. C. Introdução. In.: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 249-252.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]



O possessivo de 2ª pessoa em PB dialetal

The 2nd person possessive in dialectal BP

Bruna Karla Pereira¹

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, Brasil

Resumo: Em português padrão, assim como em outras línguas românicas, os pronomes possessivos carregam traços não interpretáveis de número, que são valorados via concordância nominal. No entanto, certos dialetos do português do Brasil (PB) mostram que o possessivo de 2ª pessoa, principalmente em posição posposta, não concorda em número com o nome. Por exemplo, no dialeto mineiro, um N no singular pode coocorrer com possessivo no plural, que se refere a 2ª pessoa do plural ('de vocês'). Do mesmo modo, um N no plural pode coocorrer com possessivo no singular, que se refere a 2ª pessoa do singular. Para explicar esses fatos, argumentarei que, nessa gramática, os traços de número no possessivo de 2ª pessoa são (i) traços da pessoa e não do nome e são (ii) valorados; por isso, não se desencadeia concordância nominal em número no possessivo. Além disso, seguindo Danon (2011) e Norris (2014), argumentarei que, pelo fato de o possessivo pronominal estar antes do cardinal (NumP), ele é obrigatoriamente marcado com o morfema de plural, enquanto o possessivo pós-nominal não tem esta marca. Livre da marca morfológica de concordância nominal, o possessivo pós-nominal de 2ª pessoa favorece a reanálise do '-s' como indicador do número da pessoa.

Palavras-chave: Possessivos de 2ª pessoa. Traços- ϕ . NumP. Cardinais. Morfema de plural.

Abstract: In standard Brazilian Portuguese (BP), as well as in other Romance languages, possessives have uninterpretable number features, which are valued via nominal agreement. However, dialects of BP, especially the one spoken in Minas Gerais, have shown that 2nd person possessives, in postnominal position, do not have number agreement with the noun. In order to account for these facts, I will argue that, in this grammar, number features on 2nd person possessives are reanalyzed as being: (i) associated with the person (rather than the noun) and (ii) valued, so that no number concord is expected to be triggered on the possessive. In addition, based on Danon (2011) and Norris (2014), I will argue that, because pronominal possessives precede cardinals (NumP), they must be marked with the plural morpheme for nominal agreement; whereas postnominal possessives, which follow NumP, must be unmarked. Free from the plural marking associated with nominal agreement, postnominal 2nd person possessives favor the reanalysis of the morpheme '-s' as indicating the number associated with person features.

¹ Professora adjunta lotada na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da UFVJM, em Diamantina, MG, Brasil, brunaufmg@yahoo.com.br.

Este artigo contém uma versão atualizada e traduzida daquele disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/117112>>. Acesso em: 15/12/2016.

Agradecimentos: Esta pesquisa recebeu o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação, Brasília - DF, CEP: 70.040-020), sob registro n°. 0751/2015-04, no programa de Pesquisa Pós-Doutoral no Exterior, e foi conduzida no MIT (Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts, USA), com vínculo de *visiting scholar*.

Keywords: 2nd person possessives. ϕ -features. NumP. Cardinals. Plural morpheme.

I Introdução

Em português brasileiro (PB) padrão e em outras línguas românicas, pronomes possessivos concordam em número com o determinante, o nome e outros sintagmas internos ao DP. Entretanto, variedades do PB, especialmente a falada em Minas Gerais, evidenciam um padrão diferente de concordância em número em DPs com o possessivo de 2^a pessoa. Nesse padrão, não há concordância em número entre possessivo e nome.

Como observado em (1), o determinante ‘a’ e o nome ‘gerência’ estão no singular, enquanto o possessivo ‘suas’ é marcado com o morfema de plural ‘-s’. Em (2), por sua vez, o possessivo ‘sua’ está no singular, enquanto o nome ‘fotos’ é marcado com o morfema de plural. Este trabalho apresenta uma proposta para explicar por que e como esse fenômeno ocorre.

- (1) A gerência suas só atende clientes grandes² (Belo Horizonte, 06/2016).
- (2) Ana, preciso de fotos³ sua pra colocar no site do meu casamento (Lavras, 03/2016).

Para estudo dessas estruturas, o presente artigo está organizado da seguinte maneira: a seção 2 descreve o quadro dos possessivos em PB (2.1) e em seguida o padrão encontrado in PB dialetal (2.2). A seção 3 apresenta a base teórica em valoração e interpretabilidade de traços (3.1), além de uma proposta que entende os cardinais como fronteira sintática na distribuição do morfema de plural na estrutura interna do DP (3.2). Por último, a seção 4 argumenta que traços de número, no possessivo de 2^a pessoa, são realizados como traços interpretáveis e

² Dados providos de situação real de fala são referidos neste artigo com indicação do lugar (cidade) e data (mês e ano) em que foram registrados. Tenho coletado esses dados nos últimos anos, em Minas Gerais, como parte da presente pesquisa. Eles provêm principalmente da região central (Belo Horizonte e vizinhança), mas também de outras regiões desse estado, como informado nos nomes das cidades indicados juntamente com cada exemplo. Trata-se de dados que foram anotados após cada ocasião em que foram ouvidos, tais como: eventos acadêmicos, aulas, encontros de negócios, conversas espontâneas etc. Esses dados têm como objetivo exemplificar, a partir de falas reais, as estruturas em análise. Além disso, vale esclarecer que o termo ‘PB dialetal’, neste artigo, refere-se ao dialeto falado em uma região (que pode ser mapeada geograficamente como um Estado, neste caso, Minas Gerais). Trata-se de um uso geral do termo, considerando as variedades existentes no país bem como a variação linguística existente no próprio Estado.

³ O exemplo (2) foi coletado de mensagem escrita e enviada por aplicativo de celular. Outros exemplos desse padrão foram encontrados na fala, como (i).

(i) Amanhã, ele verá dois serviços seu (Belo Horizonte, 09/2015).

Em (i), é possível que o morfema de plural ‘-s’, em ‘serviços’, não tenha sido pronunciado, como resultado de assimilação fonética com o ‘-s’ inicial em ‘seu’. A não realização do ‘-s’ é também esperada, dentro da visão segundo a qual, em DPs plurais, sintagmas à direita de cardinais não são marcados com o morfema de plural, em PB não padrão (seção 3.1).

valorados, associados à pessoa em vez do nome (4.1); e explica por que essa reanálise é mais frequente em posição pós-nominal (4.2).

2 O sistema de possessivos no PB

Esta seção apresenta uma visão geral do quadro dos possessivos em PB (2.1) e, em seguida, demonstra as especificidades evidenciadas no dialeto mineiro (2.2).

2.1 O paradigma de possessivos no PB

O sistema de possessivos no PB apresenta formas pronominais e preposicionais, como observado na Tabela 1.

Tabela 1: O sistema de possessivos no PB

	Pronomes retos	Pronomes possessivos	Formas preposicionais
1 SG	eu	meu	
2 SG ⁴	você	seu	de você ⁵
3 SG	ele	seu	dele
1 PL	nós/a gente	nosso	da gente
2 PL	vocês	Seu	de vocês
3 PL	eles	seu	deles

As formas pronominais podem ser tanto pronominais quanto pós-nominais e apresentam concordância nominal em gênero e número. Em contraste, formas preposicionais são estritamente pós-nominais e não apresentam concordância nominal, mas funcionam da seguinte maneira: formas preposicionais de 3ª pessoa compartilham os mesmos traços de gênero e número de seu correferente (se explícito na sentença ou indexado ao contexto, isto é, recuperado

⁴ A forma ‘teu’ ocorre em PB, mas é incomum em certas regiões.

⁵ Alguns autores consideram que ‘de você’ seja agramatical, em uma estrutura como “*pai de você” (PERINI, 1985, p. 5), enquanto outros discordam (KATO, 1985, p. 115; NEVES, 2000, p. 473). De fato, há exemplos de formas possessivas com ‘de você’, nas referências mencionadas (i) e em outras fontes (ii).

(i) “sei os podres de todos, de você e de seus amigos” (NEVES, 2000, p. 473).

(ii) “Eu sempre vou ser de você” <<https://www.cifraclub.com.br/adalberto-adriano/culpados/>>. Acesso em: 15/12/2016.

na situação comunicativa); formas preposicionais de 2ª pessoa não se flexionam em gênero, mas compartilham os mesmos traços de número de seu correferente (se explícito – como na posição de vocativo – ou indexado ao contexto); e a forma preposicional de 1ª pessoa do plural não se flexiona em gênero nem em número, como mostrado na Tabela 2.

Tabela 2: O sistema de possessivos no PB com flexão de número e gênero

	Pronomes retos	Pronomes possessivos	Formas preposicionais
1 SG	Eu	minha(s)	
2 SG	Você	sua(s)	de você
3 SG	Ela	sua(s)	Dela
1 PL	nós/a gente	nossa(s)	da gente
2 PL	Vocês	sua(s)	de vocês
3 PL	Elas	sua(s)	Delas

As tabelas 1 e 2 resumizam, de forma panorâmica, o que é descrito por Perini (1985), Kato (1985), Cerqueira (1993), Silva (1996), Müller (1997) e Castro (2001), e não têm a intenção de representar as visões desses autores.

Portanto, em PB padrão, o possessivo ‘seu’ concorda em número e em gênero com o nome e pode se referir tanto a 2ª pessoa do plural quanto a 2ª pessoa do singular. Esse fato pode ser observado em (3), que permite as duas leituras possíveis mostradas em (4a) e (4b).

- (3) Preciso de dois favores seus (‘seus’ = ‘de você’ ou ‘de vocês’)
- (4) a. Amigo_i, preciso de dois favores seus_i! (‘seus’ = ‘de você’)
b. Amigos_i, preciso de dois favores seus_i! (‘seus’ = ‘de vocês’)

Em suma, ‘seu’, em PB padrão, é isomórfico para referência a 2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural⁶.

⁶ Outro fato conhecido é que, em PB padrão, o possessivo ‘seu’ é isomórfico para referência a 3ª pessoa do plural (ia) e 3ª pessoa do singular (ib).

(i) a. Os moradores_i viram suas_i casas inundadas.
b. O morador_k viu suas_k casas inundadas.

Além disso, em PB padrão, ‘seu’ é ambíguo para referência a 2ª e 3ª pessoas:

2.2 O possessivo de 2ª pessoa em PB dialetal

De modo a tornar clara a referência a 2ª pessoa do plural, duas estruturas diferentes podem ser usadas: a primeira e mais comum no PB é a forma preposicional ‘de vocês’ (5a); a segunda, produtiva em PB dialetal, é a adição de ‘-s’ ao pronome possessivo (1; 5b)⁷, independentemente do número em que estão flexionados os sintagmas situados na estrutura interna do DP.

- (5) a. um favor de vocês
b. um favor seus

Além disso, ‘seu’, sem o morfema de plural, é interpretado como se referindo a 2ª pessoa do singular, e também não é sensível à concordância nominal em número, como visto em (2). Essa é a diferença do dialeto falado em Minas Gerais no que se refere ao paradigma dos possessivos: ‘seu’ é usado para 2ª pessoa do singular, e ‘seus’, para 2ª pessoa do plural.

Essa reanálise ocorre quando o possessivo é pós-nominal. Em contraste, a posição prenominal raramente torna essa reanálise possível. Entre os diversos dados que coletei, há poucos exemplos em que a reanálise mencionada ocorre com possessivos pronominais, como em (6).

- (6) O seus carro não pode ficar estacionado aqui (Ouro Preto, 06/2015)⁸.

Sem mais restrições, o possessivo com traço de número reanalisado ocorre na estrutura interna do DP, que pode conter artigos definido (7) e indefinido (11), pronomes indefinidos (8), elipse nominal (9) e nomes sem determinantes (2, 10).

- (7) “Para a sorte suas, eu não vou estar aqui na próxima votação” (Belo Horizonte, 12/2015).
(8) “Eu não quero nada seus” (Belo Horizonte, 04/2014).
(9) “O meu olhar é diferente do seus” (Belo Horizonte, 11/2014)

(ii) “Joana_i, vi Stella_j beijando seu_{i/j} namorado” (SILVA, 1996, p. 172).

⁷ De forma semelhante, em alguns dialetos do inglês, a 2ª pessoa plural pode ter formas outras além de ‘you’: ‘yous’, ‘you- uns’, ‘you-all’, ‘you-guys’, ‘y’all’ (MAYNOR, 2000).

⁸ Proferido por vigilante que se dirigia aos passageiros em um carro a serviço.

- (10) “É interesse seus aprovar a proposta” (Belo Horizonte, 12/2015)
(11) “Gostaria de uma informação suas” (Belo Horizonte, 01/2016)

Em resumo, nessa gramática, o possessivo pós-nominal ‘seu’ se refere a 2ª pessoa do plural, quando tem o morfema de plural ‘-s’; e a 2ª pessoa do singular, quando não tem ‘-s’.

3 Base teórica

Esta seção apresenta o quadro teórico no que diz respeito à valoração e interpretabilidade de traços (3.1) e à posição de cardinais como fronteira na distribuição de traços de número no DP (3.2).

3.1 Valoração e interpretabilidade de traços

O termo ‘traço-phi’ é utilizado para abarcar categorias que envolvem concordância (como pessoa, gênero e número no DP) e que são analisadas sob os conceitos de valoração e interpretabilidade.

Quanto ao conceito de valoração, de acordo com Pesetsky e Torrego (2007, p. 263, tradução minha), “certos traços, em itens lexicais, parecem vir não valorados do léxico e recebem seu valor de uma instância valorada com os mesmos traços, presentes em um outro item lexical”⁹. Por exemplo, gênero é uma propriedade nominal e vem do léxico valorado no nome (N). Em contraste, em D e A, o traço de gênero vem do léxico não-valorado e se “torna valorado como consequência de um processo de concordância com o traço de gênero de N”¹⁰ (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 263). Em D e A, também o número é lexicalmente não valorado, mas se torna “valorado como resultado de concordância com N”¹⁰ (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 263).

Quanto ao conceito de interpretabilidade, a distinção entre interpretável e não interpretável está relacionada a “se um traço de um item lexical particular promove ou não uma

⁹ “Certain features on lexical items appear to come from the lexicon unvalued, and receive their value from a valued instance of the same feature, present on another lexical item” (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 263).

¹⁰ “valued as a consequence of a syntactic process of agreement with the gender feature of N” (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 263).

¹⁰ “valued as a result of agreement with N” (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 263).



contribuição semântica para a interpretação daquele item”¹¹ (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 264, tradução minha). Por exemplo, “os traços de número e pessoa, no DP, podem promover uma contribuição crucial para a interpretação semântica”¹², mas os traços de número, em A (adjetivo), não têm qualquer contribuição para o significado (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 265-6, tradução minha).

Tendo feito esse breve resumo sobre os conceitos de valoração e interpretabilidade, é importante perguntar como é possível identificar se o traço de número no nome é lexicalmente valorado e também como a concordância em número é desencadeada no DP.

Para a primeira questão, uma explicação, de acordo com Pesetsky e Torrego (2007), está relacionada a nomes *pluralia tantum*, como ‘(these) scissors’. A existência desses nomes no inglês indica que N vem do léxico com o traço de número valorado; ao contrário, a inexistência de D ou A *pluralia tantum* indica que esses itens vêm do léxico com os traços de número não valorados.

Entretanto, nem todas as línguas têm nomes *pluralia tantum*. De acordo com Pesetsky e Torrego (2007), no espanhol, por exemplo, nomes *pluralia tantum* propriamente ditos parecem não existir, o que desencadeia um entendimento diferente da fonte de traços de número nessa língua. Baseados em estudos prévios, Pesetsky e Torrego (2007) sugerem que a categoria de número no espanhol é um traço de NumP. De modo semelhante, Blühdorn *et al.* (2008) assumem que o PB não dispõe de *pluralia tantum* propriamente ditos¹³, o que significa que os traços de número nos nomes (N) são lexicalmente não valorados. Portanto, a partir dessas observações e dos argumentos apresentados por Augusto *et al.* (2006), assumo, com esses autores, que o *locus* de número no PB não é N nem D, mas Num, como no espanhol.

Para a segunda questão, de acordo com Chomsky (2001), a concordância ocorre quando uma sonda com traços não interpretáveis busca seu alvo com traços interpretáveis a fim de se tornar valorada. Uma vez que traços não interpretáveis são valorados, eles devem ser apagados. Em uma versão reformulada dessa proposta, uma das consequências de se adotar uma

¹¹ “whether or not a feature of a particular lexical item makes a semantic contribution to the interpretation of that item” (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 264).

¹² “the person and number features on DP may make a crucial contribution to semantic interpretation. The corresponding features on V appear to make no contribution [...] Likewise for the number features of A.” (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 265).

¹³ No PB, a palavra ‘óculos’, ao contrário do que preveem as gramáticas tradicionais, é frequentemente usada com modificadores no singular. A maior parte dos falantes entende que ‘o óculos’ se refere a um único objeto, enquanto ‘os óculos’ se refere a mais de um objeto. Por isso, não se trata de um nome *pluralia tantum* propriamente.



abordagem de traços compartilhados (*feature sharing*), como defendida por Pesetsky e Torrego (2007), é que, depois de a valoração ocorrer, o traço não é apagado, mas permanece disponível para outra sonda.

Uma outra consequência é a independência entre valoração e interpretabilidade. Assim, espera-se que o léxico tenha quatro tipos de traços, como se segue:

uF val não interpretável, valorado iF val interpretável, valorado
 uF [] não interpretável, não valorado iF [] interpretável, não valorado

(PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 269, tradução minha)

Em suma, D e A sondam NumP (em algumas línguas, e NP em outras) como alvo para valoração de traços de número. A seção seguinte mostrará como esse mecanismo se aplica ao PB. Entretanto, antes de chegar à análise dos dados, algumas questões teóricas referentes à relação entre a posição de cardinais e a distribuição dos traços de número no DP serão abordadas.

3.2 Cardinais e a distribuição do morfema de plural no interior do DP

Conforme observado por Danon (2011, p. 301), em muitas línguas, a distribuição dos traços de número plural é determinada pela posição dos cardinais na estrutura do DP. Por exemplo, no finlandês (12), “um traço de número (plural) está disponível somente acima da posição do numeral”¹⁴ (DANON, 2011, p. 302, tradução minha). Além disso, Norris (2014) apresenta exemplos do estoniano (13) em que “material à esquerda do numeral é plural, e material à direita é singular” (NORRIS, 2014, p. 143, tradução minha).

(12) “Ne kaksi pien-tä auto-a seiso-ivat tiellä.
those.PL two.SG small-PART.SG car-PART.SG stand-PAST.3PL road.ADESS
‘Those two small cars stood at the road’ (Brattico 2010)” (DANON, 2011, p. 301).

(13) “nee-d viis ilusa-t maja
this-PL.NOM 5.NOM beautiful-PAR house.PAR
‘these five beautiful houses’ (Erelt *et al.* 1993b:143)” (NORRIS, 2014, p. 144).

¹⁴ “a (plural) number feature is only available above the position of the numeral” (DANON, 2011, p. 302).
“material to the left of the numeral is plural, and material to the right is singular” (NORRIS, 2014, p. 143).

Em Pereira (2017), mostro que essa regra se aplica ao PB não padrão. Por exemplo, em (14), sintagmas acima de NumP são marcados com o morfema de plural, enquanto sintagmas sob seu domínio de c-comando são não marcados¹⁵, como representado em (15).

(14)

- | | | | |
|----|------------------------------|-----|---------------------------------------|
| a. | Os único balde vermelho | a'. | Os dois único balde vermelho |
| b. | Os únicos balde vermelho | b'. | Os únicos dois balde vermelho |
| c. | *O únicos baldes
vermelho | c'. | *O únicos dois baldes vermelho |

(15) Para (14a/a'):

[DP_{Dos}[NumP(dois)[AgrP[AP_{único}[AgrP_{balde_i}[AP_{vermelho} [NP_{t_i}]]]]]]]]]¹⁶

Portanto, em (14a, a'), o determinante, que precede o cardinal, está marcado com o morfema de plural; e, em (14b, b'), tanto o determinante quanto o adjetivo a ele adjacente, que precedem o cardinal, são marcados. Em contraste, (14c, c') são agramaticais seja (i) porque sintagmas localizados à esquerda do cardinal não estão marcados com o morfema de plural, quando deveriam estar, seja (ii) porque sintagmas localizados à direita do cardinal estão marcados com o morfema de plural, quando não deveriam estar.

Essa análise revela que a marcação de plural é explicada pela hierarquia sintática do DP e se destaca diante de propostas vigentes que advogam por um “componente morfológico [...] parcialmente independente da sintaxe”¹⁷ (COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2006, p. 44,

¹⁵ Duas gramáticas coexistem em PB: em PB não padrão, o cardinal é uma fronteira na distribuição do morfema de plural no DP (i); em PB padrão, cada sintagma flexionável, na estrutura interna do DP, é marcado com o morfema '-s', independentemente da posição do cardinal (ii).

(i) Os únicos (dois) baldes vermelhos

(ii) Os (dois) únicos baldes vermelhos

¹⁶ De acordo com Cinque (2005), a ordem universal das projeções funcionais internas ao DP é [DP NumP AP NP]. Outras ordens lineares possíveis são explicadas por movimento do NP como um XP para o especificador de posições AgrP, que são inseridas por merge com cada projeção funcional na estrutura do DP. Por exemplo, em (14a'), o NP 'balde' é alçado por cima do AP mais baixo 'vermelho' para Spec, AgrP, o que explica a posição pós-nominal do adjetivo 'vermelho'. Em contraste, (14b') apresenta a seguinte ordem [DP AP NumP NP], com um AP precedendo NumP. Essa ordem não é gerada a partir de movimento do NP. Cinque (2005, p. 381) explica que “Nem movimento de núcleo nem movimento de um sintagma que não contenha o NP (explícito) é possível (exceto talvez por movimentos, relacionados a foco, de sintagmas para uma posição inicial no DP)”. Considerando isso, Giusti (1996, p. 121, tradução minha) mostra que: “no italiano, adjetivos pronominais são sempre tópicos [...] Sua natureza dada pode ser enfatizada pelo fronteamto para uma posição imediatamente mais baixa que o DP”. Esse é o caso de (14b'), que deriva do movimento do AP 'únicos' para Spec, TopP. Nessa posição, que é mais alta que NumP, o adjetivo recebe marca de plural.

¹⁷ “autonomous morphological component [...] partly independent from syntax” (COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2006, p. 44).

tradução minha) e argumentam a favor de um morfema plural “singleton” no PB (14). Como apontado por Castro e Pratas¹⁸ (2006, p. 18), essa descrição não abarca os fatos, pois o morfema de plural pode aparecer em mais de uma posição do DP.

Além disso, com base nos conceitos de valoração, apresentados na seção (3.1), a valoração dos traços de número, em um exemplo como (14a, a’), pode ser descrita em (16), o que significa que traços de número não são lexicalmente valorados em D nem em N, mas em Num.

(14) a. Os (dois) único balde vermelho

(16) a. D, As e N têm traços de número lexicalmente não interpretáveis e não valorados: μF [].

b. Num tem traços de número lexicalmente interpretáveis e valorados: iF val.

c. D sonda Num e passa a ter seu traço de número valorado: μF val.

d. As e N estão sob o domínio de c-comando¹⁹ de NumP e constituem uma cadeia na qual compartilham os mesmos traços não valorados de número.

e. O A mais alto sonda Num e passa a ter seus traços de número valorados: μF val.

f. Como consequência de estarem em uma cadeia com o A mais alto, N e o A mais baixo passam a ter seus traços de número valorados também: μF val.

Portanto, em (14), aplica-se a proposta de Danon (2011) e Norris (2014) segundo a qual cardinais dividem o DP em dois domínios, de modo que sintagmas à sua esquerda são marcados com o morfema de plural, enquanto sintagmas à sua direita são não marcados.

4 Análise

Esta seção aborda como a referida reanálise dos traços de número no possessivo de 2ª pessoa ocorre, em termos de interpretabilidade e valoração de traços- ϕ (4.1). A seção aborda ainda por que a posição pós-nominal é mais propensa à reanálise, em termos de distribuição do morfema de plural na estrutura interna do DP (4.2).

¹⁸ “In most cases the plural marker seems to surface as a singleton, but in others the plural is marked in two different positions [...] these patterns must be subject to further investigation” (CASTRO; PRATAS, 2006, p. 18).

¹⁹ Segundo Norris (2014, p. 104-105), “adjectival heads search their c-command domains for suitable goals as normal. Upon finding nothing to Agree with, the search continues upward, i.e., the probe search for a c-commanding goal rather than a c-commanded goal”.

4.1 Traços de número no possessivo de 2ª pessoa em PB dialetal

Possessivos “combinam dois traços independentes de número: o primeiro está relacionado à pessoa, e o segundo ao DP”²⁰ (ZRIBI-HERTS, 1998, p. 151, tradução minha). Por exemplo, pronomes possessivos de 1ª pessoa apresentam duas camadas de número (Tabela 3): o número associado à pessoa (‘meu’ *versus* ‘nosso’) é interpretável, enquanto o número associado ao nome (‘meu’ *versus* ‘meus’ ou ‘nosso’ *versus* ‘nossos’) é não interpretável.

Tabela 3: Combinação de traços de número em possessivos de 1ª pessoa

1ª pessoa	número da pessoa	número do nome
Meu	SG	SG
Meus	SG	PL
Nosso	PL	SG
Nossos	PL	PL

Essas duas camadas não são tão diferenciadas no que se refere a possessivos de 2ª pessoa (Tabela 4). Em PB padrão, a camada dos traços de pessoa é não especificada para número, o que significa dizer que ‘seu(s)’ é ambíguo entre 2ª pessoa do plural e 2ª pessoa do singular.

Tabela 4: Traços de número em possessivos de 2ª pessoa em PB padrão

2ª pessoa	número da pessoa	número do nome
Seu	-	SG
Seus	-	PL

Diferentemente, o dialeto mineiro inverte esse padrão (Tabela 5), o que significa que ‘seu’ é especificado para 2ª pessoa do singular, e ‘seus’, para 2ª pessoa do plural.

Tabela 5: Traços de número em possessivos de 2ª pessoa em PB dialetal

2ª pessoa	número da pessoa	número do nome
-----------	------------------	----------------

²⁰ “les possessifs [...] combinent deux traits de nombre indépendants, le premier, solidaire de la marque de personne, l’autre étant celui du DP” (ZRIBI-HERTS, 1998, p. 151).

Seu	SG	-
Seus	PL	-

Em suma, o PB dialetal reanalisa traços de número nos possessivos de 2ª pessoa²¹ como sendo o número da pessoa e como sendo interpretável e valorado. Portanto, o morfema de plural ‘-s’, em possessivos pós-nominais de 2ª pessoa, não reflete concordância nominal em número²².

4.2 Possessivos de 2ª pessoa na hierarquia do DP: posição prenominal *versus* posição pós-nominal

Esta seção tem o propósito de responder à seguinte questão: por que a posição pós-nominal é mais suscetível à reanálise explicada acima que a posição prenominal?

Previamente, na seção 3.2, expliquei que cardinais funcionam, no PB, como uma fronteira que divide o DP em dois domínios, de modo que sintagmas acima de NumP são marcados com o morfema de plural, enquanto sintagmas abaixo de NumP são não marcados. Essa regra se aplica a possessivos em DPs plurais do PB não padrão. Como mostrado em (17a), o artigo ‘os’ e o possessivo ‘seus’, que precedem o cardinal, são marcados com o morfema de plural, enquanto o nome ‘carro’ e o adjetivo ‘novo’, que seguem o cardinal, são não marcados.

(17) a. Não vi [os seus (dois) carro novo].

Em posição prenominal, o possessivo precede cardinais (17a). Por essa razão, é sempre marcado com o morfema de plural, em DPs plurais. Com efeito, o artigo definido pode aparecer sem o morfema de plural (17b), mas não o possessivo (17c).

(17) b. Não vi [o seus carro novo]

c. *Não vi [os seu carro novo]

²¹ Em PB dialetal, como ‘seus’ é usado para 2ª pessoa do plural e ‘seu’ para 2ª pessoa do singular, a distinção pessoal entre singular e plural é produzida pela presença ou ausência do morfema ‘-s’, na mesma forma pronominal, o que resulta de reanálise dos traços de número. Em português europeu (PE), essa distinção é feita a partir de duas formas lexicais diferentes: ‘vosso’ e ‘teu’. Dessa maneira, em PB dialetal, ‘seus’ seria equivalente a ‘vosso’, e ‘seu’ a ‘teu’. Em PB padrão, nenhuma distinção formal é feita no pronome possessivo, sendo ‘seu(s)’ usado tanto para 2ª pessoa do plural quanto para 2ª pessoa do singular. A razão por que essa reanálise é excluída nos possessivos de 1ª pessoa é que a distinção pessoal entre singular e plural já é feita por meio de duas formas lexicais distintas: ‘nosso’, para 1ª pessoa do plural, e ‘meu’, para 1ª pessoa do singular.

²² Essas duas gramáticas diferentes, a dialetal (Tabela 5) e a padrão (Tabela 4), coexistem.

Portanto, (17b) poderia aparentemente representar um problema para a análise que assumo, porque, como o artigo está localizado à esquerda de NumP, deveria ser marcado com o morfema de plural assim como o possessivo. A respeito desse fato, pesquisadores têm observado que, quando o artigo definido coocorre com possessivos pronominais, “o artigo definido [...] não é marcador de definitude, mas apenas um expletivo” (COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2006, p. 40, tradução minha). Nessa visão, sendo um determinante expletivo, o artigo definido pode ser omitido ou aparecer sem marca de plural.

Uma análise possível desses fatos é que o artigo definido, quando coocorre com possessivos pronominais, forma, com o possessivo pronominal, um único sintagma (DP) no qual o artigo é o especificador (Spec,DP), enquanto o possessivo é o núcleo (D). A evidência mais robusta disso é a adjacência entre o artigo e o possessivo pronominal, o que já foi observado na literatura (CASTRO, 2001, p. 611). Por exemplo, nem o cardinal (17d) nem o adjetivo (17e) podem intervir entre o artigo e o possessivo.

- (17) d. *Não vi [os dois seu carro novo]
e. *Não vi [os único seu carro novo]

Como o artigo definido e o possessivo pronominal formam juntos um único sintagma, o especificador (o artigo) é marcado opcionalmente com o morfema de plural, enquanto o núcleo (o possessivo) é obrigatoriamente marcado.

Assim, a regra segundo a qual NumP divide o DP em dois domínios se aplica: o DP (contendo o artigo e o possessivo) está acima de NumP, como mostrado em (21a) a seguir, o que faz com que ele receba a marca de plural. O fato de que o artigo pode ser opcionalmente marcado não torna a predição menos válida, porque o artigo está no interior de um sintagma cujo núcleo já está marcado.

Em resumo, em (17b), o possessivo de 2ª pessoa: (i) está em um DP plural; (ii) é pronominal; (iii) é núcleo de D; (iv) tem seus traços de número valorados por NumP; (v) é marcado com o morfema de plural, que representa traços nominais de número; e (vi) pode se referir tanto a 2ª pessoa do singular quanto a 2ª pessoa do plural.

Em virtude do que foi exposto, estabelecerei uma comparação entre (17b) e (6), ambos repetidos abaixo. Nesses dados, a distribuição do morfema de plural na estrutura interna do DP parece ser a mesma (18).

- (17) b. Não vi [o seus carro] novo
(6) “[O seus carro] não pode ficar estacionado aqui” (Ouro Preto, 06/2015)
(18) D[--] Poss[-s] Noun[--]

No entanto, como discutido em sessões prévias, em (6), embora o possessivo ocupe a posição prenominal, ele (i) está em um DP singular; (ii) tem traços de número interpretáveis e valorados associados à pessoa; (iii) não tem seus traços de número valorados por NumP; (iv) não apresenta concordância nominal em número; e (v) se refere a 2ª pessoa do plural somente.

Portanto, a estrutura em (18), para “o seus carro”, pode se referir a duas leituras (19). Dessa forma, a fórmula em (18) representa, na verdade, duas estruturas diferentes. Aquela em (20a) se refere à leitura em (19a) e corresponde a (17b); enquanto aquela em (20b) se refere à leitura em (19b) e corresponde a (6).

- (19) a. O DP é plural, e o ‘-s’ no possessivo indica concordância nominal.
b. O DP é singular, e o ‘-s’ no possessivo indica 2ª pessoa do plural.
(20) a. D[- ϕ^{23}] Poss[-s] Noun[- ϕ]
b. D[-SG] Poss[-s] Noun[-SG]

Nesse sentido, sintagmas como (6), com possessivo prenominal, que apresentam reanálise dos traços de número no possessivo ‘seu’, são incomuns, porque, em nessa posição, o possessivo é obrigatoriamente marcado com o morfema de plural, quando o DP é plural, o que o torna resistente à reanálise acima descrita. Um contraste evidente é mostrado pelo possessivo pós-nominal, que é impedido de ser marcado com o morfema de plural para concordância nominal, o que o torna livre para a reanálise ocorrer.

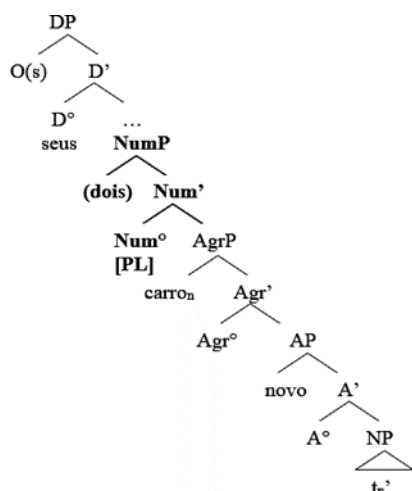
Esse contraste é também evidente na hierarquia do DP. Em (17b), o possessivo é o núcleo D (21a); enquanto, em (1), repetido abaixo, o possessivo pós-nominal é o especificador de uma projeção funcional (PossP²⁴), que é inserida por *merge* em posição mais baixa na estrutura do DP (21b).

²³ Neste artigo, o símbolo ‘ ϕ ’ é usado para plural não marcado.

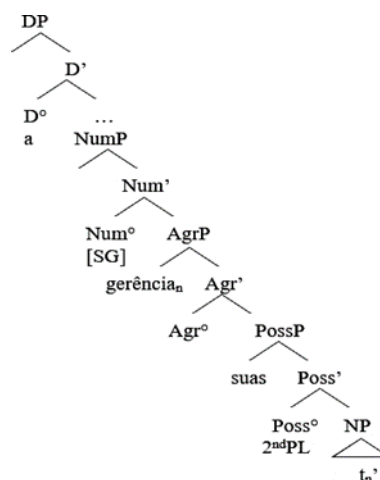
²⁴ PossP significa Possessive Phrase, como visto em Coene e D’hulst (2003) e outras referências. Por exemplo, Castro (2001), Costa e Castro (2001) e Brito (2007) reconhecem que o possessivo prenominal difere do possessivo pós-nominal no sentido em que este é um XP – PossP em Brito (2007) – e aquele, um X^o.

(1) A gerência suas só atende clientes grandes (Belo Horizonte, 06/2016)

(21) a. Para (17a, b):



(21) b. Para (1):



Em recapitulação, esta seção começou com a seguinte questão: por que a posição pós-nominal favorece a reanálise (dos traços de número do possessivo de 2ª pessoa), mas não a posição prenominal? A resposta foi a seguinte: possessivos prenominais estão em sintagma (DP) localizado acima de NumP; como tal, devem receber a marca de plural associada à concordância nominal. Por outro lado, possessivos pós-nominais estão em um sintagma (PossP) localizado abaixo de NumP; como tal, não devem receber essa marca. Livre de tal marca, o possessivo em posição pós-nominal é mais suscetível à reanálise mencionada.

5 Conclusão

Em PB padrão, assim como em outras línguas românicas, possessivos têm traços de número não interpretáveis que são valorados via concordância nominal. Entretanto, dialetos do PB, especialmente o de Minas Gerais, mostram que possessivos de 2ª pessoa não apresentam concordância em número com o nome. Para explicar esses fatos, analisei a interpretabilidade e valoração dos traços de número, além das posições do possessivo na hierarquia do DP.

No que diz respeito à interpretabilidade e valoração de traços, no dialeto mineiro, traços de número nos possessivos de 2ª pessoa são reanalisados como sendo: (i) associados à pessoa e (ii) interpretáveis e valorados. Na primeira postulação, espera-se que ‘seu’ seja o possessivo de 2ª pessoa do singular, e ‘seus’ de 2ª pessoa do plural. Na segunda postulação, não se desencadeia concordância nominal em número no possessivo, o que significa que não há

“disparidade” na concordância com o nome, como se poderia presumir, nem mesmo concordância com outra categoria, como o “possuidor” ou o “interlocutor”²⁵.

No que diz respeito à hierarquia do DP, cardinais dividem DPs do BP em dois domínios, de modo que sintagmas precedendo NumP são marcados com o morfema de plural em concordância nominal, enquanto sintagmas que seguem cardinais são não marcados. O possessivo prenominal precede cardinais e deve ser marcado, o que o torna resistente à reanálise acima descrita. Por sua vez, o possessivo pós-nominal segue os cardinais e deve ser não marcado, o que o torna livre para a reanálise ocorrer.

Em conclusão, ao assumir que o possessivo de 2^a pessoa tem traços de número reanalisados, explica-se por que eles são independentes do número em que os sintagmas internos ao DP são flexionados. Finalmente, ao assumir que NumP divide o DP em dois domínios, no que se refere à marcação de plural, explica-se por que a posição pós-nominal favorece a referida reanálise.

Referências:

- BLÜHDORN, Hardarik. *et al.* Sintagmas nominais contáveis e não-contáveis no alemão e no português brasileiro. In: BATTAGLIA, Maria Helena; NOMURA, Masa (Org.). *Estudos linguísticos contrastivos em alemão e português*. São Paulo: Annablume, 2008. pp. 41-82.
- BRITO, Ana Maria. European Portuguese possessives and the structure of DP. *Cuadernos de Lingüística del I.U.I.* Ortega Y Gasset, v. 14, pp. 27-50, 2007.
- CASTRO, Ana. Os possessivos em português europeu e português brasileiro: unidade e diversidade. In: XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 2001. pp. 599-613.
- CASTRO, Ana; Pratas, Fernanda. Capeverdean DP-internal number agreement: additional arguments for a distributed morphology approach. In: COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (Org.). *Studies on agreement*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006. pp. 11-24.
- CERQUEIRA, Vicente. A forma genitiva ‘dele’ e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993. pp. 129-161.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (Ed.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge: The MIT Press, 2001. pp. 1-52.
- CINQUE, Guglielmo. Deriving Greenberg’s Universal 20 and its exceptions. *Linguistic Inquiry* 36 (3), pp. 315-332, 2005.
- COENE, Martine; D’HULST, Yves (Ed.). *From NP to DP: The expression of possession in noun phrases*. New York/ Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for distributed morphology. In: (Org.). *Studies on agreement*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006. pp. 25-46.
- DANON, Gabi. Agreement and DP-Internal Feature Distribution. *Syntax* 14 (4), pp. 297-317, 2011.

²⁵ Desse modo, a análise desenvolvida nesse artigo reformula e prevalece sobre hipóteses levantadas em estágios prévios dessa pesquisa (PEREIRA, 2015, 2016a, 2016b).



- GIUSTI, Giuliana. Is there a FocusP and TopP in the Noun Phrase structure? *University of Venice Working Papers in Linguistics*, v. 6, n. 2, p. 105-128, 1996.
- GIUSTI, Giuliana. The categorial status of quantified nominals. *Linguistische Berichte: Forschung, Information, Diskussion*. Opladen, p. 438-454, 1991.
- KATO, Mary. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini. *DELTA 1* (1, 2), pp. 107-120, 1985.
- MAYNOR, Natalie. Battle of the pronouns: Y'all versus you-guys. *American Speech* 75(4), pp. 416-418, 2000.
- MÜLLER, Ana. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. 1997. Tese (Doutorado em Linguística), UNICAMP, Campinas, 1997.
- NEVES, Maria. O pronome possessivo. In: _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000. pp. 471-489.
- NORRIS, Mark. *A theory of nominal concord*. Tese (Doutorado em Linguística), University of California, Santa Cruz, 2014.
- PEREIRA, Bruna Karla. O possessivo de 2ªPL no dialeto mineiro: DP e CP em análise. *Linguistic Studies 11: Contemporary approaches to Portuguese Linguistics*. Lisboa: Colibri/CLUNL, 2015. p. p. 111-128.
- PEREIRA, Bruna Karla. A concordância em número com o possuidor: um estudo da sintaxe do DP. In: Martins, Marco et al. (Org). *Estudos linguísticos: textos selecionados/Abralin-2013*. João Pessoa: Ideia, 2016a. pp. 146-163.
- PEREIRA, Bruna Karla. Second person possessives and allocutive agreement. In: Pilati, Eloisa (Org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*. Curitiba: Blanche, 2016b. pp. 71-83.
- PEREIRA, Bruna Karla. The DP-internal distribution of the plural morpheme in Brazilian Portuguese. *MIT Working Papers in Linguistics (Papers on Morphology)*, edited by Snezana Iovtcheva and Benjamin Storme), v. 81, p. 85-104, 2017.
- PERINI, Mário. O surgimento do sistema de possessivo coloquial: uma interpretação funcional. *DELTA 1* (1, 2), p. 1-16, 1985.
- PESETSKY, David; TORREGO, Esther. The syntax of valuation and interpretability of features. In: KARIMI, Simin et al. (Org.). *Phrasal and clausal architecture*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 262-294.
- SILVA, Giselle. Estertores da forma 'seu' na língua oral. In: SILVA, Giselle; SCHERRE, Marta (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. cap. 7, p. 170 - 181.
- ZRIBI-HERTS, Anne. Les syntagmes nominaux possessifs en français moderne: syntaxe et morphologie. In: GUÉRON, Jacqueline; ZRIBI-HERTS, Anne. (Org.). *La grammaire de la possession*. Paris: Université Paris X – Nanterre, 1998. pp. 129 - 166.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

Aspectos fonológicos das vogais orais do português falado em Comunidades Quilombolas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha

Phonological aspects of the oral vowels of Portuguese spoken in Northern Quilombola Communities of Mina and Vale of Jequitinhonha

Maria do Socorro Vieira Coelho¹
Unimontes, USP, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Este artigo visa a apresentar características fonético-fonológicas do português falado em duas Comunidades Quilombolas situadas em mesorregiões brasileiras, Norte de Minas Gerais, *Território Gurutubano* e Vale do Jequitinhonha, *Marobá dos Teixeiras*. Sob essa perspectiva, seguindo os postulados da teoria e metodologia da Sociolinguística Variacionista, da Dialectologia e da Geolinguística, aos quais se acrescentaram informações diacrônicas relativas à origem, formação e evolução do português falado nessas comunidades observadas, os resultados comprovaram que os fenômenos registrados na variedade popular e rural do português falado pelos quilombolas não são peculiares às duas mesorregiões pesquisadas, mas heranças linguísticas românicas e portuguesas que se mantêm na fala desses brasileiros. Tais constatações estão alicerçadas em fatos históricos, sociais e evidências linguísticas encontrados em literatura pertinente, principalmente dialetológica, resultantes de investigações feitas com dados da oralidade compilados por pesquisadores brasileiros e portugueses que desenvolvem trabalhos sobre a descrição da língua portuguesa nas regiões de além e aquém-mar. Os resultados também corroboram a vertente teórica de que o português popular brasileiro possui raízes originais, rurais e populares.

Palavras-chave: Gurutubanos. Marobá dos Teixeiras. Português. Dialectologia. Vogais do português.

Abstract: This article aims at presenting phonological and phonetical features of the Portuguese spoken in two Quilombolas Communities situated in the Brazilian middle regions, in the North of Minas, the *Gurutubano* Territory and *Jequitinhonha* Valley, *Marobá dos Teixeiras*. Under such perspective and following the Sociolinguistics principles of Variationism and methodology, the theories of Dialectology and Geolinguistics to which was added diachronic information related to the formation and evolution of the Portuguese spoken in the mentioned regions, the results revealed that the phenomena detected in the popular and rural Portuguese spoken by the *quilombolas* are not peculiar to the two regions researched in this study but Romanic and Portuguese linguistic heritages preserved in the speech of those Brazilian speakers. Such assumptions are based upon historic and social facts and linguistic proofs found in pertinent literature, especially those of Dialectology resulting from investigation made with data from orality gathered by Brazilian and Portuguese researchers who develop works describing the Portuguese language both in Brazil and overseas. Results also corroborate the theory which claims that the popular Brazilian Portuguese language has original rural and popular roots.

Keys-words: Gurutubanos. Marobá dos Teixeiras. Portuguese. Dialectology. Portuguese vowels.

¹ Professora do DCL, Unimontes, MG, Brasil. Pós-Doutoranda da FFLCH, USP, SP, Brasil.
soccoelho@hotmail.com

1 Proposta Geral

Propomos, neste texto, apresentar resultados do estudo realizado sobre as características linguísticas fonético-fonológicas das vogais orais do português atualmente falado pelos moradores das comunidades quilombolas do Vale do Gurutuba e do Vale do Jequitinhonha, para aferir o uso de fenômenos linguísticos semelhantes e/ou diferentes nas duas comunidades localizadas em mesorregiões diferentes de Minas Gerais. O objetivo principal é detectar e apontar a manutenção de aspectos fonético-fonológicos vocálicos que divergem daqueles prescritos pela gramática normativa/tradicional da língua portuguesa, bem como comprovar, por meio de dados de fala românicos e portugueses, que tais fenômenos linguísticos ainda se mantêm na fala dos brasileiros das comunidades pesquisadas e, com isso, corroborar a vertente teórica de que o português popular brasileiro possui raízes originais, rurais e populares. Essa nossa desconfiança mineira foi motivada pelo alerta feito por Melo (1981, p. 93), “Minas representa o elemento conservador por excelência. Pelo que respeita à linguagem, tanto culta, como familiar ou popular, é lá que me parece estar a feição primitiva.”

Orientaram esta pesquisa os pressupostos teóricos da Sociolinguística, da Dialectologia e da Geolinguística cuja preocupação central é estudar diferentes usos da diversidade da língua portuguesa (LP) falada, sob o viés sincrônico, considerando as relações entre o espaço geográfico, a cronologia e a distribuição dos fenômenos estruturais, observando a norma diatópica do lugar e relacionando os aspectos estruturais aos não estruturais. Tais pressupostos teóricos, apesar de compartilharem objetivos comuns, possuem enfoques diferentes, pois, enquanto a Sociolinguística prioriza verificar as relações entre os fatos linguísticos e os sociais, a Dialectologia observa a localização dos fenômenos linguísticos de dialetos e falares descritos em espaço geográfico e a Geolinguística pesquisa a diversidade linguística oriunda de espaços geográficos diferentes.

A Sociolinguística admite que: a língua é heterogênea, mas passível de sistematização; o falante é importante no processo de sistematização de casos de variação; a relação entre língua e sociedade é relevante, não podendo ser desprezada numa análise linguística; a compreensão de fatos linguísticos implica a identificação dos fatores linguísticos e sociais que condicionam os casos de variação; e os processos de mudança verificados em uma comunidade de fala atualizam-se na variação observada em cada momento nos padrões de comportamentos

linguísticos observados nessas comunidades, sendo que nem toda a variabilidade e heterogeneidade de uma estrutura linguística pressupõem mudança. Trata-se de uma ciência que entende comunidade de fala como um grupo de pessoas que compartilham traços linguísticos e normas linguísticas que distinguem seu grupo de outros. E, porque os membros de um determinado grupo comunicam-se, relativamente, mais entre si do que com os outros, isso redundando na conservação de suas características linguísticas. Além disso, os membros compartilham normas, atitudes, marcam identidades e registram diferenças ao usarem sua língua, posicionando-se diante das diferentes maneiras de falar. Essas diferenças podem ser marcadas por fronteiras diatópicas e sociais.

Esclarecemos que, apesar de o eixo norteador de nossa investigação ser o da sincronia, não incorreremos no risco de rejeitar o viés diacrônico, pois ele nos ajudou a compreender muitos dos aspectos linguísticos relativos ao desenvolvimento e às modificações observados na fala dos gurutubanos e dos marobenses. Esse direcionamento tem como base a observação sobre a língua portuguesa falada em Minas Gerais feita por Melo (1981, p. 94), quando afirma que o português falado em Minas Gerais guarda “[...]extraordinário número de expressões, construções e modos de dizer antigos da língua[...]. Quem já conversou com mineiros de alguma ou muita instrução, mas principalmente mineiros da linha-trono, sabe quanto ouro velho se guarda na linguagem coloquial dessa gente”.

O Gurutuba e o Marobá dos Teixeiras, as comunidades em estudo, definem-se como ‘comunidade’ por apresentarem limites geográficos e ideológicos bem estabelecidos, tais como: estão localizadas na microrregião Norte do Estado de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha e inseridas na zona rural e classificadas como quilombolas, segundo o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Artigo 2º.² São também consideradas comunidades de fala³, porque seus moradores partilham traços e normas linguísticos, crenças e atitudes, vivem conflitos territoriais acirrados, bem estabelecidos e antigos. São grupos de cidadãos que, mesmo tendo leis que lhes assegurem os direitos humanos e outros como saúde, educação, políticas públicas etc., não os veem respeitados pelas autoridades políticas responsáveis por tais leis.

Tanto os gurutubanos como os marobenses sempre viveram entre nós, mas invisíveis

² Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 01/17/2017.

³ Há divergências quanto ao conceito de comunidade de fala e de comunidade linguística, que não serão tratados aqui, porquanto já são bem conhecidos os de Bloomfield (1933), Fishman (1976), Gumperz (1962, 1971), Hymes (1967, 1972), Labov (1968 - 1972), Milroy (1987), Romaine (1994) e Saussure (1995).



para nós, exceto em ano de eleições. Devido a essa invisibilidade, instala-se um isolamento relativo, e essa relativa falta de contato com outros falantes de outros espaços reflete um uso peculiar da língua portuguesa falada por esses povos e outros que se encaixam nessa definição, visíveis em domínios da língua, fonologia, morfologia, sintaxe, vocabulário. São usos linguísticos reconhecidos antigos ou não mais correntes na língua, que, quando usados, revelam um estado de língua mais antigo, como, por exemplo, em: *bamçoço*, *gêmeos*; *estou precisado*, *preciso*; *zelar*, *cuidar*; *fazer titica*, *fazer cócegas*; *dar cuada*, *demorar*, *passar aperto*; *dimudar*, *modificar*; *inganhô*, *ganhou*; *talo*, *tal*; *adispois*, *depois*; *porquera*, *lixo*; *tambureto*, *tamborete*; *maimpuera*,

...quando chegô que entô na mata achô **maimpuêra** tá aqui adiante... **maimpuêra** que é a água conde enche... vai os peixe fica alí... aí... ai ficô preso... né? tinha um talo Marobá ::: um peixe da cabeça redonda... ele cresce... num cresce... assim... imita uma traira aí... ês chegô viu peixe... trazia as penca e tude e meu vô pegô o que quiria trazê(r)... num guentô de levá(r)... de cortada... né... pela mata... foi imhora... lá falava assim... que dia nós vai pu Marobá? aí: a fazenda ficô cuma Marobá... esse apelido foi ês mesmo que butaro... (OT-PBM).

Assim como as abordagens teóricas adotadas nas pesquisas listadas, os pressupostos metodológicos deste trabalho também seguiram algumas recomendações tanto da Sociolinguística, quanto da Dialetologia e da Geolinguística.

A base de dados para a realização deste estudo é composta por duas amostras constituídas por um total de 47 entrevistas, sendo 38 moradores do Território Gurutubano – Norte de Minas Gerais (2008 – 2009) – e 09 da Comunidade Marobá dos Teixeiras – Almenara/Vale do Jequitinhonha (2012 – 2014). Os informantes são os moradores nascidos e residentes nas comunidades estudadas. Os dados foram coletados por meio de observação direta, gravação de falas dos informantes e conversas rotineiras espontâneas entre falantes, bem como por meio de anotações de respostas dadas a questões previamente elaboradas para as entrevistas semiestruturadas. Além disso, foram observados e analisados fatores socioculturais, como faixa etária, sexo, nível de escolaridade, grau de contato com o meio urbano e profissão. Esclarecemos, porém, que, apesar de termos observado tais aspectos, não constituímos uma amostra sociolinguística homogênea, porquanto não preenchemos as células exigidas por essa metodologia.

Coletamos dados de fala de um número máximo de falantes representantes do falar gurutubano e marobense, e esse era nosso propósito principal. Partimos do pressuposto de que, se não há viventes com as especificidades exigidas por uma metodologia de pesquisa de tal

natureza, isso não deveria constituir motivo para não procedermos ao registro de uma língua usada em uma comunidade específica, somente porque ela não se encaixa na teoria e/ou metodologia desenhada pelas ciências que tiveram como base retratos de comunidades específicas. Afinal, é necessário ajustar teorias e metodologias à diversidade dialetológica e sociocultural existentes. Isso é função da Ciência.

Para a transcrição dos dados, consideramos algumas normas propostas pelo projeto Norma Urbana Culta Brasileira (2003, p. 15) e pelo projeto Filologia Bandeirante (2000), com adaptações necessárias ao registro, principalmente, sobre os fenômenos fonéticos/fonológicos peculiares aos falares gurutubano e marobense, que priorizamos registrar.

A primeira pesquisa realizada por Coelho (2010), para sua tese, intitulada *Os Gurutubanos: língua, história e cultura*, teve como objetivo descrever e analisar o português falado pelos habitantes do Território Gurutubano (PBG), da região Centro-norte de Minas Gerais. Os resultados desse estudo mostraram a existência de um falar⁴ do português brasileiro rural gurutubano, ou seja, aquele possui traços específicos que o caracterizam como um falar de área rural. No segundo estudo, Coelho (2010) objetivou, principalmente, descrever a variedade do português falado pelos habitantes da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras – Almenara, Vale do Jequitinhonha. Como objetivo específico, visou a verificar semelhanças/diferenças de aspectos vocálicos orais do português falado pelos gurutubanos e do português falado pelos marobenses.

Os resultados revelaram traços comuns entre os fatos linguísticos pesquisados, sendo que todos os fenômenos vocálicos orais identificados no português falado pelos marobenses foram identificados no português falado pelos gurutubanos. No entanto, o contrário não se confirmou totalmente, pois alguns fenômenos vocálicos do português brasileiro usados pelos gurutubanos não foram encontrados no português falado pelos marobenses, como [a] > [ɐ], [a] > [ɛ], [a] > [u], [e] > [a], [o] > [oy], [i] > [ey], palatalização da vogal [a] em posição átona final [tʃa] e outros. Os resultados, no geral, apontam para a existência de uma variedade do português falado que possui traços específicos que a caracteriza como sendo de área rural. De acordo com a literatura pertinente, parece-nos que os aspectos linguísticos identificados nos estudos, até o

⁴ Cabe ressaltar a definição dada por Alvar (1968, p. 30): “[...] estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, mas com matizes característicos dentro da estrutura regional a que pertencem e cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas, normalmente de caráter administrativo.”

momento, não nos autorizam a inferir que se trata de peculiaridades do português falado em comunidades quilombolas.

Após a realização dessas duas etapas da pesquisa, descrevemos o uso de fenômenos linguísticos semelhantes e diferentes nas duas comunidades para, a partir disso, verificarmos se os aspectos fonético-fonológicos vocálicos orais, que divergem dos prescritos pela gramática tradicional da língua portuguesa, estão registrados em pesquisas realizadas com dados de fala românicos e portugueses. Com isso, intencionamos identificar casos de manutenção linguística oriundos do português falado em espaços brasileiros e em regiões lusófonas para, então, medirmos a vertente teórica de que o português popular brasileiro possui raízes originais, rurais e populares.

As referências de pesquisas que trabalharam com dados de falas de área rural e de área urbana utilizadas do português falado pelos brasileiros e por falantes do português em terras portuguesas⁵ serão listadas a seguir. Elas serviram de fontes dos dados, tanto do português europeu não-padrão, quanto do português brasileiro não-padrão, para a verificação e comparação entre os fatos linguísticos pesquisados no português falado pelos quilombolas:

a) Fontes dos dados do português brasileiro falado no Brasil

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920]. *Dados colhidos de moradores idosos, roceiros, caipiras do interior de São Paulo.
- COELHO, Maria do Socorro Vieira. *Os gurutubanos: língua, história e cultura*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Letras, Belo Horizonte, 2010.
- PENHA, João Alves Pereira. *Aspectos da linguagem de São Domingos: tentativa de descrição de linguagem rural brasileira*. In: *Revista Alfa: Revista de Linguística*. v. 20/21, 1975. *Dados de oralidade coletados em 1957, 1958 e 1972, com 15 falantes baixo grau de escolarização e analfabetos, distribuídos em três faixas etárias, 20, 40 e acima de 60 anos, do bairro São Domingos, localizado no município de Elói Mendes, sul de Minas Gerais/MG.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 2000. *Dados do português falado por 16 informantes com idade média de 50 anos, baixo grau de escolaridade da Baixada Cuiabana, Centro-Oeste, Mato Grosso, coletados entre 1995 e 1996.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Vogais do falar ribeirinho cuiabano*. Tese (Livre Docência) Departamento de Letras - Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. *Dados do português falado por 16 informantes com idade média de 50 anos,

⁵ Registramos nossa gratidão à Marta Scherre por providenciar e nos enviar, prontamente, cópias da maioria das referências bibliográficas do português europeu.



baixo grau de escolaridade da Baixada Cuiabana, Centro-Oeste, Mato Grosso, coletados entre 1995 e 1996.

- SOUZA, Vander Lúcio. *Nas cacimbas do rio Pardo: um estudo léxico-cultural*. Tese (Doutorado em Linguística). UFMG, Letras, 2014. *Dados de oralidade coletados com 53 informantes, baixa escolaridade e analfabetos, com idade aproximada em 70 anos, residentes em nove municípios (Águas Vermelhas, Berizal, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso e Taiobeiras), que fazem parte da Bacia do Rio Pardo de Minas, Norte de MG.
 - TEIXEIRA, José de Aparecida. O falar mineiro: apontamentos. *Revista do Arquivo Municipal*. Vol. XLV, São Paulo, 1938. *Dados coletados em alguns lugares de Minas Gerais, Alfenas, São João Del-Rey, Poso Alegre, Teófilo Otoni, Manhuassú.
- b) Fontes dos dados do português europeu não-padrão
- ALVES, Joana Lopes. *A linguagem dos pescadores de Ericeira*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1965/1993. Falar de uma comunidade de pescadores, a 42 km de Lisboa, 11 de Mafra e a 22 de Sintra, sudoeste de Portugal.
 - BAPTISTA, Cândida da Saudade. *O falar de Escusa*. Dissertação (Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1967. *Dados de fala coletados em 1965, de 15 informantes analfabetos com idade entre 42 e 94 anos. Escusa é uma aldeia localizada a 5 km de Castelo de Vide e a 9 de Marvão, pertencentes à freguesia de S. Salvador de Aranha, concelho de Marvão, distrito de Porto Alegre.
 - CRUZ, Maria Luisa Segura da. *O falar de Odeleite*. Dissertação (Licenciatura e Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1969. Licenciatura. *Dados de fala coletados em 1964 e 1965, de 7 informantes, com idade entre 35 e 68 anos, moradores de Odeleite, uma ladeia do sul de Portugal, quase fronteira com a Espanha, aldeia a 14 km do concelho de Castro Marim, pertencente à freguesia de Odeleite,
 - FLORÊNCIO, Maria Manuela Revés. *Dialeto Alentejano: contributos para o seu estudo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2011. *Organizou dados linguísticos recolhidos por Vasconcelos no final do séc. XIX.
 - MARQUES, Maria Casimira Almeida. *O falar de Azoia: povoação próxima do Cabo da Roca na província da Estremadura, perto de Sintra*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica. Lisboa: Faculdade de Letras, 1968.
 - MIRA, Maria Helena Farmahouse da Graça. *Algumas contribuições para o estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa*. Dissertação (Filologia Românica). Inédito. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1954. *Dados colhidos da fala de pessoas simples e analfabetas de bairros pobres de Lisboa (Curraleira, perto do Alto de São João, Alfama, Castelo, Casal Ventoso, Cais do Sodré e outros).
 - PEIXOTO Maria Ermelinda. *Germil – Notas etnográficas e linguagem*. Dissertação (Licenciatura e Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1968. *Dados de fala do extremo norte de Portugal, aldeia do distrito de Viana de Castelo e diocese de Braga, coletados em 1965 e 1966, de informantes com idade entre 45 e 57 anos.
 - PEREIRA, Maria Palmira da Silva. *Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do Concelho*. *Revista Portuguesa de Filologia*. Casado castelo: Editora Coimbra, 1951. V. IV. *FaFe – norte de Portugal: comunidade de lavradores,

- habitantes do norte do concelho (Várzea Cova, Moreira do Rei, Ribeiros e Estorãos), perto de Braga.
- RATINHO, Maria Filipe Mariano. *Monte Gordo*: em estudo etnográfico e linguístico. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1959. Falar de uma região marítima algarvia, extremo sul de Portugal, uma vila de pescadores próxima à Vila de Santo Antão. Conversa com pescadores sobre temas locais e também uso de questionários, pescadores.
 - SIMÃO, Teresa Susana Bengala. *O falar de Marvão*: pronúncia, vocabulário, ditados e provérbios populares. Dissertação. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2011. *Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo – Falar da população envelhecida e com alta taxa de analfabetismo.

Após a apresentação da proposta do artigo, descrevemos, na seção 2, os aspectos linguísticos vocálicos do português falado pelos moradores das comunidades marobense e gurutubana. Organizamos essa seção em duas subseções (2.1 e 2.2), nas quais apresentamos algumas das características fonético-fonológicas relacionadas às vogais orais da variedade popular e rural do português falado por essas comunidades. Não aspiramos a apresentar uma investigação exaustiva desse recorte das vogais, mas apenas discutir alguns fenômenos relacionados às vogais orais que julgamos representativos do português falado pelos marobenses e gurutubanos. A fim de perseguir um dos nossos objetivos, confrontamos (Cfr.), conferimos (Cf.), comparamos a nossa descrição com estudos do português falado no Brasil e em Portugal. Essa comparação aparecerá ora em nota de rodapé, ora no corpo do texto. Os exemplos serão transcritos foneticamente, seguindo a proposta do Alfabeto Fonético Internacional SILDoulosIPA.

2 Características fonológicas das vogais orais do português falado em comunidades quilombolas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha

As vogais do português falado pelas duas comunidades, assim como do português brasileiro, possuem um sistema composto por sete vogais orais [i, e, ε, a, ɔ, o, u], duas semivogais [w, y] e cinco vogais nasais [ĩ, ê, ã, õ, ũ] opostas entre si pela localização (anterior, central, posterior) e pelo grau de abertura (alta, média-alta, média-baixa, baixa).

Em geral, o falar dos indivíduos do território gurutubano é lento, pausado; sua pronúncia possui um ritmo suave, mas firme, que marca, claramente, não apenas a gradação de intensidade menor ou atonicidade variável, mas também o contraste entre uma sílaba tônica ([fri'êto] **friento**, ['velo] **vêlho**, [ve'lĩ] **velhinho**) de uma semitônica ([fri'êto] **friento**, [ve'lĩ] **velím**) e uma



átona ([fri'êto] friento, ['kazɐ] casa), em uma cadeia extensa emitida como:

Inf. êtô... elo kiria da ãa dži novo i... novo gwêtɛ kô vey? nõ gwêtɛ... ke ki akôtesew...
eru omu velo... bêy velĩ i elo Jego na kasɛ i tavũ friu... ã friu ãsĩ ãnohmi dži mês dži
zũy... u mês dži zũy somu mês mays friêtu atɛ pra noys aki... ki aki ɛ kêtʃi j nɛ...
mah meh dži zũy aki faz friu... ai ke ki akôtesew... (APC1G08).

Inf. ...então... elo queria dá uma de novo e... novo aguenta com velho? não aguenta...
que que aconteceu... era um homem velho... bem velhinho e elo chegou na casa e
estava frio... um frio assim enorme de mês de junho... o mês de junho somos mês
mais friento até pra nós aqui... que aqui é quente né... mas mês de junho aqui faz
frio... aí que que aconteceu... (APC1G08).

As vogais constituem a base da cadeia sonora e são pronunciadas, mesmo as átonas mediais e finais, sem pressa. A seguir, fornecemos exemplos que retratam as vogais do falar do português brasileiro usado pelos moradores das duas comunidades quilombolas em estudo, a) / i / [i - y] : [pi'o] pior, [vɛy] velho; b) / e / [e - ɛ]: [pɛʃo] peixe, [ĩ'prɛsto] empréstimo; c) / a / [a]: ['kazɐ] casa; d) / o / [o - ɔ]: [fu'lori] flor, [sor'fɛno] sofrendo; e) / u / [u - w]: [mu'lé] mulher, [ĩ'gaw] igual; f) / ĩ / [ĩ]: [ĩbo'la] embolar; g) / ê / [ê]: [pɛtʃo] pente; h) / ã / [ã]: [kofi'dãw] cordão; i) / õ / [õ]: [mɛstrua'sõ] menstruação; j) / ũ / [ũ]: [mũtu] muito.

1.1 Vogais tônicas orais

É de conhecimento geral que as vogais tônicas na língua portuguesa apresentam pouquíssimas alterações não previstas pela gramática padrão, e as poucas variações já registradas são as mesmas mencionadas pelos pesquisadores do português falado em Portugal e no Brasil. Esse comportamento das vogais tônicas não difere do identificado no português falado nas comunidades investigadas nesta pesquisa.

No português falado pelos moradores das duas comunidades, a vogal oral [a] em posição tônica realiza-se como no português padrão, baixa e central, [a] > [a]: PBG, [amu'sa] almoçar; PBM, [tu'ma]/tomar⁶. No entanto, além desse registro, essa vogal apresenta algumas particularidades não apontadas pela variedade padrão da LP. Por exemplo, o [a] altera o timbre

⁶ Cf. Amaral (1976, p. 48), Baptista (1967, p. 13), Cruz (1991, p. 6), Florência (2011, p. 32); Santiago-Almeida (2009, p. 82), Simão (2011, p. 75).

para [ɐ], vogal oral central média fechada: ['kʌskɐ] *casca*, ['kʌfnɪ] *carne*, [fa'lʌsɪ] *falasse*, [mohɐ'zɪa] *hemorragia*, ['nʌdɐ] *nada*, ['nʌsɪ] *nasce*, ['sɐvɪ hʌĩɐ] *salve rainha*. Essa vogal [ɐ] pode realizar-se, segundo Barbosa (1994, p. 176-177), em oposição distintiva com [a] em terminações verbais, antes de consoante nasal e, também, antes de contexto não nasal; além disso, de acordo com o autor, “[...] poderemos transcrever / a / ou / ɐ / conforme os usos que se considerarem, ou simplesmente dispensar o diacrítico e indicar na descrição a variedade dos usos que se registra nas formas em questão.”. Esse fenômeno foi, também, observado por Florência (2011, p. 32); Simões (2011, p. 75); Santiago-Almeida (2009, p. 82-83); Baptista (1967, p. 13). Salientamos que se trata de um caso de oposição fonética e não fonológica no PBG.

Destacamos a realização da vogal [a]: com o som [u], [disgra'sudu] *desgraçado*, forma que nos surpreendeu por ser do particípio passado oriunda do latim imperial: “[...]ela tem um veneno **disgraçado** no nu no dente dela...” (CSJ1G14-15). Trata-se da terminação ‘-utu’, própria de verbos em ‘-ere’, como o pretérito perfeito em ‘-uistatus’, ‘consutus’, que se tornou, na língua falada da época, bastante frequente nos particípios dos verbos em ‘-ere’, que representam a fusão dos verbos da 2ª e 3ª conjugações latinas. Surgiram, nos documentos da Galiza e Portugal, as formas ‘-udo’ e ‘-ido’ (XV – XVI), como em: ‘metuda’, ‘sabuda’, ‘vendudo’, ‘criudo’. (COELHO, 2010, p. 296).

A vogal [a] realiza-se com o som de [ɛ]⁷: [ˈpɛra] *para* e, também, em forma de ditongo em [ay] e [aw] quando em sílaba tônica, com inserção de uma semivogal [y]: [trays] *trás*, [ˈkayfɪga] *carga*; [w]: [ˈbawza] ~ [ˈbaws] *base*⁸. Isso ocorre em determinados contextos: quando as consoantes fricativas desvozeadas finais, [h] e [s], precedem uma vogal tônica, uma semivogal é inserida, originando um ditongo, isto é, insere-se um segmento vocálico oral alto em contexto em que uma consoante fricativa desvozeada ocorre em posição final, quando uma consoante glotal ou alveolar precede uma vogal tônica ø.

[ɛ], vogal oral tônica aberta anterior, não apresenta realização muito diferente do proposto pela variedade padrão, PBG: [ˈpɛdɐ] *pedra*, PBM: [muˈlɛ] *mulher*⁹. Algumas vezes,

⁷ Cf. Florência (2011, p. 31), Santiago-Almeida (2009, p. 84), Silva (1951, p. 75), Simão (2011, p. 75) Ratinho (1959, p. 118).

⁸ Cf. Amaral (1976, p. 48), Florência (2011, p. 32), Penha (1975, p. 88), Santiago-Almeida (2009, p. 85), Silva (1951, p. 130), Simão (2011, p. 32-76), Teixeira (1938, p. 48).

⁹ Cf. Cruz (1991, p. 8), Santiago-Almeida (2009, p. 87-88), Simão (2011, p. 76), Ratinho (1959, p. 121).

quando aparece em sílaba tônica, insere-se uma semivogal, [y] e [w] respectivamente: [dɛyz] *dez*, [bonɛw] *boné*¹⁰. Em alguns casos, ocorre uma metátese: [he'mɛydu] *remédio*¹¹.

A vogal oral tônica fechada anterior [e] apresenta ocorrências de timbre semelhantes ao proposto pela variedade padrão do português¹², por exemplo, [ĩgravi'deza] *gravidez*. Registramos a ocorrência dessa vogal em forma de: tritongo [ew] > [yew] *eu*; ditongo [ey]: [veys] *vez*, [tra'veys] *outra vez*¹³. Altera-se o timbre [e] > [i], alçamento vocálico em sílaba tônica: [pu'ki] *porque* no português falado pelos moradores das duas comunidades¹⁴.

No PBG e no PBM, a vogal alta anterior fechada [i] matém as realizações previstas pela variedade padrão da língua portuguesa¹⁵. Citamos realizações do timbre que não se assemelha à norma padrão do PB, [i] > [e]¹⁶: como em [va'reyɐ] *varia*; [i] > [ɛ]¹⁷: [vɛvi] *vive*; [i] ditonga-se em [ey]: [kresey] *cresci*.

Não identificamos alterações na realização da vogal média anterior aberta tônica [ɔ] distinta do previsto pela variedade padrão do PB na fala dos moradores das comunidades gurutubana e marobense¹⁸: [pɾɔkɐ] *porca*, [pɾɔstɐ] *próstata*. O fenômeno da ditongação presente em alguns dialetos do PB ocorre, também, na fala dos moradores dessas comunidades: [nɔys] *nós*, [zɔy] *olho*¹⁹.

A vogal média fechada tônica [o] realiza-se de maneira semelhante ao encontrado na variedade padrão do PB na maioria das vezes²⁰. Destacamos o alçamento em sílaba tônica [o] > [u], ['kumɐ] *como*²¹; em forma de ditongo com a inserção da semivogal [y], [pɔyʃiki] *porco*, ['kɔyɾi] *corpo*, [boylɔ] *bolo*²², e da semivogal [w], ['dɔwzi] *doze*, [ka'tɔwzi] *catorze*, ['tɔwɔ] *toda*²³.

¹⁰ Cf. Amaral (1976, p. 48), Marques (1968, p. 13), Penha (1975, p. 89), Santiago-Almeida (2009, p. 88), Simão (2011, p. 77), Ratinho (1959, p. 21).

¹¹ Cf. Simão (2011, p. 33-34).

¹² Cf. Cruz (1991, p. 9), Santiago-Almeida (2009, p. 87).

¹³ Cf. Amaral (1976, p. 48), Penha (1975, p. 89), Ratinho (1959, p. 29-123), Silva (1951, p. 132), Santiago-Almeida (2009, p. 88-89), Simão (2011, p. 33-34).

¹⁴ Cf. Penha (1975, p. 88), Santiago-Almeida (2009, p. 89), Teixeira (1938, p. 14).

¹⁵ Cf. Cruz (1991, p. 13), Simão (2011, p. 77), Teixeira (1938, p. 15).

¹⁶ Cf. Florência (2011, p. 35), Penha (1975, p. 88).

¹⁷ Cf. Simão (2011, p. 78), Penha (1975, p. 88), Teixeira (1938, p. 15).

¹⁸ Cf. Florência (2011, p. 35), Simão (2011, p. 78).

¹⁹ Cf. Penha (1975, p. 89), Teixeira (1938, p. 16).

²⁰ Cf. Cruz (1991, p. 16), Florência (2011, p. 35), Simão (2011, p. 78).

²¹ Cf. Penha (1975, p. 88).

²² Cf. Penha (1975, p. 89).

²³ Cf. Ratinho (1959, p. 126), Teixeira (1938, p. 16).

O timbre da vogal alta anterior [u] em posição tônica apresenta realização próxima da variedade do PB padrão, [guh'duɾɐ] *gordura*, [ka'sulɔ] *caçula*²⁴. Registramos a realização dessa vogal em ditongo, ['fruɪtɐ] *fruta*²⁵.

Em relação ao comportamento das vogais orais em posição tônica, percebemos que são poucas as alterações em relação à variedade padrão do português atual, e tais alterações são registradas em referências bibliográficas que trabalham com dados de oralidade. Portanto, são fatos linguísticos pertencentes aos usos da língua portuguesa em Portugal e no Brasil desde séculos passados. Classificamos esses usos como fenômenos em manutenção, dentre os quais destacamos: [a] > [ɐ], [a] > [u], [a] > [ɛ], [a] > [aw], [ɛ] > [ew], [i] > [e], [i] > [ɛ], [ɔ] > [ɔy], [o] > [u], [o] > [oy], [u] > [uy]. Apesar de serem considerados desusos pela literatura, ainda estão presentes no português brasileiro falado pelos marobenses e gurutubanos e, como podemos constatar, em outros lugares do Brasil e de Portugal.

1.2 Vogais átonas orais

As realizações das vogais átonas, no português falado nas comunidades em pesquisa, apresentam maior grau de variação em relação às tônicas, devido ao seu *status* de atonicidade. Todas as vogais átonas apresentaram alterações diferentes do proposto pelas normas da gramática, e as vogais que mais exibiram modificações foram a média fechada anterior e a central, com 8 cada uma, seguida da média fechada posterior com 5 realizações além da padrão. A seguir, descrevemos os usos das vogais átonas.

Em contexto átono, a vogal central [a], além de se realizar com o timbre igual ao da norma²⁶, altera o timbre em contexto pretônico para vogal oral central média fechada, [ɐ]: [amɐɾã'tʃĩnɔ] *Amarantino*²⁶. Realiza-se em média fechada posterior, [o]: [oli'as] *aliás*²⁷; em média fechada anterior, [e]: [he'lavɐ] *ralava*²⁸; em média aberta central, [ɛ]: [ɛlɛ'ziɐ] *alergia*²⁹.

²⁴ Cf. Cruz (1991, p. 19), Simão (2011, p. 79).

²⁵ Cf. Amaral (1976, p. 48), Penha (1975, p. 89).

²⁶ Baptista (1967, p. 13), Cruz (1991, p. 25-39), Florêncio (2011, p. 32), Santiago-Almeida (2009, p. 82), Simão (2011, p. 75).

²⁷ Cf. Ratinho (1959, p. 29), Simão (2011, p. 83).

²⁸ Cf. Silva (1951, p. 130), Marques (1968, p. 15), Penha (1975, p. 90-91).

²⁹ Cruz (1991, p. 30), Penha (1975, p. 91), Ratinho (1959, p. 53), Almeida (2009, p. 86), Santiago-Almeida (2009, p. 86), Silva (1951, p. 130), Teixeira (1938, p. 14).

³⁰ Cf. Teixeira (1938, p. 14).

Além disso, muda-se para vogal alta, [i]: [ʒi'nelɐ] *janela*, [ʒẽ'zibi] *gen'giva*, [ini'miɐ] *anemia*³⁰; nasaliza-se em posição pretônica em [ã]: [ãsi] *assim*³¹ e em [ĩ]: [ĩ'te] *até*³², [ĩɔrɐ] *agora*³³. Altera-se, ainda, em alguns casos, em forma de ditongo [ya]³⁴: [mũtʃyɐs] *muitas*, [pre'feytʃyɐ] *prefeita*.

A vogal média aberta [ɛ], em posição átona, conserva seu timbre como previsto pela norma; todavia, apresenta alterações. Uma delas é o alçamento em contextos tanto posterior [u]: [pu'lezɐ] *peleja*³⁵, quanto anterior [i]: [filiz] *feliz*, [ʒi'zus] *Jesus*³⁶. Além disso, altera-se também nasalizando-se em início de palavra [ĩ]: [ĩdu'kadu] *educado*³⁷ e efetuando-se em [a]: [bate'habɐ] *beterraba*.

Assim como a vogal média aberta [ɛ], a vogal fechada anterior [e] também apresenta alterações que dizem respeito ao alçamento tanto em contexto anterior [i]³⁸: [pɾimi'tidu] *permitido*, [hibu'savɐ] *rebuçava*, [hi'zavɐ] *rezava*, [si'manɐ] *semana*³⁹, quanto em contexto posterior [u]: [su'mãnɐ] *semana*, ['sobu] *sobre*, ['verdɐ] *verde*, ['pɔdu] *pode*⁴⁰. Além disso, altera-se o timbre em [o]: [so'manɐ] *semana*⁴¹; em vogal oral central, [a]: [kɾio'zenɐ] *querosene*, [sami'a] *semear*, [pra'katɐ] *precata*⁴²; em vogal nasal central, [ã]: [ã'dɾedõ] *edredon*⁴³; e em vogal alta anterior nasal, [ĩ]⁴⁴: [ĩleyi'sãw] *eleição*, [ĩ'zami] *exame*, [ĩski'si] *esqueci*, [ĩ'ʃɐpu] *exemplo*⁴⁵. Amaral (1976, p. 49) esclarece que a vogal [e], quando ocorre em início de vocábulo, nasaliza-se em [ĩ], 'inzempro < exemplo'.

³⁰ Cf. Cruz (1991, p. 39), Peixoto (1968, p. 60), Penha (1975, p. 91), Silva (1951, p. 130), Teixeira (1938, p. 14).

³¹ Cf. Cruz (1991, p. 31), Peixoto (1968, p. 60), Penha (1975, p. 90).

³² Cf. Peixoto (1968, p. 60), Penha (1975, p. 90), Teixeira (1938, p. 14).

³³ Cf. Silva (1951, p. 131), Souza (2014, p. 581).

³⁴ Cf. Penha (1975, p. 94).

³⁵ Cf. Penha (1975, p. 90, 92), Ratinho (1959, p. 17).

³⁶ Cf. Santiago-Almeida (2009, p. 87).

³⁷ Cf. Amaral (1976, p. 49).

³⁸ Cf. Peixoto (1968, p. 65).

³⁹ Cf. Amaral (1976, p. 49), Cruz (1991, p. 33), Florêncio (2011, p. 37), Marques (1968, p. 16), Santiago-Almeida (2009, p. 98-99-100), Ratinho (1959, p. 130, 133, 140), Silva (1951, p. 132), Simão (2011, p. 85).

⁴⁰ Cf. Cruz (1991, p. 34, 41), Marques (1968, p. 16), Mira (1954, p. 31), Peixoto (1968, p. 64), Penha (1975, p. 94), Santiago-Almeida (2009, p. 98, 103), Ratinho (1959, p. 27), Silva (1951, p. 132), Simão (2011, p. 85).

⁴¹ Cf. Cruz (1991, p. 34-35), Penha (1975, p. 91), Ratinho (1959, p. 19).

⁴² Cf. Cruz (1991, p. 32), Marques (1968, p. 16), Penha (1975, p. 90, 91), Ratinho (1959, p. 20), Silva (1951, p. 132).

⁴³ Penha (1975, p. 90).

⁴⁴ Cf. Mira (1954, p. 26).

⁴⁵ Cf. Amaral (1976, p. 49), Cruz (1991, p. 39-43), Mira (1954, p. 26), Peixoto (1968, p. 61), Penha (1975, p. 90, 91), Santiago-Almeida (2009, p. 100-103), Simão (2011, p. 85), Teixeira (1938, p. 15).

A vogal alta anterior [i] realiza-se, geralmente, de acordo com o previsto pela norma⁴⁶, apresentando poucas alterações. Documentamos três ocorrências diferentes da norma: em [u]: [umi'tãdɔ] *imitando*, [sãtu'fi'kado] *santificado*, [musturo] *misturou*⁴⁷; em [e]: [pre'merɔ] *primeiro*⁴⁸; [ĩ'grezɐ] *igreja*, [ĩ'guaw] *igual*⁴⁹.

[o], vogal média fechada anterior, realiza-se, também, conforme previsto pela norma padrão, mas apresenta cinco possibilidades de ocorrências diferentes, em [a]: [daku'mêɔ] *documento*, ['hostɐ] *rosto*⁵⁰; [e]: [sĩki] *cinco*, [fazẽ'derɪ] *fazendeiro*, ['isɪ] *isso*, ['nosɪ] *nosso*⁵¹; [u]: [pu'lisɐ] *polícia*, [nuh'maw] *normal*, [prĩ'sipɔ] *princípio*, [mu'he] *morrer*⁵²; [ã]: [he'zistã] *registro*. O registro da vogal medial [o] em [i]: ['fali] *falo*⁵³, [lidu'zɛri] *Ludugério*, [pidizɪ'mêɪ] *procedimento*; [ku'ãdɪ] *quando*⁵⁴, segundo Amaral (1976, p. 49), existe também no galego.

Já a vogal média aberta central [ɔ] não apresenta variações como a média fechada posterior, exceto em alçamento vocálico, como em [u]: [bu'tavɐ] *botava*, [nuh'maw] *normal*⁵⁵. Esse comportamento foi também registrado em relação à vogal alta posterior [u], com exceção da ocorrência em [i]: [lidu'zɛri] *Ludugério*⁵⁶, em que essa vogal manteve o timbre igual ao da norma padrão da língua portuguesa⁵⁷.

Em relação aos hiatos compostos por vogais átonas⁵⁸, verificamos a redução desses em alta ocorrência, como [i] - [a] > [a]; [hodovi'ara] *rodoviária*; [i] - [o] > [i]: [ri] *rio*; [he'medɔ] *remédio*; [u] [o] > u: [ĩdi'vidɔ] *indivíduo*. Sobre esse fato linguístico, Vasconcelos (1901, p. 104-105), informa que as vogais átonas em hiatos tendem a simplificação do grupo vocálico no português falado em vários locais de Portugal (Estremadura, Minho) desde os séculos XVI e XVII e cita alguns exemplos: *Manoel, Manel; quatorze, catorze; Joaquim, Joquim; Guadar,*

⁴⁶ Cf. Amaral (1976, p. 28).

⁴⁷ Cf. Cruz (1991, p. 36), Peixoto (1968, p. 61, 66), Penha (1975, p. 92).

⁴⁸ Cf. Penha (1975, p. 90, 92), Marques (1968, p. 17), Mira (1954, p. 33), Ratinho (1959, p. 137), Souza (2014, p. 593).

⁴⁹ Cf. Marques (1968; 17), Peixoto (1968, p. 61), Penha (1975, p. 90), Ratinho (1959, p. 17, 135), Santiago-Almeida (2013, p. 23), Silva (1951, p. 132), Souza (2014, p. 581),

⁵⁰ Cf. Marques (1968, p. 18), Penha (1975, p. 90, 92), Simões (2011, p. 79), Teixeira (1938, p. 17).

⁵¹ Cf. Ratinho (1959, p. 22, 28 e 50), Simão (2011, p. 88).

⁵² Cf. Amaral (1976, p. 49), Marques (1968, p. 18), Penha (1975, p. 90, 93), Santiago-Almeida (2009, p. 106), Simão (2011, p. 88), Teixeira (1938, p. 16).

⁵³ Cf. Ratinho (1959, p. 27).

⁵⁴ Cf. Amaral (1976, p. 49), Cruz (1969, p. 27-28), Silva (1951, p. 130), Teixeira (1938, p. 17).

⁵⁵ Cf. Simão (2011, p. 78).

⁵⁶ Cf. Cruz (1969, p. 19, 38), Marques (1968, p. 18), Penha (1975, p. 90, 93), Ratinho (1959, p. 31).

⁵⁷ Cruz (1991, p. 38).

⁵⁸ Cf. Marques (1968, p. 24), Penha (1975, p. 98).

gardar; quaresma, coresma.

3 Breves Considerações

Percebe-se que as vogais átonas apresentam maior variação em relação às tônicas, e isso é registrado pela literatura. Resumimos as realizações divergentes do proposto pela norma padrão e consideradas como casos de conservação linguística:

- a. [a] > [o], [ɛ], [i], [ã], [ya]
- b. [ɛ] > [u], [yi], [a]
- c. [i] > [u], [ĩ], [e]
- d. [i] > [ey]
- e. [o] > [a], [ae], [u], [i], [ã]
- f. [ɔ] > [i]
- g. [ya] > [a]
- h. [ae] > [o]
- i. [ey] > [i]
- j. [ew] > [o]
- k. [iw] > [i] ~ [u]
- l. [ow] > [oy]
- m. [uy] > [u].

3.1 Alterações relacionadas a ditongos orais

No geral, os ditongos no português falado pelos quilombolas desta investigação apresentam comportamentos semelhantes ao proposto pela norma padrão. O processo de monotongação fruto dos ditongos crescentes foram registrados tanto no português falado pelos marobenses quanto no falar gurutubano, sendo que este apresenta alguns registros não identificados no português daqueles. Por exemplo, o ditongo crescente [**ya**] seguido de consoante, geralmente, reduz o timbre em [a]⁵⁹: ['mũtʃiɐs] > ['mũytʃɐs] *muitas*, [pre'feytʃiɐ] > [pre'feytʃɐ] *prefeita*. Os outros fenômenos são comuns aos dois lugares. O ditongo crescente [**yu**] realiza-se em [u]: [prĩ'cipu] princípio.⁶⁰

Sobre os ditongos decrescentes orais, registramos as alterações em redução, [**ay**] realizando como [a]: ['baʃw] *baixo*, ['balu] *baile*⁶¹; [**aw**] monotongando em [o]: [otori'zasãw] *autorização*, [so'da] *saudar*, [fos'tʃina] *Faustina*⁶²; [**ey**] reduzindo o timbre para [i]: [fa'li] *falei*, [dʒi] *dei*, [mã'di] *mandei*⁶³. Em relação a essa alteração, Maia (1986, p. 743) informa que, nos perfeitos fracos dos verbos em ‘-er’ e ‘-ir’, a primeira pessoa termina geralmente em ‘-i’ na linguagem popular portuguesa. Salientamos que não é o caso em questão, pois os registros de dados de oralidade encontrados no português gurutubano são de verbos da primeira conjugação, -ar (achar, casar, deixar, fazer, ficar, mandar etc.). Não identificamos esse fenômeno no PBM.

[ê]: ['henu] *reino*; [e]: ['fetʃɐ] *feita*, [pe'lerɐ] *Pereira*⁶⁴; [**ew**] passa-se a [o] em verbo no pretérito perfeito, [mo'ho] *morreu*. O ditongo [**iw**] apresenta variação entre os falantes gurutubanos, ora ocorre em [i]: [dʒi'retʃiw] > [dʒi'reytʃi] *direito*, ['gadʒiu] > ['gadʒi] *gado*, ['lidʒiu] > ['lidʒi] *Lídio*, [namo'radʒiu] > [namo'radʒi] *namorado*⁶⁵, ora em [u]: ['feytʃiw] >

⁵⁹ Cf. Cruz (1991, p. 63), Mira (1954, p. 38), Penha (1975, p. 97), Teixeira (1938, p. 19).

⁶⁰ Cf. Cruz (1991, p. 65), Simão (1977, p. 101), Teixeira (1938, p. 19).

⁶¹ Cf. Amaral (1976, p. 50), Cruz (1991, p. 52), Marques (1968, p. 14), Peixoto (1968, p. 79), Penha (1975, p. 95), Ratinho (1959, p. 157), Simão (1977, p. 95), Teixeira (1938, p. 17).

⁶² Cf. Marques (1968, p. 20), Peixoto (1968, p. 80), Penha (1975, p. 95), Ratinho (1959, p. 157), Simão (2011, p. 44-95), Teixeira (1938, p. 17).

⁶³ Cf. Cruz (1991, p. 57), Penha (1975, p. 95), Ratinho (1959, p. 154), Simão (1977, p. 97).

⁶⁴ Cf. Amaral (1976, p. 50), Marques (1968, p. 21), Penha (1975, p. 95), Simão (1977, p. 96-97), Teixeira (1938, p. 17).

⁶⁵ Cf. Cruz (1991, p. 63), Mira (1954, p. 38), Simão (1977, p. 98).



[*fet*ju] *feito*, [*igwa'mêt*jiw] > [*igwa'mêt*ju] igualmente, [*li'dzi*iu] > [*lid*zu] *Lídio*⁶⁶.

Os casos de ditongos que monotongaram de um ditongo decrescente, [*iw*] > [*u*] ~ [*i*], e de um crescente, [*ya*] > [*a*], foram registrados na variedade do português falado pelos gurutubanos e pelos marobenses e comentados por Coelho (2010, p. 266-267). Isso nos permite supor que as variações, uma epêntese de [*i*], criando um ditongo, disparou o processo de palatalização das oclusivas alveolares, processo comum em muitas variedades do PB. Posteriormente, a semivogal se perde, deixando a consoante africada em contextos inusitados. Esse processo de epêntese da vogal [*i*], conforme Peixoto (1968, p. 113), é bastante comum em sílaba final terminada em [*a*]: [*la'gaftia*] *lagarta*, e em [*e*]: [*si'klonio*] *ciclone*. Sobre isso, Maia (1986, p. 321-22) afirma que algumas realizações de processos de ditongação são formas consideradas como castelhanismos: *graçia* (1473), *justiçia* (1473 – O – 80), *testymoyo* (1497) e, no tocante à pronúncia de vocábulos como [*do'radzi*iu] *dourado* [*pre'feit*ji], Scherre e Naro (2007, p. 125) comentam que

Essa pronúncia encontra-se intensivamente adotada na televisão brasileira pelo personagem humorístico seu Creysson, no programa Casseta & Planeta da Rede Globo de Televisão, um dos programas humorísticos mais críticos e mais irreverentes da televisão brasileira dos últimos tempos. Isso se reflete de forma ímpar também na publicação em 2002 do livro igualmente irreverente *Seu Creysson – vídia i obria*. Pronúncia do tipo blusia é, todavia, a nosso ver, considerada estranha ao português brasileiro, em quaisquer de suas variedades naturais.

Além dessas modificações, mencionamos, ainda, as realizações dos ditongos [*wa*] em [o]: [*korête*]⁶⁷ *quarenta*; [*oy*] em [o]: [*poh*] *pois*⁶⁸; há também o ditongo [*ow*] alterando o timbre em duas realizações, [o]: [*isguari'to*] *isguaritou*⁶⁹ e [*oy*]: [*soyza*] *Souza*⁷⁰.

No tocante às alterações referentes aos ditongos [oy] e [ow], Vasconcelos (1901, p. 106-108) afirma ser marcas dialetais de lugares de Portugal, como Trás-os-Montes, Minho, Algarve, Beira-Baixa, Baixo-Minho, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, entre outros, podendo variar em [o - o - ö - ow - öw - ow - ou - woy], *ouro* ~ *oiro* ~ *oro*, *dous* ~ *dois*, *ouvir* ~ *oivir* ~ *ovir*, *toica* ~ *touca* ~ *toca*, *vou* ~ *vo*, *pouco* ~ *poco*. Segundo Cruz (1991, p. 61), esse ditongo monotonga de

⁶⁶ Cf. Simão (1977, p. 98).

⁶⁷ Cf. Ratinho (1959, p. 160).

⁶⁸ Cf. Amaral (1976, p. 50), Cruz (1991, p. 59), Ratinho (1959, p. 156).

⁶⁹ Cf. Cruz (1991, p. 61), Peixoto (1968, p. 84), Ratinho (1959, p. 158), Simões (1977, p. 99).

⁷⁰ Cf. Amaral (1976, p. 50), Cruz (1991, p. 61), Marques (1968, p. 22), Peixoto (1968, p. 83), Teixeira (1938, p. 18).

maneira geral no falar de Odeleite, reduzindo o timbre em [o]. Essa é uma característica do português falado pelos gurutubanos e marobenses. O ditongo [**uy**] efetua-se em [u] em final de sílaba tônica [fu] *fui*⁷¹. Esse caso foi registrado no falar gurutubano, e percebe-se ser antigo no português, pois, conforme Vasconcelos (1901, p. 110), em primeira pessoa do singular do verbo ‘ser’, esse ditongo pode-se reduzir a [u]: *fui* > *fu*.

3.2 Peculiaridades envolvendo as vogais orais

Identificamos alta frequência de palavras nas quais não se realiza a vogal átona /a/ em posição pretônica inicial, diferentemente do que propõe a norma padrão do português brasileiro. É um fenômeno de uso comum no português falado nas duas comunidades⁷². Conforme nos esclarece Coutinho (1976, p. 146-147), muitos dos casos de prótese do português arcaico (XII) provêm da aglutinação do artigo, como em: ‘cipreste > acipreste’, ‘credor > acredor’, ‘lagoa > alagoa’, ‘laesione > aleijão’, ‘minácia > ameaça’, ‘mora > amora’, ‘tambor > atambor’. Ele afirma existirem, ainda, casos comuns de aférese das vogais **a** ou **o** no português antigo, como: ‘abadejo > badejo’, ‘advogado > vogado’, ‘allevantou > levantou’, ‘atonitu > tonto’, ‘inimiga > nimiga’, ‘ojeriza > geriza’⁷³.

Diante desses esclarecimentos, hipotetizamos que os dados de fala gurutubana e marobense colhidos sejam casos de manutenção, ou seja: não sofreram metaplasmos por acréscimo, pois, conforme nos anuncia Williams (2001, p. 27), “[...] pelo fim do século XVI, quase todas as características distintivas do português arcaico haviam desaparecido; a língua se tornara, no essencial, a mesma de hoje em dia.”⁷⁴ E acrescenta que “[...] a perda da vogal inicial de uma palavra é fenômeno muito comum, mas que não ocorreu com nenhuma regularidade[...].” e cita, como exemplo, ‘imaginare > maginare’ (arcaico e dialetal). Essa observação nos ajuda a compreender a ocorrência mínima de palavras iniciadas em vogal /a/ no dialeto do português brasileiro gurutubano e morobense. Como exemplo disso, registramos: *alembriu, lembrar; alevantou, levantar; amontar, montar; arrebócu, escrever; abastança,*

⁷¹ Cf. Ratinho (1959, p. 159), Teixeira (1938, p. 19).

⁷² Cf. Penha (1975, p. 106), Ratinho (1959, p. 28, 38).

⁷³ Cf. Amaral (1976, p. 54), Penha (1975, p. 104), Ratinho (1959, p. 342-343, 337).

⁷⁴ A história da língua portuguesa foi dividida por alguns em três períodos: a) o período arcaico ou nacional – do século XII ao XVI; b) o período clássico ou médio – do século XVI ao XVIII, e c) o período arcádico ou francês – do século XVIII ao presente. Ver LP, I, 1292-193.

bastar. Por outro lado, muitas formas registradas não apresentaram acréscimo: *dquirinu*, *adquirindo*; *fasta*, *afasta*; *limentu*, *alimento*; *quilibrá*, *equilibrar*; *ripindimentu*, *arrependimento*; *rumei*, *arrumei*; *siná*, *assinar*; *suntanu*, *assuntar*. Isso nos levar a supor que a presença da vogal /a/ em muitas palavras do português é oriunda do processo de escolarização.

Para finalizar, mencionamos, ainda, processos de inserção que atuam em que um *onset* complexo é desfeito, levando uma sílaba do tipo CCV a duas sílabas do tipo CV, em sequência (CCV > CV.CV), por exemplo, casos como: **claro** > *quilaru* ([ki.la]ru); **Clemente** > *Quelemente* ([ke.le]menti); **esfriar** > *esfiriá* (es[fi.ri]á); **flor** > *fulô* ([fu.lo])⁷⁵; b) o *onset* complexo é tolerado se sua criação por metátese desfaz uma sílaba travada, como em: **dormir** > *drumi* ([dru.]mi); **formiga** > *frumiga* ([fru.]miga); **permitida** > *primitida* ([pri]mitida); **porca** > *proca* ([pro]ca⁷⁶) e, ainda, c) a *coda* de uma sílaba travada é movida para a posição de *onset* numa sílaba nova, criada por inserção de vogal. Assim, uma sílaba do tipo CVC se refaz em CV.CV, como em: **dez** > *dezi* (de[zi]); **dificuldade** > *dificuladadi* (difi[ku.li]dadi); **mês** > *mesu* (me[su]) **pessoal** > *pessoali* (pessoa[li]⁷⁷).

4 Considerações Finais

Os resultados comprovaram que os fenômenos registrados na variedade popular rural do português falado pelos quilombolas pesquisados não são peculiares às duas mesorregiões mineiras. São traços linguísticos compartilhados tanto por outros norte-mineiros, por outros mineiros de outras regiões, como também por brasileiros de outras regiões como Cuiabá (Centro-Oeste), São Paulo (Sudeste). Isso nos remete a mais uma nota de Melo (1981, p. 94), quando anuncia que “[...]são poucos os fatos da língua popular de Minas que não se encontram em todo o interior do Brasil e vice-versa.”.

Afirmamos, também, que as características linguísticas identificadas nesta pesquisa são, também, heranças linguísticas românicas e portuguesas que se mantêm presentes na fala desses brasileiros. Tais constatações estão alicerçadas em fatos históricos, sociais e em evidências linguísticas encontrados em literatura pertinente, principalmente as de natureza dialetológica, resultantes de investigações feitas por pesquisadores brasileiros e portugueses que desenvolvem

⁷⁵ Cf. Amaral (1976, p. 54).

⁷⁶ Cf. Ratinho (1959, p. 24).

⁷⁷ Cf. Penha (1975, p. 107), Ratinho (1959, p. 18-149).

trabalhos sobre a descrição da língua portuguesa nas regiões de além e aquém-mar.

Salientamos aqui que, embora as características linguísticas não sejam peculiares ao português falado pelos brasileiros das comunidades pesquisadas, temos para nós que, no português brasileiro falado pelos gurutubanos, há *um conjunto de características peculiares a áreas rurais* não encontrado em qualquer outro lugar do Brasil de que tenhamos conhecimento até a presente data. Isso vem sendo dito por Coelho (2010) já há algum tempo. Isto é, o que estamos dizendo é que os vários fatos linguísticos estão espalhados em lugares do Brasil, mas a reunião da maioria deles está guardada nesta localidade.

Diante do exposto, firmamos, ainda, que os resultados corroboram a vertente teórica de que o português popular brasileiro possui raízes originais, rurais e populares (NARO; SCHERRE, 2007); além disso, parece-nos que essas raízes estão bem representadas em Minas Gerais. Para comprovar isso, recorreremos, novamente, às sábias observações de Melo (1981, p. 94), ao citar Lima (1945, p. 101): “[...]Minas representa a feição brasileira mais antiga e que, por isso mesmo, na generalidade dos casos, nela temos o denominador-comum dos nossos falares plebeus.” Esse autor baseia essa assertiva com base em fatores geográficos, históricos e sociais. Concluindo, ele ensina que “Minas é uma encruzilhada, no Brasil. Nela se cruzam todas as mensagens de nossa gente. Por ela passam todos os caminhos de nossa terra. A ela vêm ter todos os ímpetos contraditórios dos quatros cantos de nossa pátria.” (p. 94).

Encerramos este texto com a certeza de que ele, como qualquer outro, não se exaure aqui, com o sentimento de não termos dito tudo que precisávamos, mas cientes de que muito ainda há a ser investigado. A pesquisa está apenas se iniciando... [ã'demo]!

Referências

- ALVAR, Manuel. *Estructuralismo, geografia lingüística y dialectología actual*. 2 ed. Madrid: Gredos, 1973.
- ALVAR, Manuel. Hacia los conceptos de lengua, dialeto e hablas. In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*. México: D.F. & Austin, Texas, v.15, 1/2., 1961.
- ALVES, Joana Lopes. *A linguagem dos pescadores de Ericeira*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1965/1993.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].
- BARBOSA, Jorge Morais. *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.
- BAPTISTA, Cândida da Saudade. *O falar de Escusa*. Dissertação (Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1967.
- COELHO, Maria do Socorro Vieira. *Os gurutubanos: língua, história e cultura*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Letras, Belo Horizonte, 2010.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CRUZ, Maria Luisa Segura da. *O falar de Odeleite*. Dissertação (Licenciatura e Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1969. Licenciatura.

- FLORENCIO, Maria Manuela Revés. *Dialeto Alentejano: contributos para o seu estudo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2011.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina*. Biblos 57, 1986. p. 73-95.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT, 1986.
- MARQUES, Maria Casimira Almeida. *O falar de Azoia: povoação próxima do Cabo da Roca na província da Estremadura* Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica. Lisboa: Faculdade de Letras, 1968.
- MEGALE, Heitor. *Filologia bandeirante: estudos 1*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.
- MELO, Gladstone Chaves. *A língua do Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MIRA, Maria Helena Farmahouse da Graça. *Algumas contribuições para o estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa*. Dissertação (Filologia Românica. Inédito. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1954.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- PEIXOTO Maria Ermelinda. *Germil – Notas etnográficas e linguagem*. Dissertação (Licenciatura e Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1968.
- PENHA, João Alves Pereira. *A arcaicidade da língua popular brasileira*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, Letras, Franca (SP), 1970.
- PEREIRA, Maria Palmira da Silva. *Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do Concelho*. Revista Portuguesa de Filologia. Casado Castelo: Editora Coimbra, 1951. V. IV.
- PRETI, Dino. Normas para transcrição. In: *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2003.
- RATINHO, Maria Filipe Mariano. *Monte Gordo: em estudo etnográfico e linguístico*. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1959.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Desde antes do português brasileiro*. In: Revista de Letras Norteamericanas. v. 6, n. 12, p. 16-30, jul./dez., 2013.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Vogais do falar ribeirinho cuiabano*. Tese (Livre docência). USP, São Paulo, 2009.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 2000.
- SIMÃO, Teresa Susana Bengala. *O falar de Marvão: pronúncia, vocabulário, ditados e provérbios populares*. Dissertação. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2011.
- SOUZA, Vander Lúcio. *Nas cacimbas do rio Pardo: um estudo léxico-cultural*. Tese (Doutorado em Linguística). UFMG, Letras, 2014.
- TEIXEIRA, José de Aparecida. *O falar mineiro*. Revista do Arquivo Municipal. Vol. XLV, São Paulo, 1938.
- VASCONCELOS, José Leite. *Dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud e Cie, 1901.
- WILLIAMS, Edwain Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- <https://www.internationalphoneticassociation.org/content/ipa-fonts>. Acesso em: 01 de set. 2017.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

São João del-Rei e de outros nomes: um estudo toponímico

São João del-Rei and other names: a toponymic study

Celso Reis Macedo¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da análise dos topônimos utilizados para nomear a cidade de São João del-Rei – MG. Ao longo dos séculos XVIII – XX, as denominações das localidades mineiras variaram significativamente. Desse modo, buscando contribuir para os estudos no âmbito da lexicografia e lexicologia, apresentam-se possíveis motivadores da mudança do topônimo a que se submeteu a cidade de São João del-Rei, que é uma das maiores cidades setecentistas mineiras. A nomeação dos lugares não é algo recente nas atividades humanas, uma vez que remonta desde os primeiros tempos que a memória humana alcança. Dessa forma, este artigo, adotando o referencial teórico–metodológico da toponímia, traz os resultados da análise de um topônimo que, ainda hoje, gera divergências entre os próprios moradores, bem como a análise da motivação dessa variação e a mudança.

Palavras-chave: Léxico. Toponímia. Variação. São João del-Rei.

Abstract: The present work aims to present the results of the analysis of the toponyms used to name the city of São João del-Rei. Throughout centuries XVIII - XX the denominations of the localities of Minas varied significantly. In this way, seeking to contribute to the studies in the scope of lexicography and lexicology, possible motivators of the change of the toponym that is submitted to the city of São João del-Rei, one of the largest cities of Minas Gerais. The appointment of places is not something recent in human activities, since it dates back to the earliest times to which human memory reaches. Thus, this article, adopting the theoretical and methodological reference of toponymy, brings the results of the analysis of a toponymy that until today generates divergences among the residents themselves and the analysis of the motivation of this variation and the change.

Keywords: Lexicon. Toponymy. Variation. São João del-Rei.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da análise dos topônimos registrados da cidade de São João del-Rei – MG, uma vez que esta apresenta grande variação no próprio nome da cidade. Atualmente inúmeros trabalhos científicos têm sido realizados na área lexical, com destaque para aqueles que buscam compreender e explicar fatos linguísticos tendo por base as pesquisas na área da toponímia. A toponímia é a área científica da linguagem que investiga os nomes dos lugares e, se por um lado, é específica, por se valer das nomeações espaciais como objeto de pesquisa, por outro, é transdisciplinar, por dialogar

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística – POSLIN – FALE, UFMG, MG, Brasil, procelsor@gmail.com.

intimamente com outros ramos do saber científico como a Sociologia, a História, a Geografia, a Antropologia etc. Considerando os topônimos como testemunhos da história da língua, tendo em vista que, caracterizados principalmente pela motivação, eles registram os contatos linguísticos e culturais entre os povos, é possível, com um estudo toponímico, identificar as influências linguísticas na língua portuguesa.

Ao longo dos séculos XVIII – XX, as denominações das localidades mineiras variaram significativamente. O levantamento feito pelo grupo de geoprocessamento vinculado à Secretaria de Assuntos fundiários de Minas Gerais dá a dimensão desse processo: dos atuais 853 municípios mineiros, apenas 15% nunca sofreram alguma alteração na respectiva designação, segundo Ramos e Venancio (2002).

Desse modo, buscando contribuir para os estudos no âmbito da lexicografia e lexicologia, apresentam-se possíveis motivadores da mudança do topônimo a que se submeteu num curto espaço de tempo a cidade em pauta. São João del-Rei é um município da região do Campo das Vertentes, Sudeste do estado de Minas Gerais. É uma das maiores cidades setecentistas mineiras. O Arraial Novo do Rio das Mortes, que deu origem à cidade, foi fundado entre 1704 e 1705. Aí, se fixa o terceiro núcleo de povoamento da região, uma vez que já existiam o Arraial Velho do Rio das Mortes e o Porto Real da Passagem segundo, Cintra (1988). Já bastante próspera, em 1713 a localidade é elevada à vila e recebe o nome de São João del-Rei em homenagem a Dom João V, rei de Portugal. O desenvolvimento e progresso da vila a elevam à categoria de cidade em 06 de março de 1838. De acordo com Dick (1990), a nomeação dos lugares não é algo recente nas atividades humanas, o ato de dar nome aos locais por onde o homem se locomove e, também, onde ele vive remonta desde os primeiros tempos que a memória humana alcança. Ao nomear um lugar, o homem distingue os acidentes geográficos e humanos, ao mesmo tempo que os eterniza como referentes para uma comunidade.

Dessa forma, este artigo traz como referencial teórico metodológico o modelo laboviano, bem como adota o modelo toponímico de Dauzat (1939) e Dick (1990). Ele está dividido em quatro partes: a primeira contém uma breve reflexão sobre a toponímia; a segunda, um rápido histórico sobre a cidade de São João del-Rei; a terceira apresenta os dados toponímicos; e, por fim, são apresentados alguns resultados e considerações.

2 A toponímia

Um questionamento que quase sempre instigou, desde os alunos nas aulas de Língua portuguesa até professores, é: de onde vem o nome das coisas? Quem deu os primeiros nomes? Geralmente é muito vago dizer que tal nome vem do latim, mas e lá no latim, quem nomeou? Que critérios foram utilizados? Assim, percebe-se a importância dos nomes para a compreensão e identificação das pessoas, dos elementos, dos fenômenos e de tudo que pertence ao universo que nos rodeia. O ato de nomear e os nomes fazem parte da história, bem como da cultura de um povo, de um indivíduo, de uma sociedade.

Segundo Biderman (1996, p. 27), o léxico é “o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”. Assim, ele pode ser entendido como todos os itens lexicais. Além de abarcar palavras e suas significações, o léxico tem relação com a cultura de um povo, pois carrega em si o peso de questões políticas, sociais, ideologias e interações específicas de uma população. A essa ciência que trabalha com o léxico sob diversas óticas damos o nome de lexicologia. Como parte da lexicologia, temos a Onomástica (termo empregado, às vezes erroneamente, como sinônimo de antroponímia). Dauzat, em 1951, concebe a antroponímia e a toponímia como ciência e orienta que “Antroponímia é a ciência dos nomes de pessoas (antropônimo, nome de pessoa); toponímia, a ciência dos nomes de lugares (topônimo, nome de lugar), para este autor a Onomástica é a união dessas duas ciências. As definições de Dauzat têm orientado muitos dos estudos atuais sobre a questão do nome, Seabra (2018).

Para Dick, os topônimos são:

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990b, p. 22).

Assim sendo, entendemos que o ato para designar reflete, sobretudo, a representação de costumes, práticas, traços culturais. Ademais, vale ressaltar ainda que, além dos nomes enquanto identificação de pessoas/coisas/objetos, temos também os nomes para a identificação de lugares. Nesse âmbito, temos os topônimos, que são os nomes atribuídos a determinados locais (bairro, cidade, rua, praças, entre outros). Este estudo pauta-se, especificamente, nos topônimos. Dessa forma, entendemos que os topônimos têm plena relação com a cultura e

história de uma determinada população. Vale ressaltar que, nos estudos dos topônimos e antropônimos, deve-se considerar a referência.

A função referencial, seja ela voltada para o nome de pessoa ou para o nome de lugar, é a que se destaca; “já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem se mantendo na língua, atravessando gerações.” (SEABRA, 2006, p. 1956). Não se pode falar em toponímia e antroponímia sem se esbarrar na função primeira desses signos linguísticos que é a referência, muito menos deixar de estudar a função simbólica ou representativa que eles sustentam, uma vez que a vinculação do significado de um nome a uma determinada pessoa ou localidade implica necessariamente a pergunta sobre o que ele simboliza, o que representa ou denomina, Seabra (2018).

Como disciplina que caminha ao lado da história, geografia, sociologia, entre outras, a toponímia possibilita, com os seus dados e análise destes, conhecer a relação entre o ser humano e o espaço onde ele vive ou viveu, por meio da análise da motivação do denominador, em sua atitude espontânea ou não de nomear os lugares. Vistos como símbolos carregados de significados, os topônimos fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade e, por isso, refletem as marcas do saber cultural e histórico, deixadas no espaço em que foram inseridos. Assim, Dick (1997, p. 42) afirma que:

O sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza, nesse ato, posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns.

A toponímia, analisada como elemento integrante do estudo do léxico, é um dos principais instrumentos promovedores do resgate do léxico desaparecido ou, pelo menos, semanticamente esvaziado, pois, embora nascida na oralidade, quando ela se materializa em codificações escritas como documentos, recibos, cartas topográficas e mapas, por exemplo, demonstra, assim como qualquer outro documento formal, os fatores de estabilidade da língua.

Devido à tendência conservadora do topônimo, qualquer área toponímica pode ser percebida como uma espécie de sítio arqueológico, onde é permitido reconstruir, por meio da análise dos vestígios linguísticos e dos significados cristalizados nos nomes dos *topos*, os fatos sociais desaparecidos, a origem e a explicação de fenômenos do presente.

O estudo do léxico, na sua variedade toponímica, propicia o reconhecimento de elementos que atravessaram o tempo, permitindo o resgate da própria substância ontológica do social, pois, como afirma Dick (1990b, p. 23), “o topônimo está onerado de uma profunda carga significativa.” Dessa forma, entende-se por que, em Onomástica, é indispensável lidar com o referente e o contexto na busca da recuperação do significado do nome, bem como reconhecer o seu percurso gerativo; nessa perspectiva, a toponímia tem como um de seus pilares a análise da relação do homem com o meio, no que se refere à designação dos *topos*.

Quando a referência se perde ao longo do tempo, o topônimo, na qualidade de designador rígido, pode tornar-se uma importante fonte de recuperação da memória que ficou esquecida, já que, como ressalta Seabra (2006, p. 1954), ele é uma entidade que vai além da expressão linguística e envolve, obrigatoriamente, o próprio referente que destaca. Uma vez que o topônimo é um signo linguístico motivado, a toponímia não se ocupa apenas em desvendar a etimologia e a formação dos signos, procura descobrir o porquê da escolha ou quais foram as motivações que animaram o denominador a atribuir determinados topônimos.

A adoção do modelo de Dick e de seus atuais desdobramentos conforme Carvalho (2018) se devem não somente à sua grande abrangência, mas, principalmente, à ênfase dada por eles ao fator motivacional do signo linguístico, que considera o estreito vínculo entre o objeto denominado e seu denominador. Sobre o assunto, Dick (1990b, p. 38) destaca que não é exagero considerar a motivação como uma das principais características do topônimo, pois, embora o signo toponímico seja uma forma de língua, “a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário em termos de língua transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado”.

3 Breve história de São João del-Rei

São João del-Rei é um município da região do Campo das Vertentes, Sudeste do estado de Minas Gerais. Desde 1674, bandeirantes paulistas, nas pegadas de Fernão Dias Pais pelo Caminho Geral do Sertão, começaram a devastar, de Sul a Norte, o território que, em consequência de suas ricas jazidas auríferas, viria a se chamar Minas Gerais.

Nos últimos anos daquele período, Tomé Portes Del Rei, com familiares e escravos, decidiu permanecer a meio caminho, à margem esquerda do Rio das Mortes, no local chamado Porto Real da Passagem, dando início ao povoamento da região. Tomé Portes morreu



assassinado por alguns de seus escravos, e o seu genro, Antônio Garcia da Cunha², sucedeu-lhe como autoridade local e guarda-mor das canoas. Sob sua jurisdição entre os anos 1704 e 1705, foram descobertos os depósitos auríferos das encostas do atual Alto das Mercês. Logo, para as imediações, ocorreram paulistas e forasteiros, genericamente, estes apelidados por aqueles de emboabas, “junto do caminho e em sítios próximos, paulistas e emboabas formaram logo um arraial e levantaram uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Pilar”. (GUIMARÃES, 1996, p. 19)

Tinha início assim o Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes, que ficou sendo Arraial Novo, em oposição ao Arraial Velho de Santo Antônio³. Entende-se aqui Arraial como povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minérios ou metais raros, pesca; lugarejo provisório; aldeolas de pescadores, segundo prescreve o Instituto Geográfico Cartográfico (1995).

O Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar foi criado no local conhecido como Tejuco, na encosta sul da Serra do Lenheiro, após a descoberta do ouro no ribeirão de São Francisco Xavier por Lourenço da Costa. O paulista responsável pela descoberta logo espalha a notícia e diversas pessoas partem para a região, dando início à formação das vilas. Algum tempo depois, o Arraial Novo de Senhora do Pilar passa a se chamar Arraial Novo do Rio das Mortes⁴ e a exploração do ouro se expande e atrai cada vez mais pessoas ao local, originando acirradas disputas pelas posses das terras.

A rivalidade entre paulistas e emboabas (nome pelo qual os paulistas chamavam todos que não fossem da Capitania de São Vicente – atual São Paulo – que, em sua maioria, eram portugueses) dá início à Guerra dos Emboabas em 1707, perdurando até 1709 e incluindo o famoso episódio do “Capão da Traição”⁵, quando os paulistas são encurralados e chacinados pelos portugueses.

² Antônio Garcia da Cunha, segundo Guimarães (1994), pode e deve ser considerado o fundador de São João del-Rei e não Tomé Portes Del Rei, como erroneamente circula, uma vez que “o arraial de que se originou a vila é posterior à morte de Tomé Portes.” (BARBOSA, 1971, p.458)

³ O Arraial Velho de Santo Antônio é hoje a cidade de Tiradentes-MG.

⁴ A denominação do Rio das Mortes, já usual na passagem do século XVII para o XVIII, deve-se, segundo Antonil (1982) “a morrerem nele uns homens que o passavam nadando e outros que se mataram a pelouradas, brigando entre si sobre a repartição de índios que traziam do sertão.” Do que se conclui, contrariamente ao que muitos afirmam, nada tem a ver com a matança de paulistas, ocorrida no episódio do Capão da Traição, durante a Guerra dos Emboabas, acontecida entre os anos de 1707 e 1709.

⁵ Capão da traição foi um conflito ocorrido no contexto da Guerra dos Emboabas nos anos iniciais da economia aurífera, em que dezenas de soldados paulistas teriam sido mortos após entregarem suas armas com a promessa de que teriam suas vidas poupadas. Para entender tal acontecimento, é preciso dar conta de, pelo menos, duas

Em 8 de dezembro de 1713, o arraial é nomeado como Vila de São João Del Rei, em homenagem a Dom João V, e alçada à sede da Comarca do rio das Mortes. Vila aqui entendida como sede do termo; unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização (a primeira vila criada no Brasil foi São Vicente, em 22/01/1532), tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho – símbolo de autonomia; termo empregado em substituição a município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas. (INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO, 1995).

Desde os tempos de sua formação, desenvolve-se a produção mercantil e de gêneros alimentícios, resultantes tanto da atividade agrícola, quanto da pecuária. Esse fato vai possibilitar o contínuo crescimento da localidade, que não sofre grandes perdas com o declínio da atividade aurífera, verificado nas Minas Gerais a partir de 1750. Nessa época, a exploração do ouro entra em decadência, entretanto a Coroa Portuguesa continua a exigir pesados impostos da população. Essa situação faz crescer o nível de consciência de setores intermediários da sociedade, levando padres, militares, estudantes, intelectuais e funcionários das principais vilas mineiras, como São João del-Rei, Tiradentes e Vila Rica, a conspirar contra a metrópole.

Em poucos anos, o movimento conhecido como Inconfidência Mineira toma corpo e ganha adeptos em cada arraial e vila da Capitania das Minas Gerais. Grandes planos são traçados tendo em vista a produção de bens de consumo aliada à liberdade comercial, o que descartaria a política monopolizadora da metrópole. A Vila de São João del-Rei é escolhida para abrigar a nova capital. Todavia, em 1789 o movimento é denunciado pelo coronel Joaquim Silvério dos Reis, devedor de somas altíssimas à Fazenda Real.

Em princípios do século XIX, com a expansão comercial, São João del-Rei apresenta lojas instaladas em elegantes casarões que oferecem todo tipo de mercadoria, desde as produzidas na comarca até as importadas. Também é precoce o surgimento da imprensa, assinalado pela fundação, em 1827, do “Astro de Minas”, o segundo jornal de Minas Gerais na época. Ainda no século XIX, contava com casa bancária, hospital, biblioteca, teatro, cemitério público construído fora do núcleo urbano, além de serviços de correio e iluminação pública a querosene.

questões: as descobertas de minas de ouro na região paulista em fins do século XVII e os conflitos pela posse daquele território. (TAUNAY, 1981).

Em 1838, a Vila de São João del-Rei torna-se cidade. De acordo com Ávila (2006), nessa época, possuía cerca de 1.600 casas, distribuídas em 24 ruas e 10 praças. Consideramos aqui cidade a título honorífico concedido, até a Proclamação da República, pela Casa Imperial, as vilas e municípios, sem nada a acrescentar à sua autonomia; a partir da Constituição de 1891, este poder é delegado aos Estados, que podem tornar cidade toda e qualquer sede de município; nome reconhecido legalmente para as povoações de determinada importância. (INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO, 1995).

Desenvolve-se, ainda mais, com a inauguração em 1881 da primeira seção da Estrada de Ferro Oeste-Minas, que liga as cidades da região a outros importantes ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em junho, o Congresso Mineiro Constituinte aprova, em primeira discussão, a mudança da capital para a região da Várzea do Marçal, subúrbio de São João del-Rei. Mas, numa segunda discussão, o projeto inclui Barbacena e também Belo Horizonte, um planalto localizado no Vale do Rio das Velhas, onde existia o antigo Arraial do Curral Del Rei, sendo este escolhido.

4 Análise dos dados

Seguindo a orientação geral da metodologia de LABOV (1974), que parte “do presente para o passado e volta ao presente”, a pesquisa dos dados se iniciou, conforme se mostra abaixo, pela forma escrita atual. Posteriormente, os documentos, os mapas e as efemérides vieram a ser consultados. Os nomes encontrados nos textos passaram, então, a ser confrontados com os dados escritos atuais, observando-se a sua opacidade, a sua motivação, a sua caracterização icônica.

O Estudo toponímico revela que o topônimo que nomeia a cidade de São João del-Rei apresenta dois tipos de variações, uma diacrônica e outra sincrônica. Aquela é revelada ao longo dos séculos, uma vez que encontramos 06 (seis) variantes desde o início da cidade, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Topônimos registrados da cidade de São João del-Rei- MG.

Topônimo	Data provável
São João	1704 – 1705
Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes	1704 – 1705
Arraial Novo do Rio das Mortes	1704 – 1705
Arraial Novo	1705
Vila de São João d’El-Rey	1713



Cidade de São João d'EL-Rei

1838

Fonte: o autor

Segundo Dick (1990a), verifica-se que, do total de topônimos do Estado de Minas Gerais, os topônimos de origem religiosa não constituem a taxa predominante em Minas Gerais. Entretanto, no cômputo geral dos dados do Atemig⁶, em que se observa, para cada mesorregião, o número de ocorrências de cada uma das 27 taxas propostas por Dick, verifica-se que, entre as taxionomias de natureza antropocultural, os hagiotopônimos aparecem com destaque em todas elas, figurando entre o 1º e o 5º lugar.

São muitas as localidades que se honram de ser chamadas com o seu patrono e os oragos estão vivos no imaginário popular até ao ponto de existir com eles um trato igualitário e fraternal: o santo está na igreja mas é um vizinho como outro qualquer a quem pedir favores e a quem se convida a participar das alegrias e das tristezas. Quando o santo dá nome à freguesia será por ter sido capaz de ganhar o apreço dos seus covizinhos, salvando-os das calamidades e acompanhando-os nos bons e maus momentos de suas vidas. (GONZALEZ, 2001, p. 63)

Consta que o primeiro nome foi São João, segundo Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (1927). O agiotopônimo São João pode ser explicado no Termo 215, página 50 – de uma carta que o senado da câmara da vila escreveu ao ilustríssimo senhor Bispo do Rio de Janeiro Dom Francisco de São Jerônimo e que o dito senado mandou registrar:

Em dia de Corpus Christi escreveu este Senado ao Reverendo Vigário da Vara deste Distrito Manoel Cabral Carmelo insinuando-lhe que na Matriz desta Vila havia de expor o Sacramento porque se fazia a festa do dia segundo costume da Igreja e ordem de Sua Majestade que Deus guarde para o que era necessária provisão e licença que o dito Reverendo Vigário da Vara concedeu logo e se lhe achou conforme o estilo. Em dia de São João tornou este Senado a fazer a mesma diligência por carta como a antecedente significando-lhe que se fazia a celebração do Santo debaixo da proteção real por ser padroeiro desta Comarca e sem a mais outra causa que a sua Resolução respondeu o dito Reverendo Vigário da Vara que se quisessem licença a alcançassem por petição. (GAIO SOBRINHO, 2010, p. 32)

Também há um recibo de Mandato de pagamento “Rec 168 pg 03 – Por trinta e duas oitavas de ouro que deu ao Padre Fr. Antônio Xavier de Santa Rosa pelo Sermão da festa de São João de que se lhe passou mandado em 14 de setembro.” (GAIO SOBRINHO, 2010, p. 34)

Por fim há um documento, escrito em 1740, que tem o seguinte título:

Notícia– 4ª Prática que dá ao R. P. Diogo Soares o sargento-mor José Matol sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes. E, entre outras coisas, informa: No ano de 1704, com pouca diferença, morando sobre o Rio das Mortes desta parte, aonde hoje é, e foi sempre, o porto da passagem, Antônio Garcia da Cunha Tabatiano, que, por morte do dito Thomé Portes, seu sogro, sucedeu em guarda-mor para a repartição das terras minerais [...], Lourenço da Costa, natural de S. Paulo [...], descobriu o ribeiro que corre por detrás dos morros desta Vila de São João, para a parte do Noroeste, e foi repartido

⁶ Atlas toponímico do Estado de Minas Gerais.

entre várias pessoas com o nome de S. Francisco Xavier. (CORTESÃO, 1950, p. 13)

O segundo topônimo da cidade foi Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes. Segundo Carvalho (2018), trata-se de um mariotopônimo. Ampliando a taxa até então utilizada, os mariotopônimos foram considerados uma subdivisão dos hierotopônimos proposta por Dick (1990b, p. 33). Os nomes relativos a invocações da Virgem Maria figuram no léxico toponímico do Estado, porém já foram muito mais presentes e foram sendo modificados, como é o caso em questão. Como outros arraiais mineradores, o povoado surge a partir de uma capela, erguida, neste caso, em devoção a Nossa Senhora do Pilar, ao redor da qual foram se fixando bandeirantes e aventureiros que chegaram à região atraídos pelo ouro, segundo Guimarães (1996).

Ainda segundo Guimarães (1996), sabe-se que, imediatamente após o descobrimento do ouro, formou-se o arraial, ao pé do morro, “pela paragem que está da matriz até o mesmo morro, com uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar”. Explica ainda que o arraial ficou com o nome de Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, em razão do “arraial de Santo Antônio ser primeiro, pelo que ficou sendo arraial velho”.

O nome Arraial Novo do Rio das Mortes é considerado um animotopônimo, dentro da taxionomia de Dick (1992). Os animotopônimos compreendem os nomes que têm por núcleo o sema do sentimento ou de uma atitude emocional, uma vez que eles, de acordo com a definição proposta por Dick (1990b p. 32), são “relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante, como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex: cachoeira da Saudade, Triunfo, Belo Campo etc”.

Vila de São João del-Rei é um agiotopônimo que retoma o nome primitivo – São João – e acrescenta uma interferência absolutista que foi registrada mais de uma vez, como vemos neste caso: o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar – São João del-Rei (1713), bem como Caeté – Vila Nova da Rainha (1714), conforme Ramos e Venancio (2002). Transcrevemos abaixo o auto de levantamento da vila com a respectiva justificativa do nome:

1713 – auto de levantamento da vila de São João Del-Rey – Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e treze anos, aos oito dias do mez de Dezembro do dito anno neste Arraial do Rio das Mortes, onde veio por ordem de Sua Magestade, que Deus guarde, Dom Braz Balthazar da Silveira mestre de campo general dos seus exércitos, Governador e Cappitão General da Cidade de São Paulo, e Minas, para efeito de levantar Villa o dito Arraial; e logo em virtude da dita ordem, que ao pé deste Auto vai registrada, o criou em Villa com todas as solenidades necessárias,



levantando o Pelourinho no lugar, que escolheu para a dita Villa a contento, e com a aprovação dos moradores dela [...] a qual ele dito Mestre de Campo General, e governador e Cappitão General appellidou com o nome de São João d'El-Rey, e mandou, que este título fosse de todo nomiado em memória do nome de EL-REY Nosso Senhor por ser primeira Villa que nestas Minas ell, dito governador e Cappitão General ... (GAIO SOBRINHO, 2010, p. 30)

A Vila de São João del-Rei foi elevada à condição de cidade pela Lei Provincial nº 93 de 6 de março de 1838, que tem o seguinte teor:

José Cezário de Miranda Ribeiro, Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou e eu Sanciono a Lei Seguinte:

Artigo 1º – Ficam elevadas à cidade as seguintes Vilas: § 1º - A de São João del-Rei com a denominação de cidade de São João del-Rei; § 2º - A de Sabará com a denominação de cidade de Sabará;

§ 3º - A do Príncipe com a denominação de cidade do Serro; § 4º - A de Diamantina com a denominação de cidade de Diamantina.

Artigo 2º - As novas cidades gozarão de todos os foros e privilégios que as Leis concedem às outras cidades do Império.

Artigo 3º - Logo que for publicada a Presente Lei, proceder-se-á, em cada um dos Municípios das Cidades novamente criadas, a eleição de dois Vereadores para servirem conjuntamente com os atuais até às eleições Gerais.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (...) (MINAS GERAIS, 1838).

Quando a vila é elevada à categoria de cidade de São João del-Rei, mantendo o agiotopônimo, surge um outro problema: qual a grafia correta da escrita do nome da cidade? O topônimo 'São João del-Rei', adotado no século XIX, apresenta discordância entre os registros e principalmente entre seus munícipes. Apesar de apresentar uma grafia oficial, já se grafou o nome da cidade de várias formas do século XVIII até hoje. A grafia oficial foi estabelecida na década de 1940, com a reforma gramatical sofrida pela Língua Portuguesa em 1943. O nome original vem de São João d'El-Rey (= de El-Rey), em homenagem ao rei de Portugal da época, Dom João V. É como se fosse São João 'do' Rei, ou pertencente ao Rei, ou, ainda, em honra a este. Com o tempo, o 'y' passou para 'i', e o apóstrofo foi suprimido. Vê-se, em alguns pontos, o 'del' maiúsculo. As inúmeras reformas ortográficas, quando aplicadas a nomes próprios, como é o caso, fazem-no perder a característica histórica e a lógica da escolha séculos atrás.

Analisando documentos do Século XVIII de várias naturezas como jurídicos, eclesiásticos, políticos, que registram a história da cidade, já era perceptível uma variação em como se registrava o nome da cidade. Gaio Sobrinho (2010, p. 14) ao explicitar as normas de transcrição da obra “São João del-Rei através de documentos” alerta ao leitor sobre o fato de que, nos originais, havia muitas incoerências sobretudo com o nome de São João del-Rei pelo fato de, segundo o autor, “aparecer escrito de mil maneiras diferentes” e destaca que a forma

escrita que prevalece é São João d’El Rey. Por sua vez, Guimarães (1996, p. 133) atribui um apêndice sobre a grafia do topônimo, em que diz que “a grafia vem sendo usada e abusada de formas as mais variadas (muitas vezes numa mesma publicação) em impressos comerciais, culturais, oficiais e de todas as áreas do ensino, carece e merece esclarecimentos que possibilitem seu uso correto e uniforme”

No ano de 2008, foi criada e sancionada uma Lei que estabelecia a grafia do nome de São João del-Rei, devido à gravidade do problema. Trata-se da Lei 4.253 de 15 de dezembro de 2008, que estabelece a grafia do nome de São João del-Rei, cujo adjetivo gentílico relativo é ‘são-joanense’, e dá outras providências. A Câmara Municipal de São João del-Rei a aprovou e o Prefeito Municipal de São João del-Rei sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica estabelecido a denominação correta do município, que passa a ser São João del-Rei - MG. Parágrafo Único- A denominação de que o caput do artigo, foi obtido através de estudos apresentados e defendidos. Artigo 2º - O adjetivo gentílico de São João del-Rei será São-joanense. Artigo 3º - Após a sanção desta Lei, a grafia oficial do município deverá ser defendida e divulgada pelos poderes do município. Artigo 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesmo com a lei em vigor, a população ainda não assimilou e vem mantendo as variantes de outrora. Em um levantamento feito com base na análise de currículos enviados para uma empresa da cidade em que pretendentes a vagas lançam o nome da cidade no item ‘naturalidade’, percebemos variações. Escolhemos esse tipo de fonte devido ao fato de ser um texto em que as pessoas sabem que os “erros” são considerados imperdoáveis; por ser um texto de apresentação pessoal, geralmente elas evitam cometer “erros” de qualquer natureza. Assim, ao escreverem o nome da cidade, fazem-no da maneira que julgam correta. Foram analisados 146 currículos e encontradas as seguintes variantes como descritas no Tabela 2.

Tabela 2 – Variantes do topônimo da cidade de São João del-Rei.

Variantes	Ocorrências	%
São João del Rei	29	19,86
São João Del Rei	73	50
São João del-Rei	27	18,49
São João Del-Rei	11	7,56
São João del rei	4	2,73
São João Del rei	1	0,68
São João Del Rey	1	0,68
Total	146	100%

Fonte: o autor

Analisando a tabela acima, percebe-se que o nome oficial da cidade, contido na Lei 4.253 de 15 de dezembro de 2008, que estabelece a grafia do nome de São João del-Rei, foi apenas a terceira variante mais utilizada com apenas 18,49% dos currículos analisados.

5 Considerações finais

A toponímia da cidade de São João del-Rei revela um pouco da história dos seus habitantes, seus costumes, sua cultura, seus interesses políticos e sociais. Como se pôde perceber, a história do topônimo da cidade de São João del-Rei é moldada num contexto de desencontros que vão desde o nome de seu fundador, perpassando a variação ao longo dos séculos até a grafia do nome da cidade, provando que o signo toponímico manifesta evidente motivação semântica na nomeação dos espaços ocupados pelo homem.

Esse trabalho instiga-nos a um aprofundamento com várias frentes, como a antropotoponímia. Observando, nesses nomes, a motivação, a variação e a mudança, São João del-Rei reúne, como cidade setecentista, todos os elementos que os estudos da toponímia mineira apresentam, uma forte influência religiosa, uma sujeição ao poder temporal, a conveniência do agrado à corte, a tentativa de emancipação, a conspiração ante a opressão, a sobrevivência ante a truculência do invasor, resiliência ao ressurgir das cinzas.

Por fim, concluímos que se faz necessária uma ampla e urgente divulgação do topônimo da cidade, para que não se perca a identidade do São-joanense frente a essa rica história. Além disso, é imprescindível também a consciência da necessidade de mais pesquisas e investigações no campo da toponímia, a fim de entender sua importância sócio-histórica e preservar a memória cultural e geográfica de lugares como São João del-Rei.

Referências

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982. 205p.
- ÁVILA, Cristina. História de São João del Rei. Disponível em <<http://www.ufsj.edu.br/sites/jdr/html/historia.html>>. Acesso em 20 de ago. de 2018
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: s.n, 1971. 543 p.
- CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de . Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. in *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018 disponível em http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888/pdf_1 Acesso em: 15 ago. 2018.



- CINTRA, Sebastiao de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. São João del-Rei: S. Joao del-Rei Artes Graficas, 1963. 181 p.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Nomenclatura de ruas de Sao Joao del-Rei*. Juiz de Fora: Zas Gráfica e Editora, 1988. 24 p. Separata da Revista do Instituto Histórico e geográfico de São João del-Rei, n.6 .
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*. Parte I, TomoI (1695 – 1735). Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro. 1950. 472p.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1970. 429 p.
- DAUZAT, A. *La toponymie française*. Paris: Payot, 1939.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Construção do Texto Onomástico: Escrita e Oralidade. São Paulo, *Anais da XLVIII Reunião Anual da SBPC*, p.158-159, 1997.
- GAIO SOBRINHO, Antônio. *São João del-Rei através de documentos*. São João del-Rei. UFSJ, 2010. 260 p.
- GUIMARÃES, Fabio Nelson. *Ruas de São João del-Rei*. São João del-Rei Contagem: FAPEC/ Fund. Mariana Resende Costa, 1994. 55 p.
- GUIMARAES, Geraldo. *São João del-Rei: Século XVIII – História sumária*. São João del-Rei. Edição do Autor, 1996. 147 p.
- HENRIQUES, José Cláudio. *Bairro de Matosinhos: berço da cidade de São João del-Rei*. São João Del-Rei: UFSJ, 2002. 244 p.
- LABOV, W. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. *Proceedings of the XIth International Congress of Linguistics*. Bologna: Mulino, 1974. p. 825-851.
- RAMOS, J. M.; VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos Mineiros: uma fonte para a história social. In: DUARTE, M.E.L.; CALLOU, D. (Orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ; FAPERJ, 2002, v. 4, p. 113-123. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/profs/jania/dados/arquivos/top%C3%B4nimos%20mineiros%20uma%20fonte...pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de , ISQUERDO, Aparecida Negri . A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas / Onomastics in different perspectives: research results. in *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018 disponível em <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/13700/pdf> Acesso em: 11 ago. 2018.
- TAUNAY, Afonso de E. (org.). *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. 229p.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1927
- MINAS GERAIS. Lei n. 93 de 06 de março de 1838. Minas Gerais. Assembleia legislativa provincial. 6 de março de 1838. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=1714. Acesso em 15 ago. 2018.
- SÃO JOÃO DEL-REI. lei 4.253 de 15 de dezembro de 2008. Prefeitura Municipal de São João del –Rei. Minas Gerais. Disponível em <https://saojoadelreitransparente.com.br/laws/view/122>. Acesso em 18 ago. 2018.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. Municípios e distritos do Estado de São Paulo. São Paulo: IGC, 1995.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

As práticas discursivas de Marília Gabriela em entrevistas com atores considerados galãs da televisão brasileira

The discursive practices of Marília Gabriela in interviews with actors considered galleries of Brazilian television

Sineide Gonçalves¹

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte – MG

Resumo: Neste artigo, analisamos as estratégias discursivas e o propósito comunicativo de Marília Gabriela ao entrevistar três atores considerados galãs da televisão brasileira no programa MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA. O enfoque principal das análises apresentadas é confirmar que estratégias discursivas, como mudanças de *footing*, pistas de contextualização e esquemas de conhecimento, interferem na interpretação de tudo o que é dito e feito pelos participantes de um evento comunicativo. Na primeira parte, apresentamos os conceitos do estudo da língua em contextos sociais específicos, denominados contextos microecológicos, baseando-se nas abordagens sobre o estudo da fala da Sociolinguística Interacional, representadas neste artigo por Goffman, (2013 [1974]); Gumperz, (2013 [1982]) e Tannen & Wallat, (2013 [1986]). Em seguida, destacamos algumas considerações pertinentes à entrevista de mídia televisiva. Depois, passamos à análise dos dados, demonstrando que o resultado desse estudo corroborou a hipótese levantada de que os diferentes esquemas de conhecimento de Marília Gabriela a respeito de seus entrevistados direcionaram as suas mudanças de *footing* marcadas pelas pistas de contextualização.

Palavras-chave: *Footing*. Estrutura de Expectativa. Pista de Contextualização. Marília Gabriela Entrevista.

Abstract: In this article, we analyze the discursive strategies and the communicative purpose of Marília Gabriela when interviewing three considered actors of Brazilian television in the program MARÍLIA GABRIELA INTERVIEW. The main focus of the analyzes presented is to confirm that discursive strategies, such as jogging changes, clues to contextualization and knowledge schemes, interfere in the interpretation of everything that is said and done by participants in a communicative event. In the first part, we present the concepts of language study in specific social contexts, called microecological contexts, based on the approaches on the study of speech in Inter- national Sociolinguistics, represented in this article by Goffman, (2013 [1974]); Gumperz, (2013 [1982]) and Tannen & Wallat, (2013 [1986]). Next, we highlight some considerations pertinent to the television media interview. We then proceed to analyze the data, demonstrating that the result of this study corroborated the hypothesis raised that the different schemes of knowledge of Marília Gabriela regarding their interviewees directed their changes of footing marked by the clues of contextualization.

Keywords: Footing. Structure of Expectation. Contextualization Track. Marília Gabriela Interview.

¹ Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva pelo programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. sineide.ufmg@gmail.com



1. Introdução

A língua falada em interação é um sistema complexo em transformação. Ela se estabelece de acordo com os propósitos comunicativos dos interlocutores que participam de um evento social. Esse é o conceito de interação face a face que ocorre num ambiente de construção do significado social do discurso e foi introduzido no artigo seminal *The Neglected Situation*², de Erving Goffman (1998). Nesse artigo, encontramos os conceitos e a importância do estudo da fala em interação, além de entendermos os conceitos que envolvem a participação de indivíduos em eventos comunicativos.

De acordo com Ribeiro & Garcez (2013), o artigo de Goffman descreve e analisa as seguintes questões:

[...] a complexidade das variáveis sociolinguísticas envolvidas na interação e assinala a importância do valor atribuído a essas variáveis pelos participantes durante uma dada situação social. Assim, o estudo da relação língua e sociedade passa a ser visto a partir do uso da fala em contextos sociais específicos, assumindo um arcabouço teórico bem mais complexo. (GOFFMAN, 1972, *apud* RIBEIRO; GARCEZ 2013, p. 13).

Embora a análise da organização social do discurso em interação tenha sido, por muito tempo, negligenciada como cenário de pesquisa, vários estudiosos da língua vêm atualmente analisando o uso da fala em contextos sociais específicos a partir do arcabouço teórico metodológico da Sociolinguística Interacional.

Por ser interdisciplinar, essa teoria tornou-se uma importante área de pesquisa nos últimos anos. No campo da Pragmática, por exemplo, Nóbrega (2016), observando o comportamento discursivo de um professor em sala de aula pelo viés da Sociolinguística Interacional, chegou à conclusão de que os professores devem refletir sobre seu comportamento verbal e não verbal ao ministrarem suas aulas, para que sua conduta discursiva incentive a participação oral dos alunos em sala de aula.

No campo da Prosódia, Ferreira (2015) verificou o papel da prosódia e das pistas de contextualização na construção da ironia, seguindo as orientações da Sociolinguística Interacional para descrever os movimentos faciais e corporais na expressão irônica dos participantes de um programa televisivo.

² Traduzido do original *The Neglected Situation* (*American Anthropologist*, 1964) para o português em Ribeiro e Garcez (1998, p. 11-5).

Também podemos citar Machado (2017), ao enfatizar que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua que representa uma comunidade linguística que realiza interações face a face a partir de um código linguístico visual como sua primeira língua. Além disso, Gumperz (1984) entende que uma comunidade linguística é:

todo conglomerado humano caracterizado por uma integração regular e frequente por meio de um conjunto de signos verbais compartilhados por todos os indivíduos deste aglomerado distinto de outros aglomerados por causa das diferenças no uso da linguagem. (GUMPERZ, 1984, p. 269).

O enfoque principal das análises apresentadas neste artigo é confirmar que estratégias discursivas como mudanças de *footing*, pistas de contextualização e esquemas de conhecimento interferem na interpretação de tudo o que é dito e feito pelos participantes de um evento comunicativo. A partir da aplicação desses conceitos, esperamos corroborar os estudos das relações sociais com a vasta pesquisa feita sobre o assunto, indicando, por exemplo, que a língua falada em interação face a face de qualquer evento comunicativo é um sistema complexo, dinâmico e sutil, que pode ser analisado a partir dos conceitos da Sociolinguística Interacional.

Baseando-se nas abordagens sobre o estudo da fala na Sociolinguística Interacional por Goffman (1974); Gumperz, (1982) e Tannen & Wallat, (1986), este estudo analisou as estratégias discursivas e os propósitos comunicativos de uma entrevistadora diante de três atores famosos da televisão brasileira. O programa é o MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA, um formato televisivo que transformou-se num sucesso de audiência por se tratar de um evento que convida personalidades para contar suas histórias e suas experiências. Marília Gabriela Baston de Toledo, também conhecida como Gabi, é quem comanda esse programa, que é veiculado pelo canal GNT há mais e dez anos.

Diante da interação televisiva do programa MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA, em que existe a coparticipação de todos os integrantes ao se posicionarem frente a frente, surgem as seguintes perguntas: qual o posicionamento de Marília Gabriela diante dos entrevistados? Quais foram os *footings*, os enquadres, as pistas de contextualização e os esquemas de conhecimento manifestados por Marília Gabriela diante dos seus entrevistados? Quais os papéis sociais e interacionais realizados pela entrevistadora.

A partir de tais elucidações, associaremos os conceitos de esquema de conhecimento aos de *footing* e de pistas de contextualização. Isso será feito para confirmar a hipótese lançada de que os diferentes esquemas de conhecimento que Marília Gabriela possui a respeito de seus entrevistados direcionaram as suas mudanças de *footing*, marcadas pelas pistas de

contextualização adotadas em suas práticas discursivas durante as entrevistas.

2. Os postulados goffmanianos da sociolinguística interacional

A Sociolinguística Interacional descreve, entre outros enfoques, o funcionamento da interação falada utilizada para a análise da conversa do dia a dia, que interpreta os fenômenos sociais, verbais e não verbais realizados em eventos comunicativos. Esse paradigma que segue o método qualitativo e interpretativo de análise é representado por Erving Goffman, que viu a possibilidade de interpretar as relações sociais de interlocutores em situação de fala.

Goffman (1974) enfatiza os aspectos da relação interacional a partir dos princípios dialógicos de comunicação. Esses princípios permitem observar a linguagem como um fenômeno social de interação verbal que se realiza por meio da enunciação. Nesse dialogismo, Goffman (1974) entende que a situação social deve ser negociada de tal maneira que todos os indivíduos entendam o significado do discurso de acordo com o contexto no qual a interação se desenvolve.

De acordo com Ribeiro & Garcez (2013):

A noção de contexto ganha relevância, passando a ser entendida como criação conjunta de todos os participantes presentes ao encontro e emergente a cada novo instante interacional. Os integrantes levam em consideração não somente os dados contextuais relativamente mais estáveis sobre participantes (quem fala para quem), referência (sobre o quê), espaço (em que lugar) e tempo (em que momento), mas consideram sobretudo a maneira como cada um dos presentes sinaliza e sustenta o contexto interacional em curso. (RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 8)

Neste sentido, a interação falada é uma prática comunicativa que, segundo Marcuschi (2003), parte de dados de situações reais e do “*aqui e agora*” da interação. O contexto deve ser compartilhado entre os participantes do encontro social, e o discurso deve ser organizado para que todos alcancem o significado do que foi dito e feito, ou seja, de acordo com Ribeiro e Garcez (2013, p. 107), todos devem compreender “*o que está acontecendo aqui e agora*”.

Em seu estudo Frame Analysis, Goffman (1974), a partir de trabalhos realizados por Gregory Bateson, definiu enquadres como marcas estruturais de comportamento dos indivíduos utilizadas para a compreensão de tudo o que está sendo dito e feito numa situação interacional. De acordo com Goffman (1974, *apud* RIBEIRO; GARCEZ, 2013), todos os participantes de um encontro face a face propõem ou mantêm enquadres que orientam a postura dos



participantes e auxiliam na compreensão do significado do discurso a partir do contexto interacional. Esse contexto é entendido como uma colaboração conjunta entre todos os participantes presentes no encontro social que se propõem a compreender “o que está acontecendo aqui e agora”. Ao estabelecer uma relação da linguagem com os propósitos comunicativos dos interlocutores de um evento social, Brait³ (1993, *apud* FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1998) afirma que:

[...] não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer que, juntamente com outros recursos, tais como entoação, gestualidade, expressão facial etc., permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões. (BRAIT, 1993, p. 194).

Enquadres são, portanto, recursos verbais e não verbais que utilizamos para atingir nosso objetivo comunicacional quando estamos diante de outras pessoas, os quais podem variar de acordo com a negociação conversacional estabelecida nos encontros sociais. Nesses encontros, que podem ser eventos de formatura, entrevistas, consultas médicas etc., os indivíduos propõem a todo o momento enquadres variados que devem ser monitorados de acordo com a situação social estabelecida.

Para caracterizar a negociação conversacional estabelecida nos encontros sociais, Goffman (1981) foi mais além: ampliou seus estudos sobre enquadres passando à definição de *footing*. Para caracterizar o aspecto dinâmico dos enquadres, Ribeiro e Garcez (2013, p. 107) definiram *footing* como desdobramento do enquadre ou “o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”.

Uma mudança de *footing* significa uma mudança de alinhamento, de postura de projeção do “eu” de um indivíduo diante de outros indivíduos que participam de um evento social. Segundo Rodrigues-Júnior (2002, p. 17), “o *footing* representa a capacidade dos interlocutores em atender, construir e manipular os fatores que sedimentam as características da situação em que o discurso ocorre”. Essas mudanças, de acordo com Goffman (1979), são características inerentes à fala, orientam e organizam as relações interpessoais no momento exato da interação.

³ BRAIT, Elisabeth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (org.) *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: Projeto NURC/SP – FFLCH-USP, 1993, p. 194.

Ao ampliar a noção de “enquadres”, Goffman (1979), por meio da definição de *footing*, analisou os papéis do falante e do ouvinte. O autor explica que, para interagirem de maneira organizada, esses sujeitos sociais se orientam pelo que está sendo dito e pelo que está sendo ouvido. Nesse sentido, para que haja a eficácia da troca de informação, é necessário que falante e ouvinte estejam posicionados frente a frente, tendo em vista que uma recepção visual oferece melhores condições de interpretação de situações interacionais em um dado contexto.

Ribeiro e Garcez (2013) dividiram em duas categorias a noção de falante e ouvinte para se chegar à base estrutural para as mudanças de *footing*: chamaram de estrutura de participação tudo aquilo que se refere ao ouvinte e formato de produção a tudo aquilo que diz respeito ao falante. Numa estrutura de participação, o ouvinte pode ser ratificado e não ratificado. O ouvinte ratificado-endereçado é o participante a quem se endereça o enunciado, ou seja, é aquele a quem o falante se reporta na esperança de uma possível troca de turno. Nos formatos de produção, o falante se desdobra em três níveis paradigmáticos: animador, o que produz o conteúdo do discurso falado; autor, aquele que cria o enunciado, responsabilizando-se por ele; e interessado, aquele que se beneficia daquilo que foi dito. Essa noção de falante é de suma importância para esta pesquisa, sobretudo, ao salientar o *footing* de Marília Gabriela como figura principal que conduz a interação (interatuando) com os seus entrevistados.

Ribeiro e Garcez (2013) demonstraram a necessidade de se reformularem os conceitos primitivos de falante e ouvinte para a análise da interação e propuseram substituí-los pelas noções de estruturas de participação e formatos de produção como bases estruturais da mudança de *footing*.

Os estudos de Erving Goffman marcaram, sobremaneira, os estudos teóricos metodológicos da Análise do Discurso. Goffman (1974), ao dedicar-se às microanálises sociais e interacionais, fez com que os analistas do discurso percebessem a linguagem enquanto prática social. Além disso, Goffman (1998), ao direcionar sua grande contribuição teórica ao estudo dos *footings*, salienta que: “a mudança de *footing* está comumente vinculada à linguagem”, ou seja, o discurso passou a ser entendido como uma construção social e cultural que se realiza por meio de estratégias discursivas performatizadas pelos indivíduos envolvidos na interação.

John J. Gumperz, em seu livro *Discourse Strategies*, publicado em 1982, analisa o discurso como comportamento ou “atividade de fala”. Suas teorias são desenvolvidas com base em muitos dos postulados goffmanianos. Gumperz (1982) propõe uma nova abordagem sociolinguística e interpretativa dos fenômenos ocorridos em encontros face a face. Gumperz

afirma que uma comunicação face a face é uma atividade de fala e se realiza por meio dos “pares adjacentes.”.

Esse teórico verificou que à medida que os participantes de um evento comunicativo interagem, mantêm enquadres que exigem uma construção interpretativa entre falante e ouvinte para a sinalização das intenções conversacionais realizadas por todos os interlocutores de um evento comunicativo. Numa conversação, os indivíduos criam, então, uma esfera interacional que Gumperz nomeia “envolvimento conversacional”. Nesse envolvimento, ocorre uma construção cooperativa da comunicação dentro de um contexto que possibilitará a construção de significados para as inferências realizadas no momento da interação.

De acordo com Gumperz (1999), os falantes possuem a capacidade de inferir pressuposições baseadas no conhecimento sociocultural que possuem por meio do envolvimento conversacional. Esse envolvimento se dá influenciado pelo contexto, pelos objetivos da interação e, sobretudo, pelos enquadres nascidos das relações interpessoais. Rodrigues-Júnior (2002, *apud* GUMPERZ 1997) chama isso de traços discursivos e os define como “o conjunto de características sociais e culturais construídas no decurso interacional, tendo na linguagem uma ferramenta de manifestação e expressão das intenções dos falantes”. Ainda de acordo com esse autor, os traços discursivos vão além do conhecimento gramatical e é apenas um dos vários fatores no processo de interpretação.

Esses traços discursivos são chamados por Hymes (1972) de “competência comunicativa”, termo utilizado por Gumperz (1998) para conceituar o que chamamos de “pistas de contextualização”. São os sinalizadores de natureza linguística (alternância de código, estilo, dialeto), paralinguística (pausas, hesitações, tempo de fala etc.) e extralinguísticas (postura, gestos, olhar etc.) que utilizamos para dar margem às inferências, aos meios discursivos de entendimento do que está sendo enunciado contextualmente e para alcançar os propósitos comunicativos numa interação face a face.

As pistas de contextualização, segundo Gumperz (1982), só alcançam significado dentro de um contexto preconcebido, ou seja, o que foi sinalizado depende do conhecimento prévio de tudo o que é reconhecido por todos os participantes: são os chamados pressupostos contextuais. Neles estão contidas as inferências que, de acordo com Rodrigues-Júnior (2002, p. 34), “têm cunho sugestivo, porque nascem de pressuposições feitas pelos interlocutores no momento da interação social”.

Enquadres e esquemas são retratados nos estudos de Gumperz (1982), como vimos

anteriormente, e tratam da ocorrência das pistas de contextualização ou “inferências conversacionais”. Estas são utilizadas para sinalizar os propósitos comunicativos dos participantes de uma interação, podem ser verbais e não verbais e ocorrem a todo o momento em eventos comunicativos.

Esses dois conceitos são retratados nos estudos de Tannen & Wallat (1987) e se referem às expectativas conversacionais criadas pelos participantes de uma interação, que podem variar de acordo com o conhecimento prévio estabelecido entre os participantes desse evento social.

Tannen & Wallat (1987) passam a considerar os enquadres como o resultado de conhecimentos prévios compartilhados que chama de estruturas de expectativas. Essas estruturas são os conhecimentos adquiridos pelas pessoas por meio de experiências anteriores, que são compartilhadas em situação de fala em eventos sociais. É através desses conhecimentos que realizamos associações e inferências sobre pessoas e acontecimentos durante uma interação.

Ao considerarem que o enquadre orienta o uso do registro e o esquema é o uso da informação prévia do registro, Tannen & Wallat (1987) interligaram esses dois conceitos para definir as estruturas de expectativas que são, portanto, as inferências comunicativas realizadas no discurso interativo.

Tannen e Wallat (1987) distinguiram duas estruturas de expectativas: os enquadres interativos e os esquemas de conhecimento. Os enquadres interativos referem-se à interpretação feita pelos interactantes de tudo o que ocorre numa interação. De acordo com Ribeiro e Garcez (2002, p. 107), o enquadre interativo “situa a metagem contida em todo o enunciado, sinalizando o que dizemos ou fazemos, ou como interpretamos o que é dito e feito”. Os esquemas de conhecimento dizem respeito ao conhecimento das experiências anteriores que auxiliam na interpretação de um enunciado. Assim como o enquadre é a base estrutural do *footing*, os esquemas são a base estrutural da interpretação do enunciado em interação baseados no compartilhamento do conhecimento de mundo dos participantes interacionais. O esquema também pode ser entendido como as expectativas criadas pelos participantes de um evento comunicativo sobre o que sabem, ouvem, sentem e interpretam a respeito das pessoas que fazem parte da interação.

Tannen e Wallat (1979, *apud* RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 191), ao analisarem a interação de enquadres e esquemas, esclareceram ainda que “uma discrepância nos esquemas gera uma mudança de enquadres”, ou seja, a identificação dos enquadres realizados no



momento da interação está associada aos recursos verbais e não verbais ocorridos no evento comunicativo e qualquer mudança nesses processos implicará uma mudança de interpretação.

3. O cenário interacional do programa *marília gabriela entrevista*

A entrevista é um tipo de encontro social em que os interlocutores se preocupam não só com a conversação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, como também com a interação com o público a quem ela se dirige. Geralmente esse público é quem, direta ou indiretamente, determinará a direção dada à entrevista.

De acordo com Bentes (2010):

A entrevista apresenta-se como criação coletiva, pois se produz não só internacionalmente, mas também de forma organizada e é o lugar em que os interactantes constituem relações especiais de dominância ou igualdade, convivência ou conflito, familiaridade ou distância. (BENTES, 2010, p. 128).

Neste sentido, podemos dizer que a entrevista possui um contrato, um acordo prévio de realização da conversação que auxilia no reconhecimento dos papéis sociais e discursivos dos seus participantes. Durante a entrevista, os interlocutores colocam em prática o que foi planejado, porém isso não garante que o roteiro seja seguido integralmente, pois, de acordo com Marcuschi (2003), estratégias discursivas serão escolhidas durante a conversação para que ocorra a correspondência das expectativas dos interlocutores que se prepararam para esse tipo de encontro social.

Seguindo os moldes do gênero entrevista televisiva, o programa *MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA* surgiu em 1997 como uma nova versão do programa *AQUELA MULHER*, no qual a apresentadora Marília Gabriela entrevistava apenas mulheres⁴. Transmitido pelo canal GNT⁵, uma emissora de canal fechado que tem como traço central a vinculação com o universo feminino, *MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA* é um programa que acessa qualquer personalidade do campo midiático que tenha alguma experiência a ser compartilhada com a audiência. Cada personalidade convidada possui uma característica que solicita uma temática

⁴ Informação extraída do site: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=141>>. Acesso em: 14/11/2014.

⁵ O referido programa pertence à GNT/GLOBOSAT, canal 41 das operadoras de TV por assinatura SKY/NET. Uma amostra de uma das entrevistas pode ser conferida no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=E269KTHoVVA>>.

específica da área em que atua ou das experiências vividas.

Apesar de Marília Gabriela possuir um roteiro de perguntas sobre os assuntos a serem tratados, percebe-se que o formato do seu programa permite certo improviso de modo que os textos nunca se apresentam como se ela os tivesse decorado. Além disso, Marília Gabriela insere perguntas, a partir da fala do entrevistado, que, em certos momentos, mudam o foco temático proposto, deixando a entrevista mais receptiva a intervenções que não seguem à risca nenhum roteiro. Observamos, então, um cenário muito propício para Marília Gabriela utilizar as pistas de contextualização e realizar mudanças de *footing* a partir dos esquemas de conhecimento que ela possui a respeito de cada ator entrevistado.

4. Análise discursiva

Na interação televisiva do programa MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA, em que existe a coparticipação de todos os integrantes ao se posicionarem frente a frente, considera-se o comportamento interacional de Marília Gabriela com base nos seguintes aspectos: i) seu posicionamento diante dos entrevistados; ii) os *footings*, enquadres, as pistas de contextualização e os esquemas de conhecimento realizados por Marília Gabriela; iii) os papéis sociais e interacionais realizados por Marília Gabriela.

Os exemplos utilizados em nossa análise foram retirados de três entrevistas do programa MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA, observando as estratégias discursivas e o propósito comunicativo de Marília Gabriela diante de três entrevistados diferentes. Essas três entrevistas foram escolhidas porque nelas estão contidas as expectativas conversacionais criadas pelos participantes de uma interação de mídia televisiva que podem variar de acordo com o conhecimento prévio estabelecido entre eles. Para este artigo, escolhemos um trecho de cada entrevista para demonstrar a aplicação dos conceitos discutidos pela perspectiva teórica da Sociolinguística Interacional.

A primeira entrevista analisada foi transmitida no dia 17/10/2013 e tinha como convidados os atores Reynaldo Gianecchini e Maria Fernanda Cândido. Nessa entrevista, assuntos como vida profissional e pessoal foram questionados por Marília Gabriela, e o foco temático era a peça teatral “A Toca do Coelho”, que esteve em cartaz até o final de 2013 e foi protagonizada por Reynaldo Gianecchini e Maria Fernanda Cândido. Nesta entrevista, percebemos certa informalidade por parte da entrevistadora, que pode ser explicada pela relação

conjugal que Marília Gabriela teve com o ator Reynaldo Gianecchini.

Na segunda entrevista analisada, veiculada no dia 28/10/2012, Marília Gabriela recebeu o ator e amigo íntimo, Murilo Benício, para falar sobre sua vida pessoal e profissional. Essa entrevista teve como foco temático o papel interpretado pelo ator na novela das oito horas “Avenida Brasil”, transmitida, na época, pela Rede Globo de Televisão. Murilo Benício foi colega de elenco da atriz Débora Falabella nessa novela, em que fez o papel de Tufão. Observamos, também, nessa entrevista certa informalidade por parte da entrevistadora, que pode ser explicada pela amizade de longa data que Marília Gabriela mantém, até os dias atuais, com o ator Murilo Benício.

A terceira entrevista escolhida, veiculada no dia 24/11/2013, foi com ator Marcos Palmeira, colega de profissão de Marília Gabriela. Nessa entrevista, o foco temático era a indicação do ator, por sua atuação na série MANDRAKE, exibida pela HBO, ao prêmio máximo da televisão mundial, a Emmy Internacional, considerada o Oscar da TV, em sua 41ª edição, realizado no dia 25/11/2013, em Nova York nos Estados Unidos. Observamos nessa entrevista uma maior formalidade por parte da entrevistadora, que pode ser explicada pelo fato de Marília não manter com Marcos Palmeira o mesmo grau de amizade e intimidade que possui com os atores anteriormente mencionados.

Após assistir aos vídeos das entrevistas escolhidas, iniciamos as transcrições das entrevistas, conforme orientações dos etnometodólogos Sacks, Schegloff, Jefferson (1974) e Marcuschi (2003), estudiosos da conversa em interação que consideram, nas conversações reais, não apenas traços verbais, mas também alguns detalhes linguísticos e não linguísticos, que promovem a compreensão de tudo o que é dito e feito numa interação face a face. Após a transcrição, segmentamos aproximadamente dois minutos de conversa de Marília Gabriela com cada um dos seus convidados.

Entrevista a – Marília Gabriela entrevista o ator Reynaldo Gianecchini e a atriz Maria Fernanda Cândido

Nessa entrevista, observamos que Marília Gabriela conduziu seu *footing* ou seu *alinhamento* diante de seus entrevistados com certa informalidade, que pode ser explicada pelo esquema de conhecimento que ela possuía a respeito dos hábitos do ex-marido Reynaldo Gianecchini. Essa postura ou *footing* da entrevistadora possibilitou a manifestação de pistas de contextualização (inferências) sinalizadas por marcas não linguísticas que auxiliam na devida

interpretação de tudo o que é dito e feito por todos os participantes de um evento comunicativo.

Para confirmar a utilização dessas estratégias discursivas, trazemos, como exemplo para este artigo, o trecho (1) a seguir, que faz parte do terceiro bloco dessa entrevista. As letras “M” e “F” representadas neste trecho correspondem respectivamente à entrevistadora Marília Gabriela e à atriz Maria Fernanda Cândido.

TRECHO (1) 1M: **Maria Fernanda, você tava ali assistindo (+) a entrevista do Gianni**
2F: [hum][humhum]
3M: **E aí ele disse aquela hora(+)**
4F: [humhum]
5M: **= e eu sei onde ele queria chegar falando assim:**
6F: [hum]
7M: **Eu conheço geminia::nas e as geminia::nas**
08F: [mhm tá] ((risos))
09M: **e que de vez em quando.h (+)**
10M: **-MAS AQUILO É VERDADE**
11M: **=Ele não sabe perder no jogo**
12M: **=já jogou com ele ou não?.**

No trecho (1) acima, Marília Gabriela realizou uma fase introdutória de enunciados baseada na entrevista dada por Reynaldo Gianecchini no segundo bloco, com o propósito comunicativo de evidenciar as experiências comuns compartilhadas quando ainda era casada com o ator.

Segundo Gumperz (1982), as inferências que fazemos a respeito de alguma situação comunicativa só alcança significado dentro de um contexto preconcebido, ou seja, o que foi sinalizado depende do conhecimento prévio de tudo o que é reconhecido por todos os participantes: são os chamados pressupostos contextuais. Neles estão contidas as pistas de contextualização que, de acordo com Rodrigues-Júnior (2002, p. 34), “têm cunho sugestivo, porque nascem de pressuposições feitas pelos interlocutores no momento da interação social”.

Baseando-se nessas considerações, podemos afirmar, então, que, nas linhas 11 e 12 do trecho (1), Marília Gabriela utilizou as pistas de contextualização ao enunciar: “=**Ele não sabe perder no jogo**” e “=**já jogou com ele ou não?**”, utilizando uma entonação ascendente como traço linguístico que tem um valor sinalizador de pressuposições sociais em torno das quais qualquer mensagem deve ser interpretada. Esses enunciados referem-se a um fato ocorrido quando Reynaldo e Gabriela ainda eram casados. Os dois costumavam jogar WAR, um jogo conhecido por causar algumas discussões.

De acordo com Gumperz (1982), essa atividade de fala, quase nunca é comentada de maneira direta, mas pode ser percebida inconscientemente por todos os participantes

interacionais a partir do conhecimento prévio contextualmente sinalizado.

Entrevista b – Marília Gabriela entrevista o ator Murilo Benício

Esta entrevista tem como foco temático as gravações das cenas da novela “Avenida Brasil” e teve uma duração de quarenta e cinco minutos. Neste artigo, apresentaremos o trecho (2) que pertence à primeira parte dessa entrevista, para demonstrar as estratégias discursivas utilizadas pela entrevistadora Marília Gabriela e confirmar a hipótese anteriormente levantada de que as mudanças de *footing* marcadas pelas pistas de contextualização adotadas pela entrevistadora foram direcionadas pelo esquema de conhecimento que ela possuía a respeito de seus entrevistados, neste caso, o ator Murilo Benício. As letras “M” e “B” representadas neste trecho correspondem, respectivamente, à entrevistadora Marília Gabriela e ao ator Murilo Benício.

Trecho (2) 1B: É incrível né

2M: ô Murilo ((risos))

3M: Tamo aqui rindo ele é abesteire:nto (0,2) sempre

4M: Murilo ahh:: (0,2) o TufÃO (0,1) você imaginava que ia acontecer isso=você já tá acostumado a ser mui:to elogiado nos seus trabalhos porque esse foi(+) par:ticu:larmente chegou a mi::m assim (0,2) amigas (0,1) Maria Helena Amaral PARTICULARmente que ligavam pra dizer NO::SSA MAS O MURILO BENÍ::CIO TA ARREBENTANDO, isso acontece sempre ou (0,2) o Tufão te deu isso mais que os outros?

5B: Eu num sei eu levo uma vida muito trabalho e CASA (0,2) eu num tenho muita repercussão (+)do que tá acontecendo ou to alí dentro da Globo gravando que a gente grava mui::to ou to em casa com meus filhos, eu não to muito na rua, eu não sou muito de rua então eu não pego muito essa repercussão eu num..

6M: Quando você diz a gente gravou muito não é como se faz em toda novela?

7B: chhhh= Não (+) essa novela tem uma coisa que é muito bom (+) teve alguma coisa que é muito bom e também é muito ruim (+) eram trinta personagens

8M: Ah

9B: Então enquanto (03,) um::: autor geralmente usa no mínimo cem (+) tínhamos trinta e o que gera de história pra cada um você trabalha o triplo

10M: E dava tempo de decora::r de fazer tudo?

11B: Eu tenho um processo muito interessante né que eu nu::mmm levo trabalho pra casa num decoro

12M: ((risos)) como assim?

13B: É verdade, maluco né

14M: Como assim? ((risos))

15B: Cê sabe que (+) eu acho (0,2) tem que falar isso muito direito porque as pessoas podem não entender em casa e achar que eu sou homem mais besta hoje vivo no Brasil, eu acho que eu sou a pessoa que melhor sei fazer novela hoje.

16M: Por quê?

17B: Porque eu não trabalho final de semana e não levo texto pra casa (+) então eu trabalho aquelas nove horas da Globo quando acaba aquelas nove horas eu vou pra minha família= sexta-feira à noite eu já pego meus filhos e vou pra serra, então eu tenho (+) ah, a Rede Globo me deu (+) depois desses anos todos um:::a, um:a é:é:é: um (0,1) uma chance de ver meus filhos crescer (+) que muitas as sab/ eu vejo as pessoas do meu lado trabalham de segunda a sábado quando num tem um domingo.

18M: Mas o que é que você faz, como é que você se resolve com as coisas que você tem que dizer no ar que são texto de um autor.



- 19B: Eu decoro RÁ::pido,] mui::to Rápido né
 20M: [[ahh é isso
 21B: Cê passa por ali, olha[repete repete=[
 22B: [[é
 23B:=[eu tenho, eu tenho meu camareiro[há dez anos] (+) Ângelo
 24M: [[é
 27B: [[um beijo, ele sempre gosta que eu fale dele, ele parece né ummm ESPOSA né ((risos))
 26M: ((risos))
 27B: Eu digo sempre que meu casamento que mais deu certo [DEZ ANOS
 28M: [[ohh verdade (+) merece que você fale
 29B: E aí ele decupa todas as cenas pra mim (+) é o capítulo num vai nem pra minha casa vai pra casa dele
 30M: Ah
 31B: Ele decupa tudo, desenha tudo, amarelo, rosa num sei que lá (+) e a gente tem um código, eu chego no estúdio meio dia e meio pra começar a gravar e falo e aí Ângelo, falo muito? Falo muito é se tem muito texto grande num sei que lá e ele já sabe o que é falar muito pra mim ou não (+) então ele fala NÃO hoje ce num fala nada cê [[
 32M: [[o que que é falar muito pra você?
 33B: Ah quando tem três páginas de cena com textos desse tamanho cada um
 34M: ()
 35B: é[
 36M: =[Ham[
 37B:=[aí tenho que dá uma olhada (0,1) aí eu dou uma olhada [=[ham
 38G: =[ham
 39M: aí (+) fico lendo um pouquinho [
 40M: =[ham
 41M: E quando n::ÃO?
 42B: Aí nem olho eu pego // dentro do estúdio [((risos))
 43M: ((risos)) =[VO(h)CÉ É(h) UM DISCARADO (h)//
 44B: tá dentro do estúdio [((risos))

De acordo com Ribeiro e Garcez (2013, p. 114-115), “no curso da interação ocorrerá o intercâmbio dos papéis de falante e ouvinte, com vistas à manutenção de um formato afirmação/resposta, sendo que o direito de falar neste instante – a palavra – vai e vem.”.

Pautando-nos nesse conceito, verificamos, no trecho (2), a ocorrência de uma fase introdutória de enunciados que foi utilizada por Marília Gabriela para negociar as relações interpessoais estabelecidas entre ela e o ator Murilo Benício, utilizando afirmações baseadas no conhecimento prévio que ela possuía a respeito do ator. Isso pode ser observado nas linhas 2, 3 e 4 respectivamente, quando Marília Gabriela inicia uma negociação conversacional com certa informalidade a que os termos ouvinte e falante se ajustaram perfeitamente. Essa informalidade pode ser explicada pelo fato de Marília e Benício serem, até os dias atuais, amigos íntimos, relação que, segundo Gumperz (1982), pode contribuir para a manifestação de pistas de contextualização.

Esse bate papo inicial, que teve como objetivo principal elogiar Murilo Benício pela sua bela atuação no papel de Tufão na novela *Avenida Brasil*, correspondeu a uma manutenção do

footing de entrevistadora, por parte de Marília Gabriela. Teve-se, como propósito comunicativo, a condução eficaz da produção e da recepção dos enunciados, que foram sendo produzidos por meio de uma sequência de pares adjacentes, ou seja, o par pergunta e resposta, com algumas tomadas de turno e algumas sobreposições.

Ainda no trecho (2), observamos, também, que Marília Gabriela, por meio das perguntas das linhas 6, 10, 12 e 14 respectivamente, criou uma esfera interacional denominada por Gumperz (1997) “envolvimento conversacional”. Por meio desse recurso discursivo, Marília Gabriela remodelou todo o curso da interação, provocando Murilo Benício com várias perguntas que tinham como propósito comunicativo entender como o ator conseguia trabalhar sem decorar seus textos. Murilo Benício compreendeu a sinalização de Marília Gabriela e iniciou, a partir da linha 15, um relato sobre o método que ele utilizava para decorar as cenas das novelas, contando, inclusive, que tinha um camareiro que o auxiliava na organização dos capítulos que seriam encenados. Nos enunciados das linhas 12 e 14 do trecho (2), Marília Gabriela utilizou uma *competência comunicativa* ou pista de contextualização para demonstrar a sua ânsia em saber como Murilo Benício encenava seus personagens sem decorar os textos, enunciando, entre risos: “**((risos)) como assim?**”. A entonação utilizada por Marília Gabriela ao repetir a pergunta “**como assim**” reiterou uma incredulidade, uma dúvida, bem como exigiu de Murilo uma explicação sobre seu comportamento profissional.

Na linha 32, Marília Gabriela deu continuidade ao tópico anterior indagando Murilo Benício sobre o significado “de falar pouco” ou “falar muito” em uma cena de novela. Murilo Benício explicou que a fala depende da quantidade de páginas escritas para aquela cena. Nas linhas 33, 37 e 39, o ator explicou para Marília Gabriela que, se o texto é menor, ele lê rapidamente o roteiro da cena em que atuará. A partir desse depoimento, Marília Gabriela manifestou uma curiosidade na linha 41, utilizando um traço linguístico de entonação ascendente enunciando: “**E quando NÃO?**”. Observa-se, no trecho (2), que Marília Gabriela, ao produzir o enunciado da linha 41 “**E quando NÃO**”, passou de ouvinte (estrutura de participação) a falante (formato de produção) e fez o papel de animadora e autora para produzir inferências por meio desse enunciado, ou seja, Marília Gabriela realizou uma mudança de *footing*. Além disso, ao produzir esse enunciado da linha 41, ela se beneficiou de tudo o que foi dito por Murilo Benício no trecho (2), para inferir que ele interpretava uma cena longa de novela sem decorar o texto e também para recriminá-lo por não decorar seus textos, enunciando na linha 43: “**((risos))=[VO(h)CÊ É(h) UM DISCARADO (h)]/”**”.



Entrevista c – Marília Gabriela entrevista o ator Marcos Palmeira

Nos trechos (3) e (4) a seguir, observamos o comportamento linguístico e não linguístico de Marília Gabriela por meio dos enquadres interativos e dos esquemas de conhecimento realizados por ela diante do ator Marcos Palmeira.

Trecho (3) **1G: Marquinhos, vou te chamar de Marquinhos que não seguro=nesse momento sobre o que eu vou falar merece essa esse nome carinhoso(.h).**
2G: Ohh há quantos anos nasceu “Mandrake”
3P: Mandrake nasceu em 2004/2005
4G: Da ahh tirado da obra de [Rubem Fonseca
5P: [Rubem Fonseca é isso
6G: E foi pra HBO=e fez sucesso de cara?
7P: Fez sucesso de cara foi uma série de muito sucesso no México, na Argentina=foi a primeira série a pontuar na grade americana sendo uma produção estrangeira=chegou a ficar em sexto lugar lá na na na pontuação da grade de de enfim=foi um super[sucesso

Para compreendermos as estratégias discursivas e propósitos comunicativos realizados por Marília Gabriela diante dos entrevistados escolhidos para este estudo, salientamos seu comportamento discursivo mais informal diante dos atores das duas primeiras entrevistas e mais formal nesta entrevista.

Marília Gabriela iniciou a entrevista com o ator Marcos Palmeira com um breve comentário a respeito da série Mandrake transmitida pelo canal GNT e protagonizada pelo ator. O tópico discursivo principal dessa entrevista era a indicação de Marcos Palmeira ao prêmio Emmy Internacional pela sua atuação nesta série.

A entrevistadora inicia a conversa na linha 1 do trecho (3) enunciando: **“Marquinhos, vou te chamar de Marquinhos que não seguro=nesse momento= sobre o que eu vou falar merece essa esse nome carinhoso(.h)”**. Nessa fase introdutória, observamos que Marília Gabriela delimitou sua intimidade com Marcos Palmeira em torno de um bate papo mais informal. Sua estratégia discursiva foi, então, chamar Marcos Palmeira carinhosamente de **“Marquinhos”**, no início do trecho (3), mantendo um enquadre mais associado a uma “conversa com um amigo”, do que a um enquadre associado a uma “conversa com um ator convidado”. Concluímos, então, que esse enquadre associado a uma “conversa com um amigo” utilizado por Marília Gabriela teve os seguintes propósitos comunicativos:

- a) estabelecer maior proximidade com Marcos Palmeira, uma vez que o ator não pertencia ao mesmo círculo de amizade de Marília Gabriela;



- b) elogiar o ator, contextualizar a série *Mandrake* e, sobretudo, potencializar a importância desta série para a indicação do ator ao prêmio Emmy Internacional.

A partir dos enunciados das linhas 2 e 6 do trecho (3), observamos que Marília Gabriela estabeleceu uma relação mais formal com Marcos Palmeira, com o propósito de construir seus esquemas de conhecimento e realizou uma negociação comunicativa que, de acordo com Goffman (1974), pode variar ou ser sustentada ao longo da interação, ou seja, Marília realizou, portanto, uma mudança de *footing*. Este comportamento menos informal por parte da entrevistadora deve-se ao fato de Marcos Palmeira não pertencer ao mesmo ciclo de amizades da entrevistadora.

Trecho (4)

1G: Você é um homem de grandes romances, conhecidos pelo menos, porque você é ã num sei=a maior parte do tempo se relacionou com pessoas do seu(+)
me::eio
2P: [É foi um período gran:de assim né e mulheres famosas né
3G: Exatamente=então não não havia como não estar na mídia/
4P: É
5G: =quer dizer: haveria nu::m tempo ideal mas não na era do espetáculo **6P:** É
7G: Então você sem:pre esteve na mídia(+) e me pareceu sempre que você (+) saía das suas histórias com uma certa des-far-ça-tez com um je:tomui:to tranquilo]
8P: [e eu não sou mineiro heim
9G: ok (risos) tchau e benção=agora não quero mais
10G: Foi assim a sua vida inteira como(+) nos seus relacionamento
11G:(.h)o que eu tô perguntando é=eu sei que mulher é complicada
12G:=prum cara com o seu temperamento é complica:do conviver com a gente?

Marília Gabriela, durante todas as suas entrevistas, coloca em prática o que é planejado, ou seja, a entrevistadora segue um *script*. Porém, isso não garante que o roteiro seja seguido integralmente, pois, de acordo com Marcuschi (2003), estratégias discursivas serão escolhidas durante a conversação para que ocorra a correspondência das expectativas de todos os interlocutores que se prepararam para esse tipo de encontro social. Além disso, segundo Ribeiro e Garcez (2013), estratégias conversacionais, como pistas de contextualização e mudanças de *footing*, podem variar de acordo com o conhecimento prévio estabelecido entre os participantes de um evento social.

Para exemplificar as estratégias conversacionais utilizadas por Marília Gabriela diante do ator Marcos Palmeiras, trazemos, para este artigo, também as análises dos enunciados das linhas 11 e 12 do trecho (4) acima, quando a entrevistadora utiliza uma das bases estruturais para mudança de *footing* que parte do ponto de vista do falante (formato de produção) ao enunciar: “**(.h)**o que eu tô perguntando é=eu sei que mulher é complicada” e “**prum cara com o seu temperamento é complica:do conviver com a gente?**”. Nesses enunciados

verificamos que Marília Gabriela, a partir do conhecimento prévio de que o ator já tivera grandes relacionamentos com várias atrizes, especificou o que, na verdade, gostaria de saber, realizando uma mudança de *footing*. Essa provocação pode ser entendida como uma estratégia discursiva utilizada por Marília Gabriela com o objetivo de construir esquemas de conhecimento sobre a opinião de Marcos Palmeira a respeito das mulheres.

5. As três entrevistas

Em todas as três entrevistas, observamos que as escolhas linguísticas e não linguísticas que Marília Gabriela utilizou são, segundo Ferguson (1985), “convenções consideradas apropriadas para o cenário e para a plateia”.

Observamos, nesses três cenários, que Marília Gabriela negociou as relações estabelecidas entre ela e os atores convidados, procurando manter a correspondência das expectativas dos interlocutores que se prepararam para esse tipo de encontro social. As análises dessas três entrevistas levaram-nos a concluir que Marília Gabriela realizou as mesmas estratégias discursivas diante de todos os entrevistados, porém as mudanças de *footing* e as pistas de contextualização realizadas pela entrevistadora foram sendo definidas a partir dos enfoques temáticos e dos esquemas de conhecimento que ela possuía a respeito de cada um dos seus entrevistados.

Ao comparar as entrevistas A e B, observamos que Marília Gabriela, além de realizá-las com certa informalidade, conferiu aos seus entrevistados uma condição de igualdade, convivência, proximidade, familiaridade e, por vezes, certa autoridade. Isso se deve ao fato de Marília Gabriela ter sido casada com o ator convidado da entrevista A, Reynaldo Gianecchini, e ser amiga íntima, até os dias atuais, de Murilo Benício, ator convidado da entrevista B. Nessas duas entrevistas, Marília Gabriela realizou mudanças de *footing* marcadas por pistas de contextualização a partir do conhecimento prévio que ela tinha a respeito da vida pessoal e profissional desses dois atores. Por outro lado, o comportamento discursivo de Marília Gabriela na entrevista C passou a ser mais formal do que nas entrevistas A e B. Esse *footing* mais formal mantido pela entrevistadora teve como propósito comunicativo construir esquemas de conhecimento a respeito da vida profissional e pessoal do ator Marcos Palmeira.

Por meio do cotejamento entre as entrevistas A, B e C, concluímos que as mudanças de *footing* marcadas pelas pistas de contextualização realizadas pela entrevistadora Marília Gabriela nas entrevistas A e B foram pautadas nos esquemas de conhecimento que ela possuía

a respeito de cada ator entrevistado. Esses esquemas e conhecimento incentivaram um comportamento mais informal por parte da entrevistadora. Porém, na entrevista C, observamos que Marília Gabriela manteve uma conduta discursiva mais formal e mais subordinada por causa da pouca familiaridade que ela tinha com o ator Marcos Palmeira. Nessa entrevista, as mudanças de *footing* e as pistas de contextualização foram realizadas a partir dos esquemas de conhecimento que foram sendo construídos ao longo dessa entrevista.

6. Considerações finais

Por meio da análise proposta por este estudo, vemos a possibilidade de descrever momentos de interação em um evento de entrevista televisiva cujos encontros são permeados de sobreposição e subordinação de várias atividades de fala que contribuem para a manutenção do compartilhamento discursivo de todos os interagentes de um evento comunicativo. Isso caracteriza e confirma, dessa forma, a complexidade inerente às situações de interação face-a-face.

O evento social aqui analisado é inerentemente a uma atividade interativa na qual entrevistador(a) e seu(s) convidado(s) direcionam seus enunciados por meio de traços verbais e não verbais para alcançar seus propósitos comunicativos. Esses traços linguísticos e não linguísticos são utilizados como estratégias discursivas, escolhidas durante a conversação, para que ocorra uma correspondência das expectativas dos interlocutores que se preparam para esse tipo de encontro social.

De acordo com Goffman (1974), em qualquer diálogo a situação social deve ser negociada de tal maneira que todos os interlocutores entendam o significado do discurso de acordo com o contexto no qual a interação se desenvolve. É exatamente nessa negociação que o autor afirma que a todo instante os indivíduos realizam enquadres (*frames*) que organizam e orientam o discurso.

Para confirmar a hipótese lançada de que os diferentes esquemas de conhecimento que Marília Gabriela possui a respeito de seus entrevistados direcionam as suas mudanças de *footing* sinalizadas pelas pistas de contextualização adotadas em suas práticas discursivas durante as entrevistas, respaldamo-nos nas seguintes elucidações dos teóricos da Sociolinguística Interacional:

- 1) Para organizar seus discursos, os sujeitos propõem permanentemente enquadres e mudança de *footing* para se orientar em relação a tudo o que foi dito e feito numa situação

interacional, ou seja, os sujeitos constroem seus discursos com o auxílio de traços discursivos como entonação, tomadas de turno, pausas e prolongamentos, entre outros, para alcançarem as suas intenções comunicativas. (GOFFMAN, 1974, *apud* RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 107);

2) as inferências advindas das pistas de contextualização são pressuposições hipotéticas ou interpretações realizadas pelo ouvinte sobre o que o falante deseja comunicar. (GUMPERZ, 1982, *apud* RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 149);

3) a interpretação de tudo o que foi dito e feito só poderá ser validada quando conjugada ao conhecimento prévio que os sujeitos possuem uns dos outros. (TANNEN; WALLAT, 1987, *apud* RIBEIRO; GARZEZ, 2013, p. 183).

As interpretações extraídas das análises feitas neste estudo levantaram o questionamento de que Marília Gabriela realizou as mesmas estratégias discursivas diante de todos os entrevistados, porém as mudanças de *footing* e as pistas de contextualização realizadas pela entrevistadora foram definidos a partir dos enfoques temáticos e dos esquemas de conhecimento que ela possuía a respeito de cada um dos seus entrevistados.

Para exemplificar tal consideração, podemos destacar que:

a) na fase inicial das três entrevistas, por exemplo, observamos que Marília Gabriela organizou o gerenciamento da tomada de turno (pares adjacentes), mostrando evidência de atenção a tudo o que estava sendo falado.

b) Verificamos sobreposições e subordinações de fala nas três entrevistas.

c) Na entrevista A e B, Marília Gabriela confere aos seus entrevistados uma condição de igualdade, convivência, proximidade, familiaridade e, por vezes, uma conduta discursiva mais autoritária, mesmo porque o ator convidado da entrevista A, Reynaldo Gianecchini, é seu ex-marido e o ator convidado na entrevista B, Murilo Benício, um amigo íntimo. Já na entrevista C, Marília Gabriela manteve uma conduta discursiva mais formal e mais subordinada por causa da pouca familiaridade que ela tinha com o ator Marcos Palmeira.

d) Observamos, também, que as pistas de contextualização e as mudanças de *footing* foram realizadas a partir dos esquemas de conhecimento que Marília Gabriela tinha a respeito dos convidados da entrevista A e B. Na entrevista C, por outro lado, as mudanças de *footing* e as pistas de contextualização foram realizadas como estratégias discursivas utilizadas por Marília para construir seus esquemas de conhecimento.

Pelo exposto, a importância deste estudo vai além dos limites dos cenários de entrevistas televisivas. A análise das relações sociais ocorridas neste micro contexto interacional confirma



que a diversidade afeta a interpretação e acrescenta às mais variadas pesquisas feitas sobre o assunto, que estratégias discursivas como as mudanças de *footing* e pistas de contextualização são direcionadas pelos esquemas de conhecimento que cada indivíduo possui a respeito “do que está acontecendo aqui e agora”. (RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 107).

Referências

- AQUINO, Z; FÁVERO, L; ANDRADE, M. Papéis discursivos e estratégias de polidez nas entrevistas de televisão. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, 2009, v.4. n.1. p. 67-77. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo76.pdf>>. Acesso em: 26/04/2015.
- BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (org.). *Linguística de texto e análise da conversação panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- FERGUSON, C. A. *Editor's introduction: Special language registers*. Special issue of *Discourse Process* 8:391-94, 1985.
- FERREIRA, Wisla Madaleni Alves Cabral. *Construção prosódica e discursiva da ironia em fala espontânea e fala atuada*. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) ICHS – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analyses*. Reprint. Originally published: New York: Harper & Row, 1974.
- GOFFMAN, Erving. *Footing*. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013[1974].
- GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013[1982].
- MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. *Conceitos abstrato: escolhas interpretáveis de português para libras*. 2 ed. Curitiba: Appris, 2017.
- MARCUSCHI, Luiz A. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Editora Afiliada, 2003.
- NÓBREGA, D. G. A. Pragmática e sociolinguística interacional: contribuições para a formação de professor em línguas materna e estrangeiras. In: SOUZA, F. M., and ARANHA, S. D. G., orgs. *Interculturalidade, linguagens e formação de professores*. Campina Grande: EDUEPB, pp. 49-65. Ensino e aprendizagem collection, vol. 2, 2016.
- RODRIGUES-JÚNIOR, A. S. *Estratégias discursivas de um pai-de-santo umbandista em possessão*. 2002. 173f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). FALE – UMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.) *Sociolinguística Interacional*. Porto 3 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. *Sistemática Elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa*. Juiz de Fora: Veredas, v. 7, n. 1-2, 2003.
- TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. *Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: Exemplos de um exame/consulta médica*. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013 [1987].

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]



A benzeção e suas vozes

The blessing and their voices

Celina Gontijo Cunha¹

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

Resumo: Abordando áreas do conhecimento, tais como a Antropologia e a Sociologia, esta pesquisa perpassa por caminhos da cultura, da religiosidade e da medicina popular, na tentativa de compreender a origem, formação e permanência da prática da benzeção. Nesse sentido, o estudo das manifestações da linguagem está intimamente ligado aos fenômenos sociais, históricos e culturais. O nosso objeto de estudo, as benzeções, tem a oralidade como carro-chefe para o repasse de saberes e, em se tratando da língua falada, que está em constante movimento, foi possível constatar o importante papel que a linguagem exerce enquanto prática sociocultural. Considerando os elementos paralingüísticos e o silenciamento presentes na prática da benzeção, propomos compreender as rezas populares de cura, levando-se em conta a tradição oral e o rito no processo de interação social. Para tanto, foram utilizados principalmente os pressupostos da teoria da Sociolinguística Interacional, de John Gumperz e Erving Goffman, que atenta para a fala e o contexto no qual as interações são produzidas, de modo a considerar os variados aspectos da fala, do diálogo (benzedeira e Deus / benzedeira e consulente) que se estabelece nessa interação, ou seja, no ato da benzeção, destacando a linguagem como uma prática social.

Palavras-chave: Benzeção. Oralidade. Cultura popular. Sociolinguística interacional.

Abstract: This research deals with knowledge areas such as Anthropology and Sociology and also with aspects of culture, religiousness and folk medicine, attempting to understand the origin, formation and continuity of the practice of blessing. In this sense, the study of language expression is deeply linked to social, historical and cultural phenomena. The blessings, goal of our study, have orality as the most important thing to transmit knowledge and, when it comes to spoken language, which is in constant movement, it was possible to verify the essential role language performs as a sociocultural practice. Taking into account the paralinguistic elements and the silence in the practice of blessing, we propose to comprehend the popular prayers of healing, considering oral tradition and the rite in social interaction process. For such purpose, we utilized especially the assumptions of Interactional Sociolinguistic theory from John Gumperz and Erving Goffman that focuses on speech and the context in which interactions occur, in order to consider the various aspects of speech, of the dialog (healer and God/healer and patient) that is established in this interaction, that is, in the act of blessing, language standing out as a social practice.

Keywords: Blessing. Healing. Popular culture. Interactional sociolinguistic.

1 Introdução

Sabe-se que os estudos linguísticos, nas últimas décadas, têm se ampliado, ocasionando

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal de Ouro Preto, MG, Brasil, celgontijo@yahoo.com.br



o surgimento da Sociolinguística. Esta é, por natureza, um campo de estudo interdisciplinar que tem um olhar cuidadoso para as manifestações da linguagem, para os sentidos e as relações de âmbito interpessoal, produzidos no ato da fala em ação, considerando-se o meio em que a fala se produz, bem como a especificidade de seus falantes.

Por tratar-se de um tema que aborda outras áreas do conhecimento, tais como a Antropologia e a Sociologia, esta pesquisa perpassa por caminhos da cultura, religiosidade e medicina populares, na tentativa de compreender a origem, formação e permanência dessas práticas. Nesse sentido, o estudo das manifestações da linguagem está intimamente ligado aos fenômenos sociais, históricos e culturais.

O nosso objeto de estudo, a benzeção, tem a oralidade como carro-chefe para o repasse de seus saberes e, em se tratando da língua falada que está em constante movimento, foi possível constatar o imprescindível papel que a linguagem exerce nas práticas socioculturais. No universo das benzeções, a linguagem ganha ainda mais um elemento além do seu caráter vivo e dinâmico, já que ela é ali manifestada, muitas vezes, como algo não vocalizado, por meio do silenciamento, no ato da prática da benzeção, quando é estabelecido o diálogo com Deus, no intuito de obter-se a cura.

Dessa forma, o estudo da oralidade torna-se bastante complexo por conceber um diálogo que, quase na totalidade das vezes, é inaudível para as demais pessoas envolvidas no rito, o que nos faz pensar em uma estrutura linguística que é socialmente estabelecida, adaptando-se ao meio social em que ela acontece, levando à produção de sentido, mesmo quando a palavra não é de fato vocalizada.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se a analisar as rezas de cura populares inseridas no contexto das práticas de benzeção, levando em consideração a tradição oral e o rito no processo de interação social. Para tanto, percorreremos outras áreas do conhecimento que estão atreladas à oralidade e que se fazem presentes dentro do universo das benzeções, tais como a cultura, a religiosidade e a medicina populares, no intuito de compreender as relações interpessoais estabelecidas, as quais mantêm a tradição ainda atual e que fazem da benzedeira um agente social do seu meio.

2 A benzeção e sua magia

Mesclando preceitos religiosos, saberes populares, conhecimentos empíricos das ervas

medicinais e desempenho corporal, a benzeção tem a oralidade como seu alicerce e busca fundamentar-se no poder dos enunciados produzidos no ato da benzeção. Assim, como forma de conseguir seus propósitos curativos, “[...] o homem compreendeu que, antes de ser realidade palpável, as coisas são realidade linguística sensivelmente manifestada.” (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 28).

Há muito tempo, tem-se associado as palavras ao poder que elas carregam. Tal poder é perceptível em nossos enunciados diários. Quando proferimos palavras doces e amáveis, geramos no nosso interlocutor um sentimento semelhante, de satisfação e prosperidade. Da mesma forma, quando a nossa intenção é depreciar e ferir, geramos no outro um sentimento doloroso que vai ao encontro do nosso intento no momento da fala.

Na tradição das rezas de cura, a palavra presente nas orações (sendo ela vocalizada ou não) representa o pensamento positivo, suas memórias e suas crenças, sendo ela capaz de curar aqueles que, porventura, estejam fragilizados, mas que, mesmo inconscientemente, acreditam e confiam na eficácia de seus saberes. Sobre o poder mágico-religioso dessas práticas, Lévi-Strauss (1975) alerta-nos que ele está intimamente associado à crença de quem pratica e de quem se beneficia delas:

Não há, pois, razão de duvidar da eficácia de certas práticas mágicas. Mas, vê-se, ao mesmo tempo, que a eficácia da magia implica na crença da magia, e que esta se apresenta sob três aspectos complementares: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 194).

É justamente por considerar a crença na eficácia da benzeção que muitas benzedeadas afirmam que não basta simplesmente conhecer as orações para praticar a benzeção, para se tornar uma benzedeadada é preciso ter o dom e acreditar no poder dessas práticas e, sobretudo, ser escolhido, atendendo a um chamado, seja ele divino seja familiar. Em contrapartida, muitas benzedeadas recusaram-se a fornecer-nos as orações das suas benzeções, justificando que assim, ao passá-las, mesmo que para um leigo, suas orações perderiam a força, o que compromete a eficácia de suas práticas. Segundo Gomes e Pereira (2004, p. 12), “faz-se necessária uma referência ao segredo da benzeção: há uma confiança na magia das palavras desconhecidas e muitas vezes o benzedeadador se recusa a ensiná-las, já que lhes foram transmitidas sob essa condição.”

No universo das religiões, é comum a existência de palavras sagradas, às quais se dedica



um cuidado ao proferi-las, restringindo-se o lugar e a pessoa a quem possam ser dirigidas, sob pena de perder sua força, entre outras punições. Existe a crença de que a palavra sagrada proferida no rito da benzeção deve ser mantida inalterada para não perder seu poder.

No candomblé, assim como nas práticas de benzeção, em que os ensinamentos são passados por meio da oralidade, a palavra também é imbuída de poder, inclusive mantém vários preceitos em sigilo, os quais podem ser compartilhados apenas com iniciados dessa religião. Verger (2004), a respeito do mistério que envolve o mundo da enunciação em contexto religioso, esclarece-nos:

Na cultura africana tradicional, saber o nome de uma pessoa ou coisa significa que elas podem, até certo ponto, ser controladas... Entre os Iorubás, a preparação dos remédios e trabalhos mágicos deve ser acompanhada de encantações (ofó) com o nome de plantas, sem as quais esses remédios e trabalhos não agiriam. A transmissão oral do conhecimento é considerada o veículo do axé das palavras, que permanecem sem efeito em um texto escrito. Palavras para que possam agir devem ser pronunciadas. (VERGER, 2004, p. 35).

Sob essa perspectiva, podemos pensar que as palavras ditas pelas benzedeadas no momento da benzeção designam uma ação, que tem como reação a cura. Letícia Grala (2013, p. 118), ao abordar as benzedeadas de Florianópolis em sua dissertação de mestrado, *O poder da e na voz delas: benzedeadas da Ilha de Florianópolis/SC*, enfatiza: “É a voz da benzedeadas que lançará o enunciado, efetivando a ação. A voz, portanto, personifica a ação, não apenas a veicula.”

Por meio da oralidade, as palavras proferidas (mesmo que não vocalizadas) pelas benzedeadas no ato das benzeções adquirem um valor ilocucionário, carregadas de sentidos sagrados que as tornam capazes de curar, devolver o equilíbrio e estabelecer a ordem. Pelos depoimentos colhidos em trabalho de campo, no que se refere ao poder da cura, a resposta dada pelas benzedeadas é unânime: “quem cura é Deus”. Diante disso, podemos pensar que, no momento em que se inicia a benzeção, inicia-se também um diálogo com Deus. Quando a benzedeadas, por meio de suas orações, pede a cura em favor de quem as procura, sendo aptas a curar através de seus apelos sagrados, elas são, na realidade, um veículo para obter-se a cura que é concedida por Deus, através delas. Segundo Gomes e Pereira (2004), “aprendendo a dialogar com os entes sobrenaturais, o homem usou a palavra, o rito, a oferenda – numa tentativa de controlar a natureza e eliminar o mal.” (GOMES; PEREIRA, 2014, p. 17).

É por meio das palavras que as benzedeadas estabelecem uma comunicação com o transcendente. Já que é por meio de uma comunicação com o Divino que elas atingem a cura,

podemos pensar então na existência de uma interação dialógica. Sobre a dinâmica dialógica, Bakhtin (1997) afirma que “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto de interação do locutor e do ouvinte.” (BAKHTIN, 1997, p. 113).

As palavras proferidas por elas no ato da benção são sagradas, carregam um poder que é capaz de curar, de restabelecer o equilíbrio desejado. Gomes e Pereira (2004) reconhecem o poder que essas palavras carregam: “Com estas palavras o benzedor intimida, reduz, extirpa os males; consola e orienta os pacientes. Cria, enfim, mecanismos linguísticos que agem concretamente sobre os malefícios.” (GOMES; PEREIRA, 2014, p. 30).

Porém, vale considerar que as benzedoras rezam em tom de voz baixo, quase indecifrável, como murmúrios, que são acompanhados de vários gestos, com ervas, copo d’água, terço, entre outros aparatos do imaginário simbólico presentes nessa prática. A maioria das benzedoras usa plantas do próprio quintal e, ao final do ritual, indicam procedimentos a serem realizados, tais como acender velas, fazer o uso de chás, tomar banhos de ervas, entre outros. Essa maneira de dirigir tais rituais, mais especificamente a maneira como as palavras são proferidas (audíveis ou não), está ligada à conexão que se estabelece entre elas e o Divino. Nascimento (2010, p. 24) faz uma importante observação a esse respeito: “Na maioria das vezes, o discurso das benzedoras é silenciado por fatores intrínsecos à tradição. Os fatores intrínsecos do silenciamento do discurso dizem respeito à força das rezas e a forma singular de estar em contato com Deus.”

O silenciamento na hora de proferir as rezas, além das considerações feitas por Nascimento (2010), também diz respeito à manutenção do caráter sigiloso dessas práticas, sob pena de a força das orações ser perdida. O silêncio adotado por elas no ato da benção funciona como um recurso de fortalecimento do poder dessas palavras. Como as palavras são dirigidas a Deus, elas podem ser apenas mentalizadas e/ou sussurradas e, mesmo assim, alcançarão seus propósitos de cura.

Ao prestarem entrevistas, três interlocutoras desta pesquisa recusaram-se a revelar as palavras das benções, alegando que assim perderiam a força de suas orações. Vale ressaltar que o sentido do silêncio em relação às práticas de rezas de cura completa-se com os gestos e símbolos que, por sua vez, estão intrinsecamente ligados à crença. Tal maneira de dirigir o rito, por meio de um discurso silencioso, é também associada à produção de sentido, como uma habilidade de comunicação capaz de expressar algo mais relevante que, talvez, a palavra



vocalizada não consiga alcançar.

O caráter sagrado que existe nas suas vozes, durante o ritual da benzeção, é algo que elas prezam em manter, nem que, para isso, seja necessário seguir algum preceito, como, por exemplo, o sigilo. Assim, Gomes e Pereira (2004) acrescentam: “Faz-se necessária uma referência ao segredo da benzeção: há uma confiança na magia das palavras desconhecidas e muitas vezes o benzedor se recusa e ensiná-las, já que lhes foram transmitidas sob condição de não revelação.” (GOMES; PEREIRA, 2014, p. 12).

Percebemos, então, que as palavras, ainda que não sejam pronunciadas, têm um sentido que vai além de transmitir informações, adquirem poder de entendimento e valor. Porém, é válido salientar que as palavras sagradas proferidas pelas benzedeadoras são imbuídas de poder no momento da benzeção, o que implica a presença de vários fatores como a fé, a crença, o imaginário simbólico e o contexto em que se insere tal prática. Dessa forma, o fato de termos acesso a algumas orações não nos torna benzedeadoras, já que para “realizar *benzeduras*, mesmo tendo acesso a um *corpus* das mesmas, só se dará a partir de seu posicionamento familiar em tal contexto.” (GRALA, 2013, p. 35).

3 A prática social da benzeção

As benzedeadoras estão intimamente ligadas ao sagrado e agem como intermediárias das forças sobrenaturais. A ação de benzer e levar a cura aos enfermos vai também ao encontro das questões sociais, dando visibilidade a essas pessoas que, por meio de seu papel de agente social de sua comunidade, fortalecem sua identidade e ganham legitimidade social. Assim, as benzedeadoras, ao promoverem a cura, tornam-se agentes sociais do seu meio, atuando também em uma esfera política da sua comunidade.

Por ser uma manifestação de cunho religioso e por tentar solucionar as mazelas do dia a dia da comunidade (tais como quebranto, cobreiro, dor de cabeça, mau olhado etc.), a benzeção caracteriza-se também como uma prática social, na medida em que ela passa a ser uma alternativa, um meio de obter-se a cura, ressignificando as doenças do cotidiano.

Sobre fatores intrínsecos à tradição das benzedeadoras, Souza (1989) afirma que:

Por um lado, a feitiçaria mostrava-se estreitamente ligada às necessidades iminentes do dia a dia, buscando a resolução de problemas concretos. Por outro, aproximava-se muito da religião vivida pela população, as receitas mágicas assumindo com frequência a forma de orações dirigidas a Deus, a Jesus e aos santos, à Virgem Maria. (SOUZA, 1989, p. 16).

Para abordar a questão do sagrado, consideraremos a visão adotada por Durkheim (2003), que enxerga o sagrado como representação da vida social. Para esse sociólogo francês, o sagrado está ligado às atividades cotidianas, a fatos reais, concretos, praticados pelo homem; assim, o sagrado está intimamente ligado ao profano, já que segundo esse autor, ele está presente nas ações dos homens. Segundo Durkheim (2003, p. 24), “As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm, seja em si, seja com as coisas profanas.”

Desse modo, concebendo o sagrado interligado ao profano, o dom da benzeção acontece em pessoas comuns, sujeitas a erros e à vida profana. Só depois de sua iniciação e do reconhecimento social como benzedeira² é que sua conduta social se modifica, tendo ela um olhar atento às responsabilidades que o dom exige.

A legitimidade social da benzedeira está condicionada à eficácia de suas orações que, conseqüentemente, lhe trarão prestígio social quando suas práticas obterem sucesso. É a comunidade, o povo, o consulente quem legitima a benzedeira. Como esclarece Brandão, “não é porque uma crença é verdadeira que a comunidade acredita nela; é porque a comunidade acredita nela que ela é verdadeira.” (BRANDÃO, 1980, *apud* QUINTANA, 1999, p. 41). O reconhecimento social da benzedeira vem de seus serviços prestados, do êxito de suas práticas, bem como da conduta moral assumida por ela. Segundo Del Priore (2001):

O papel da curandeira ou benzedeira consistia em retirar o doente do mundo profano, graças ao emprego de palavras, prescrições e objetos simbólicos. Os sentimentos que ele despertava, medo, confiança etc. reforçavam a situação de poder da qual gozava e, mesmo se seus cuidados fracassassem, a inquietude e a angústia de seus clientes diante do desconhecido garantiam-lhe prestígio permanente. (DEL PRIORE, 2001, p. 95-96).

Por mais exemplar que seja a conduta social de uma benzedeira, ela não é imune aos pecados mortais. A ela são atribuídas inúmeras qualidades, mas, ainda assim, transitam em uma tênue linha entre o profano e o sagrado.

O destaque social que elas recebem acaba muitas vezes gerando rivalidade entre benzedeiros próximas, em uma espécie de competição de quem promove mais curas e bem-estar à comunidade, quem é a melhor benzedeira, a mais solicitada, a mais carismática, a mais etc. De acordo com Nascimento (2014, p. 7), “o dom gera valores sociais, coloca o benzedor

² Opto por usar o termo benzedeira, no gênero feminino, uma vez que onze (11) sujeitos da pesquisa são do sexo feminino e apenas um (01) é do sexo masculino.

sempre em uma posição de poder, e isso inflama desavenças ou negociação entre eles próprios, bem como o saber popular e o saber erudito.”. O contrário também acontece, quando elas, no intuito de unir suas forças, ajudam-se umas às outras, trocam seus conhecimentos de rezas, benzem-se entre si e participam de ações solidárias em conjunto.

Recentemente, um grupo de benzedores e benzedoras do Paraná, principalmente nos municípios de Rebouças e São João do Triunfo, tem se organizado no Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA)³ que os reconhece como agentes de saúde popular, permitindo o direito, decretado por lei municipal, de praticar o ofício de benzer. Esse grupo conquistou importantes vitórias, como a aprovação de leis municipais que permitem a ele o livre acesso de colheita das plantas medicinais (ainda que estejam em terras particulares) e o reconhecimento desse ofício tradicional das práticas de rezas⁴. O que já foi considerado como prática ilegal da medicina, hoje é reconhecido como ofício tradicional e respaldado por lei, com direito a carteirinha de identificação das benzedoras e benzedores. Tal movimento, desse modo, mostra a necessidade de afirmarem-se enquanto identidades coletivas, em um esforço para não deixar que a memória dessas práticas seja parte do passado, reconstruída a partir de restos e rastros de uma tradição.

Esse movimento de preservação da identidade das benzedoras e benzedores tem proporcionado encontros eventuais do grupo, em que acontecem trocas diversas que permeiam esse universo, enriquecendo ainda mais os saberes de cada membro do grupo. Cientes da importância de seu ofício, esse grupo de benzedoras organiza-se no sentido de buscar a preservação de uma memória coletiva, social, cultural que mantém de pé os pilares da tradição em que estão inseridas, principalmente no que se refere à oralidade, usando a palavra como veículo para a obtenção da cura.

No âmbito linguístico, por utilizar a fala para atingir seus propósitos comunicativos, as rezas populares são concebidas como interação social de gêneros textuais orais, que apresentam uma formação discursiva coerente com o fim social ao qual se propõem: curar por meio de palavras proferidas durante o rito das benzeções.

³ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/23/saberes-tradicionais-de-cura-fortalecem-a-identidade-das-benzedoras.html>>. Acesso em 20/06/2016.

⁴ Ver o curta-metragem; “Benzedoras-Ofício Tradicional”, roteiro e direção da professora e pesquisadora, especialista em cultura popular, Lia Marchi.

Por meio da coleta de dados e da aplicação do questionário, foi possível perceber que existe, para cada benzedeira, concepções diferentes da sua representatividade social, da finalidade e dos fundamentos dessa prática. No entanto, tomando de empréstimo as palavras de Silva (2010), podemos afirmar que: “Enquanto as pessoas acreditarem em um poder superior para estabelecer a harmonia e a ordem e que através da força divina podem encontrar equilíbrio e paz, estas práticas encontrarão legitimidade no seio social” (SILVA, 2010, p. 37).

4 Metodologia

O local desta pesquisa limita-se a Minas Gerais, mais especificamente às localidades escolhidas: Mariana, Ouro Preto e Serro (MG). Tal escolha deu-se por uma ordem pragmática: já morei alguns anos em Milho Verde (distrito do Serro) e atualmente minha vida desenvolve-se em Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto, o que me possibilita estar em contato direto com as três localidades pesquisadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a revisão bibliográfica sobre tradição oral, sociolinguística interacional, memória cultural, cultura popular, religiosidade e medicina popular. Esta pesquisa é feita com base na literatura vigente sobre o tema, privilegiando-se livros, artigos científicos, dissertações e teses que tratam de benzeção.

A referida pesquisa usa o método qualitativo no questionário aplicado às benzedeadas. Por tratar-se de uma pesquisa com doze interlocutores (além de alguns clientes que gentilmente nos cederam entrevistas), ela é também de cunho etnográfico, uma vez que, para a coleta de dados, foi imprescindível fazer o trabalho de campo, já que tínhamos a necessidade de entender, de forma mais aprofundada, as comunidades e os grupos sociais que compõem esse trabalho.

O primeiro contato com as benzedeadas escolhidas foi anterior à existência dessa pesquisa e deu-se na época em que residí em Milho Verde (MG). Imersa na cultura regional, acabei por recorrer aos seus serviços inúmeras vezes, conforme já mencionado na Introdução deste trabalho. Assim, fui criando uma rede de contatos dentro desse universo, à qual recorri quando iniciei a pesquisa.

As interlocutoras de Mariana e Ouro Preto foram surgindo à medida que eu procurava por essas práticas nessas duas localidades. Na maioria dos casos, entrei em contato pessoalmente, sem ao menos telefonar anteriormente. Poucas vezes foi preciso ligar para saber se estavam disponíveis, visto que elas exercem vários outros papéis sociais. Fui recebida

cordialmente por todas elas que, além de me concederem entrevistas, permitiram que eu passasse horas do dia ali, observando, fazendo anotações e, algumas vezes, até documentando em vídeo a prática de seu ofício.

Foram respeitados o ritmo e a vontade de cada interlocutora, o que possibilitou uma significativa variação entre o tempo de gravação das entrevistas e o da minha observação como pesquisadora.

5 A sociolinguística interacional

A partir das perspectivas teórico-metodológicas da Etnometodologia e da Antropologia Cognitiva, que tiveram início na década de 60, surgiram os estudos da Análise da Conversação, que visavam a compreender a estrutura conversacional e a organização da fala em contextos interacionais imediatos, examinando e descrevendo todo o funcionamento da ação mais praticada pelo ser humano, os atos de fala.

Esses estudos iniciaram-se, sobretudo, a partir das observações feitas por Harold Garfinkel, um sociólogo americano que desenvolveu experiências importantes ao observar conversas informais em interações sociais cotidianas. Após a sua prematura morte, os estudos sobre a Análise da Conversação foram intensificados por Gail Jefferson e Emanuel Schegloff, pesquisadores etnometodológicos que convencionaram transcrições de conversação por meio de códigos.

Os etnometodólogos Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), baseados em material empírico que reproduziam conversações reais, consideraram detalhes verbais e não verbais, como entonação, volume de voz, gestos, entre outros, denominados recursos discursivos, que poderiam aparecer em uma transcrição.

Surge, então, a Sociolinguística Interacional a partir dos desdobramentos dos estudos provindos da Análise da Conversação. Essa perspectiva teórico-metodológica preocupa-se com aspectos microssociológicos do cotidiano e busca analisar as relações interpessoais por meio da fala em interação. A Sociolinguística Interacional atém-se aos processos interacionais de diferentes culturas. O sociólogo Gumperz (1982) preocupou-se em estudar a diversidade linguística e cultural através do que ele denominou de pistas de contextualização, ou seja, a interpretação dos processos comunicativos da fala em interação, tendo como base a Etnografia da Comunicação de Dell Hymes (1972), as análises de interação de Goffman (1964) e os

processos interpretativos de Garfinkel (1967).

A Sociolinguística Interacional interpreta os elementos presentes numa interação dialógica, elementos verbais ou não verbais. As decisões interpretativas dos interlocutores decorrem de informações contextuais e semânticas mutuamente construídas ou inferidas de pressupostos cognitivos, étnicos e culturais, entre outros.

Concebendo a língua como fenômeno social, a Sociolinguística Interacional utiliza o método qualitativo e interpretativo de análise, que vai do micro (o sentido semântico dos atos de fala, os participantes da interação) ao macro (histórico sociocultural dos participantes da interação, o contexto situacional em que a interação acontece).

Através das pistas de contextualização dadas pelos participantes da interação durante o evento comunicativo no qual se inserem, podemos perceber a mudança de enquadre da interação. Segundo Goffman (1974 *apud* RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 107), “em qualquer encontro face a face, os participantes estão permanentemente propondo ou mantendo enquadres”. Mudar de enquadre em uma interação dialógica é mudar o tom, é mudar o percurso da conversa, é passar do formal para o informal, o que resulta na mudança de postura dos participantes da interação que acompanham o caráter dinâmico do enquadre e se alinham em consonância com a sua mudança. O *footing* é a dinamização do enquadre, é a ação da sinalização de mudança de enquadre. De acordo com Goffman (2002, p. 107): “*Footing* representa o alinhamento, uma postura, uma projeção pessoal em relação ao outro, consigo próprio e com o discurso em construção.”

Ainda sobre a noção de enquadre/*footing*, vale enfatizar seu objetivo interpretativista, como nos esclarecem Ribeiro e Garcez:

O enquadre situa a metagem contida em todo enunciado, indicando como sinalizamos o que dizemos ou fazemos ou sobre como interpretamos o que é dito ou feito. Em outras palavras, o enquadre formula a metagem a partir da qual situamos o sentido implícito da mensagem. Goffman afirma que, em qualquer encontro face a face, os participantes estão permanentemente introduzindo ou mantendo enquadres que organizam o discurso e os orienta com relação à situação interacional. Indagam sempre “onde se situa esta interação” e “o que está acontecendo aqui e agora?” (RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 70).

É com base nas pistas de contextualização que os participantes da interação fazem suas inferências e se alinham (ou não) às possíveis mudanças de enquadre/*footing* no evento comunicativo. As pistas de contextualização são de natureza sociolinguística, prosódicas e não verbais, e servem para sinalizar os nossos propósitos comunicativos e inferir os propósitos comunicativos dos demais participantes da interação dialógica. Segundo Gumperz (2002, p.



153), “ao contrário das palavras, que podem ser discutidas fora de contexto, os significados das pistas de contextualização são implícitos”; nesse sentido, todos os elementos paralinguísticos (pausas, hesitações, prolongamento da vogal etc.) da interação são imbuídos de significados.

O *footing*, por sua vez, é o desdobramento do enquadre, é a postura assumida dos participantes numa situação conversacional. A mudança de *footing* depende do que é dito e de como os participantes percebem o novo enunciado da interação na qual estão inseridos. O *footing* pode ser entendido como o aspecto dinâmico do enquadre, a ação que leva à sinalização de mudança de enquadre.

Os estudiosos da Sociolinguística Interacional preocupam-se com questões referentes à fala em interação, criando mecanismos capazes de analisar todos os elementos presentes em eventos comunicativos, verbais ou não verbais, que emitem mensagens que, quando não captadas pelos interlocutores da interação, geram mal-entendidos e reações controversas. As pistas de contextualização, quando bem interpretadas, tornam os participantes da interação atentos para as mudanças de enquadre/*footing*, resultando em uma interação sem maiores desentendimentos, em um encontro social que consegue atingir seus propósitos comunicativos.

Sabemos que o sucesso de uma interação dialógica depende do empenho de seus participantes que colaboram de maneira direta e ativa para que os enunciados emitidos produzam sentido. Dessa forma, Marcuschi (2003, p. 16) esclarece que, “para produzir e sustentar uma conversação, duas pessoas devem partilhar um mínimo de conhecimentos comuns. Entre eles estão a aptidão linguística, o envolvimento cultural e o domínio de situações sociais.”

Outro fator a ser considerado em uma interação social é o contexto situacional no qual esta interação ocorre. No que se refere ao contexto situacional, Tannen e Wallat (2002) afirmam que, para a compreensão geral da interação, é preciso considerar o contexto específico em que ela está inserida. Dessa forma, “suas ações e intenções de significado podem ser entendidas somente com relação ao contexto imediato, incluindo o que antecede e o que pode sucedê-lo.” (TANNEN; WALLAT, 2002, p. 186). Assim, o contexto é também parte do processo inferencial que conta com as contribuições das pistas de contextualizações que os participantes da interação utilizam para sinalizar seus propósitos comunicativos e/ou para inferir os propósitos comunicativos de outrem. Para a Sociolinguística Interacional, a língua é indissociável de seu contexto social.

Nesse sentido, esta pesquisa investiga as questões que envolvem os interlocutores de



um ato de benção, ou seja, a benzedora e o consulente, procurando identificar qual o momento em que ocorre a mudança de *footing*, o dinamismo do enquadre desta interação face a face. Orientados pelos estudos da Sociolinguística Interacional, aqui representados principalmente por Goffman (1974) e Gumperz (1982), procuraremos trazer à tona as marcas linguísticas que sinalizam as benzedoras como agentes sociais do meio no qual se inserem.

Segundo Goffman (2002, p.19): “a conversa é socialmente organizada, não apenas em termos de quem fala para quem em que língua, mas também como pequeno sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas, em suma, um encontro social.” Os encontros sociais, que também chamamos de eventos comunicativos, são os ritos de benção, ou seja, são atividades sociais que fazem uso de recursos linguísticos e paralinguísticos na construção de sentido dos ritos. É justamente a interação social e dialógica que acontece durante o rito da benção que permite a construção de sentido da linguagem utilizada pelos participantes da interação.

Sob essa perspectiva da Sociolinguística Interacional, analisaremos três ritos de benção que nos permitiram registrar em áudio e vídeo.

6 Processo interacional

As tradições orais são sempre acompanhadas por um conjunto de ações linguísticas e performáticas que juntas dão sentido às práticas dessa tradição. Como bem ressalta Marchuschi (2003, p. 16), “para produzir e sustentar uma conversação, duas pessoas devem partilhar um mínimo de conhecimentos comuns. Entre eles estão a aptidão linguística, o envolvimento cultural e o domínio de situações sociais.”

Essas ações linguísticas (a voz, a fala) e performáticas (a postura, os gestos corporais), quando presentes em uma interação dialógica entre benzedor e consulente, é o que denominamos de *evento comunicativo*. Segundo Nascimento (2004, p. 85), “os eventos comunicativos são encontros onde são desenvolvidas ações linguísticas e performáticas promovidas pelos interlocutores com objetivos afins, através dos quais estão cercados por um campo significativo.” Um evento comunicativo termina quando acontece uma mudança de postura dos participantes da interação. Quando ocorre essa mudança, acontece o que denominamos de *footing* (GOFFMAN, 2002), que pode ser rapidamente percebido pela alteração de foco dos participantes da interação.

O *footing* é sinalizado pela mudança de enquadre, uma vez que, segundo Rodrigues-Júnior (2002, p. 14), “os enquadres são estruturas que indicam o que ocorre numa dada interação que, por seu turno, é governada por regras ou princípio de caráter situacional, de conformidade com os objetivos de seus participantes.”. Considerado como desdobramento do enquadre, o *footing* nada mais é que “a capacidade dos interlocutores em atender, construir e manipular os fatores que sedimentam as características da situação em que o discurso ocorre. (RODRIGUES-JÚNIOR, 2002, p. 17).”

Analisamos a interação entre benzedor e consulente no rito da benzeção, considerando a concepção de *footing* criada por Goffman (1974), a qual se baseia na análise de enquadres diante de uma interação verbal, face a face. Assim, “*footing* representa o alinhamento, uma postura, uma projeção pessoal em relação ao outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (GOFFMAN, 2002, p. 107).

Existe, durante o rito da benzeção, um evento comunicativo que é estabelecido entre a benzedora e o consulente. No entanto, no intuito de obter-se a cura, este evento é composto pela benzedora e o transcendente (Deus), a quem ela dirige suas súplicas, entrega a enfermidade do consulente e recebe a cura desejada, capaz de devolver o equilíbrio ao enfermo. Nesse evento comunicativo, o diálogo é, na maioria das vezes, silencioso e acrescido de vários gestos performáticos.

Na interação dialógica entre benzedora e Deus, a análise é baseada nos atos performáticos. Uma vez que essa interação é silenciosa, cabe-nos uma análise desse evento comunicativo, visando aos elementos paralinguísticos presentes nessa interação. Segundo Nascimento (2004, p. 84), “o rezador interage com Deus através de orações e atos performáticos com a finalidade de obter a cura da pessoa rezada.” Dessa forma, na maior parte das benzeções, o consulente participa indiretamente da interação, permanece calado, estático durante o processo interacional que levará à sua cura. Por isso, é comum realizar benzeções à distância, uma vez que, para que a cura seja concedida, é dispensável a presença do consulente, o qual participa apenas indiretamente nesse processo. No entanto, existem benzeções em que o consulente participa ativamente da interação dialógica.

A seguir, descreveremos o evento comunicativo da benzeção contra mau-olhado ocorrido em Mariana (MG).

5.1 Eventos comunicativos da benzeção contra mau-olhado



A benzedeira desse evento comunicativo é a nossa interlocutora CHIFMA, que nos autorizou a gravação dele em vídeo (04 minutos e 34 segundos) e áudio. O evento comunicativo começa com a interação do consulente com a benzedeira, o qual inicia um diálogo a respeito dos sintomas da doença, queixando-se de dores no ombro direito. Com isso, é formado um par adjacente: benzedeira e consulente. Apresentamos a seguir o trecho da interação analisado.

- 1) Consulente: *“Tô com uma dor aqui nesse ombro, só esse aqui, o direito”.*
- 2) CHIFMA: *“Sim, dor no ombro... tá vendo? Vamos rezar!”*
- 3) CHIFMA: *“É aqui, a dor?”*
- 4) Consulente: *“Sim, bem aí. Essa noite nem consegui dormir direito, de tanta dor...”*
- 5) CHIFMA: *“Essa dor é ruim demais, não dorme mesmo não, essa dor é triste!”*
- 6) CHIFMA: *“Cê volta amanhã pra nós continuar a benzeção, viu? Tem que voltar amanhã e depois, vamos benzer três dias.”*
- 7) Consulente: *“Tem que voltar? Vou tentar vir amanhã nesse mesmo horário.”*

Percebe-se que o enquadramento inicial dessa interação gira em torno do diagnóstico do mal que atinge o consulente, quando ele se posiciona como autor de sua fala ao dar pistas a respeito da doença, esperando, assim, que os significados de sua fala (das pistas dadas por ela) sejam interpretados durante o processo interativo, no qual a benzedeira deverá, enfim, diagnosticar o mal que o incomoda. O consulente, ao iniciar a interação dialógica, assume o papel de animador de sua fala, já que é ele quem emite o enunciado.

Em concordância com a fala do consulente sem, no entanto, dar o diagnóstico específico da doença, a benzedeira diz: *“Sim, dor no ombro... tá vendo? Vamos rezar!”*, assumindo sua postura de autora de seu enunciado, ao mesmo tempo em que, ao usar o plural (vamos), fica sugerido, na sua fala, que ela e mais alguém benzerão. Em se tratando de uma benzeção, imaginamos que ela esteja se referindo a Deus, já que as benzedeiros, de forma geral, alegam que quem realiza a cura é Deus por intermédio delas. Ao pronunciar *“Vamos rezar”*, podemos também inferir que a benzedeira se refere a três pessoas: a ela própria, ao consulente e a Deus.

A benzedeira posiciona-se em frente ao consulente, com o terço nas mãos, faz o sinal da cruz e começa a entoar sua oração. O enquadre agora passou a ser o ato de benzer. A partir do momento em que ela faz o sinal da cruz, o evento comunicativo é direcionado a Deus, mudando o *footing* da interação, já que o consulente passa a ter um papel passivo. A benzedeira, por sua vez em interação com o transcendente, faz suas preces, sempre em tom de voz baixo, acompanhada de vários gestos corporais: faz o sinal da cruz na testa, no peito e no ombro do



consulente; abre e fecha os olhos, coloca o terço nos locais onde fez o sinal da cruz. Então, ela pega o óleo que usa para realizar suas benzeções e repete o mesmo procedimento que fez com o terço, passando o óleo nos lugares em que passou o terço: testa, peito e ombro.

Quando vai passar o óleo no ombro, ela dirige a palavra ao consulente que, por sua vez, responde-lhe, saindo do seu lugar de expectador e voltando a participar da interação, como consta na linha 04:

3) CHIFMA: *“É aqui, a dor?”*

4) Consulente: *“Sim, bem aí. Essa noite nem consegui dormir direito, de tanta dor...”*

5) CHIFMA: *“Essa dor é ruim demais, não dorme mesmo não, essa dor é triste!”*

O consulente abaixa-se um pouco para ficar na mesma altura que a benzedeira, facilitando seu trabalho. Ao inferir que a benzedeira estava com dificuldade em levantar o braço para benzê-la (pistas de contextualização), o consulente muda sua postura para facilitar a benzeção, mudando assim o *footing* da interação, já que, ao permanecer abaixado, facilita o trabalho da benzedeira que participa de forma ativa da interação. A benzedeira permanece orando e fazendo os gestos no seu ombro durante aproximadamente dois minutos. Quando ela termina, o consulente volta à sua postura de antes (ereta), a benzedeira abre os olhos e faz o sinal da cruz, finalizando seu evento comunicativo com Deus. A benzedeira muda o *footing* da interação, dirigindo-se ao consulente:

6) CHIFMA: *“Cê volta amanhã pra nós continuar a benzeção, viu? Tem que voltar amanhã e, depois, vamos benzer três dias.”*

7) Consulente: *“Tem que voltar? Vou tentar vir amanhã nesse mesmo horário.”*

A recomendação da benzedeira foi interpretada pelo consulente como uma ordem. A gravação em vídeo permite-nos ver a fisionomia de espanto do consulente, surpreso com a imposição da benzedeira. Por meio das pistas de contextualização de ordem prosódica (seu tom de voz foi de espanto) e paralinguística (como, por exemplo, a sua fisionomia) do consulente, foi-nos possível confirmar esse espanto. Assim, ao receber o enunciado da benzedeira, alertando-o sobre voltar no dia seguinte, percebemos uma mudança do consulente, que muda o *footing* da interação, assumindo uma postura de perplexidade ao proferir o enunciado da linha 07 do diálogo acima. A benzedeira, que não estava de frente para o consulente, apenas balançou a cabeça em um ato afirmativo, confirmando a pergunta feita pela consulente.

O processo interacional estabelecido durante o rito da benzeção revelou-nos importantes



aspectos acerca da identidade e da representatividade social das benzedeadas. O modo como elas conduzem seus ritos diz muito sobre a escolha da religião praticada por elas, o que afeta diretamente o perfil dos consulentes que as procuram. Lamentável pensar que, mesmo em se tratando de uma prática social multifacetada como a benzeção, ainda se propaga uma mensagem preconceituosa, fruto da ignorância sobre a origem dessas práticas. Por meio de seus discursos religiosos, as benzedeadas esclareciam-nos, mesmo que inconscientemente, fatores que as aproximam e/ou distanciam de elementos encontrados também em religiões de matrizes africanas.

7 Considerações finais

As benzeções atuam em uma esfera política, em atos de resistência, contribuindo de forma significativa para o bem-estar social da comunidade em que elas se inserem. Donas de uma sabedoria ímpar, as benzedeadas conseguem cuidar de suas famílias, ao mesmo tempo em que dedicam horas de seus dias a realizar curas, num gesto altruísta e cada vez mais raro nas sociedades modernas. Entretanto, essas práticas mantêm-se vivas, adaptando-se em contextos sociais diversos.

Por fim, podemos afirmar que, em se tratando de uma prática imersa na memória cultural de um povo que carrega tradições seculares manifestadas através da oralidade e pela coletividade, ainda há muitos aspectos a serem pesquisados no universo mágico-religioso das benzeções em terras mineiras.

Referências

- BAHKTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, p. 179-192, 1995.
- DALLAGNOL, André Halloys; DE LIMA, Rafaela Pontes; MIOTTI, Kaio. *Saberes tradicionais de cura fortalecem a identidade das Benzedeadas*. Jornada da Agroecologia do Paraná. Página do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/23/saberes-tradicionais-de-cura-fortalecem-a-identidade-das-benzedeadas.html>. Acesso em 20/06/2016.
- DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p.78-114, 2001.
- DIAS, Letícia Grala. *O Poder da e na voz delas: benzedeadas da ilha de Florianópolis/ SC*, 2013, 153 f., (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- DURKHEIM, Emile, *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*, 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (orgs), *Sociolinguística Interacional*,



São Paulo, Edições Loyola, cap. 5, 2002.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais*. Juiz de Fora, EDUFJ/Mazza Edições, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C., *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

MARCUSCHI, L. A., *Análise da conversação*, São Paulo, Ática, 2003.

NASCIMENTO, Rita F. A., A benzeção juazeirense: o sentido da doença num revelar mágico-religioso de cura. *Reunião brasileira de antropologia, Anais*, Natal/RN, 2014, 157 f. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401722381_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.RBA.pdf Acesso em 04/2017.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.), *Sociolinguística Interacional*, Porto Alegre, AGE, 1998.

RODRIGUES-JÚNIOR, Adail S. *Estratégias discursivas de um pai-de-santo umbandista em possessão*, 2002, 173 f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Laura de Mello e, *O diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

TANNEM, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação; Exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M., *Sociolinguística Interacional*, 2ª ed., São Paulo, Edições Loyola, p. 183-214, 2002.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

A haplogia na mídia falada em Belo Horizonte

The haplology in the media spoken in Belo Horizonte

Priscila Soares Evangelista¹

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Este artigo aborda o fenômeno da haplogia e sua ocorrência na mídia falada em Belo Horizonte². Alguns estudos já foram feitos sobre a haplogia, mas este é o primeiro que focaliza sua incidência na mídia falada. A haplogia é um fenômeno de natureza fonológica, que consiste na eliminação da última sílaba átona de uma palavra, ou da vogal desta sílaba, quando seguida de sílaba átona inicial de outra palavra. Os dados analisados foram coletados através das gravações em áudio dos programas de rádio e TV, tais como: *Rádio Band News FM Belo Horizonte*, *Os Donos da Bola e Brasil das Gerais*, pertencentes às categorias *informação e entretenimento*. A partir da análise dos dados, verificou-se que alguns gêneros de programa são mais propícios a realização do fenômeno do que outros. Os gêneros Variedades e Esportivo por apresentarem um formato mais dinâmico tendem a usar fala mais espontânea, o que favorece a realização da haplogia. Já o gênero jornalístico (radiofônico), por apresentar notícia a ser ouvida apenas uma vez, tem a tendência de utilizar um discurso claro, uma fala mais policiada e lenta, o que inibe consideravelmente a realização do fenômeno. Logo, a categoria *informação* foi a que menos apresentou haplogia.

Palavras Chave: Fonologia do português. Processo fonológico. Haplogia. Variação linguística. Mídia falada.

Abstract: This article addresses the phenomenon of haplology and its occurrence in the media spoken in Belo Horizonte. Some studies have already been done on haplology, but this is the first that focuses on its incidence in spoken media. Haplology is a phenomenon of phonological nature, which consists of the elimination of the last unstressed syllable of a word, or of the vowel of this syllable, when followed by the initial unstressed syllable of another word. The analyzed data were collected through the audio recordings of the radio and TV programs, such as: *Band News FM Belo Horizonte Radio*, *The own of Ball* and *Brazil of general*, belonging to the categories information and entertainment. From the analysis of the data it was verified that some program genres are more propitious to the realization of the phenomenon than others. The genres Varieties and Sporting for presenting a more dynamic format tend to use more spontaneous speech, which favors the accomplishment of haplology. The journalistic (radiophonic) genre, because it presents news to be heard only once, tends to use a clear speech, a more polite and slow speech, which considerably inhibits the realization of the phenomenon. Therefore, the information category was the one that presented least haplology.

Keywords: Phonology of Portuguese. Phonological process. Haplogia. Linguistic variation. Media spoken.

¹ Mestranda em Linguística e Língua Portuguesa do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, priscilapucminas2010@gmail.com

² Este trabalho teve seu início na graduação, por meio do programa de iniciação científica, financiado pela PROBIC/FAPEMIG, entre os anos de 2014 a 2016, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira.

1 Considerações iniciais

O mineiro é conhecido por “comer” o final das palavras. Muitos programas humorísticos no rádio e na TV, como também na internet, ligam o modo mineiro de falar ao caipira, o que contribui para a estigmatização do linguajar mineiro. Entretanto, o que se observa é que a redução fonológica tão presente na fala dos mineiros não apenas faz parte do linguajar do campo ou do interior de Minas Gerais, mas também se mostra presente na capital, mais especificamente na fala dos belo-horizontinos.

Pesquisas anteriores, como a de Mendes (2009), apontam que o mineiro (em sua fala coloquial) tende a realizar mais haplogogia que na fala formal. Uma das explicações para isso é o fato de que, em situações informais, os falantes tendem a prestar menos atenção à fala, favorecendo, assim, o surgimento da haplogogia. Já em situações formais, o falante tende a policiar mais a fala, evitando pôr em prática algumas variações linguísticas. Isso evidencia o fato de que o estilo de fala escolhido pelo falante, no momento do discurso, pode favorecer ou desfavorecer a realização do fenômeno.

No caso da mídia, é o gênero do programa que vai definir o tipo de linguagem a ser utilizada. A respeito disso, Mengarda e Sangaletti (2012) explicam que, dependendo do tipo de programa, a linguagem pode oscilar bastante entre os estilos formal e informal. De acordo com Labov (2008), a alternância de estilo só é possível, uma vez que “não existe falante de estilo único. Alguns informantes exibem um espectro de alternância mais amplo que outros, mas todo falante que encontramos exhibe alternância de algumas variáveis linguísticas à medida que mudam o contexto social e o tópico.” (LABOV, 2008, p. 243)

Desse modo, os programas mais populares, como os de entretenimento, por exemplo, apresentam um formato mais dinâmico em que a espontaneidade e a naturalidade tanto do apresentador, quanto dos convidados, são elementos chave para que se tenha uma aproximação maior com o telespectador. Nesse tipo de programa, a linguagem utilizada segue um estilo mais informal. Por outro lado, os programas ligados à categoria informação, como os jornalísticos, tendem a usar fala mais policiada, apresentando, assim, um estilo mais formal.

De certo, sabemos que, até mesmo nos programas de entretenimento, tanto o apresentador quanto os convidados estão sobre pressão constante, seja da câmera, seja da audiência, seja do público, o que teoricamente contribui para uma fala mais monitorada. Isso realça a ideia de que o contexto social no qual o falante está inserido pode intervir na formação



da sua fala (TARALLO, 1986).

Diante disso, queremos compreender como o processo da variação linguística, em especial a haplologia, se dá dentro da mídia falada em Belo Horizonte e, dessa forma, verificar se o discurso da mídia falada desfavorece o surgimento da haplologia quando comparado ao que acontece na fala coloquial. Ainda ressaltamos que este é o primeiro estudo a focalizar o fenômeno da haplologia na mídia falada. Os estudos anteriores, até então, destacavam a ocorrência do fenômeno apenas na fala coloquial.

2 O que é haplologia

A haplologia é uma variável linguística do português brasileiro muito presente na fala dos belo-horizontinos. Sua principal característica é o apagamento da última sílaba átona da palavra, ou da vogal dessa sílaba, quando seguida de sílaba átona inicial de outra palavra. Assim sendo, ao lado de uma pronúncia como ‘*litro de leite*’, encontramos também a pronúncia ‘*li[-] de leite*’ ou ‘*massa de tomate*’ como ‘*mas[-] de tomate*’. Dessa forma, a haplologia apresenta, portanto, duas variantes, conforme exemplificado. Variantes são as diversas formas de representação de uma variável. Em resumo, podemos definir a haplologia como um processo em que “(há perda fonológica de [sonoridade]), mas não há perda de informação semântica.” (LEAL, 2006, p. 60).

Por ser muito presente na fala do mineiro, esse fenômeno tornou-se marca de identificação do falar regional. Em muitos programas humorísticos, é comum ver representações estereotipadas do mineiro como caipira, estigmatizando, assim, a fala regional. Entretanto, em alguns discursos humorísticos, é possível perceber a haplologia sendo representada de forma equivocada, uma vez que ela não ocorre quando:

- a) ambas as sílabas da fronteira forem tônicas:

Ex: ‘*chorar lágrimas de crocodilo*’ —————> “*cho-lágrimas de crocodilo*”

- b) a sílaba candidata ao apagamento for tônica.

Ex: ‘*o dominó sumiu*’ —————> “*o domi-sumiu*”

Contudo, quando o assunto se refere aos contextos favorecedores à aplicação do fenômeno, as opiniões divergem. Para alguns estudiosos, como Alkmin e Gomes (1982), os únicos contextos propícios à ocorrência do fenômeno são aqueles cujas consoantes apresentem

os traços [-contínuo, - nasal, +coronal], isto é, /t/ e /d/. Além disso, a consoante candidata ao apagamento deve ser acompanhada por vogal de traço [+alto], ou seja /i/ ou /u/. Como condição para que o processo ocorra, ambas as sílabas da fronteira devem ser átonas e não podem apresentar consoante com traço [+nasal]. Ainda de acordo com a visão dessas autoras, só é considerado haplogia o processo em que há a perda total da última sílaba átona da palavra.

De acordo com essa perspectiva, somente os contextos /tv#tv/, /dv#dv/, /tv#dv/, /dv#tv/ são favoráveis à realização do fenômeno, como em: ‘estado de espírito’ para ‘esta[-] de espírito’ ou ‘diferente de todos’ para ‘diferen[-] de todos.’ Como regra, essas autoras apresentam a haplogia da seguinte maneira:

Regra de haplogia segundo Alkmin e Gomes (1982, p. 51)

$$\begin{array}{cccccc} \mathbf{C} & & \mathbf{V} & \mathbf{\#\#} & \mathbf{C} & & \mathbf{C} & & \mathbf{V} \\ \left(\begin{array}{l} + \text{ cor.} \\ - \text{ cont.} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right) & & \left(\begin{array}{l} + \text{ alto} \\ - \text{ acento} \end{array} \right) & & \left(\begin{array}{l} + \text{ cor.} \\ - \text{ cont.} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right) & \left\{ \left\{ \begin{array}{l} + \text{ soa.} \\ - \text{ cont.} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right\} \right\} & & & [- \text{ acento}] \\ \mathbf{1} & & \mathbf{2} & & \mathbf{3} & \mathbf{4} & & & \mathbf{5} \\ & & & & \mathbf{\emptyset\emptyset \#\# 3(4)5} & & & & \end{array}$$

Se, de fato, a haplogia só ocorre nesse contexto, temos então um pequeno problema. Como explicar, por exemplo, esses casos ocorridos nos programas de mídia falada, selecionados neste estudo?

1. ‘... a *gen[-]* tá num mundo muito diferente.’ (a gente tá) Brasil das Gerais
2. ‘...a única coisa que eu *ten[-]* na vida são eles...’ (tenho na) Rádio Band News
3. ‘...a turma vem criticando *falan[-]* que eu tô falano menas...’ (falano que) Os donos da Bola

Como se pode ver, a regra estipulada por Alkmin e Gomes (1982) não dá conta de explicar os casos inesperados, como os mostrados acima, uma vez que,

- no exemplo 1, houve cancelamento de sílaba átona final seguida por sílaba tônica inicial de outra palavra;
- no exemplo 2, houve cancelamento envolvendo consoante com traço [+nasal];
- no exemplo 3, houve apagamento parcial da última sílaba átona ‘o’.

Tenani (2003) expande um pouco mais a regra. De acordo com ela, a haplologia não ocorre apenas entre duas sílabas átonas, como explicam Alkmin e Gomes (1982). Conforme essa autora, o fenômeno também aparece quando a última sílaba é átona e a primeira é tônica, como mostrado no exemplo 1.

Outro ponto relevante que causa divergência entre as opiniões são os contextos consonantais favorecedores à realização do fenômeno. A respeito disso, Mendes (2009), faz uma importante ressalva, segundo ela,

As consoantes em ambiente propício ao fenômeno são aquelas cujos traços são iguais ou semelhantes. Essa igualdade ou similitude de fronteira consonantal é a que mais facilita o processo fonológico de apagamento da sílaba no fenômeno da haplologia. (MENDES, 2009, p. 86)

Diante disso, ela explica que os contextos fonológicos propícios à realização do fenômeno não são limitados apenas aos fonemas /t/ e /d/, como mostram Alkmin e Gomes (1982). A autora comprova isso com base nos estudos de fala dos residentes de Belo Horizonte. De acordo com ela, o belo-horizontino produz haplologia em todos os contextos fonológicos, incluindo os nasais, como mostrado no exemplo 2. Isso contrapõe o que diz as autoras, Alkmin e Gomes (1982), Pavezi (2006) e Leal (2006) uma vez que defendem a ideia de que o fenômeno só atinge as fronteiras com traço [-nasal].

Nesta pesquisa, concordamos com o que diz Mendes (2009), uma vez que encontramos outros contextos propícios à realização do fenômeno, tais como: /vv#nv/, /mv#nv/, /mv#fv/, /nv#nv/, /nv#dv/, /zv#sv/, /lv#vv/, /rv#sv/, /rv#dv/, /dv#pv/, /trv#dv/, entre outros.

Outro ponto que causa discordância entre as opiniões é o tipo de cancelamento que resulta no fenômeno. Alguns autores, como Alkmin e Gomes (1982), Pavezi (2006) e Leal (2006), só consideram haplologia o processo fonológico que resulta no cancelamento total da última sílaba átona da palavra. Nesta pesquisa, porém, observamos que, no processo de haplologia, também pode ocorrer cancelamento parcial, indicando, assim, dois tipos de apagamento: o primeiro é quando a sílaba átona final sofre um apagamento total, verificado nos seguintes exemplos:

- ‘O merca[-] de trabalho ta aí...’ (mercado de) _ *Brasil das Gerais*.
- ‘Quarta feira todo mun[-] no Mineirão.’ (mundo no) _ *Os donos da bola*
- ‘É uma ação bastante interessan[-] tomara que dê certo.’ (interessante tomara) _ *Rádio Band News FM Belo Horizonte*.

Já o segundo acontece quando existe um apagamento parcial da sílaba átona final, como verificado no exemplo 3, “...a turma vem criticando *falan[-] que* eu tô falano menas...”. (falano que). Como se pode ver, somente a vogal final ‘o’ foi apagada. Segundo Mendes (2009), isso acontece “para em seguida apagar ou não a consoante, em um processo de ressilabificação.” (MENDES, 2009, 30).

3 Teoria da variação

Durante muito tempo a língua foi vista como uma competência linguística internalizada na mente humana, os estudos até então eram focados unicamente no indivíduo. Entre essas correntes, podemos citar a dos gerativistas, que acreditavam ser a língua um sistema homogêneo, pronto e acabado, excluindo, assim, qualquer ideia de variabilidade. Entretanto, com o passar do tempo, foi-se percebendo que, em uma mesma língua, podiam aparecer formas variantes, ou seja, maneiras alternativas de se dizer a mesma coisa, o que teoricamente indicaria uma variação. Isso acabou obrigando os gerativistas a tomarem posição quanto a essa questão. Diante disso, eles compreenderam as variantes como regras opcionais, na qual caberia ao falante selecionar, no momento do discurso, o tipo de regra a ser usada.

Os estudiosos passam, então, a compreender o sistema fonológico como algo variável; todavia, sua presença nos estudos linguísticos acaba sendo ignorada. Isso muda a partir da década de 1960 com os estudos desenvolvidos por William Labov na área da variação e mudança linguística. Em 1963, ele apresenta, então, seu primeiro estudo sociolinguístico com base em análises qualitativas e quantitativas, no qual considera tanto os fatores linguísticos, quanto os extralinguísticos como influenciadores no processo da mudança/variação. Por meio de seus estudos, Labov (1966) mostrou que a mudança linguística apresenta uma organização, ou seja, não é feita de forma aleatória, o que a faz ser passível de investigação.

Posteriormente em 1968, Weinreich, Labov e Herzog (1968) desenvolvem a Teoria da Variação com a finalidade de identificar e descrever os fatores empíricos (sociais ou linguísticos) que condicionam o uso das variantes em determinada comunidade de fala. Nessa teoria, o falante é identificado como um ser social que carrega em sua fala traços linguísticos típicos de seu grupo social. Assim, por ser heterogêneo, um grupo apresenta, portanto, semelhanças e diferenças linguísticas, o que justifica, por exemplo, o compartilhamento de certos traços linguísticos entre seus falantes. Esses traços funcionam como marcas de



diferenciação de um grupo para o outro. Daí a ideia de Labov (1972/2008), de que a variação deve ser estudada com base no grupo e não no indivíduo isolado.

Como resultado, os falantes tendem a usar as variantes do grupo ao qual tem contato. Assim sendo, em uma comunidade de fala, é comum ver formas variantes em competição. Essas formas variantes são, na verdade, maneiras alternativas de se dizer a mesma coisa; assim, ao lado de uma frase do tipo, “o *menino caiu* do telhado”, podemos encontrar também “o *meni[-] caiu* do telhado”. A variável linguística, nesse caso, é a haplologia, e suas variantes são a realização ou não do fenômeno.

Na sociedade, essas variantes apresentam, portanto, valores, o que significa que podem ser prestigiadas (quando apresenta valor social), neutras, ou estigmatizadas (quando denotam desprestígio social). A respeito disso, Camacho (2006) explica que:

As formas em variação adquirem valores em função do poder e da autoridade que os falantes detêm nas relações econômicas e culturais. Assim, uma variante, como presença de marca de plural no sintagma nominal, é conhecida como detentora de prestígio social entre os membros da comunidade, sendo por isso chamada variante padrão ou de prestígio. Já sua alternativa, a ausência de marca de plural, é conhecida como variante não padrão ou estigmatizada. (CAMACHO, 2006, p. 59).

As variantes de maior prestígio, por exemplo, tendem a se manter no uso linguístico das classes mais altas, enquanto as estigmatizadas pelas classes mais baixas, são usadas tanto na fala casual quanto na cuidada. A respeito disso, Labov (1972/2008) faz uma interessante observação: segundo ele, as mulheres empregam menos as variantes estigmatizadas do que os homens. Isso se justifica porque, em uma comunidade de fala, as variáveis linguísticas podem se relacionar com as classes sociais, o que leva os falantes a sofrerem pressão social para que usem a variável padrão. As mulheres são as que mais sofrem com isso, uma vez que, perante a sociedade, elas devem mostrar um comportamento diferenciado, e isso inclui a sua linguagem. Devido a isso, as mulheres preferem, então, as formas com mais prestígio social.

Desse modo, vários fatores podem exercer influência no processo da variação linguística, como o gênero do falante, a classe social, a escolaridade, a idade, entre outros. Nesse sentido, os estudos ligados à variação linguística têm como foco descrever os aspectos sociais e linguísticos que podem controlar a realização das variantes em um determinado grupo social.

4 Metodologia

Esta pesquisa fundamenta-se em primeira instância no modelo variacionista

desenvolvido por Labov, apresentado nos livros *A Pesquisa Sociolinguística* (TARALLO, 1986) e *Padrões Sociolinguísticos* (LABOV, 1972/2008).

A coleta de dados foi feita por meio das gravações em áudio dos programas de rádio e TV, a saber, *Brasil das Gerais*, (do canal Rede Minas, pertencente à categoria entretenimento, gênero variedades), *Os Donos da Bola*, (do canal Band Minas, pertencente à categoria entretenimento, gênero esportivo) e *Rádio Band News FM_Belo Horizonte* (frequência 89,5 MHz, pertencente à categoria informação, gênero jornalístico). Nesta pesquisa, como se pode ver, a haplogia foi estudada com base em duas categorias: informação e entretenimento. Vale ressaltar que todos os programas escolhidos são realizados em Belo Horizonte e têm como público alvo os belo-horizontinos.

O programa televisivo *Brasil das Gerais*, do Canal Rede Minas, é direcionado a temas variados, ligados à saúde, à cidadania, à cultura, ao comportamento, à educação, à segurança pública, entre outros. Durante o programa, vários especialistas, jornalistas e pessoas comuns são convidadas a debaterem sobre uma série de assuntos ligados tanto à atualidade, quanto às histórias de Minas Gerais. Os debates são sempre mediados por uma apresentadora. O programa *Brasil das Gerais* está no ar há mais de dez anos e se tornou referência em Minas Gerais.

Em contrapartida, *Os donos da Bola* é um programa esportivo transmitido pela Rede Bandeirantes a vários estados do Brasil. Durante os anos de 2013 a 2017, esse programa teve sua versão mineira, tendo como foco principal a desenvoltura dos times mineiros em campo (Cruzeiro, Atlético MG e América). Os debates eram mediados por um apresentador, que, juntamente com a banca de comentaristas e convidados especiais (jogadores de futebol, por exemplo), discutiam assuntos variados ligados aos times, jogos e polêmicas do mundo do futebol.

Já o programa de rádio *Band News FM Belo Horizonte* pertence à categoria informação; gênero jornalístico. A rádio também faz parte do Grupo Bandeirantes de Comunicação e é responsável por alimentar parte da programação da rede BandNews FM. A cada 20 minutos são transmitidos boletins de notícias nacionais atualizados. Desses 20 minutos, cerca de 4 a 6 minutos são destinados a notícias locais. O programa segue os formatos de nota, notícia, reportagem, boletim, entrevista e externa.

Esta pesquisa foi feita com base em análises qualitativas e quantitativas. Para a análise, foram escolhidos três programas de cada gênero. O tempo aproximado de gravação de cada programa foi de 15 minutos, totalizando, assim, 2 horas e 15 minutos de gravação analisada.

Vale ressaltar que, no total, foram utilizados 1190 *tokens*. Como o intuito da pesquisa é analisar o vernáculo da fala, optou-se por utilizar os trechos em que os apresentadores de TV não utilizaram o *prompter* (ponto eletrônico que exhibe o texto a ser lido pelo apresentador). Com relação ao programa de rádio, o cuidado foi ainda maior. Como os locutores utilizam o texto escrito para ser lido, selecionamos apenas as entrevistas para a análise. Vale frisar que foram avaliadas tanto a fala dos apresentadores/locutores quanto a dos convidados (especialistas, estudantes, comentaristas esportivos, jogadores de futebol e pessoas comuns) de diferentes faixas etárias e níveis educacionais.

Após a seleção do material, foi realizada a transcrição das gravações para posteriormente serem separados os casos com contextos propícios à ocorrência do fenômeno. Esses casos foram analisados qualitativamente, usando-se, para isso, o modelo fonológico autosssegmental. Esse modelo busca fazer uma interpretação teórica da sílaba, levando em consideração os “aspectos suprasegmentais da fala, como tons e acento” (SILVA, 2009, p. 205).

Em seguida os dados foram analisados quantitativamente usando-se, para isso, o pacote estatístico *GoldVarb2001*, que proporcionou uma análise multivariada (regressão linear múltipla) dos efeitos estruturais (contexto fonológico) e não estruturais (gênero do programa, velocidade da fala, educação do informante, profissão, estilo de fala e faixa etária dos falantes) que possam favorecer ou desfavorecer a ocorrência do fenômeno. Em seguida, os dados fornecidos pelo programa *GoldVarb2001* foram analisados.

A análise variacionista realizada, nesta pesquisa, associou “as condições de produção de uma variante aos aspectos linguísticos e sociais”. (MENDES, 2009, p. 43). As variantes linguísticas analisadas foram: a *classe gramatical* das palavras candidatas a sofrerem ou não o processo de haploglia, o *contexto fonético seguinte e precedente* das consoantes envolvidas, o *contexto fonético precedente da vogal* da sílaba candidata ao apagamento total ou parcial e a *velocidade de fala* dos participantes. Já os fatores sociais analisados nesta pesquisa foram: *gênero dos participantes, nível educacional, profissão, estilo de fala, faixa etária e o gênero dos programas*.

5 Análise dos dados coletados

Os dados coletados revelaram que os falantes na mídia falada em Belo Horizonte tendem



a produzir dois tipos de haplologia, total e parcial, assim como na fala coloquial. Durante a pesquisa, foi observada uma incidência muito maior de casos com cancelamento total (101 casos), do que parcial (15 casos). O tipo silábico CV foi o que mais favoreceu a realização do fenômeno; no entanto, também foram observados casos com o tipo CCV. Os tipos mais produtivos com sílaba composta (CCV) foram aqueles formados pelos contextos segmentais /trv#dv/, como mostrado a seguir:

- ...as questões comportamentais *den[-]* das empresas... (dentro das) _ *Brasil das Gerais*
- ... eu perdi lá *den[-]* de casa. (dentro de) _ *Brasil das Gerais*
- ... *den[-]* do programa. (dentro do) _ *Rádio Band News FM Belo Horizonte*
- ... e *den[-]* de campo? _ *Os Donos da Bola*
- ... *den[-]* desse contexto. _ *Os Donos da Bola*

Vale ressaltar que, no caso do item ‘dentro’, verificado nos exemplos acima, ele pode estar associado a uma possível questão lexical. No entanto, tal questão será verificada em estudos futuros, em uma perspectiva da Difusão Lexical³. Dessa maneira, Oliveira (1992) explica que esse modelo “propõe que as mudanças sonoras sejam vistas como sendo lexicalmente graduais e foneticamente abruptas.” (OLIVEIRA, 1992, p. 32). Essa explicação pode esclarecer, por exemplo, o fato de que, em um mesmo contexto, um item possa sofrer variação enquanto o outro não.

No decorrer desta pesquisa, também foram observados alguns casos de haplologia entre sílabas finais átonas seguidas de sílabas iniciais tônicas, como se observa a seguir:

- ...querendo mudar algum *comportamen[-]* seu. (comportamento seu) _ *Brasil das Gerais*
- ... *martirizan[-]* quando eu não conseguia falar com a pessoa... (martirizano quando) _ *Brasil das Gerais*
- Ficar contano, *falan[-]* mui da vida pessoal. (falano muito) _ *Brasil das Gerais*
- ...além de perder a *naturalida[-]* perde a essência... (naturalidade perde) _ *Brasil das Gerais*
- ...então um tem um *tem[-]* pa fazer, o outro tem outro tempo... (tempo para) _ *Rádio Band News FM Belo Horizonte*
- ...o *temp[-]* todo quando... (tempo todo) _ *Os Donos da Bola*
- ...era a *gran[-]* chance de finalizar e fazer... (grande chance) _ *Os Donos da Bola*

³ A respeito da Difusão Lexical ler Oliveira (1991)

Os grupos de fatores que mais favoreceram a realização do fenômeno foram: Grupo N (Subs. e Adj.) com 70 casos, Grupo O (Loc., Prep., Adv., Conj., Pron.) com 32 casos e o Grupo V (Verbo) com 14 casos. Não foi observado nenhum caso de haplologia realizada com numeral, interjeição e contração.

Na abertura de todos os programas, observou-se fala mais cuidada e lenta, seguindo um estilo mais formal, o que inibiu consideravelmente a realização do fenômeno. O gênero jornalístico foi o que mais apresentou fala cuidada.

6 Análise dos resultados

Os dados desta pesquisa foram analisados pelo programa estatístico *Goldvarb/Varbrul* 2001. Seguindo às exigências do programa, todos os dados foram codificados e separados em grupos de fatores estruturais (variáveis linguísticas) e não estruturais (variáveis sociais). A seguir, os quadros com a codificação utilizada nesta pesquisa.

Quadro 1- Codificação dos dados

Grupos:		VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS:			
	Haplologia:	1 Haplologia Realizada		0 Haplologia NÃO Realizada	
1	Classe Gramatical:	N (Sub., Adj)	O (Loc., Prep., Adv., Conj., Pron.)	V Verbo	
2	Contexto Fonético Seguinte:	O Oclusiva	F Fricativa	A Africada	S Soante
3	Contexto Fonético Precedente:	O Oclusiva	F Fricativa	A Africada	S Soante
4	Vogal:	A Anterior		P Posterior	
5	Velocidade:	R Rápido		L Lento	

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 2- Codificação dos Dados



Grupos	VARIÁVEIS SOCIAIS:			
6	Gênero:	M Masculino	F Feminino	
7	Educação do informante:	S Superior	M Médio	O Outro
8	Profissão:	L Liberal	N Não liberal	E Estudante
9	Estilo de fala:	F Formal	I Informal	
10	Faixa etária:	Q (16 a 30 anos)	G (31 a 45 anos)	S (46 anos acima)
11	Gênero do programa:	J Jornalismo Band News FM	V Variedades Brasil das Gerais	E Esporte Os Donos da Bola

Fonte: Dados da pesquisa

Ao processar os dados o programa *Goldvarb/Varbrul 2001*, atribuiu-se um peso relativo a cada fator que vai de 0 a 1. Esse valor numérico representa o grau de probabilidade que esse fator tem sobre a regra variável, no caso desta pesquisa, a haplologia. Durante o processamento, quatro grupos de fatores foram eliminados, são eles: Gênero, Educação do Informante, Estilo de Fala e Vogal. As melhores rodadas apresentadas pelo programa foram a 57 *stepping up* e 97 *stepping down*.

Classe Gramatical

O grupo de fatores Classe Gramatical se mostrou relevante na ocorrência da haplologia na mídia. As classes com maior peso relativo apontado pelo programa foram: preposição, locução, conjunção e pronome. As demais classes (substantivo, adjetivo, verbo e advérbio) tiveram peso relativo próximo ao ponto neutro. A seguir estão os dados em ordem decrescente por peso relativo.

Tabela 01 - Haplologia e Classe Gramatical

Classe Gramatical	Aplicação Total	%	Peso Relativo
Outros (loc., prep., adv., conj., pron.)	36/159	14	0,77
Nome (adj., subs.)	74/847	66	0,46
Verbo	14/255	19	0,40.

Fonte: Dados da pesquisa

Contexto Fonético Seguinte

O grupo Contexto fonético Seguinte também foi apontado pelo programa como favorecedor no processo da haplologia. As consoantes Africadas e Soantes tiveram maior peso relativo, conforme a tabela abaixo:

Tabela 02 - Haplologia e Contexto Fonético Seguinte

Contexto Fonético Seguinte:	Aplicação Total	%	Peso Relativo
Africada	36/246	20	0,64
Soante	16/182	14	0,55
Oclusiva	60/656	51	0,48
Fricativa	12/177	13	0,31

Fonte: Dados da pesquisa

Contexto Fonético Precedente

O grupo Contexto Fonético Precedente também foi selecionado pelo *stepping up* como favorável à realização do fenômeno. Assim como no Contexto Fonético Seguinte, as consoantes Africadas e Soantes foram apontadas como promissoras na realização do fenômeno.

Tabela 03 - Haplologia e Contexto Fonético Precedente

Contexto Fonético Precedente:	Aplicação Total	%	Peso Relativo
Africada	52/304	25	0,67
Soante	34/285	23	0,55
Oclusiva	31/507	38	0,40.
Fricativa	7/165	12	0,31

Fonte: Dados da pesquisa

Velocidade

A velocidade rápida apresentou um peso relativo bem acima do ponto de neutralidade. Isso significa que a fala acelerada tende a favorecer o processo da haplologia; entretanto, não se anula a possibilidade de ocorrência do fenômeno na fala lenta. A diferença entre o peso relativo da velocidade rápida quando comparado com a lenta foi bem significativo, como mostrado a seguir:

Tabela 04 - Haplologia e Velocidade de Fala

Velocidade:	Aplicação Total	%	Peso Relativo
Rápida	95/253	25	0,89
Lenta	29/1008	74	0,32

Fonte: Dados da pesquisa

Como se pode ver, a velocidade da fala se mostrou bastante relevante para a realização da haplologia na mídia, mas nem todos autores concordam com esse fato. De acordo com os levantamentos realizados por Mendes em 2009, as velocidades rápida, normal e acelerada tiveram valores próximos ao ponto neutro. Com isso, essa autora chegou à conclusão de que a velocidade não é fator relevante para o fenômeno. Entretanto, segundo os levantamentos realizados por essa pesquisa (no caso da mídia), a velocidade rápida teve um peso relativamente alto quando comparado à velocidade lenta, indicando um favorecimento na realização do fenômeno.

Profissão

O grupo Profissão também foi selecionado pelo *stepping up* como favorecedor do fenômeno. Os fatores Estudante e Não liberal apresentaram peso relativo acima do ponto de neutralidade, já o fator Liberal inibiu a aplicação da haplologia, apresentando peso relativo bem abaixo do ponto de neutralidade.

Tabela 05 - Haplologia e Profissão

Profissão:	Aplicação Total	%	Peso Relativo
Estudante	06/38.	3	0,57
Não liberal	102/1015	80	0,53
Liberal	16/208	16	0,31

Fonte: Dados da pesquisa

Faixa Etária

O grupo Faixa Etária também se mostrou relevante para a realização do fenômeno. A idade que apresentou maior peso relativo foi 46 anos acima. Por outro lado, as idades entre 31 a 45 anos apresentaram peso relativo próximo ao ponto de neutralidade, enquanto as idades entre 16 a 30 apresentaram peso relativo bem abaixo do ponto de neutralidade.

Tabela 06 - Haplogia e Faixa Etária

Faixa Etária	Aplicação Total	%	Peso Relativo
46 acima	39/381	30	0,58
31 a 45 anos	69/635	50	0,51
16 a 30 anos	16/245	18	0,31

Fonte: Dados da pesquisa

Gênero do Programa

Os gêneros variedades e esportivo apresentaram peso relativo bem acima do ponto neutro, indicando favorecimento no processo da haplogia. Em contrapartida, o gênero jornalístico apresentou peso relativo bem abaixo do ponto de neutralidade. Isso indica que o jornalístico inibe consideravelmente a realização do fenômeno quando comparado aos demais gêneros.

Tabela 07 - Haplogia e Gênero do Programa

Gênero do Programa:	Aplicação Total	%	Peso Relativo
Variedades	59/454	37	0,66
Esportivo	42/296	24	0,60.
Jornalístico	23/511	38	0,28

Fonte: Dados da pesquisa

Os fatores Gênero, Educação do Informante, Estilo de Fala e Vogal foram eliminados pelo *Varbrul*. Como o peso relativo desses fatores apresentou oscilação, optou-se por utilizar apenas os percentuais.

Gênero

Segundo os levantamentos realizados por essa pesquisa, o gênero masculino realiza mais a haplogogia que o feminino. De acordo com a teoria desenvolvida por Labov (1972/2008), as mulheres tendem a usar mais a variante padrão, o que diminui a realização do fenômeno. Isso significa que, diante de uma variante socialmente desprestigiada, a mulher tende a assumir uma postura mais conservadora. Perante a sociedade, ela deve assumir uma posição mais cautelosa, digna de sua condição feminina, e isso inclui o seu comportamento linguístico. Várias pesquisas já apontaram o fator Gênero como importante aliado na variação linguística. Entretanto, tanto nesta pesquisa quanto na apresentada por Mendes (2009), o grupo de fator gênero não se mostrou relevante na aplicação do fenômeno, sendo eliminado pelo *stepping down*, do programa *Varbrul*.

Tabela 08 - Haplogogia e Gênero

Gênero:	Aplicação Total	%
Masculino	74/845	66
Feminino	50/416	33

Fonte: Dados da pesquisa

Educação do Informante

A escola sem dúvida interfere na escrita e na fala das pessoas. Teoricamente quanto maior o nível de escolaridade dos falantes menor será a utilização de formas socialmente desprestigiadas; entretanto, de acordo com os dados desta pesquisa, os falantes com nível superior realizaram mais haplogogia que os com menos escolaridade. Talvez isso esteja ligado ao fato de que boa parte dos participantes dos programas tenham nível superior. De acordo com a pesquisa realizada por Mendes (2009), os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior) se mostraram favoráveis na aplicação da haplogogia. Entretanto, no caso da haplogogia na mídia, o grupo de fator escolaridade (superior, médio e outro, aqui analisado), não foi

apontado pelo *stepping up* como significante, sendo eliminado pelo *stepping down*.

Tabela 09 - Haplologia e Educação do Informante

Educação do Informante	Aplicação Total	%
Superior	103/1104	87
Médio	6/45	3
Outro	15/112	9

Fonte: Dados da pesquisa

Estilo de Fala

Conforme Mendes (2009), o estilo de fala informal se mostrou bastante relevante na produção da haplologia. Entretanto, no caso da mídia falada, esse grupo não apresentou significância na sua produção, sendo eliminada pelo *stepping down* do *Varbrul*.

Tabela 10 - Haplologia e Estilo de fala

Estilo de Fala	Aplicação Total	%
Formal	92/1042	81
Informal	32/219	18

Fonte: Dados da pesquisa

Vogal

O grupo das vogais também não teve significância na aplicação da haplologia na mídia, sendo eliminado pelo *stepping down*.

Tabela 11 - Haplologia e Vogal

Vogal:	Aplicação Total	%
Anterior	60/353	29
Posterior	64/908	70

Fonte: Dados da pesquisa

7 Considerações finais



Os levantamentos feitos por esta pesquisa indicam que alguns fatores como a classe gramatical, o contexto fonético seguinte e precedente, a velocidade de fala, a profissão, a faixa etária dos informantes e o tipo de programa (como o noticiário, a entrevista e o programa de entretenimento) podem favorecer ou inibir a ocorrência da haplologia.

Por meio da coleta dos dados, observou-se que o discurso realizado na mídia falada favorece a ocorrência da haplologia, assim como na fala coloquial. Entretanto, verificou-se que alguns gêneros de programa são mais propícios à realização do fenômeno do que outros.

Os gêneros Variedades e Esportivo, por apresentarem um formato mais dinâmico, tendem a utilizar textos mais coloquiais, o que possibilita uma maior aproximação com os convidados e telespectadores. Nesse tipo de programa, o *prompter* não tem tanta importância; sendo assim, o apresentador fica livre para utilizar uma linguagem mais próxima do coloquial. Como a presença da câmera exerce certa “pressão” nos convidados, os apresentadores procuram direcionar o debate ou a entrevista de forma que o convidado se sinta o mais à vontade possível para dar sua opinião sobre determinado assunto.

Dessa forma, observou-se que os programas de entretenimento tendem a usar fala mais espontânea, o que favorece a realização do fenômeno. De acordo com o levantamento feito, o gênero variedades foi o que mais apresentou haplologia, com um total de 59 casos, seguido do gênero esportivo com 42 casos.

Já o gênero jornalístico segue um padrão mais formal. Por mais que o texto jornalístico tente utilizar uma linguagem mais comum, ainda assim é possível perceber a presença de um texto mais elaborado baseado nas normas gramaticais. Por apresentar fala mais cuidada, esse gênero foi o que menos favoreceu a realização do fenômeno, apresentando apenas 15 casos. Sendo assim, quando comparado aos demais gêneros, (variedade e esportivo), o gênero jornalístico se mostrou mais sensível à ocorrência da haplologia.

Outro ponto observado nesta pesquisa foi a ocorrência de haplologia entre sílaba final átona seguida de sílaba inicial tônica. Os gêneros que mais apresentaram esse tipo de estrutura foram o esportivo e o de variedades.

Por meio desta pesquisa, observou-se que, no caso da mídia, as variáveis sociais: gênero, educação do informante e estilo de fala tiveram pouca relevância na realização da haplologia na mídia. Os estudantes foram os que mais realizaram o fenômeno, e a idade que mais favoreceu a realização da haplologia foi 46 anos acima. Essas foram as únicas variáveis sociais selecionadas pelo programa *Varbrul* como significantes para a aplicação.

Em contrapartida, a única variável linguística que não se mostrou relevante para o fenômeno foi a das vogais. O grupo de fator classe gramatical (Outros) foi o que mais favoreceu a realização da haplogogia, assim como as consoantes africadas e soantes do grupo contexto fonético seguinte e precedente.

No caso da mídia, a haplogogia acontece com muito mais frequência nas falas rápidas que nas falas lentas. O programa jornalístico (principalmente o de rádio), por ser destinado a ser apenas ouvido, tem a necessidade de apresentar fala mais cuidada. Isso facilita a compreensão da notícia por parte dos ouvintes, inibindo a aplicação do fenômeno. Já os programas de variedades e esporte não apresentam tanto essa preocupação. No início de todos os programas, observou-se uma fala mais cuidada, menos acelerada. Entretanto, no decorrer dos programas de variedades e esporte, os participantes tendem a se envolver mais com o assunto debatido, preocupando-se menos com a presença da câmera. Isso contribui para uma fala menos cuidada, favorecendo a realização do fenômeno.

Dessa forma, pode-se afirmar que tanto a categoria informação quanto entretenimento favorecem a realização do fenômeno aqui estudado. Entretanto, constatou-se que o gênero jornalístico (radiofônico), por apresentar notícia a ser ouvida apenas uma vez, como afirma Farias (2011), tem a necessidade de utilizar um discurso mais claro, uma fala mais policiada e lenta, o que dificulta a realização da haplogogia. Assim a categoria informação foi a que menos apresentou o fenômeno.

Referências

- ALKMIN, Mônica G. R., GOMES, Christina A. Dois fenômenos de supressão de segmentos em limite de palavra. *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, no. 7, p.43-51, 1982.
- BATTISTI, Elisa. Haplogogia no português do sul do Brasil: Porto Alegre. *Letras de Hoje. Porto Alegre*, v. 40, n. 3, p. 73-88, set.2005.
- CAMACHO, Roberto Gomes. *Sociolinguística Parte II*. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística domínios e fronteiras. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- FARIAS, Gerson Mario de A. Linguagem e jornalismo: uma reflexão do discurso radiofônico no ciberespaço. *ECCOM*, v. 2, no. 3, p. 52-65, jan/jun.2011.
- LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington. D.C.: Center for Applied Linguistic. 1966a.
- LABOV, William. *On the Grammaticality of Everyday Speech*. Conferência lida diante da Linguistic Society of America, New York City. 1966b.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Caroline Rodrigues Cardoso, Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre. São Paulo: Parábola, 2008.
- LEAL, Eneida de Goes. *Elisão silábica e haplogogia: aspectos fonológicos do falar da cidade paulista de Capivari*, 2006, 165 f., (Dissertação de Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.



PAVEZI, Vanessa Cristina. *A haplogogia na variedade paulista*, 2006, 119 f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

MENDES, Regina Maria Gonçalves. *A haplogogia no português de Belo Horizonte*, 2009, 149 f., (Dissertação de Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MENGARDA, Elias J.; SANGALETTI, Letícia. A língua na língua dos locutores de rádio do Rio Grande do Sul. *Revista Rádio-Leituras. Ouro Preto*, v.3, no.1, p.83-107, jan/jun2012.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, n.89, p.93-105, 1991.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Aspectos da difusão lexical. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, ano 1, v. 1, p.31-41, jul./dez.1992.

SILVA, Thais Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. 9 ed. São Paulo, Contexto, 2009.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática. 1986.

TENANI, Luciani. Haplogogia e domínios prosódicos. *Letras de Hoje. Porto Alegre*, v. 38, n. 4, p. 283-306, dez.2003.

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M. (1968). Empirical Foundations for a Theory of Language Change, in LEHMANN & MALKIEL (1968) [ed. br.: (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: M. Bagno. São Paulo:Parábola Editorial.]

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]

A concordância nominal no português de Belo Horizonte

La concordância nominal en el portugués Belo Horizonte

Ludmila Reis Pinheiro¹

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo reanalisar o fenômeno variável da concordância nominal de número, na comunidade de fala da cidade de Belo Horizonte -MG, sob a luz da teoria da Variação Linguística ou Sociolinguística Variacionista. Para este fim, foram investigadas 18 entrevistas espontâneas com falantes residentes da capital mineira. Obteve-se um total de 2.497 dados, os quais foram analisados de acordo com fatores linguísticos (saliência fônica, paralelismo formal, classe gramatical, posição linear, animacidade do substantivo) e fatores sociais (sexo e escolaridade). Os dados extraídos foram submetidos a uma análise qualitativa e, em seguida, foi realizada uma análise quantitativa, utilizando o programa *Varbrul 2001*. Os resultados alcançados mostraram a predominância da forma do não cancelamento de marcas nos elementos do sintagma nominal de número, na fala de moradores da cidade de Belo Horizonte. Os resultados desta pesquisa podem contribuir para futuros estudos relacionados à área da sociolinguística e da variação dialetal.

Palavras-Chave: Concordância nominal de número. Variação linguística. Variáveis linguísticas e sociais.

Resumen: El presente trabajo tuvo como objetivo reanalisar el fenómeno variable de la concordancia nominal de número, en la comunidad de habla de la ciudad de Belo Horizonte -MG, bajo la luz de la teoría de la Variación Lingüística o Sociolingüística Variacional. Para este fin, se investigaron 18 entrevistas espontáneas con hablantes residentes de la capital minera. Se obtuvieron un total de 2.497 datos, los cuales fueron analizados de acuerdo con factores lingüísticos (saliente fónica, paralelismo formal, clase gramatical, posición lineal, animación del sustantivo) y factores sociales (sexo y escolaridad). Los datos extraídos se sometieron a un análisis cualitativo y, a continuación, se llevó a cabo un análisis cuantitativo, utilizando el programa *Varbrul 2001*. Los resultados alcanzados mostraron la predominancia de la forma de la no cancelación de marcas en los elementos del sintagma nominal de número, los habitantes de la ciudad de Belo Horizonte. Los resultados de esta investigación pueden contribuir a futuros estudios relacionados con el área de la sociolingüística y la variación dialetal.

Palabras clave: Concordancia nominal de número. Variación lingüística. Variables lingüísticas y sociales.

1 Considerações Iniciais

Ao olhar a língua como reflexo do meio social, são investigados aspectos de sua variabilidade linguística, presente em todas as línguas. Por exemplo, a composição linguística do Brasil tem grande variedade tendo em vista sua dimensão cultural, socioeconômica e

¹ Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil, Especialista em EaD na PUC Minas Virtual, Belo Horizonte, MG, Brasil, ludmilarpletras@hotmail.com

histórica, podendo até dizer que há muitas gentes de uma gente só e muitas línguas de uma língua só.

Dessa maneira, existem padrões de comportamento linguístico em comunidades de fala, pois a língua é uma realidade heterogênea ordenada, condicionada a regras variáveis de ordem linguística e social. Para analisar essa variabilidade, baseia-se na Teoria da Variação Linguística Laboviana ou Sociolinguística Quantitativa.

As variáveis linguísticas podem ser fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e discursivas. Elas podem ocorrer tanto na modalidade de fala, quanto na modalidade escrita. Um exemplo de variação linguística, morfológica e fonológica, é o fenômeno da concordância nominal de número.

As gramáticas estabeleceram que a forma correta da escrita (norma culta da língua) deve apresentar marcas de plural explícitas em todos os elementos do SN (sintagma nominal). Assim, teríamos a seguinte definição, segundo Bechara:

Chama-se concordância ao fenômeno gramatical que consiste em o vocabulário determinante se adaptar ao gênero, número ou pessoa do vocábulo determinado. A concordância pode ser nominal ou verbal. – Diz-se concordância nominal a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (vocábulos determinantes) e o substantivo ou pronome (vocábulos determinados) a que se referem. (BECHARA, 1986, p. 295).

Entretanto, o que acontece na fala são duas formas:

- (a) forma padrão → Tenho *dois irmãos mais novos*. (1MOFBSKg47jqv);
- (b) forma não padrão → Porque hoje *meus amigo são os menino* que trabalham comigo! (0MPFBQKg57jrv).

Na frase (a), todos os elementos que compõem o SN foram marcados explicitamente; já em (b), nem todos os elementos foram marcados de forma explícita. Esse fenômeno é um aspecto variável da língua. Scherre (2005) afirma que:

Há muito nossa sociedade, especialmente representada pela escola, busca eliminar definitivamente as estruturas sem concordância tanto da fala quanto da escrita, mas em vão [...] as escolas, muitas vezes, eliminam, pela punição com nota baixa, pela reprovação e pela eventual ou consequente evasão escolar, os alunos que não dominam formas de prestígio, entre as quais se destaca a concordância de número. A variação da concordância é parte inerente de nosso sistema linguístico (ou de qualquer outro país), mas a quantidade de variação, no Brasil, é marca de classe social (SCHERRE, 2005, p. 133).



Como diz Tarallo (2006), há um duelo entre as variantes de uma variável linguística, em nosso caso, a presença de /s/ e seu cancelamento (/s/ versus Ø). O que vai influenciar na “vitória” de uma ou outra são os fatores sociais e linguísticos.

A regra da concordância de número pode ser encarada como uma situação redundante. Barros relata que:

Em nossa língua, a concordância que se opera entre todos os elementos intervinculados pelo sentido constitui o que se chama redundância – excesso de flexões, que se adaptam ao elemento da interrelação frasal. Assim, o sujeito impõe as flexões do seu determinante, o substantivo ao adjetivo etc. [...] A linguagem de nosso povo foge da redundância. Para ela basta uma flexão para indicar as dos demais membros frasais inter-relacionados e diz, por exemplo: *Os menino chorava aflito/ Os cabra vinha de peixeira e nós estava de olho.* (BARROS, 1985, p. 265).

No exemplo (a), as marcas explícitas de plural acontecem de forma repetitiva. Quando se diz uma frase como a do exemplo (b), de fato, é preciso concordar que, mesmo sem as marcas formais de plural, a frase é totalmente inteligível e ocorre de maneira muito natural e frequente. A ausência dessas marcas pode ser explicada, também, pelo Princípio da Economia da língua ou a Lei do Menor Esforço. Assim:

A economia representa uma tendência para o mínimo esforço e simplificação máxima da expressão. A economia sintagmática é a tendência para reduzir o comprimento ou a complexidade do enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente e a informação redundante ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida. (CAMACHO, 2008, p. 185).

Ainda no exemplo (b), percebe-se que a marca de plural no artigo traz a informação necessária, para que se possa inferir que se trata de um SN de pluralidade. Dessa maneira, “a primeira posição do SN é a mais marcada [...] e as demais posições evidenciam um índice baixo de marcas, estabelecendo-se assim uma oposição forte com relação ao que ocorre com o primeiro elemento do SN.” (SCHERRE, 1978 *apud* Scherre 1988, p. 143).

Assim, o funcionamento da indicação explícita da pluralidade no SN, no português oral do Brasil, exhibe cenário variável, sendo condicionado por fatores sociais e linguísticos.

O artigo em questão teve o objetivo de reanalisar o fenômeno variável da concordância nominal de número, o qual foi estudado por Pinheiro (2012). Para tanto, foi escolhida a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, como a comunidade de fala a ser contemplada.

Para isso, foram analisadas as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como mais relevantes (isso foi feito no programa computacional *Varbrul 2001*, que vai ser detalhado mais à frente). Além de reanalisar, foi introduzido mais um grupo de fatores, de ordem semântica: a

animacidade do sujeito.

O objetivo geral deste artigo, portanto, é o de reanalisar as variáveis antigas junto ao novo grupo de fator.

A seguir, apresenta-se a metodologia; depois, a análise dos dados; e, por fim, as considerações finais.

2 Metodologia

O *corpus* utilizado foi composto por dados extraídos de 18 entrevistas. Ele teve sua origem em 2005, no grupo de pesquisa denominado *Descrição Sócio-histórica do Português de Belo Horizonte*. O trabalho inicial (PINHEIRO, 2012) contou com 34 entrevistas; porém, para o momento em questão, foi feito o recorte.

As entrevistas foram realizadas com informantes naturais de Belo Horizonte ou que tivessem vivido na cidade a partir dos cinco anos de idade, no máximo. Todas as entrevistas foram devidamente transcritas. Após essa fase, realizou-se um fichamento de todas as ocorrências de SNs, considerando os SNs com marcas formais de plural e os SNs sem marcas formais de plural. Em seguida, as ocorrências foram trabalhadas no programa estatístico *Varbrul 2001*, do qual foram retiradas informações quantitativas acerca do fenômeno estudado.

Na pesquisa inicial, em 2012, trabalhou-se com treze grupos de fatores que possivelmente condicionariam a ausência de marcas no SN. Assim, a princípio havia:

variáveis linguísticas → saliência fônica, paralelismo formal, classe gramatical, posição linear, relação com o núcleo, contexto fonético seguinte, traço do segmento seguinte.

variáveis sociais → estilo de fala, classe social, faixa etária, sexo, regional da cidade, escolaridade.

Entretanto, o *Varbrul 2001* selecionou como relevantes que condicionam o fenômeno em discussão as seguintes:

variáveis linguísticas → saliência fônica, paralelismo formal, classe gramatical, posição linear.

variável social → escolaridade.

Dessa forma, esta pesquisa trabalhou com os grupos de fatores selecionados pelo *Varbrul 2001*, em 2012, e inseriu o grupo *animacidade do sujeito*.

2.1 Análise qualitativa

Os grupos de variáveis linguísticas pesquisados neste artigo foram: saliência fônica, paralelismo formal, classe gramatical, posição linear, *animacidade do substantivo*. O grupo de variável social foi: escolaridade.

No que diz respeito ao fenômeno da concordância nominal de número, o Princípio da Saliência Fônica “consiste em estabelecer que as formas mais salientes, e por isto mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos perceptíveis.” (SCHERRE, 1988, p. 64).

Scherre (1988) trabalha com a formação de seis plurais: plural duplo, itens terminados em -l, itens terminados em -ão, itens terminados em -R, itens terminados em -S e o plural regular. Os resultados obtidos em sua pesquisa indicam que as formas com maior diferenciação material fônica, ou seja, as formas mais complexas (*ovo/óvos*, *leitão/leitões*, *casal/casais*) tendem a ser mais marcadas do que as formas que apresentam menor diferenciação (*coisa/coisas*, *carioca/cariocas*). Este trabalho se baseou na escala estabelecida por Scherre (1988) e partiu da hipótese de que formas mais salientes são mais marcadas que as menos salientes.

O paralelismo formal é a variável que diz respeito à forma como o SN é marcado, se é todo assinalado ou parcialmente. Paiva e Scherre (1999) afirmam que

O paralelismo linguístico em sentido lato, isto é, a repetição de elementos da mesma natureza ou de natureza semelhante, além de atuar de forma sistemática em fenômenos de todos os subsistemas linguísticos, atua também em planos (ou níveis) linguísticos diversos. (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 05).

Foi investigado, portanto, se o SN tem uma estrutura toda marcada, como em (1), ou com quebra de marcas, como em (2):

1. Só tinha pessoas com *boas condições* de vida. (1NOEBIh27kqy#).
2. Eu vi *diversos prato* assim... (0NOEBIg58koy=).

Poplack (1980) explica:

An immediately preceding marker leads more (when S, OS e SS) precede the token in question, deletion is disfavored [...], zeros leads to zeros, an effect which is clearly structural [...], and counter-functional, in that rather than favoring marking patterns with one inflectional marker of plurality, it favors marking either everywhere (functionally redundant) or nowhere (loss of function). (POPLACK, 1980; p. 61)



Diante do exposto, verificamos se a variável *paralelismo formal* atua no cancelamento de marca formal de plural, partindo da hipótese de que “zeros levam a zeros, e marcas levam a marcas”.

Classe gramatical ou classe de palavra é o conjunto que classifica uma palavra, baseando-se na sua estrutura sintática e morfológica. As classes gramaticais ocupam, assim, posições em uma sentença, como: determinantes (artigos/demonstrativos, indefinidos, possessivos, numerais), núcleos (substantivos e categorias substantivadas) e complementos (adjetivos).

Na realização ou não das marcas de plural nas classes gramaticais dentro de um SN, Scherre afirma:

Não se pode estabelecer um paralelo entre determinante e primeira posição; substantivo e segunda posição, adjetivo e terceira posição. Mesmo nos SNs de três ou mais constituintes, o paralelo assim feito encobre fatos importantes: 1) determinantes na segunda posição são até mais marcados do que na primeira; 2) os substantivos têm mais chances de serem marcados na terceira posição do que na segunda; 3) os adjetivos, inversamente aos substantivos, se apresentam mais marcados na segunda do que na terceira posição. (SCHERRE, 1988, p. 156).

Diante do exposto, este trabalho parte da hipótese de que os substantivos, adjetivos, categorias substantivas e numerais são as classes gramaticais que, por estarem nas últimas posições do SN, mais sofrem o cancelamento de marcas formais de plural. Já os possessivos, artigos, demonstrativos, indefinidos, que, na maioria das vezes, fazem o papel de determinantes, sofrem menos cancelamentos de marcas.

“Perceber a animacidade se resume na capacidade de discriminação se algo ao redor está vivo (com anima, com vida) ou não.” (SOUZA, 2015, p. 25). Assim, certa palavra pode ter característica de algo mais ou menos animado.

A autora afirma ainda que “a animacidade na linguagem é uma propriedade inerente aos referentes nominais e que tem sido apontada como um fator de influência para uma gama de fenômenos gramaticais estudados em várias línguas.” (SOUZA, 2015; p. 27).

A propriedade da animacidade é investigada, muitas vezes, pela perspectiva cognitiva. Entretanto, este trabalho não se aprofundou neste tipo de estudo; futuramente, uma análise a ser feita pode unir a perspectiva variacionista da língua à cognitiva.

Scherre (1988) codificou os seguintes fatores para a variável ‘*animacidade do substantivo*’:



1) [-humano] e [-animado]

- tirou as árvores fora.

2) [-humano] e [+animado]

- até a comida dos cachorro eu...

3) [+humano] e [-coletivo]

- as professoras novinhas gostavam...

4) [+humano] e [+coletivo]

- as lojas ficaram desesperadas.

O presente trabalho classificou os nomes quanto à sua animacidade, baseando-se na classificação feita por Scherre (1988). Esperava-se que os nomes com traços -humanos influenciassem o cancelamento de marcas, e os traços +humanos não o influenciassem como o primeiro.

A respeito da variável social escolaridade, é de conhecimento geral que a escola, em tese pelo menos, é a responsável por transformações linguísticas e sociais na vida de seus alunos. Poucos alunos já vêm de um meio social onde é habitual a realização de expressões padronizadas e “corretas” da língua. Por isso uma classe de estudantes chega à escola já bastante inclinada para aprender novos padrões gramaticais.

Assim, toda forma de falar ou escrever que foge ao padrão correto da norma prestigiada é considerada um “erro” da língua. O cancelamento de marcas formais no SN é vista fora das normas escolares e tida como algo “errado”. Porém, como vimos anteriormente, as variáveis se encontram na fala, e na escrita também, uma vez que esta pode refletir a fala:

No português brasileiro, tendemos a flexionar o primeiro elemento do sintagma nominal plural e não marcar os demais. Esta é uma tendência que se explica porque geralmente dispensamos elementos redundantes na comunicação e as diversas marcas de plural no sintagma nominal plural são redundantes. Quando escreve sintagmas nominais plurais o aluno tende a flexionar somente o primeiro elemento, que pode ser um artigo, um pronome possessivo, um demonstrativo, etc. EX: ‘os amigo’, ‘meus brinquedo’, ‘aqueles homi’, ‘os meus tio’. (RICARDO, 2004, p. 08).

Neste trabalho, pesquisamos alunos dos ensinos Fundamental, Médio e Superior, partindo da hipótese de que quanto maior o nível de escolaridade (Superior), mais contato com formas de prestígio e, por isso, menos ocorrências de cancelamento de marcas formais de plural.



Ao contrário, quanto menor for o grau de instrução (Médio e Fundamental), teremos mais casos de cancelamentos.

Enfim, o trabalho comparou seus resultados aos de Scherre (1988) e Andrade (2003). A primeira pesquisou a cidade do Rio de Janeiro (RJ), a segunda, as cidades de São Borja (RS) e a de Tubarão (SC). Ambas analisaram a presença de marcas explícitas da concordância nominal de número.

2.2 Análise quantitativa

Como já foi dito, este trabalho utiliza o programa computacional, *Varbrul 2001*. Esse programa é essencial, pois ele faz uma análise multivariada que é muito empregada em estudos de variação linguística, pois os valores de cada fator não são calculados isoladamente, mas sim sempre em relação com outro grupo. De acordo com Guy e Zilles (2007), “a análise de regra variável é um tipo de análise multivariada amplamente empregada em estudos de variação linguística hoje em dia. Seu propósito é separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores contextuais em uma variável linguística.” (GUY; ZILLES, 2007, p. 33).

O *Varbrul 2001* compara os valores de cada grupo de fatores e de cada fator do grupo. Quando se diz ‘compara’, é pelo fato de o programa fornecer uma média global, e cada fator é calculado em relação a essa média.

Como há um cálculo logístico, o programa trabalha com a medida do PR (pesos relativos): quando o valor é maior que 0,5, temos um efeito favorecedor, e quando o valor é menor que 0,5, temos um efeito desfavorecedor à regra variável.

3 Análise dos dados

De todos os grupos de fatores trabalhados, o *Varbrul 2001* selecionou como relevantes para esta pesquisa: (i) variáveis linguísticas – paralelismo formal e posição linear, e (ii) variável social – escolaridade.

A seguir, há a análise desses grupos.

3.1 Escolaridade

Observe a tabela a seguir:

Tabela 01 - Influência da Escolaridade no cancelamento de marcas

Escolaridade	Ocorrências/Total	% de Cancelamento de marcas de plural	PR de Cancelamento de marcas de plural
E {Ensino Fundamental}	257/790	32	0,74
F {Ensino Médio}	129/874	14	0,56
G {Ensino Superior}	12/833	1	0,21
Total	398/2.497	15	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Conforme se vê na Tabela 01, o nível de escolaridade que favoreceu a regra de cancelamento de marcas, em Belo Horizonte, foi o Ensino Fundamental. Por outro lado, o Ensino Médio se portou de forma neutra, e o Ensino Superior desfavoreceu a regra de cancelamento.

No trabalho de Scherre (1988), a divisão dos níveis de escolaridade foi: Primário, Ginásio e Colegial. As análises de Andrade (2003) também são pautadas nessa mesma divisão. Esses estudos tiveram suas pesquisas realizadas na década de 90, de acordo com a antiga nomenclatura do currículo escolar. Ambas as autoras analisam a presença da marca e, assim, obtiveram os seguintes resultados:

Tabela 02 - Presença de marcas pela Escolaridade – RJ, TUB e SOB²

Escolaridade	PR		
	RJ	TUB	SOB
Primário	.41	.32	.31
Ginásio	.50	.48	.49
Colegial	.59	.67	.66

Fonte: Adaptado de SCHERRE (1988, p. 235) e ANDRADE (2003, p. 86).

Os resultados aqui se aproximam mais aos de Scherre (1988). Cabe ressaltar que foi incluído, no estudo em questão, o nível Ensino Superior, mas não se analisou o que seria, hoje em dia, o Pré-escolar, o que torna a divisão, aqui, semelhante às das autoras.

O que se pode observar é que quanto maior o nível de escolaridade, menos cancelamentos de marcas formais de plural ocorrem. Isso pode ser explicado pelo fato de que quanto mais escolaridade, mais contato com textos diferentes e novas experiências com a língua

² RJ – Rio de Janeiro; TUB – Tubarão; SOB – São Borja.

padrão ou culta o falante adquire. Ao contrário, quando o falante tem menos escolaridade – tendo em mente que o contexto da vida escolar é marcado pela linguagem culta –, ele terá mais contato com formas não padrão da língua, as quais são encontradas na língua coloquial.

3.2 Paralelismo formal

Como hipótese inicial, levou-se em conta que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. Agora, veja o que aconteceu nos resultados:

Tabela 03 - Influência do Paralelismo no cancelamento de marcas

Paralelismo Formal	Ocorrências/Total	% de cancelamento de marcas de plural	PR de Cancelamento de marcas de plural
S – Ø – Ø	35/82	42	0,95
S - Ø	223/482	46	0,93
Ø-S-Ø	20/54	37	0,89
S - S - Ø	5/16	68	0,85
Numeral - Ø	58/144	40	0,91
Numeral - S	16/453	3	0,29
S - S	15/934	1	0,17
S - S - S	14/332	4	0,41
Total	398/2.497	15	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

As explicações sobre a variável marcas precedentes se relacionam com a posição linear. Veja os resultados de Andrade (2003):

Tabela 04 - Influência do Paralelismo na presença de marcas – Andrade 2003

Fatores	Posição de Análise	Aplicação	Total	% de presença de marca	PR
Zero na 1ª posição	2	27	31	87	.66
Presença de marcas a partir da 1ª	3,4	88	153	58	.61
Numeral sem /s/	2	98	197	50	.60
Numeral com /s/	2	83	180	46	.59
Presença de marcas na 1ª	2	545	1.225	44	.49
Mistura de marcas	3,4	28	75	37	.45
Zero formal a partir da 1ª	3,4	5	55	9	.06
Total	2	874	1.916	46	

Fonte: Adaptado de ANDRADE (2003, p. 87)

De acordo com os resultados da autora, o tipo de marca precedente que mais influenciou a presença de marcas de plural seria o *zero na 1ª posição*, influenciando a marca na 2ª posição: “zero na 1ª posição: quando a 1ª posição não é marcada, há grande chance de ocorrer marcação na posição seguinte como nos exemplos: para educar certa CRIANÇAS, tem que se apanhar um pouco (1TUB7L7/8MBPRI), se lê leitura BÍBLICAS (17SBO0301FBGIN)” (ANDRADE, 2003, p. 87).

Aqui, chamou-se de \emptyset -S- \emptyset (mistura de marcas) esse tipo de marca e concordou-se que o zero na 1ª posição influencia a marca na 2ª posição, pois, se não marcada a 2ª, pode-se perder a informação de plural. Entretanto, os resultados não compactuaram com os de Andrade (2003), uma vez que o estudo da autora mostrou que essa estrutura favorece a presença de marcas, tendo assim um caso em que “marcas levam a marcas”.

Os resultados aqui indicam mais zeros que levam a zeros ao de marcas que levam a marcas, uma vez que essa estrutura influenciou o cancelamento. Porém, apesar de mais zeros que marcas, concordou-se com a autora, pois, se não houver marca em algum dos elementos, perde-se a informação de plural.

Assim, para a estrutura \emptyset -S- \emptyset , pautou-se na explicação de que “marcas de uma só natureza conduzem a mais marcas do que marcas de natureza distinta, evidenciando-se a força do paralelismo formal no processamento das unidades linguísticas”. (ANDRADE, 2003, p.

105).

A *presença de marcas a partir da 1ª posição* influencia a presença de marcas nas 3ª e 4ª posições: “se a primeira e a segunda posições são marcadas a terceira e a quarta posições têm grandes chances de serem marcadas também [...] Todos os FINAIS de semana ele vai pra lá. (4TUB275FAGIN)” (ANDRADE, 2003, p. 88). Nesse caso, concordou-se com a autora; os tipos de estrutura que confirmam essa afirmação seriam *S-S-S* e *S-S*, uma vez que formas gramaticais semelhantes tendem a acontecer juntas, ou seja, o falante opta por marcar de forma redundante o SN.

Nos resultados da autora, a *presença de marca na 1ª posição* influencia o cancelamento de marca na 2ª. Também, observou-se isso acontecer na estrutura *S-Ø*, pois, como se disse, se a 1ª posição foi marcada, as outras não têm necessidade de serem assinaladas, uma vez que a informação não é perdida. Da mesma forma como a estrutura *Ø-S-Ø*, em *S-Ø*, há um caso de zeros levando a zeros, pelo fato de essa estrutura influenciar no cancelamento.

A *mistura de marcas* influenciou o cancelamento de marcas nas 3ª e 4ª posições, “se há mistura de marcas de plural, baixa significativamente a marcação [...] Depois eu parei pra ajudar a mãe e o meus IRMÃO. (3TUB5MAPRI); Eu já digo pra minha filha, né?, tem que estudar, estudar, né? O meus FILHO, né? E aquele tempo não, já...(2TUB18L24/25FAPRI)” (ANDRADE, 2003, p. 89). Isso foi visto nos resultados do artigo em questão, na estrutura *S-S-Ø*. Ora, a informação já foi transmitida nas duas primeiras posições do SN, sendo desnecessária a marca na 3ª e demais posições. E, assim como nas estruturas *Ø-S-Ø* (que foi vista também como item de *zero na 1ª posição*) e *S-Ø*, em *S-S-Ø*, por influenciar no cancelamento, há mais zeros que levam a zeros. Tem-se que:

Zero formal a partir da 1ª posição: Quando há ocorrência da variante [ø] no item antecedente, o item analisado terá 09% de chance de ser marcado com plural, com um peso relativo muito baixo que é de 0,06. Comprovando o que já foi dito que zeros levam a zeros. Gosto de fazer umas caminhada BOA na praia. (10TUBFBCOL); Ficou duas filha, e duas filhinha PEQUENA. (20SBO0147MAGIN). (ANDRADE, 2003, p. 89).

Essa afirmação é corroborada pela estrutura *S-Ø-Ø*. Esse tipo de SN pode ser explicado em função da classe gramatical e posição linear, pois as 2ª e 3ª posições têm mais substantivos e adjetivos (normalmente, estas são as classes que mais têm cancelamentos). Essa estrutura também é um caso em que há mais zeros levando a zeros, pois influenciou o cancelamento. Assim, “marcas de uma só natureza conduzem a mais marcas do que marcas de natureza distinta”. (ANDRADE, 2003, p. 105)

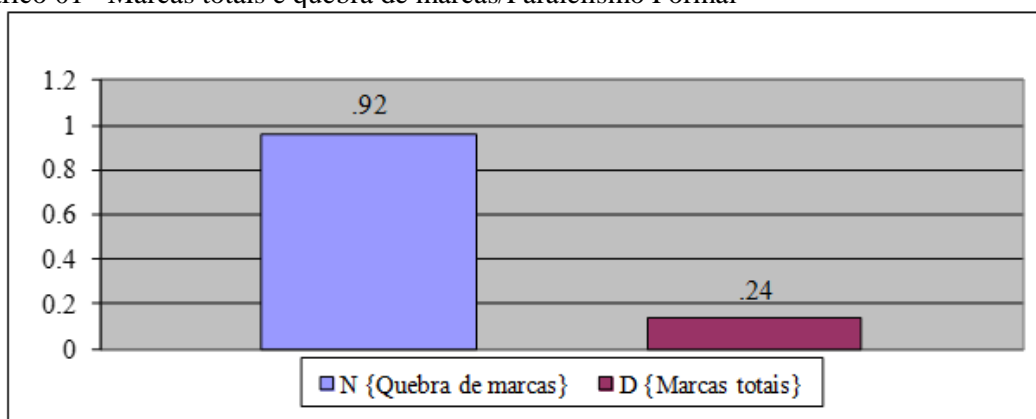
Com relação aos SNs de numerais, a codificação em questão foi diferente de Andrade (2003). Essa autora trabalhou com numerais com marca formal –s (dois, dez, seis) e sem a marca formal –s (quatro, cinco). Pensa-se que o falante não faz diferenciações desse tipo; o numeral indica pluralidade de qualquer forma, com ou sem marca fonética. Assim, na análise aqui, percebe-se que um SN com numeral influencia mais ou menos marcas formais de cancelamento nos elementos que o precedem e sucedem.

Quando há um numeral no SN, antecedendo ou sucedendo certa classe de palavra, ora tem mais cancelamentos de marca, ora tem menos cancelamentos. A mente humana funciona aqui ou de forma redundante ou de forma a usar a *lei do menor esforço*; isso acontece pelo fato de que os numerais possuem uma carga semântica que indica a pluralidade em si.

Assim, se há um numeral no SN, o elemento antecessor ou seguinte pode não ser marcado, pois o falante se garante pela pluralidade contida no numeral, exemplo: *Eu passo três dias sem ir lá.. (ONPFBULh5bkoy)*. Entretanto, pode haver casos em que o falante concorde o elemento antecedente ou seguinte com o numeral, como se vê em: *Já têm uns vinte anos... Com certeza... (INPFBULh5dloz)*; isso é a forma redundante.

Assim, estabeleceu-se uma nova codificação. Dessa forma, foram agrupados os fatores de misturas de marcas e quebra de marcas (em que há as estruturas: *S-Ø*, *S-Ø-Ø*, *Numeral-Ø*, uma vez que todas influenciavam o cancelamento, chamamos esse fator de *quebra de marcas*). Em contrapartida, temos as *marcas totais*, em que todos os elementos foram formalmente marcados (*S - S - S*, *S - S* e *Numeral - S*). Vejam-se os resultados no Gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01 - Marcas totais e quebra de marcas/Paralelismo Formal



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observou-se que o grupo *marcas totais* indicou que formas semelhantes acontecem

juntas, ou seja, marcas + marcas = marcas totais. E o grupo *quebra de marcas* indicou que formas semelhantes também funcionam juntas, ou seja, novamente, como afirma Andrade (2003, p. 105), “marcas de uma só natureza conduzem a mais marcas do que marcas de natureza distinta”. Assim, o fato de haver pelo menos um elemento não marcado vai influenciar para que haja mais o cancelamento do que a presença de marca; $\text{marca} + \emptyset = \emptyset$.

3.3 Posição linear

Trabalhou-se com a hipótese inicial de que “o não cancelamento das marcas de plural acontece, preferencialmente, na 1ª posição do sintagma, sendo que o cancelamento se realiza mais da 2ª posição em diante”. Assim, veja-se o que mostraram os resultados:

Tabela 05 - Influência da Posição Linear no cancelamento de marcas

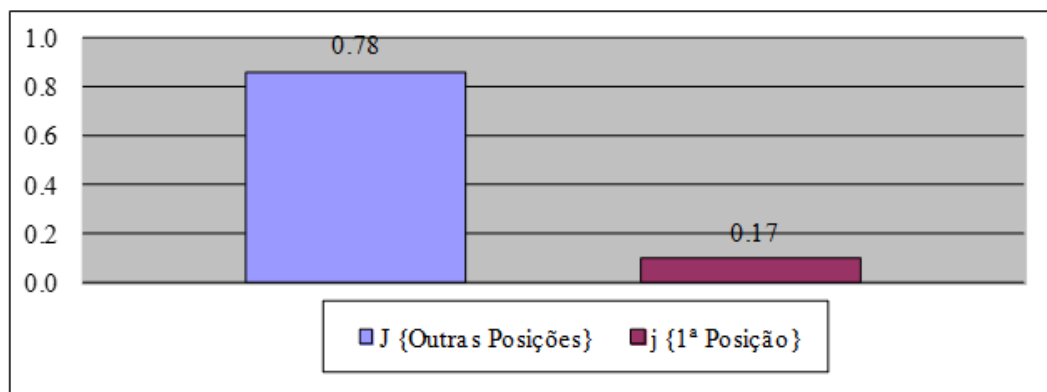
Posição Linear	Ocorrências/Total	% de cancelamento de marcas de plural	PR de Cancelamento de marcas de plural
2ª Posição	306/1.123	27	0.78
3ª Posição	30/159	18	0.73
5ª e 6ª Posições	12-Sep	42	0.84
4ª Posição	13/53	24	0.74
1ª Posição	40/1.141	3	0.17
Total	398/2.497	15	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O que se delineia é que há uma oposição entre a 1ª e demais posições. A ausência de marcas pode ser explicada pela *lei do menor esforço*; assim, se o falante marca a 1ª posição, não tem necessidade de sinalizar as outras, pois a informação contida no SN não é perdida caso o menor esforço se aplique.

Por isso, agruparam-se a 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª posições, que são as posições finais no SN, as quais tiveram o resultado numérico parecido. Já a 1ª posição foi contraposta com as demais. Veja-se o Gráfico 02 a seguir:

Gráfico 02 - Fatores amalgamados/Posição Linear



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Como se vê no Gráfico 02, a 1ª posição, vista na letra ‘j’, desfavorece o cancelamento de marcas, e as demais posições favorecem-no. Observa-se que a *lei do menor esforço linguístico* pode ser vista atuando, de maneira significativa, na variável *posição linear*.

4 Considerações finais

O trabalho teve como objetivo descrever e reanalisar o fenômeno da concordância nominal de número na comunidade de fala da cidade de Belo Horizonte, acrescentando mais um grupo linguístico: *animacidade do substantivo*. Assim, para traçar o cenário linguístico e social que influenciaria o fenômeno em questão, pautou-se na Teoria da Variação Linguística Laboviana ou Sociolinguística Quantitativa.

Para isso, foram colhidas 18 entrevistas espontâneas com falantes que moram na cidade (naturais, ou residentes a partir de 5 anos). Foram extraídos 2.497 dados das entrevistas, os quais apresentaram um resultado de 15% (398 casos) de cancelamento de marca formal de plural no SN e 84% (2.099 casos) de presença de marca.

Concluiu-se que o cancelamento de marca formal de plural no SN na comunidade pesquisada sofre influências de fatores linguísticos e sociais. As variáveis linguísticas que continuaram influenciando o cancelamento de marcas, desde Pinheiro (2012), foram: paralelismo formal e posição linear; e a não linguística: escolaridade. A variável *animacidade do substantivo* não se mostrou relevante para a pesquisa. Deve-se deixar claro que foi reduzido o número de entrevistas.

A seguir, seguem as conclusões a que chegamos, depois de análises qualitativas e quantitativas dos dados coletados:

1 → Escolaridade:



O Ensino Superior desfavorece o cancelamento de marcas, ou seja, quanto maior o grau de instrução, tem-se mais a forma padrão. O nível Médio teve um resultado neutro; já o Ensino Fundamental favoreceu o cancelamento de marca, ou seja, quanto menor o grau de escolaridade, há mais marcas de cancelamento.

2 → Saliência Fônica:

Esta variável não foi selecionada como relevante.

3 → Paralelismo Formal:

Os resultados em questão corroboram a hipótese inicial de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. Assim, em estruturas como S-S-S, S-S, Numeral-S, há marcas que levam a marcas; em estruturas como S-Ø e Numeral-Ø, Ø-S-Ø, S-S-Ø, S-Ø-Ø, há zeros que levam a zeros, e marca-se preferencialmente a 1ª posição.

4 → Classe Gramatical:

Esta variável não foi selecionada como relevante.

5 → Posição Linear:

Nossos resultados corroboraram a hipótese inicial de que: “a 1ª posição tende a cancelar menos marcas de plural, enquanto as outras cancelam mais”. Parece haver até mesmo uma oposição entre a 1ª e demais posições; essa oposição pode ser explicada pela *lei do menor esforço*. Assim, se o falante marca a 1ª posição do SN, já é suficiente para indicar a informação de plural. Ao contrário, se ele marcasse o plural em todos os elementos do SN, haveria uma situação redundante que acontece em oposição ao menor esforço.

6 → *Animacidade do substantivo*

Esse grupo de fatores não foi considerado relevante.

Concluiu-se que o fenômeno da concordância nominal de número do português falado na cidade de Belo Horizonte é um fenômeno variável e que a presença de marcas formais de plural ou a forma padrão predomina.

Referências

- ANDRADE, Leila Minatti. *Rupturas e contínuos da concordância nominal de número em textos orais de informantes em Tubarão (Sc) e São Borja (Rs)*. 2003, 113 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.
- BARROS, Enéas Martins de. *Nova gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 30. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- CAMACHO, Roberto Gomes. O caráter formalmente complexo das nominalizações. *Revista Estudos Lingüísticos*. São Paulo, no. 1, p.177-192, jan/abr.2008.

- GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa- instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- PINHEIRO, Ludmila Reis. *A concordância nominal no português de Belo Horizonte*. 2012, 180 f. (Dissertação de Mestrado em Letras e Língua Portuguesa), Programa de Pós-Graduação em Letras – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- POPLACK, Shana. Deletion and disambiguation in *Puerto Rican, Spanish*. 1980. Disponível em <http://www.sociolinguistics.uottawa.ca/shanapoplack/pubs/allpubs.html#>. Acesso em 12/06/2018.
- RICARDO, Stella Maris Bortoni. *Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. (Tese de Doutorado em Letras/Linguística), Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 147-178.
- SOUZA, CRISTIANE RAMOS DE. *Animacidade e papéis temáticos: um estudo experimental*, 2015, 78 f., (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOUZA, João Batista de. *Bairros de BH*. Belo Horizonte. Disponível em <http://www.bairrosdebh.xpg.com.br>. Acesso em 03/07/2018.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]